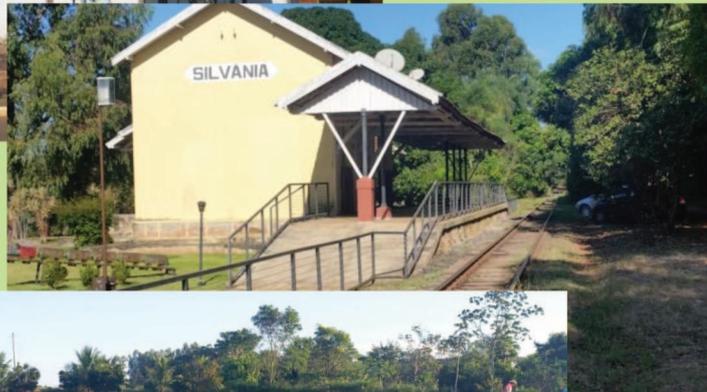


JÚLIO CÉSAR CAIXETA

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: estudo da produção de hortaliças orgânicas no município de Silvânia – GO



Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, Estação Ferroviária de Silvânia e Horta Orgânica, respectivamente, no Município de Silvânia – GO.
Fotos: CAIXETA, J. C. (2018).

JÚLIO CÉSAR CAIXÊTA

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA:

estudo da produção de hortaliças orgânicas no município de Silvânia – GO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Parceria DINTER UFU / IFG

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Linha de pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Orientadora: Prof^ª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

UBERLÂNDIA – MG

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C138p
2019 Caixêta, Júlio César, 1968-
Produção agroecológica [recurso eletrônico] : estudo da produção de
hortaliças orgânicas no município de Silvânia - GO / Júlio César Caixêta.
- 2019.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3024>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JÚLIO CÉSAR CAIXETA

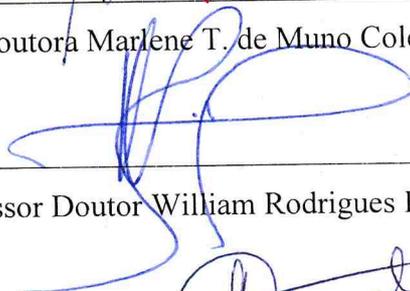
“PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: estudo da produção de hortaliças orgânicas no município de Silvânia - GO”



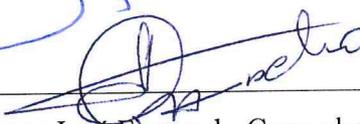
Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora) - UFU



Professora Doutora Marlene T. de Muno Colesanti – UFU- MG



Professor Doutor William Rodrigues Ferreira – UFU - MG



Professor Doutor José Fernando Camacho – IFTM



Professor Doutor Weder David de Freitas – IFG - GO

Data: ____/____ de ____

Resultado: _____

*Dedico esta Tese à minha família,
À minha amada e inesquecível Tereza da Silva Caixeta, que viu apenas a minha formatura em
Técnico em Agrimensura, pela Escola Técnica Federal de Goiás, mas me conduziu
juntamente com meu amado e inesquecível João da Silva Caixeta, para a Graduação em
Geografia, Especialização, Mestrado e Doutorado, saudades.
À minha esposa, Wiviane, amor da minha vida, mulher forte que me acompanha desde 2005,
quando nos descobrimos como uma só pessoa.
Aos nossos filhos, Paulo Víttor, João Miguel e Maria Júlia, que me fizeram entender que o
amor dedicado à minha amada não seria dividido por um, por dois, por três, mas
multiplicado.
Deixo aqui registrado aos meus amados filhos hoje com 12, 7 e 3 anos: sigam em frente,
conquistem o que quiserem conquistar, tudo é possível, pois o mundo é apenas o quintal da
nossa casa.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me confiar essa missão, dando-me força, sendo presença absoluta e proteção constante em minha vida.

Agradeço o entendimento de minha família, minha esposa e meus filhos, pela viagem que não aconteceu, pelo final de semana dedicado aos estudos, pela historinha que deixei de contar; agradeço também aos meus irmãos, sobrinhos, tios e primos, pelo pouco tempo dedicado a vocês, pela ausência em muitos eventos da família, sendo até criticado por isso, mas a causa exigia.

À Professora Doutora Marlene Teresinha de Muno Colesanti, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pela atenção, compreensão, entendimento e por acreditar em minha capacidade de superação.

À Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares, que aceitou me orientar em um momento delicado dentro do Programa, elevando a minha autoestima, passando-me confiança, orientando-me exatamente como eu precisava, criticando com elegância e sugerindo com sutileza. Obrigado.

Ao Professor Doutor William Rodrigues Ferreira, que juntamente com Professora Doutora Marlene Teresinha de Muno Colesanti e a Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares, formaram a banca de qualificação, contribuindo com este trabalho.

Aos professores do Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelo constante apoio e incentivo, e também pelas cobranças durante o transcorrer do curso.

Ao senhor Jovani Batista da Silva, produtor e presidente da COOPERSIL, por permitir que eu executasse minha pesquisa sem nenhuma exigência, e pela transparência e confiança na documentação interna utilizada nesta pesquisa.

Especial agradecimento à Lara, funcionária da COOPERSIL, muito competente e prestativa, colocada à nossa disposição para auxiliar na pesquisa, viabilizando os contatos e procurando nos arquivos a documentação utilizada como fonte de pesquisa.

Aos produtores participantes do grupo de interesse “horta orgânica”, agradeço a todos pelas preciosas informações. Deixo um abraço especial para dona Albina e para o Adail, aqui representando todos os agricultores familiares que participaram desta pesquisa.

Ao João Fernandes e à Isabel, colaboradores do PPGE, profissionais solícitos, que nos atendiam muito bem sempre que buscávamos apoio e esclarecimentos acerca do Programa.

Aos colegas doutorandos do IFG, pelos momentos que estivemos juntos, estreitando amizades e nos divertindo também, ao amigo Antonio Capuzzo, João Dib e José Carlos, companheiros em algumas idas a Uberlândia.

Agradecimento ao amigo Fábio Carvalho, que muito me ajudou com gráficos, formatação e apoio moral nos momentos mais complicados.

Agradeço à Escola Técnica Federal de Goiás, que me acolheu ainda jovem estudante do ensino médio e, depois, como docente, lugar que abriu todas as portas para minha vida, permitindo-me, hoje, chegar até aqui. Deixo não só meus agradecimentos como minha gratidão por simplesmente tudo.

Agradeço ao amigo Lúcio Paulo, que muito me ouviu, aconselhou-me e incentivou durante esse período que foi pessoalmente muito difícil, muitas vezes interrompendo seus afazeres para me ouvir e também dizer boas e sábias palavras; agradeço também por formatar e organizar quase todo meu trabalho.

Aos colegas de trabalho do Campus Goiânia Oeste, que me receberam muito bem na biblioteca onde frequentei por quase dois anos, obrigado Shilton, Eliane e Silmara.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é estudar a produção de hortaliças orgânicas no Município de Silvânia, Estado de Goiás. Para isso, buscou-se por meio da revisão bibliográfica estudos realizados em âmbito local e nacional a fim de compreender acerca de agroecologia e de produção orgânica, bem como pesquisar as bases teóricas sobre a agricultura familiar, conceito muito debatido na literatura, e as políticas públicas para o desenvolvimento regional e de apoio e fortalecimento desta nova categorial social frente à produção convencional de alimentos. A agricultura familiar, mesmo tendo ficado fora dos projetos agrícolas governamentais e à margem do investimento público, durante todo o processo de implantação do pacote tecnológico da agricultura, somente veio a ser lembrada na década de 1990 com a criação do Programa Nacional Para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A Agricultura Familiar adaptou-se muito bem ao cultivo de hortaliças orgânicas, pois é uma atividade que envolve toda a família, utiliza áreas desprestigiadas pelo grande capital, exhibe produção de baixa entropia, utiliza práticas naturais para produzir alimentos de maneira saudável, beneficiando tanto o produtor quanto o consumidor e o meio ambiente; A agricultura familiar organizou-se em associações como forma de se fortalecer e reivindicar melhorias individuais e coletivas; logo, essas associações uniram-se na criação de uma cooperativa para viabilizar a comercialização da produção. Para a coleta de informações foram realizados levantamentos bibliográficos de trabalhos correlatos realizados na região da pesquisa e também foram utilizadas pesquisas realizadas no âmbito nacional, na Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), além de depoimentos das pessoas envolvidas no projeto e que desempenharam papel de destaque, tanto entre os produtores, como entre os participantes da diretoria da COOPERSIL. Esses depoimentos foram realizados sempre que possível na propriedade rural onde o pesquisador corrobora as informações, além de registrar em fotografia o local da pesquisa. O entendimento das políticas públicas para a promoção da segurança alimentar bem como os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar são termômetros para a viabilidade da agroecologia e da produção orgânica em municípios de pequeno porte.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Produção orgânica, Políticas públicas, Segurança alimentar, Cooperativa.

ABSTRACT

The general objective of this research is to study the production of organic vegetables in the municipality of Silvânia, State of Goiás. For this, we searched, through literature review, studies conducted at local and national level in order to understand about agroecology and organic production, as well as to research the theoretical bases on family farming, a deeply debated concept in literature, and public policies for regional development and support and strengthening of this new social category against conventional food production., Even though family farming remained outside governmental agricultural projects and on the sidelines of public investment, throughout the process of implementing the agricultural technology package, came to be remembered only in the 1990s with the creation of the National Program for the Strengthening of Agriculture Family Farming (PRONAF - Programa Nacional Para o Fortalecimento da Agricultura Familiar). Family Farming adapted very well to the cultivation of organic vegetables, as it is an activity that involves the whole family, uses areas depreciated by large capital, exhibits low entropy production, uses natural practices to produce food in a healthy way, benefiting both the producer as well as the consumer and the environment. Family farming was organized into associations as a way of strengthening and claiming individual and collective improvements; therefore, these associations came together in the creation of a cooperative to enable the commercialization of production. For the collection of information, bibliographic surveys of related works carried out in the research region were accomplished, as well as researches developed at the national level, at the Silvânia Rural Producers' Mixed Agricultural Cooperative (COOPERSIL - Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia), as well as testimonials from the people involved in the project and that played a prominent role, both among the producers and among the COOPERSIL board members. These statements were made whenever possible in the rural property where the researcher corroborates the information, besides recording the location of the research by means of photography. Understanding public policies for the promotion of food security as well as family farm food acquisition programs are thermometers for the viability of agroecology and organic production in small municipalities.

Keywords: Family Farming, Organic Production, Public Policies, Food Security, Cooperative.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGAS

- ABD – Associação Biodinâmica
- ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ADAO – Associação Para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
- ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região
- ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- AO – Agricultura Orgânica
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
- CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
- CAMPPO – Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações
- CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CD – Central de Distribuição
- CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
- CIRAD – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*
- CNPO – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPERSIL – Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia
- CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
- CPR – Cédula de Produto Rural
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano
- DS – Doação Simultânea

EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
EPABA – Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Comunitário
GAO – Grupo de Agroecologia Orgânica
GMO – Organismos Geneticamente Modificadas
IBD – Instituto Biodinâmico Certificações Ltda.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IFOAM – *International Federation of Organic Agriculture Movements*
IMO – Instituto de Mercado Ecológico
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JADECO – Japan Brasil Agricultural Development Corporation
JIPA – Japan International Corporation Agency
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAB – Movimento das Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura e Planejamento Agrícola
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCS – Organização de Controle Social
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PIIC – Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados

PCI – Programa de Crédito Integrado

PERGEB – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

PIN – Programas de Integração Nacional

PL – Projeto de Lei

PMO – Planta Medicinal Orgânica

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Programa Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORENDA – Programa de Viabilização dos Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda

PSR – Previdência Social Rural

PV – Ponto de Venda

SAF – Secretaria Especial da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SisOrg – Sistema Orgânico

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SOFI – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

SPGs – Sistemas Participativos de Garantias

SRA – Segunda Revolução Agrícola

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

UE – União Europeia

UFG – Universidade Federal de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Principais selos de certificação usados em produtos orgânicos.....	45
Figura 2. Silvânia – GO: Ocupação das terras na Região do Cedro.....	115
Figura 3. Silvânia – GO: Comunidade da Barrinha.....	116
Figura 4. Silvânia – GO: Comunidade da Barrinha (ampliação do detalhe).....	117
Figura 5. Silvânia – GO: Igreja Nosso Senhor do Bonfim.....	118
Figura 6. Silvânia – GO: Estação Ferroviária.....	121
Figura 7. Silvânia – GO: Cerca viva.....	133
Figura 8. Silvânia – GO: Mudas produzidas na propriedade.....	134
Figura 9. Silvânia – GO: Compostagem produzida na propriedade.....	136
Figura 10. Silvânia – GO: Feira na porta da COOPERSIL.....	151

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1. Modelo de ação dos certificados brasileiros.....	47
Organograma 2. Instituições beneficiadas.....	100
Organograma 3. Redes PAA.	108
Organograma 4. Formação das primeiras associações de Pequenos Produtores Rurais.....	108
Organograma 5. Redes de associações.....	109
Organograma 6. Rede de produtores.	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Silvânia – GO: Beneficiários do P.A.A por faixa etária.....	103
Gráfico 2. Silvânia – GO: Área certificada ou em certificação.....	140
Gráfico 3 . Silvânia – GO: Natureza da mão de obra.	141
Gráfico 4. Silvânia – GO: Diversificação da produção.	142
Gráfico 5. Silvânia – GO: Média de idade dos trabalhadores.	144
Gráfico 6. Silvânia – GO: Participação da produção por sexo.....	145
Gráfico 7. Silvânia – GO: Escolaridade dos produtores.	146
Gráfico 8. Silvânia – GO: Participação dos filhos.....	147
Gráfico 9. Silvânia – GO: Residência dos proprietários.....	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Brasil: Bioma Cerrado.....	74
Mapa 2. Silvânia – GO: Localização do município em relação ao Brasil.	113
Mapa 3. Silvânia – GO: Localização do município em relação a Goiás.....	114
Mapa 4. Silvânia – GO: Localização do município.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Períodos e Políticas públicas que influenciaram na modernização do território goiano.	62
Quadro 2. PRODECER I: Projeto Piloto.	77
Quadro 3. PRODECER II (1985 a 1993).	77
Quadro 4. PRODECER II - Etapa Piloto: 1985 a 1990.	78
Quadro 5. PRODECER II - Etapa Expansão: 1985 a 1993.	79
Quadro 6. PRODECER III (1995 até 2001).	80
Quadro 7. Silvânia – GO: Características dos proprietários.	143
Quadro 8. Compra com Doação Simultânea.	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Silvânia – GO: Instituições beneficiárias do PAA por faixa etária.	102
Tabela 2. Silvânia – GO: Características das Propriedades.	139
Tabela 3. Silvânea – GO: Comercialização de produtos orgânicos entre a COOPERSIL e CONAB/PAA no período de jul. 2008 a nov. 2009.	154
Tabela 4. Silvânia – GO: Volume comercializado de produtos orgânicos entre a COOPERSIL e o Pão de Açúcar no período de jul. 2008 a nov. 2009.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. AGROECOLOGIA: a construção de um saber	28
1.1. Agroecologia - entre o tradicional e o moderno	33
1.2. Agricultura orgânica.....	37
1.2.1. Certificação da Agricultura Orgânica	41
1.3. Agricultura Familiar	47
2. A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS	58
2.1. Goiás, a nova fronteira agrícola	65
2.2. Os Planos Para o Desenvolvimento do Cerrado	69
2.2.1. POLOCENTRO	72
2.2.2. PRODECER.....	75
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	83
3.1. Brasil campeão mundial no uso de agrotóxico	83
3.2. Políticas públicas e a promoção da segurança alimentar	87
3.2.1. Promoção da segurança alimentar.....	88
3.2.2. Políticas Públicas	92
3.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	95
3.3.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	97
3.3.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	97
3.3.3. A formação de uma rede local	106
4. SILVÂNIA E A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS	112
4.1. Caracterização do local (Município de Silvânia).....	112
4.2. Ocupação do Município de Silvânia	118
4.2.1. Estrada de ferro chega ao Município de Silvânia	121
4.2.2. Organização social dos produtores de Silvânia	123
4.3. Formação do grupo dos produtores orgânicos.....	129
4.3.1. Perfil dos produtores de hortaliças orgânicas	138
4.3.2. Produção de hortaliças orgânicas em Silvânia.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	170
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa leva-me ao encontro de uma realidade vivida por este pesquisador, terceiro filho de uma família composta por seis membros, que em meados da década de 1970, precisamente em 1975, teve que, deixar o campo onde nasceu e migrar para a cidade com o objetivo de obter estudo para os quatro filhos que estavam, na época, em idade escolar.

No município de Orizona-GO, reconhecido nacionalmente como local formado predominantemente por pequenas propriedades, vivíamos em uma gleba de aproximadamente 40 hectares, herança de meu avô paterno e assim como todos plantávamos para a subsistência vendendo o excedente para comprar o que não era produzido no local.

Passamos por todas as situações descritas na literatura acerca dos problemas sociais que assolaram os pequenos produtores rurais do período em que a agricultura estava chegando no cerrado e especialmente em Goiás, qual seja: primeiramente, a política de concessão de crédito que levou todos os proprietários rurais ao endividamento, onde os maiores vendiam parte das terras e os pequenos vendiam toda a propriedade para quitar as dívidas bancárias.

A etapa seguinte era a migração campo-cidade, de julho de 1975 a julho de 1980, quando saímos da zona rural para a cidade de Pires do Rio, onde ficamos por exatos três anos, e em julho de 1978 nos mudamos para Anápolis, onde ficamos até julho de 1980, quando fomos para Goiânia; eu tinha então 12 anos.

No contexto político e social daquele momento, o campo estava em baixa e a realidade rural contrastava com a ascensão urbana, perdendo seu protagonismo social e passando a ser visto como sinônimo de antigo e ultrapassado. Naquele momento, as áreas urbanas apresentavam-se como o lugar das oportunidades, da modernidade e do progresso.

Esta pequena narrativa aplica-se, com poucas variações, a um número considerável de famílias da Região da Corumbajuba, povoado existente no município de Orizona, estrategicamente construído no divisor das bacias dos rios Corumbá e Piracanjuba.

Em Goiânia, como meu pai já havia encontrado dificuldade em se empregar nos outros locais onde moramos, ele se associou a um irmão da minha mãe (que também havia deixado o campo para ir morar na cidade), em um pequeno comércio de frutas e verduras, uma frutaria, e eu passei a conviver com frutas e verduras durante toda a minha juventude.

Ainda assim, o contato com o campo continuava, os produtores que frequentavam a CEASA (Central de Abastecimento de Goiás) identificavam-se com nossa família pela origem em comum e muitas amizades foram construídas.

Com a possibilidade de cursar o doutorado, voltei-me para o campo e vislumbrei a possibilidade de pesquisar o grupo de agricultores familiares membros da COOPERSIL (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Silvânia-GO), que ousaram produzir hortaliças dentro dos preceitos da agricultura orgânica, apoiados por uma cooperativa e por políticas públicas, que naquele momento estavam direcionadas para a agricultura familiar, o qual, pela primeira vez, com a criação do Programa Nacional Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estava presente na agenda política do Governo como política de Estado.

Desse modo, apresento a breve história de minha família a fim de que esteja contemplada, ao longo desta pesquisa, e desejo poder garantir subsídios para que outros pesquisadores, com histórias de vida semelhantes, possam nela se sentir contemplados e movidos em busca de novas pesquisas na área.

A diminuição gradual dos bens naturais como a cobertura vegetal original, diminuição dos cursos d'água e da fauna é uma realidade constatada, pois com a chegada do progresso e com o surgimento de grandes cidades, um novo modelo de produção agrícola de práticas agropecuárias foi sendo introduzido no Brasil e, gradativamente, ocupando a região do cerrado. Esse novo modelo produtivo fundamenta-se no uso intensivo do pacote tecnológico, estimulado a partir da década de 1960 com a revolução verde, que chega ao Brasil como uma proposta social, por meio da qual se prometia acabar com a fome da população carente. Porém, isso não passou de uma bravata política, longe da realidade brasileira, uma vez que apenas escondia a face dominadora do capital, pois este chegou com muita voracidade e expropriou o pequeno agricultor, ao introduzir o pacote da revolução verde que estabeleceu o monopólio da produção agrícola e, assim, evidenciou a completa subordinação agrícola ao mercado, causando, de imediato, grande dependência e insegurança alimentar, principalmente aos pequenos produtores e famílias que sobreviviam da pequena produção no campo.

A insegurança alimentar aliada ao aparecimento de diversas outras condições, como contaminação por alimentos em função de uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos na produção em larga escala, doenças com possíveis ligações com o manuseio e ingestão de produtos tóxicos, entre outras, levam as pessoas a procurar por alimentos mais saudáveis, abrindo espaços para discussões sobre uma possível mudança nos paradigmas da produção de alimentos. A busca por alimentos saudáveis e por um ambiente mais sustentável, aliados à orientação por sistemas de produção de base ecológica, fez com que começassem a surgir movimentos em algumas partes do planeta, os quais passaram a propor uma mudança na forma de produzir, de tal maneira que o ser humano e a natureza se beneficiassem mutuamente.

A maneira de produzir utilizada em épocas passadas ressurgiu com o batismo de produção agroecológica ou agricultura agroecológica, entre as quais notam-se as produções natural, orgânica, biodinâmica, biológica, ecológica e permacultura. Conforme Altieri (2001), a agroecologia é entendida como um sistema onde o que interessa são os princípios agronômicos, ecológicos, econômicos e sociais. Os agroecossistemas são formas de produzir com o mínimo de insumos agroquímicos e com o uso de energia externa, no sentido de alimentar sistemas agrícolas para que as interações ecológicas e a sinergia entre os componentes levem o sistema produtivo à autossuficiência, ou seja, produzindo o seu próprio alimento.

A Lei 10.831 de 23/12/2003 dá um tratamento igualitário para todos os modelos alternativos de produção agrícola, assim:

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam aos princípios estabelecidos por esta lei (BRASIL, 2003).

Não são somente os pequenos produtores os únicos a se interessar por uma forma diferenciada de produção e a exigir produtos considerados saudáveis em sua mesa. A população de modo geral, principalmente os mais esclarecidos em termos de acesso a informações, mas também a movimentos sociais organizados em prol de sua saúde, de sua família e também do meio ambiente, enfim, do planeta, faz questão dessa produção e desse consumo equilibrado e saudável, apesar de isso ainda ser considerado dispendioso para boa parte da população.

O consumidor de hoje, está mais exigente com os produtos de seu consumo, então ele escolhe melhor o que vai consumir, exigindo que na produção sejam levadas em consideração as questões ambientais e sanitárias. Essa população, com demanda crescente, exige cada vez mais produtos sem agrotóxicos, ou seja, produtos agroecológicos ou com selo orgânico.

A agricultura familiar, mesmo tendo ficado fora dos projetos agrícolas governamentais e à margem do investimento público, adaptou-se muito bem aos mercados agroecológicos, pois é uma atividade que envolve toda a família, utiliza áreas desprestigiadas pelo grande capital, exibe produção de baixa tecnologia, envolvendo os membros da família, além de produzir de maneira saudável, beneficiando tanto o produtor quanto o consumidor.

Nesse novo modelo de agricultura agroecológica, o agricultor familiar mantém as características ambientais que irão agregar valor ao seu produto, produzir com equidade social, realiza o comércio justo e gera emprego e renda dentro da sua propriedade.

O agricultor familiar é, não por acaso, personagem invisível dentro do contexto social brasileiro atualmente, ou seja, enquanto produz para o consumo interno e movimentando localmente a economia, não é enxergado pelo governo, por isso essa economia rural, local, e essa produção interna não geram divisas substanciais para o Estado. Isso fica a cargo da agricultura comercial ou o agronegócio, destacando as monoculturas, que participam ativamente no resultado comercial do País, no que tange à produção de alimentos.

Entende-se que a função social da agricultura familiar vai muito além da produção, porém, como geradora de renda e mantenedora do homem do campo no campo, funciona como elemento inibidor do caos social, minimizando os efeitos populacionais nas periferias urbanas.

O problema se agrava quando o governo abastece os grandes produtores com milhões de reais, e a agricultura familiar com recursos mínimos do orçamento agrícola, causando, com isso, insegurança dessa categoria de trabalhadores em relação às políticas públicas.

Com a possibilidade de a agricultura familiar receber mais apoio governamental para a produção orgânica, esta produção poderia crescer em área e ocupar mais espaço, caso o governo estabelecesse, em suas políticas públicas, linhas de crédito favoráveis ao agricultor familiar e aumentasse os canais de escoamento dessa produção. Assim, o produtor familiar poderia continuar no campo produzindo e aumentando sua produção e gerando emprego e renda para os membros da família, de forma que estes continuariam na propriedade.

A agricultura familiar não é só uma forma de produção no campo, é também uma maneira de se afirmar enquanto forma de reprodução social pelo trabalho realizado pela família na produção diversificada para o autoconsumo e para o mercado.

Ao optarem pela produção de alimentos orgânicos, a agricultura familiar alinha-se a, no mínimo, três pilares da sustentabilidade: ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

Olhando pelo lado do bem-estar do produtor rural, podemos inferir que os trabalhadores da agricultura convencional podem ter, ao longo dos anos, sérios problemas de saúde em função do contato e do uso intensivo dos agrotóxicos, com isso, não somente os trabalhadores do campo, mas também os consumidores podem apresentar problemas de saúde pelo consumo contínuo de alimentos com traços de substâncias prejudiciais à saúde do homem (HESS, 2018).

Após essas considerações e tendo em vista a importância de apresentar a problemática da tese, esta pesquisa ocupa-se em responder às questões: por que o governo deve intensificar os investimentos em Políticas Públicas para uma produção familiar com viés agroecológico? Quais os efeitos dessa decisão para a melhoria da qualidade de vida de produtores e consumidores? A

produção de alimentos orgânicos com foco na produção familiar deve ser tratada como uma política de Estado?

A partir desses questionamentos, buscou-se responder a três questões secundárias, quais sejam: Como é a inserção do Município de Silvânia, Goiás, na produção de hortaliças orgânicas? O que essa mudança de paradigma pode representar na vida do pequeno produtor e dos consumidores? Supondo haver investimentos públicos na agricultura orgânica, ocorrerá uma melhora na qualidade de vida da população e no meio ambiente?

Diante desses questionamentos, o objetivo geral desta pesquisa é estudar a produção de hortaliças orgânicas no Município de Silvânia, Estado de Goiás, e as políticas públicas de apoio a agricultura familiar, frente à produção convencional de alimentos. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Discutir qual é o significado da produção agroecológica de alimentos, frente ao agronegócio, abordando as características desses sistemas agrícolas envolvidos;
2. Contextualizar o local dentro de uma perspectiva histórica, localizando e caracterizando a área de estudo;
3. Analisar aspectos sobre a segurança alimentar e nutricional, e as redes constituídas no Município em função da organização dos pequenos produtores da agricultura familiar.
4. Pesquisar sobre ascensão e queda da produção de hortaliças orgânicas do Município de Silvânia e, ainda, sobre as redes sociais construídas no município e envolvidas nesse sistema produtivo.

Como metodologia, esta pesquisa procurou estudar a questão da produção agroecológica em seus aspectos mais gerais, estabelecendo uma base teórica histórica da produção agroecológica brasileira, especificamente na agricultura familiar, direcionando esses estudos para, posteriormente, verificar o caso específico dos produtores de hortaliças orgânicas do Município de Silvânia.

Ainda em se tratando da metodologia científica que sustentou teoricamente esta pesquisa, busquei em Gil (1995) as categorizações denominadas como pesquisa pura e pesquisa aplicada, entendendo que a pesquisa pura seria a que melhor atenderia aos propósitos desta pesquisa.

Assim, este estudo procurou, primeiramente, analisar o problema em seus aspectos mais gerais a fim de que, em um segundo momento, convergir especificamente para o caso de Silvânia, e, que concordando com Gil (2009, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

A pesquisa envolveu a produção agroecológica e seus atores sociais, considerando que ela, dentro das ciências humanas, não pode ser considerada conclusiva, uma vez que vai apenas

validar uma situação naquele momento, naquele lugar, e pelo dinamismo imposto à sociedade. Para tanto, e de acordo com Laville (1995, p. 35), “o verdadeiro nas ciências sociais pode ser apenas um verdadeiro relativo ou provisório”.

Com base em Elias e Scotson (2000), acredita-se que o estudo de uma pequena amostra pode sinalizar para o entendimento de uma realidade em maior escala, assim os estudos realizados em Silvânia, podem ter similaridades com estudos realizados em outras localidades, portanto com características semelhantes.

Sem abrir mão da pesquisa quantitativa, ela será utilizada em vários momentos, e esta pesquisa será conduzida dentro dos preceitos metodológico qualitativos. Isto significa que ela situa, em primeiro lugar, o cidadão, pois, não se pode analisar o sujeito sem suas interações sociais, reduzindo-o a uma informação quantificada. Desta forma, concorda-se com Pessoa (2012), quando afirma que

[...] a escolha do “caminho” metodológico é de reponsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive. O processo investigativo suscita olhares diferentes de acordo com o propósito da pesquisa. Para responder o (s) problema (s) proposto (s) em sua pesquisa, o pesquisador pode escolher como método de pesquisa o paradigma quantitativo ou qualitativo (PESSÔA, 2012, p. 5, grifo da autora).

Para a coleta de informações, foram realizados levantamentos bibliográficos de trabalhos correlatos realizados na região da pesquisa e também em pesquisas realizadas no âmbito nacional, portanto fora área pesquisada, além de realizar uma busca documental em órgãos públicos como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e principalmente nos arquivos da Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL) minha principal fornecedora de material para a pesquisa, e onde existem os dados cadastrais de todos os participantes e das propriedades do projeto de horta orgânica. Outra ação tomada foi a decisão por depoimentos das pessoas envolvidas no projeto (no total de 12 entrevistas gravadas) e que desempenharam papel de destaque, tanto entre os produtores, como entre os participantes da diretoria da COOPERSIL; representantes de entidades que recebiam os alimentos via CONAB.

Na COOPERSIL, foram acessados os dados cadastrais dos associados contendo todas as informações socioeconômicas. Esses dados pessoais obtidos na COOPERSIL foram confirmados por meio de visitas nas propriedades e, em alguns poucos casos, as informações foram confirmadas por telefone.

Inicialmente, a intenção era aplicar o questionário socioeconômico aos produtores envolvidos no projeto da hortaliça orgânica, pois até então a COOPERSIL não havia disponibilizado tais informações. Tão logo obteve-se acesso aos dados cadastrais dos associados participantes do projeto Horta Orgânica que continham as informações socioeconômicas, foi reavaliada a estratégia da pesquisa, fazendo a atualização das informações cadastrais.

Ao invés de aplicar questionários estruturados para obtenção das informações socioeconômicas, optei por visitar os produtores e colher depoimentos espontâneos, após algumas horas de conversa sobre a produção de hortaliças orgânicas e sobre temas correlatos, por eles abordados.

O depoimento, colhido naturalmente, sem o aspecto de uma entrevista ou um questionário, pode ser mais verdadeiro e assim contribuir mais com nossa empreitada, no sentido de refletir sobre a importância da produção familiar de hortaliças orgânicas e as políticas públicas envolvidas no processo.

Os depoimentos foram gravados, com o consentimento do entrevistado, obedecendo e respeitando as devidas autorizações por parte dos mesmos, bem como respeitando o desejo de não gravar os depoimentos, “*para não ter nenhum problema*”, porém autorizando o uso das informações na construção da tese.

Deixo claro aqui que os poucos depoimentos que não foram gravados não alteram o teor da Tese, uma vez que todas as informações foram utilizadas, mesmo aquelas coletadas “*em off*”. Estas não contribuíram estatisticamente, mas foram consideradas também como declaração importante, corroborando a veracidade dos outros depoimentos que foram gravados e considerados estatisticamente.

Os depoimentos foram gravados com prévio conhecimento e consentimento e estão anexados no final desta tese. A transcrição foi realizada respeitando literalmente toda a forma de expressão oral utilizada pelo interlocutor. Para manter o anonimato do depoente, o trecho transcrito na tese receberá a indicação TRA de transcrição seguida por uma indicação numérica, tipo TRA. 01, ou seja: essa chamada indica que o cidadão 01, teve sua fala, na totalidade ou em parte, incorporada ao texto da tese e o depoimento está na sua integralidade nos Anexos.

O trabalho de campo nos permite o contato direto com os dados, possibilitando a percepção da realidade dos fatos, vivenciando e até mesmo confrontando, por meio de observações locais, a veracidade das respostas, bem como estreitando as relações ao longo da pesquisa, o que possibilita respostas mais contundentes da realidade pesquisada, tornando-as mais humanizadas.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos, e o primeiro apresenta o conceito de agroecologia e as várias vertentes que se juntaram para construir a agricultura orgânica. As normatizações desse sistema de produção culminaram na criação de um selo de certificação de qualidade e da denominação comercial de todas as correntes envolvidas sob um único rótulo, denominado como agricultura orgânica. Ao apresentar o tema, procurou-se o embasamento teórico para os estudos da agricultura familiar, desde sua abordagem mais pura na representação do camponês, nos autores clássicos da corrente Marxista, até a apresentação das abordagens contemporâneas, onde a agricultura camponesa, a partir da década de 1990 em diante, passa a ser também denominada por alguns autores de agricultura familiar, diante das várias transformações do campesinato que cada vez mais se integra ao mercado, visando sua continuidade.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico-conceitual da modernização do Estado de Goiás e sua inserção na agricultura brasileira, além das políticas públicas que orientaram essa modernização partindo do Sudeste brasileiro em direção ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Ainda nesse capítulo, são apresentados políticas e programas de intervenção em Goiás que conduziram à modernização do Cerrado e sua significância para o desenvolvimento de Goiás e da Região de Silvânia.

O terceiro capítulo apresenta os perigos proporcionados pela produção convencional das monoculturas com o uso intensivo dos defensivos agrícolas utilizados para esta produção. Além desses aspectos, merecem destaque os danos à saúde dos atores envolvidos na produção comercial e ainda estudos relacionados à segurança alimentar no sentido de ter o alimento em quantidade e qualidade satisfatória, de modo que o acesso ao alimento possa ser abrangente e que ele seja adequado ao consumo de toda a população, proporcionando saúde e bem-estar. Ao final do capítulo, apresenta-se um estudo sobre a política de aquisição de alimentos pelo Governo Federal e sobre a formação de uma rede local de cooperação entre os produtores, a cooperativa e os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No quarto capítulo, exploro a caracterização do local, pois é a forma encontrada para que pessoas externas a ele, possam ter um melhor entendimento sobre o estudo. Essa caracterização física, social e espacial coloca o leitor próximo, possibilitando melhor entendimento da construção do lugar ao longo do tempo. Com a finalidade de entender a realidade atual, buscou-se, na história local, o entendimento para o desenvolvimento local e regional, onde o pequeno produtor organizou-se em associações como forma de melhorias individuais e coletivas; tratou-se da aplicação de política pública de incremento à produção de hortaliças orgânicas; e estabeleceram-se os caminhos da agroecologia no sentido de entender a participação do governo

na implantação da agricultura orgânica no município, no apoio durante a fase de transição da agricultura convencional para a produção orgânica e na política de aquisição desta produção. Ainda, nesse capítulo, fez-se a exposição da produção de hortaliças orgânicas no Município de Silvânia, onde os produtores rurais foram apresentados a esse novo sistema produtivo, o início da produção, a ascensão e a queda da agricultura orgânica no Município de Silvânia.

As considerações finais retomam as abordagens sobre a pesquisa realizada, considerando responder aos objetivos propostos para esta tese.

Para situar este trabalho no tempo, estabeleceu-se um recorte temporal, a partir de 2006, quando foi iniciado, na COOPERSIL, o projeto Horta Orgânica até 2018, ano de finalização desta pesquisa. Passo, agora, ao primeiro capítulo desta tese.

CAPÍTULO 1

AGROECOLOGIA: a construção de um saber



Horta Orgânica em Silvânia – GO. Foto: CAIXETA, J. C. (2018).

CAPÍTULO I

Neste primeiro capítulo apresento o conceito de agroecologia e a produção orgânica, que abarca as várias vertentes da produção agroecológica recebendo o nome de agricultura orgânica, que é uma maneira de se produzir sem o uso de substâncias sintéticas ou transgênicas, maximizando o uso dos elementos naturais na sua produção desde o preparo do solo, mudas e insumos utilizados na propriedade, com objetivo de conseguir um produto limpo e utilizando, para isso, mão de obra familiar, pois a agricultura familiar e a agricultura orgânica completam-se no sentido de produzir renda aos membros da família, justificando sua permanência no campo, zelando pelo meio ambiente e segurança alimentar do núcleo familiar e abastecendo o comércio local com produtos saudáveis.

1. AGROECOLOGIA: a construção de um saber

A agricultura é uma prática milenar, anterior ao modo capitalista de produção que, de acordo com Gonçalves (2012), surgiu por volta de 11.000 a 8.000 anos atrás. As primeiras maneiras de se cultivar os alimentos e a domesticação de alguns animais possibilitaram ao homem realizar a transição do modo de vida nômade para o modelo sedentário, com fixação em lugares específicos, estabelecendo, a partir de então, sistemas sociais mais complexos, principalmente com o desenvolvimento da escrita, da linguagem articulada e do domínio do fogo.

Concordando com Galetti (1981), que enaltece a importância histórica do ato de plantar com o objetivo de se beneficiar com uma colheita futura, temos:

Que momento importante da história do mundo, da humanidade e da tecnologia aquele em que o homem se dispôs a plantar a primeira semente com o objetivo pré-estabelecido de se utilizar de seus frutos. Estava nascendo a agricultura 8.000 AC na Mesopotâmia. Era a fixação do homem à terra e a sua disposição de se dedicar ao trato das plantas para delas tirar proveito. A princípio eram poucas sementes plantadas e limitadas somente às necessidades de alimentação do indivíduo, da sua família e de seus animais. (GALETTI, 1981, p. 3).

Para Altieri (2012), a agricultura foi resultado da evolução simultânea de processos sociais e naturais. Nessa relação sociedade e natureza, o ser humano elaborou empiricamente maneiras de selecionar os melhores exemplares de animais e vegetais para a produção e reprodução, fazendo com que isso fosse visto como o embrião da biotecnologia. Gonçalves

(2012, p. 238) explica: “Esclareçamos que o simples cruzamento de animais, prática comum em qualquer estabelecimento rural, não deixa de ser uma espécie de engenharia genética. Todo processo de cruzamentos que nos legou os cultivares são, a rigor, biotecnologia [...]”.

Ao longo dos séculos de desenvolvimento da agricultura, muitos povos fizeram uso ineficiente dos recursos naturais que possuíam, como os gregos e os romanos que degradaram seus campos de cultivo, obrigando-os, como consequência, a buscar a conquista de novas áreas produtivas. Os romanos empreenderam contra Cartago as Guerras Púnicas, transformando estas terras em desertos áridos. Mesma sina tiveram os campos férteis que hoje são os desertos do Saara e Gobi (KHATOUNIAN, 2001).

Assim, enquanto algumas civilizações degradavam o solo com sua agricultura predatória comprometendo a fertilidade de seus solos, os indígenas do continente americano e os povos do Oriente já cultivavam fazendo uso de irrigação e rotação de culturas com pousio, criando animais nas parcelas de terra que ficavam em descanso e os animais retribuíam fertilizando o solo com seus excrementos (RIBEIRO; FREITAS, 2012).

Até então, os camponeses continuavam sendo os detentores do conhecimento agrícola, e o capitalismo ainda não estava inserido nas práticas da agricultura. O conhecimento havia sido repassado por milhares de anos de geração a geração com o objetivo de melhorar a produção de alimentos e, assim, garantir a reprodução social do coletivo, afinal quanto mais alimento se produzia mais forte o grupo se tornava.

Com o surgimento e a expansão do modo capitalista de produção, cai por terra todo o conhecimento sobre as práticas agrícolas dos povos primitivos por todos os continentes.

Segundo Ehlers (1996), no século XVIII, o sistema denominado pousio de três campos era dominante, mas, com a Primeira Revolução Agrícola, ele perdeu espaço para a associação lavoura/pecuária e a rotação de culturas, fazendo o uso de leguminosas, entre outras práticas regenerativas.

No final do século XIX, com a entrada do capitalismo industrial na agricultura, acontece a Segunda Revolução Agrícola (SRA). Segundo Ehlers (1996), ela é promovida pelas descobertas na área da química, por Justus Von Liebig (1803-1873). Ele sustentava que a nutrição das plantas ocorria pela absorção de elementos químicos que poderiam ser produzidos em laboratório, bem como refutava a teoria húmica, que difundia a importância da matéria orgânica na nutrição das plantas. Ainda na química, compostos orgânicos também foram produzidos em laboratório e utilizados como agrotóxicos ou defensivos agrícolas.

No campo da Biologia, Jonhann Gregor Mendel (1822-1884) apresenta as leis genéticas, que possibilitam a seleção de características almejadas por meio do cruzamento das espécies, e

na mecânica surgiram os motores de combustão interna, que são utilizados na produção de máquinas agrícolas.

A revolução química ocorrida depois de Segunda Grande Guerra, marca o momento quando as empresas passam a utilizar os conhecimentos da Guerra na agricultura mundial, por exemplo, o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) também conhecido como agente laranja. Tal produto, desenvolvido para desfolhar as florestas do Vietnã na década de 1970 para facilitar as ações dos soldados estadunidenses, vem a ser comercializado amplamente como defensivo agrícola logo em seguida, na década de 1980 (KHATOUNIAN, 2001).

Com a proibição do uso das armas químicas, as indústrias da guerra migraram para o setor agrícola e completando o pacote tecnológico lançaram seus produtos no mercado mundial como produtos agrícolas na forma de herbicidas, de fungicidas, de inseticidas e de adubos químicos.

Diante do atropelo causado pelas transformações do capital industrial na agricultura, os camponeses, gradualmente, perderam o controle sobre a produção das sementes, bem como sobre a comercialização dos produtos, dos fertilizantes e do maquinário usados para a produção, ou seja, os camponeses não são mais os detentores do conhecimento agrícola, tornando-se subordinados ao capital industrial.

A respeito da subordinação do campo brasileiro ao capital internacional por meio da dependência direta do pacote tecnológico, aqui instalado pelas gigantes multinacionais da cadeia produtiva do setor agrícola, que passa a ser detentora de toda a tecnologia produtiva, desde o preparo do solo até o beneficiamento final do produto mediante a especialização dos cultivares e a integração na divisão internacional do trabalho, pode-se afirmar que o produtor é apenas uma etapa [...]:

[...] a internacionalização da produção implica, também, a transgressão do espaço em que se dá a acumulação, que passou a assumir uma feição mundial. A acumulação capitalista, no estágio monopolista, se realiza ao nível do conjunto do capitalismo internacionalizado, na medida em que se materializa através de operações localizadas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (AGUIAR, 1986, p. 66).

A agricultura brasileira nas últimas cinco décadas tem se mostrado muito eficiente, aumentando a produção e a produtividade sem precedentes, gerando divisas ao País e enriquecendo uma seleta categoria de empresários rurais, que em contrapartida degradam o solo, contaminam as águas e praticamente eliminam a biodiversidade do lugar pelo cultivo de monocultura. Esta atividade monoculturista tem um elevado custo socioambiental, pois

empobrece o solo, contamina a água e expulsa seus moradores tradicionais para outras localidades.

Sobre o uso dos agrotóxicos, estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), apresentados por Caporal e Costabeber (2004), entre os anos de 1964 e 1979, selecionando os quinze (15) principais produtos agrícolas produzidos no Brasil, o crescimento médio foi de 16,8%, enquanto no mesmo período o uso de adubos químicos aumentou em 124,3%, que o uso de inseticida aumentou em 233,6%, o uso de fungicida aumentou 584,5% e o uso de herbicida aumentou em absurdos 5.414,2%. Esse uso indiscriminado de agroquímicos generalizou-se pelo País.

Sobre o uso exarcebado de agrotóxicos nas monoculturas, Ana Primavesi adverte:

Apesar do uso bastante generalizado de defensivos agrícolas as pragas e doenças aumentaram assustadoramente. Enquanto em 1956 somente 183 pragas eram conhecidas no Brasil, em 1976 já eram 592, provocadas em parte pela decadência dos solos, pelas variedades altamente produtivas, mas pouco resistentes, pelas pragas importadas, como aconteceu com o bicudo, insetos que se tornaram resistentes contra os defensivos ou cujos “inimigos naturais” foram mortos pelos defensivos, o que permitiu sua multiplicação descontrolada, e, não por último, as pragas que foram criadas pelas monoculturas. (PRIMAVESI, 1994, p. 16).

Segundo Capra (2002), com a prática da monocultura aumenta a possibilidade de essas grandes extensões de terras serem afetadas por uma única praga, podendo comprometer gravemente a saúde das pessoas que trabalham ou residem nas regiões monoculturistas.

Corroborando esse pensamento, Assunção (1999) afirma que nos solos com monocultura e manejados agroquimicamente acontecem um esgotamento e uma padronização da biodiversidade bacteriana, não sendo possível, assim, um controle biológico das pragas e das doenças, ou seja, a biodiversidade do solo é o melhor remédio contra as pragas e doenças, bem como para manter sua estrutura.

O uso indiscriminado de agrotóxicos vai além da contaminação dos solos, cujos contaminantes caem nos cursos d'água entrando diretamente em nossa cadeia alimentar, pois os peixes acumulam esses resíduos, que são em seguida ingeridos pelo homem, agravando o processo de contaminação pela alimentação.

Todos esses acontecimentos acabaram por propiciar diversos debates sobre a condição agrária do País, além de apontar a necessidade de outras condições de produção, que valorizassem o trabalho da família no campo e que, também, pudesse produzir alimentos com um elevado grau de exigência na produção, diminuindo os riscos no consumo dos mesmos.

Porém, uma dessas formas diferenciadas de produção agrícola, a agroecologia, era abandonada aos poucos para ser sobreposta paulatinamente por outras maneiras de produção (ALTIERI, 1989).

Historicamente, o homem, no ato de fazer agricultura, vai empiricamente escolhendo aqueles exemplares que mais lhe satisfaz, seja pela facilidade de produção ou pelo paladar, essa seleção natural e sempre deu certo, por isso, o ser humano prosperou. Hoje, o critério para se fazer agricultura é plantar aquilo que pode facilmente ser comercializado, quase sempre produzido em escala comercial sem preocupação se o produto serve como alimento ou se este cultivar possibilita a manutenção da vida humana e da microbiologia do solo.

Por usarem os conhecimentos transmitidos por hereditariedade, os precursores do movimento agroecológico eram fortemente repudiados pela academia por serem avessos ao emprego de matérias-primas “modernas”, como agrotóxicos, adubos químicos, e entre outros produtos artificiais. Desse modo, com a falta de apoio dos institutos de estudo e pesquisa, a agroecologia evoluiu de maneira empírica, não com base teórica, mas na dedicação e no empenho dos agricultores, que padeceram com a exclusão econômica, política, cultural e ecológica.

A visão orgânica e viva da natureza que eram os modelos locais da agroecologia, foram substituídos por uma forma mecânica e simples, fazendo o uso gradativo de expressões científicas, repudiando e desprezando qualquer outro tipo de conhecimento e de práticas conquistadas e ajustadas ao longo do tempo para uma certa localidade.

O termo agroecologia deriva de duas ciências, a ecologia e a agronomia. A ecologia enveredou-se no estudo dos sistemas naturais; a agronomia dedicou-se aos estudos e à aplicação de métodos científicos na prática da agricultura (GLIESSMAN, 2005).

Etimologicamente, agroecologia é formada pela junção de duas palavras: “Agro”, que vem de agricultura, manejado pelo ser humano; e “ecologia”, que deriva da palavra grega “*oikos*”, que significa lugar. Trabalha interligada com os sistemas naturais de um dado lugar; incluindo solo, vida, estrutura, água, minerais, topografia e até a atividade humana.

Assim, Ana Primavesi (1988) define agroecologia:

Oikos é grego e significa “lugar”, habitação, ambiente. E “logos” significa estudo; de modo que, ecologia é a ciência que estuda a inter-relação dos equilíbrios dinâmicos dos lugares com sua vida e com seus solos e seu conjunto: o meio ambiente como um todo. Quer dizer, estuda os laços que unem os seres vivos com seu ambiente, que é o seu meio vital. Equilíbrios dão a certeza confortante de que não existirá nem excesso nem faltade algum fator e que tudo aqui está na medida certa. Dinâmicos quer dizer que não estão

estáticos, mas, em constante movimento, modificando-se segundo uma programação pré-estabelecida, até chegar novamente ao início do ciclo. (PRIMAVESI, 1988, p. 16, grifo da autora).

A agroecologia estabelece-se, então, pautada pelo respeito aos conhecimentos e às habilidades tradicionais, agregando novos conhecimentos para a melhoria da produção, simultaneamente melhorando a qualidade de vida do produtor e, também, as melhorias ambientais do lugar, como o solo e os bens hídricos.

Percebe-se que os produtores na sua prática agroecológica estão usufruindo das importantes colaborações da agronomia e da ecologia, que usam saberes tradicionais transmitidos por milhares de anos hereditariamente e procedimentos atuais para, juntos, obterem melhores colheitas e manterem ou até melhorarem a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na agricultura praticada no local.

1.1. Agroecologia - entre o tradicional e o moderno

A agroecologia, segundo Caporal (2009), consolida-se com enfoque científico na medida que se nutre em várias ciências, tais como a biologia, a agronomia, a sociologia, a economia bem como os saberes, o conhecimento e a experiência de agricultores tradicionais, possibilitando a construção de conceitos e métodos para orientar as novas formas de manejo da agricultura.

Essa ciência, ainda em construção, deve ser participativa, incluindo todos os atores (pesquisadores, agricultores, empresários, políticos), exigindo, portanto, que se faça uma análise detalhada das condições locais a fim de evitar que sua atuação seja reducionista e muito tecnicista. Conforme Primavesi (1997), a agricultura ecológica trabalha de forma holística e sistêmica o solo, as plantas, o clima, e por essa forma de trabalhar, maneja ciclos e equilíbrios. É com este conceito holístico que a agroecologia se nutre ao lidar com o todo, sem desconsiderar nenhuma das partes envolvidas, estabelecendo uma base de interação entre a floresta, modelo de sabedoria da natureza, e os sistemas produtivos sempre respeitando os ciclos naturais de produção.

Trabalhar os sistemas de forma sustentável, inserindo métodos naturais de controle de pragas e doenças, manejo de plantas invasoras e não a sua eliminação, permite que haja presença de inimigos naturais que estabeleçam o equilíbrio necessário para a produção; essas são algumas das formas que podem ser utilizadas para que o sistema tenha produtividade por um longo período.

A agroecologia é uma nova forma de se fazer agricultura, que vem sendo amplamente discutida nos meios acadêmicos e vem conquistando seu espaço na agricultura brasileira, por se fundamentar em um novo sistema de manejo, onde o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental fazem parte desse novo paradigma, que visa minimizar os impactos nos ecossistemas e elevar a qualidade de vida.

A respeito desse tema Ribeiro e Freitas (2012, p. 91) consideram que

A agroecologia, como o próprio nome sugere, consiste na aplicação de conceitos ecológicos à agricultura, de forma que esta seja equilibrada ambientalmente, correta socialmente e economicamente viável. É produzir alimentos sob um outro paradigma, holístico, com práticas agrícolas não agressivas à vida no seu conjunto, gerando alimentos saudáveis, livres de resíduos tóxicos e com qualidade ecológica.

Para Altieri (2001), a agroecologia propicia as bases científicas, mostra uma quantidade de preceitos e metodologias consideráveis para seu estudo e análise, desenho, condução e avaliação do agroecossistema, intuindo a permissão, a implantação e o progresso dos modos agrícolas com maiores níveis de sustentabilidade.

Quando se pensa em agroecologia, logo vem à mente uma agricultura sem uso de agroquímicos ou produtos geneticamente modificados, mas ela é maior, possui uma abordagem social, cultural, econômica e ecológica e, dessa maneira, estuda as interrelações existentes entre todos estes fatores. Ela é construída continuamente em conjunto com a sociedade agrícola, não se restringindo aos meios acadêmicos e não se impondo como uma verdade única e universal.

Conforme Norgaard e Sikor (2002), a agroecologia considera tanto os sistemas agroecológico como o social, nos quais trabalham os agricultores, dá pouca ênfase às pesquisas realizadas em centros experimentais e laboratórios, prioriza os experimentos nas propriedades, além de ser mais aberta à participação dos agricultores no processo de pesquisa; a troca de experiência entre os produtores faz-se continuamente, aquilo que deu certo para um vizinho pode ser o certo para outro.

Nesses modelos agrícolas de base agroecológica eram envolvidos outros recursos além da cultura comercial, ou seja, era um manejo que visava estabelecer uma harmonia entre os riscos ambientais e os econômicos, a fim de manter a base produtiva através dos tempos. Esse sistema de produção inclui infraestruturas como terraços, valas e equipamentos para irrigação, localmente desenvolvidos (ALTIERI, 2002).

Moreira e Carmo (2004) entendem que a agroecologia é ao mesmo tempo uma abordagem científica e popular, que repousa sobre um marco teórico e metodológico questionando

justamente a verdade científica universal. Pode-se afirmar, então, que a agroecologia deve ser construída em conjunto, e, para que isto se torne possível, faz-se necessário que todos os setores envolvidos tenham vontade política para colocar esta ciência em prática.

Sua definição também reúne uma combinação entre o ecológico e o social, da evolução da estrutura e do funcionamento dos agroecossistemas, estimulando os estudiosos a conhecer a ciência e a habilidade dos agricultores, com identificação do potencial e união da biodiversidade aos sistemas produtivos. Segundo Altieri (2002, p. 16),

[...] A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc., forem atribuídas a um desequilíbrio, então a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autorregulação e a sustentabilidade [...].

A autorregulação se restaura naturalmente, desde que, na medida do possível, preservem-se as características naturais do lugar, pois a existência de variedades biológicas vai proporcionar a coexistência das várias espécies de insetos, inclusive os predadores naturais, que serão atraídos ao local pelo aroma das várias plantas do lugar. Dessa forma, eliminam-se naturalmente os insetos nocivos ao agroecossistema.

A agroecologia é uma prática agrícola que tem como característica ser altamente inclusiva social e economicamente, por exigir baixo investimento inicial e usar mão de obra interna; e ao se diversificar a produção, sempre haverá vários produtos prontos para o consumo e disponíveis para atender o mercado local, gerando segurança alimentar, trabalho e renda dentro do núcleo familiar. Em razão dessas características, a agroecologia tem muita afinidade com os pequenos produtores de base familiar que promovem com o seu trabalho a inclusão e a reprodução social e econômica do núcleo familiar.

Os interesses dos pequenos produtores não estão adequadamente representados no processo político, sendo conduzidos às terras frágeis, limitando a produção, fazendo com que esses agricultores caiam num círculo vicioso e destrutivo do ambiente que os mantém, imitando as práticas dos médios e dos grandes agricultores (HECHT, 2002).

A produção agrícola moderna evoluiu muito, mas está subordinada às técnicas e às tecnologias que são prescritas, sem levar em consideração a verdadeira aptidão das diferentes pessoas e das regiões envolvidas com a produção. Alicerçadas e construídas a partir de modelos

importados, e com práticas inadequadas, tais políticas cooperam para o processo de degradações ambiental, cultural, econômico e social do campo brasileiro.

Assim, observa-se que o modelo de transferência de tecnologia provocou um agravamento das disparidades sociais, exacerbando as diferenças econômicas e sociais entre a agricultura familiar e o agronegócio, que sempre foi beneficiado pelas políticas de governo.

No entanto, a ciência agroecológica pode ser melhor descrita como uma abordagem que integra concepções e métodos de diversas outras áreas de conhecimento e não como uma disciplina específica.

Percebe-se na agroecologia uma maior atenção aos aspectos políticos, econômicos e culturais, quando comparados a outras vertentes da agricultura orgânica. Segundo Altieri (2012), a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas.

No campo da ciência, a agroecologia embasa-se na Ecologia para estudar, desenhar e manipular os agroecossistemas. Para Altieri (2012), a agroecologia considera necessária a incorporação do pensamento social, indo além dos aspectos técnicos. Para ele, esse modelo se contrapõe à agronomia convencional e adota como princípios a dialética na interrelação sociedade e natureza.

Machado (2009) considera, a aceitação dos ciclos da natureza, a não submissão aos elementos técnicos, bem como os aspectos econômicos, políticos e culturais, e, assim como Caporal (2009), acredita na agroecologia como destaque científico abrangente e heterogêneo.

O pensamento desses dois autores converge para uma unidade teórica, envolvendo campos econômicos onde os participantes devem privilegiar o comércio justo entre as partes, onde as leis devem ser obedecidas, principalmente as trabalhistas e as culturais, pois as tradições e culturas de cada localidade devem ser respeitadas e, se possível, incrementadas para a manutenção da cultura local e a renovação de seus membros ativos pela continuidade das tradições culturais.

A agroecologia que representa a base conceitual da agricultura orgânica hoje já faz parte da grade acadêmica de cursos de graduação, especialização e pós-graduação de diversas universidades, com importantes centros de pesquisa agrícola incorporando o desenvolvimento de sistemas orgânicos de produção em seu portfólio de projetos, tanto no exterior quanto no Brasil.

O termo já é muito utilizado e possui várias definições, como “agricultura sem agrotóxicos”, “agricultura orgânica”, “agricultura alternativa”, mas, de modo geral, simboliza um modo de estudo da agricultura que se reveste de cuidados especiais em relação ao ambiente

e aos problemas sociais, com perspectiva na produção e na sustentabilidade ecológica de produção (ALTIERI, 2002).

Assim sendo, os exemplos dessa produção agroecológica como a agricultura orgânica vêm ganhando legitimidade social e política no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência, em especial por segmentos sociais, mais preocupados com a segurança alimentar e com o meio ambiente (ALTIERI, 2000).

Essa preocupação dos agroecologistas está intimamente relacionada com as leis ambientais brasileira de preservação ambiental e com a produção de alimentos saudáveis, respeitando o direito do cidadão de ter acesso a alimentos de origem confiável, livre de elementos químicos, sintéticos e transgênicos.

1.2. Agricultura orgânica

A agricultura moderna teve origem no século XIX, a partir dos estudos científicos de Saussure (1797-1845), Boussingault (1802-1887) e Liebig (1803-1873). Esses estudiosos, em suas descobertas, derrubaram a teoria do húmus, que defendia que as plantas obtinham seu carbono a partir da matéria-orgânica do solo (JESUS, 1985).

Em uma experiência, Liebig encontrou diferentes quantidades de 25 elementos químicos no solo, isso o fez pensar que o aumento da produção agrícola seria proporcional à quantidade de substâncias químicas introduzidas no solo, e essa ideia foi propagada por ele. Liebig preparou uma solução contendo esses mesmos elementos químicos em igual proporção aos resultados encontrados na análise, e plantou alguns vegetais que ali cresceram.

Nessa experiência, feita em 1842, Liebig anunciou a “Lei do Mínimo”, onde a menor quantidade de um elemento essencial ao desenvolvimento é que seria o fator limitante ao crescimento, e que as plantas não dependiam de adubação orgânica para viver.

Justus Von Liebig é considerado o maior precursor da “agroquímica” (PLANETA ORGÂNICO, 2010). As descobertas desses cientistas foram o ponto final de um longo período, no qual o conhecimento agrônomo dava-se pela experiência acumulada pelos agricultores.

Louis Pasteur (1822-1895), Sergei Winogradsky (1856-1953) e Martinus Beijerinck (1851-1931) foram os pioneiros no estudo da microbiologia dos solos e contribuíram com suas fundamentações científicas ao comprovarem a importância da matéria orgânica nos ciclos produtivos agrícolas.

As descobertas de Liebig, mesmo com seus equívocos, haviam se tornado grandiosas, ultrapassando o meio científico e ganhando forças no mercado industrial agrícola no que concerne à venda de fertilizantes artificiais.

Na medida em que os elementos agrícolas passaram a ser produzidos e reproduzidos pelo setor industrial, o modo de produção também foi modificado, sendo abandonada toda uma história da construção do conhecimento agrícola. O sistema de rotação de culturas com a integração da produção vegetal e animal foi abandonado, e essas atividades passaram a ser realizadas separadamente.

O desenvolvimento de motores, a seleção de sementes e outros itens passaram a ser apropriados pelo setor industrial. Essas inovações foram responsáveis por aumento na produtividade agrícola, ficando conhecida como “Segunda Revolução Agrícola” (FRADE, 2000).

A negação da Segunda Revolução Agrícola pode ser percebida no surgimento dos “movimentos rebeldes”, que eram os movimentos *hippies* e de preservação da natureza contra o uso de agrotóxicos. As agriculturas alternativas originadas desses movimentos de maior importância durante as décadas de 1960 e 1970 foram a agricultura biodinâmica, ecológica, natural, orgânica e permacultura.

A publicação do livro “Primavera Silenciosa”, em 1962, pela bióloga americana Rachel Carson, chamou a atenção dos Estados Unidos e do mundo para os efeitos nocivos do uso indiscriminado dos agrotóxicos. Essa obra descreve os efeitos nocivos do uso do Dicloro-difenil-Tricloroetano mais conhecido como DDT na agricultura e sua ação acumulativa e exterminadora na cadeia alimentar, pois esse “inseticida” vitimava inclusive as aves consideradas como pertencentes ao topo da cadeia alimentar, o que demonstra o seu poder de bioacumulação podendo inclusive afetar os seres humanos. Esse pesticida é correlacionado como possível causador de partos prematuros, é cancerígeno, causas problemas neurológicos, respiratórios e cardiovasculares.

Ana Primavesi (1988) também corrobora essa perspectiva e relata que na Malásia o DDT foi utilizado no combate a pernilongos e moscas: estes insetos foram comidos por lagartixas que foram comidos por gatos, e toda cadeia alimentar envolvida morreu. Com a morte dos gatos, a população de ratos cresceu descontroladamente, ameaçando a segurança alimentar dos homens, pois os ratos atacavam os armazéns de estocagem de alimentos assim como as colheitas no campo.

A publicação desse livro foi um marco histórico, pois a partir daí o mundo passou a discutir sobre os problemas ambientais e a questionar esse modelo agroquímico de produção,

dando início às discussões e ao surgimento de movimentos em prol de uma agricultura mais limpa e saudável.

Assim, surgiram várias vertentes de agricultura ecológica, baseadas em manejos ambientalmente corretos. Segundo Khatounian (2001), os danos oriundos do modo de produção baseado na agroquímica e pelos danos ambientais de origem industrial fizeram surgir mundo afora movimentos na busca por um modo de produção mais natural, menos impactante ao homem e ao ambiente. Tais reações surgiram quase que simultaneamente em vários países, a partir da década de 1920, usando diferentes nomenclaturas, como biológico-dinâmico, orgânico ou natural.

Para se diferenciarem da prática dominante centrada na química, surgem, então, as principais escolas de agricultura ecológica, que entendem o solo como organismo vivo responsável pela produção das plantas e pela manutenção dos ciclos produtivos.

Rudolf Steiner (1861-1925) foi o idealizador da agricultura biodinâmica, que surge em 1924, conforme apresenta Elhers (1996). Fundamentava-se na propriedade autossustentável, onde o solo deve ser visto como um organismo vivo que se reativa pelos compostos biodinâmicos. A experiência agrícola recomendava a integração entre lavoura e pecuária, a obediência ao calendário biodinâmico, o uso de cercas vivas e a inserção de culturas primitivas para adubação verde em solos pobres.

Os compostos biodinâmicos, como nos sugere a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (2013), são baseados na antroposofia, ou seja, baseados na sabedoria humana. Esta é uma adaptação do calendário agrícola ao calendário astronômico, ou seja, plantar mediante consulta ao posicionamento do sol e as fases da lua, dividindo-se em compostos que são pulverizados e outros que são incorporados ao solo, são produzidos utilizando esterco animal, plantas medicinais e micronutrientes minerais.

A agricultura orgânica, criada por Albert Howard, na Inglaterra, (1873-1947), a partir da publicação do “Testamento Agrícola”, em 1940, é bastante disseminada nos Estados Unidos. É baseada em técnicas indianas que usam composto orgânico (compostagem) como fertilizante básico, e o solo é visto como organismo vivo, como nos informa Elhers (2008).

Nesse Sistema, a compostagem da matéria orgânica é a principal fonte de alimentação do solo. Esta matéria orgânica incorporada ao solo pode ser cobertura morta, como a palhada, restos de outros vegetais, ou por meio da plantação de leguminosas específicas que serão introduzidas ao solo. O uso de biofertilizante, o controle biológico de espécies, a rotação e a consorciação de cultura, a junção lavoura/pecuária e a utilização de adubo de origem animal, constituem a base para a manutenção da fertilidade do solo.

Segundo Elhers (1996 e 2008), a agricultura biológica apresentada por Hans Peter Müller na década de 1930 dá mais importância aos aspectos sócio-políticos e econômicos que pregam a autonomia e a comercialização direta dos produtos para os produtores. A produção agrícola deve ser alimentada por diferentes meios, desde que esses mecanismos de suprimento alimentar ao solo mantenham a saúde do mesmo, garantam plantas e seres humanos mais saudáveis e estimulem o manejo racional do solo com fertilização e rotação de culturas.

Mokiti Okada (1882-1955), precursor da agricultura natural, opõe-se às demais vertentes da agricultura alternativa e preconiza as observações das leis naturais. O consumo de alimentos naturais purifica o corpo e a alma, e seu fundador acreditava na construção do mundo ideal, onde as ações humanas estariam em conformidade com as leis da natureza. Segundo Elhers (1996 e 2008), os princípios da agricultura natural fundem a agricultura com os princípios religiosos e apregoam o uso de adubos de origem vegetal livres das impurezas de origem animal, recomendando, portanto, a cobertura vegetal e o controle biológico das pragas.

A permacultura, por sua vez, significa cultura permanente, tem como fundamentação a apropriação de técnicas de agricultura e construção tradicionais, assim como a potencialização do espaço e de energias disponíveis no meio rural ou urbano, independentemente da dotação dos recursos naturais desses locais. Ela tem como lema: “O problema é a solução”. Essa forma de cultura foi desenvolvida na Austrália, por Bill Mollison e Reny Mia Slay.

Com o aparecimento de várias correntes ideológicas dentro da agroecologia, tornou-se necessária a criação de uma organização internacional para dar suporte tanto nas trocas de experiências como para estabelecer os parâmetros mínimos necessários para garantir a qualidade dos alimentos de todos os movimentos de produção agroecológica, uma vez que os mercados internacionais, cada vez mais, se abriam para esse tipo de produção.

Assim, o termo agricultura orgânica foi escolhido para denominar e reunir o conjunto de todas as propostas de agriculturas alternativas, e em 1972 foi fundada a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM). As normas estabelecidas por essa instituição qualificam o produto como “orgânico”, possibilitando o uso do selo de garantia, de forma que ele possa ser identificado pelo consumidor como estando livre de produtos químicos, sintéticos e geneticamente modificados.

Assim, o governo estadunidense aprova leis agrárias favoráveis ao seu desenvolvimento. Os agrônomos desse país passaram a aceitá-la, e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o World Bank Group ou simplesmente Banco Mundial (BM) defendem sua adoção.

No Brasil, a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, em seu artigo 1º, Parágrafo 2º, entende como sistema orgânico de produção agropecuária e industrial os sistemas denominados ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam os princípios dessa Lei.

A mesma Lei também considera como produtos orgânicos aqueles oriundos de processos extrativistas sustentáveis e não prejudiciais ao ecossistema local (BRASIL, 2003).

Em muitos países da União Europeia, o aumento da produção e do consumo de produtos orgânicos está fortemente correlacionado com o apoio efetivo dos governos à conversão da agricultura convencional para orgânica, incluindo orçamentos em seus planos de governo (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Essa ação afirmativa praticada por parte dos governos, principalmente da União Europeia, se colocada em prática aqui no Brasil, poderia elevar a quantidade de produtores, pois, o período de transição da produção convencional para a produção orgânica é demorada e dispendiosa, dificultando a migração de muitos produtores do sistema convencional para o sistema de produção orgânico.

1.2.1. Certificação da Agricultura Orgânica

Um produto para ser comercializado com o rótulo de “orgânico” deve preencher algumas exigências que começam bem antes do processo produtivo, ainda na preparação do solo e segue com procedimentos rigorosos durante a cadeia produtiva e no processamento, caso esse produto passe por alguma transformação.

Para organizar o comércio de produtos orgânicos in natura ou processados, foi criada na Europa, em 1972, a IFOAM. Entidade encarregada de harmonizar os conceitos e estabelecer padrões básicos para a agricultura orgânica. Padrões esses que são aceitos como referências para a produção orgânica.

A partir da década de 1970, iniciam-se no Brasil, os primeiros debates para elaborar um marco legal. Naquele momento, o movimento em torno da produção sem agrotóxico crescia no Brasil, com adesão dos movimentos *hippies* e da contracultura; o movimento orgânico da época estava ligado às filosofias que buscavam o retorno do homem à natureza, negando as novas práticas agrícolas.

No Foro Global de Organizações Não Governamental e Movimentos Sociais em 1992, no Rio de Janeiro (RIO ECO 92), foram discutidos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, água e meio ambiente. Como consequência, o Ministério da

Agricultura e Planejamento Agrícola (MAPA), considerando o crescente interesse por produtos, até então denominados de produção ecológica, biodinâmica, produtos naturais e orgânicos, conclamou um grupo de pessoas para debater o tema. Assim, em agosto de 1994, por meio da Portaria n. 178, foi criada a comissão especial para propor normas para certificação de produtos orgânicos, sendo publicada em 1999 a Instrução Normativa n. 07/99, que define o que é um sistema orgânico de produção e dispõe sobre normas para tipificação, identificação e qualidade dos produtos orgânicos (BRASIL, 1999).

Segundo a Instrução Normativa n. 07/1999,

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação... O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológicos, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeito desta Instrução, considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas. (BRASIL, 1999).

Em 2001, foi criada a Instrução Normativa (IN) n.16, por meio da qual credenciaram-se as certificadoras e, no ano seguinte, realizou-se o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), quando foi criado o Grupo de Agroecologia Orgânica (GAO). Esse grupo participou dos debates para a proposta da Lei nº 10.831, de dezembro de 2003, que estabelece parâmetros de produção, comercialização e rotulagem da agricultura orgânica no Brasil (BRASIL, 2003).

A partir de 2004, foi iniciada uma segunda fase na construção do marco legal da agroecologia com os grupos de trabalho do MAPA, do GAO e um Fórum das Certificadoras, onde discutiram a regulamentação da Lei n. 10.831/2003. No ano de 2007, foi publicado o Decreto n. 6.323, que regulamenta a Lei n. 10.831/2003. Foram regulamentados três mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica: Certificação por Auditoria Externa, Sistemas Participativos de Garantias (SPGs) e Controle Social na Venda Direta (BRASIL, 2008).

Para atender às exigências internacionais, o Brasil procurou mecanismos para regulamentar o sistema de produção orgânico, visando ter acesso ao novo mercado internacional que se apresenta. Desenvolve-se, então, um regulamento para organizar os

sistemas de produção primária e garantir a inserção da produção orgânica no mercado internacional, surgindo, assim, no Brasil, a certificação.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define “certificação” como

[...] um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente da relação comercial, com o objetivo de atestar publicamente, por escrito, que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados. Esses requisitos podem ser nacionais, estrangeiros ou internacionais. (ABNT, 2012).

A certificação aparece, então, como o componente essencial para a gestão das negociações que proporciona ferramentas para padronização e classificação, bem como, diminui as inconformidades e, conseqüentemente, diminuem as ações oportunistas entre os agentes. De uma forma direta, a certificação pode ser definida como um

Processo sistematizado, com regras pré-definidas, devidamente acompanhadas e avaliadas, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos. (INMETRO, 2010).

A Instrução Normativa n. 46, de 2011, que revoga a Instrução Normativa n. 64/2008, passa a fiscalizar todos os produtores ditos “orgânicos” de acordo com a Lei n. 10.831/2003, e que os mesmos devem usar o novo selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, somente após passarem pela aprovação das empresas certificadoras autorizadas, desde 1º de janeiro de 2011 (BRASIL, 2011).

A concessão do selo de Sistema Orgânico (SisOrg) é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e a critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

De acordo com o MAPA, o produtor orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), o que somente é possível se o produtor orgânico estiver certificado por um dos mecanismos de certificação descritos neste trabalho, a saber: a certificação por auditoria externa; e a certificação pelo sistema participativo de garantia (SPG). Esses modelos são descritos a seguir (BRASIL, 2003).

A certificação por auditoria externa, como o próprio nome diz, é um sistema de acreditação, onde, o certificador e o certificando não mantêm uma relação direta, estando a empresa certificadora totalmente independente do sistema produtivo, assegurando ao vendedor e ao consumidor as reais informações sobre o processo de produção, proporcionando

credibilidade no bem adquirido. E essa certificação se dá mediante um certificado emitido por uma empresa habilitada, que garante a harmonia das etapas de produção pelo produtor, e pela colocação de um selo de garantia na embalagem do produto (ORMOND, 2002).

A certificadora também atua no sentido de mediar conflitos, atender denúncias e aplicar sanções administrativas. No caso de hortaliças, que têm ciclo produtivo com pouca durabilidade, as visitas são semestrais com agendamento, podendo acontecer por parte da certificadora, visita surpresa.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), nele há quatro certificadoras credenciadas, sendo elas: o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Instituto Biodinâmico Certificações Ltda. (IBD), ECOCERT Certificadora do Brasil Ltda. e o Instituto de Mercado Ecológico (IMO). No modelo de certificação por auditoria, as empresas certificadoras fiscalizam as propriedades orgânicas e o MAPA é responsável por acompanhar o trabalho delas.

No Brasil, a ECOCERT do Brasil Ltda. e o Instituto de Mercado Ecológico (IMO) são filiais de certificadoras internacionais. A primeira tem sede na França. Já a segunda possui sede na Suíça e tem atuação em mais de cinquenta países, recebe apoio de organizações como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) garante, desde 2007, que os produtores possam comercializar diretamente seus produtos junto aos consumidores, processadores, mercados e lanchonetes, por meio dessa certificação. Ela se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros envolvidos no sistema. Eles podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados, visitando, cobrando melhorias e orientando com a finalidade de garantir os bons resultados a todos. Para ser legal, uma certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) legalmente constituído, que responderá pela emissão do selo orgânico pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg).

Meirelles (2003) define certificação participativa como sendo um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção orgânica, são realizadas com a participação de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características que valorizam a cultura local de cada realidade.

As principais certificadoras, nessa modalidade, são a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de

Janeiro (ABIO), Associação Ecovida de Certificação Participativa (Rede Ecovida) e a Associação Biodinâmica (ABD).

As principais empresas certificadoras que atuam no Brasil estão representadas na **Error! Reference source not found.**, independentemente do modelo de certificação adotado pelos produtores, pois cada certificação atende a uma exigência comercial, onde a certificação mais simples limita a comercialização ao mercado local, e uma certificação internacional que permite o comércio global desse produto.

Figura 1. Principais selos de certificação usados em produtos orgânicos.



Fonte: Organomix (2019).

Disponível em: <<https://organomix.com.br/blog/2019/02/por-que-organico-importa/>>. Acesso em nov. 2019.

Esses selos devem fazer parte do rótulo dos produtos, indicando a empresa certificadora, pois é esta empresa que atesta a veracidade e a qualidade da produção e autoriza sua comercialização com a chancela “orgânico”.

A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade do uso do selo de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento em uma Organização de Controle Social (OCS) cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores de Orgânico (CNPO).

A Organização de Controle Social (OCS) pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. Mas para que este grupo de produtores familiares seja reconhecido como OCS é necessário que estejam organizados e possuam entre si uma relação de comprometimento e confiança (BRASIL, 2007).

Para a legislação brasileira, venda direta é aquela que acontece entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários. A lei também aceita que a venda seja feita por outro produtor cadastrado ou por um membro da família, que participe da produção e que também faça parte do grupo vinculado à OCS. O que se quer com isso é garantir que o consumidor final sempre possa tirar suas possíveis dúvidas sobre o processo de produção do produto que está levando para sua casa (BRASIL, 2007).

Quanto às agências certificadoras, elas precisam ser credenciadas por um órgão autorizado, que formalmente reconheça a competência de uma pessoa ou organização para realizar os procedimentos técnicos de fiscalização da produção. A entidade que credencia internacionalmente as certificadoras de produtos orgânicos é a Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM).

Portanto, o processo de certificação afeta a forma como os agentes econômicos se organizam e coordenam suas atividades dentro da sua cadeia produtiva. Para que haja um processo de certificação eficaz, é necessária a adoção de um comportamento cooperativo entre as partes que trabalham para o alcance de um objetivo comum. Assim, cria-se uma hierarquização nos processos de certificação onde sua estrutura pode ser assim apresentada, independentemente da modalidade da certificação.

Conforme apresenta o **Error! Reference source not found.1**, a IFOAM faz a regulamentação internacional da certificação orgânica, o MAPA faz a regulamentação interna, criando as normas e os decretos que regulamentam os organismos de certificação e estas empresas certificadoras atuam na adequação da produção e liberam o selo “orgânico” para a comercialização dos produtos orgânicos nas diferentes localidades, dependendo do tipo de certificação obtido pelos produtores, individualmente ou coletivamente.

Organograma 1. Modelo de ação dos certificados brasileiros.



Fonte: adaptado de SILVA FILHO; PALLET; BRABET (2002).

1.3. Agricultura Familiar

A denominação de “agricultura camponesa ou agricultor camponês” perdeu força na década de 1990, em função da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa, de certa forma, suaviza e torna socialmente mais aceitáveis as políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores rurais, outrora denominados camponeses, sendo esse termo associado a movimentos sociais tidos como movimentos esquerdistas ou comunistas, em função dos seus autores clássicos (Kautsky, Shayanov, Lenin) serem historicamente representantes de uma revolução camponesa.

No campo sempre existiu organização do trabalho, que tinha como base o seio da família. No passado, quanto mais numerosa a família mais força de trabalho disponível para produção e reprodução social do grupo familiar. O trabalho camponês sobreviveu a diferentes tipos de sociedade e, como previsto no capitalismo, sua destruição não se efetivou conforme diagnosticado, porque seu ressurgimento aparece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e reforma agrária (FERNANDES, 2000).

No Brasil, a Via Campesina, criada em 1992, tem entre seus objetivos construir um modelo de agricultura que preserve o meio ambiente, que garanta soberania e segurança

alimentar e equidade social entre seus membros, reúne camponeses da América, Ásia, África e Europa. No Brasil, estão inseridos na Via Campesina vários movimentos sociais, entre eles: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); Comissão pastoral da terra (CPT) e a Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

Outro movimento ligado à agricultura familiar é o da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), criado em 2001, ligado ao movimento sindical (CUT), e reúne os sindicatos dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, que têm entre seus objetivos a luta pela reforma agrária e contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e pela luta do socialismo (FETRAF-SUL, 2001).

Analisando a pauta desses dois movimentos, percebe-se muito mais semelhança que diferenças, pois são organizações que aglutinam pessoas que trabalham no campo, sejam elas camponeses, pequeno produtor ou agricultor familiar.

Nota-se que diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos a partir da década de 1990, principalmente em Geografia Agrária, onde o conceito de camponês e o de agricultura familiar são utilizados como sinônimos de uma mesma situação, onde a família está ligada à terra e nela vive e se reproduz econômica e socialmente.

De acordo com Fernandes, os teóricos da agricultura familiar defendem que

[...] o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Precedendo as discussões teóricas, deve-se deixar claro que o termo agricultura familiar é um termo recente, e que muitos autores utilizam outros termos, tais como: agricultura camponesa, pequena produção, agricultor de subsistência ou ainda outras denominações para o agricultor familiar. Considera-se que cada denominação utilizada carrega consigo uma carga histórica conceitual e que guardam semelhanças e diferenças entre si.

Dessa forma, ao longo deste trabalho, foram mantidos os termos utilizados pelos autores em diferentes contextualizações, respeitando o momento histórico de cada um em suas respectivas obras, porém dentro dele e concordando com Fernandes (2001), ao abordar a temática em estudo, usar-se-á o termo agricultura familiar ou produção familiar, como forma de referir-se àquele que com sua família faz de um pedaço de chão seu pedaço de céu.

Marx (1971) tem dado um maior destaque à Renda Fundiária em seu pensamento sobre a agricultura. A visão desse autor em relação às relações sociais na agricultura é que a evolução do capitalismo extingiria as mesmas.

Então, do ponto de vista de Marx, percebe-se que com a prosperidade do capitalismo, a mão de obra na produção não tem a família como a principal gestora das atividades agrícolas na produção. Assim, de acordo com seu entendimento, no modo de produção capitalista, a pequena propriedade inexistiria, já que vários obstáculos culminariam para a sua extinção. E ainda, segundo o referido autor, as razões que causariam a extinção da pequena propriedade, se dão em virtude do enfraquecimento gradativo do solo que esse tipo de agricultura causa, pela concorrência em larga escala, bem como pela falta de acesso ao desenvolvimento tecnológico da pequena produção, o que certamente não favorecerá para a redução de preço dos seus produtos, como acontece na produção de grande escala.

Marx (1971), inclusive, pontua que a propriedade da terra é um malefício, tendo em vista que a aquisição da terra promove uma descapitalização de seu adquirente. Isso faria com que o mesmo não tivesse condições financeiras para empregar os recursos necessários para o bom desenvolvimento da agricultura: “o desembolso de capital para comprar terra não é, portanto, investimento de capital agrícola... e, além disso, constitui entrave para a agricultura” (MARX, 1971, p. 928). Segundo Marx, nesse tipo de atividade a força humana desperdiçada é muito grande, posto que nela inexistem os requisitos materiais e espirituais da riqueza e do crescimento de uma agricultura inteligente. O autor também afirma que:

A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda a crueldade das formas primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados. (MARX, 1971, p. 931).

Considerando as afirmações apresentadas, entende-se que na compreensão clássica de Marx, o pequeno produtor estaria destinado ao desaparecimento, uma vez que se tornaria rastro de um modo de produção arcaica. Ele, igualmente, sustenta que os pequenos produtores, formavam um extenso volume composto por uma “simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco” (MARX, 1997, p. 127), de forma que não há uma organização política entre eles, o que desfavorece a validação dos interesses de classe, visto que, “nessa exata medida, não constituem uma classe” (Idem, p. 128). Logo, “o campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo” (ABRAMOVAY, 1998, p. 35).

Kautsky (1968) analisa a pequena e a grande exploração na Alemanha, evidenciando a superioridade da grande exploração sobre a produção familiar. Com isso, ele demonstra, em um futuro, o total aniquilamento da pequena exploração em face da exploração do capitalismo que traz um avanço técnico possível somente para a exploração capitalista, na medida em que “quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” (KAUTSKY, 1968, p. 100).

Conforme esse autor, o desequilíbrio técnico permite somente ao grande capitalista os benefícios da utilização de sementes selecionadas, fertilizantes, maquinário agrícola, mão de obra especializada e uso racional do solo, que, por consequência, causaria a eliminação da pequena produção e levaria à proletarização do camponês. Desta maneira, restaria ao camponês duas opções: a sua transformação em agricultor familiar integrando-se aos mercados, ou permanecer como ele sempre foi e se extinguir.

Para Kautsky (1968), as relações existentes entre a agricultura e a indústria, demonstram a ideia de uma industrialização agrícola, onde o pequeno estabelecimento está à margem desse processo, pois a incapacidade de incorporação das inovações técnicas será a limitação para a inserção do pequeno no contexto industrial.

O autor salienta que as perdas ocorridas na pequena exploração, relacionadas à infraestrutura e sementes, além das limitações de equipamentos e de tecnologia, demanda proporcionalmente muito mais, em forças humanas e animais para a movimentação do estabelecimento, do que as grandes, não podendo tirar proveito na mesma intensidade do que tiram os grandes estabelecimentos.

Ainda segundo o autor, outra questão importante é o fato de a grande exploração ser mais capacitada em tirar vantagens da divisão do trabalho em comparação com a pequena, pois possibilita a especialização e a adaptação das ferramentas e dos instrumentos aos diferentes tipos de trabalho, o que torna essa produção inovadora mais eficiente que a produção pré-capitalista. O autor também elenca um conjunto de benefícios da grande sobre a pequena exploração, mostrando que eles são mais importantes para a produção moderna e pelo maior número de mão-de-obra que emprega, possibilitando a divisão do trabalho entre os operários manuais e os intelectuais.

Em âmbito algum a superioridade da grande sobre a pequena exploração é mais acentuada do que no comércio. As despesas de transporte, em particular por estrada de ferro, diminuem também para as grandes massas de mercadorias. O que compra por atacado compra mais barato e melhor do que o que compra a varejo. O que compra por atacado pode com o mesmo

proveito, ou mesmo com proveito maior, vender mais barato, triunfar na concorrência. (KAUTSKY, 1968, p. 118).

Além das vantagens da grande empresa sobre a pequena, pode-se acrescentar as vantagens relacionadas ao crédito e ao comércio, pois no momento da compra, ou da venda, fica explícita a superioridade da grande, assim, o camponês é altamente dependente do comércio. O pouco conhecimento de comércio faz dele o elo mais fraco dessa relação, pois quando produz em abundância, não consegue boa comercialização e quando não tem boa produção, o comércio lhe apresenta preços favoráveis. Nesta relação camponês/comércio, lamentavelmente,

[...] ninguém tem conhecimentos comerciais menores do que ele, ninguém sabe, menos do que ele, aproveitar, ou mesmo prever, rapidamente as circunstâncias, favoráveis, ou prevenir as circunstâncias desfavoráveis (Idem).

Para Abramovay (1998), o olhar de Lênin sobre a perspectiva do trabalho é diferente da posição de Kautsky. Seu grande empenho, relativo à questão agrária, é mostrar a diversidade social do mundo rural, onde há um “esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista” (ABRAMOVAY, 1998, p. 42).

A ideia predominante de Lênin é destacar a heterogeneidade na sociedade rural, circunstância que proporcionava a existência de várias contradições no centro do campesinato - “o conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato” (LÊNIN, 1982, p. 113). Essa situação contraditória entre os camponeses, traz como consequência a sua diferenciação social. Sendo assim,

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas; ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (Idem, p. 114, grifo do autor).

Para Lênin, não há um fortalecimento dos camponeses, há apenas indivíduos pobres que, embora proprietários das terras, necessitavam assalariar-se para sobreviver. Em vista disso, Lênin confirma as teses marxistas, ou seja, o caminho inevitável da pequena exploração é a extinção. A passagem infracitada aviva essa afirmação, vejamos:

O camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos. O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada) a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. (LÊNIN, 1982, p. 112-113).

Em Alexander Chayanov (1981), encontramos uma visão bastante divergente do pensamento marxista. Segundo esse autor, existe uma série de relações não capitalistas em funcionamento, cada uma com sua coerência, estando inclusa, entre elas, a economia camponesa. Para Chayanov, torna-se difícil estudar todos os fenômenos econômicos, tendo como parâmetro a economia capitalista:

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. (CHAYANOV, 1981, p. 133-134).

Abramovay (1998, p. 58-59), corroborando o pensamento de Chayanov, afirma que não há como

[...] compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida. Embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra.

Ainda de acordo com o seu pensamento, o autor procura mostrar que o campesinato existe como reação a uma necessidade social e que “[...] a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo” (ABRAMOVAY, 1998, p. 52). Sua hipótese preocupa-se em deixar claro que a economia camponesa, além de possuir uma razão própria, não está destinada ao desaparecimento. Pelo contrário, esse é um sistema econômico dinâmico em que se podem encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento próprios, ou seja, “esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade” (Idem, p. 134).

Segundo Chayanov (1981), o trabalho familiar é a base da economia camponesa e os membros da família é quem o realiza, não havendo o uso de mão de obra assalariada ou só sendo utilizada em momentos de maior demanda, quando não se pode abrir mão dela. Para ele, há um constante balanço entre trabalho e consumo por parte do camponês, de modo que a quantidade de trabalho é diretamente proporcional às necessidades de consumo familiar. Assim, o volume de atividade da família está diretamente relacionado ao número de consumidores e não ao número de trabalhadores.

Verifica-se que, na concepção chayanoviana, os fatores que determinam a relação trabalho e consumo são, principalmente, o número de membros da família que se dedicam ao labor da terra, a qualidade e o tamanho da dela, onde

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e além disso pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano. (Idem, p. 138).

Existe uma lógica de produção que orienta a tomada de decisões dos produtores no tocante ao mercado, o que não significa, no entanto, que a família afaste-se do mercado sendo contrária ao progresso técnico. O que acontece é que a produção familiar vai se orientar de uma forma diferente do que ocorre na produção capitalista, que considera apenas o mercado na sua tomada de decisão. Sendo assim,

[...] é da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamentos ou ao uso de insumos de origem industrial [...]. (ABRAMOVAY, 1998, p. 63).

Ainda nessa lógica, “[...] o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho” (CHAYANOV, 1981, p. 139). Com essa afirmação, Chayanov esclarece que a família continuará trabalhando, independentemente do desconforto do trabalho. Uma vez supridas essas necessidades primárias, a família teria pouco incentivo para continuar trabalhando com maior ou menor intensidade. Dessa forma, a força do trabalho camponês não é estabelecida pela relação deste com outras classes da sociedade, e sim pela razão entre as dificuldades dos esforços exercidos e a satisfação de suas necessidades.

Nas obras de Garcia Jr. (1983 e 1989), a questão da *diferenciação interna do campesinato* é trabalhada de uma forma diferente do modelo defendido por Lênin. Nas suas obras, a diferenciação interna do campesinato não é vista como um sinal de desagregação deste, mas como relações sociais típicas da própria classe. Desse modo, o autor demonstra a diferenciação não por meio da proletarização ou aburguesamento dos camponeses, mas oferece elementos para que se percebam variações internas ao grupo de pequenos produtores, no qual existe o morador, o trabalhador safrista, o feirante. Diante disso,

O pequeno produtor tem sua casa em terra própria e dispõe de alguma terra onde pode botar roçado. Isto o difere do morador, para quem tanto o acesso à casa como ao roçado, dependem da relação com um grande proprietário, a quem fica subordinado também no uso da força de trabalho, sua e de sua família. O trabalhador residente na rua difere do morador por não estar em casa sob o domínio de um grande proprietário e, portanto, tem garantida a livre disposição da força de trabalho de seu grupo doméstico. (GARCIA Jr. 1983, p. 59-60).

As explorações familiares estão presentes em todo o mundo, apesar de enfrentarem vários tipos de adversidades, tanto econômicas quanto políticas. Abramovay (1998) destaca as vantagens da agricultura familiar integrada ao mercado, absorvendo tecnologia e dando respostas às políticas de governo, mostrando que, em um ambiente favorável, a agricultura familiar deixa de ser um mero resquício da história antiga e atrasada, para ser protagonista de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Com relação à produção familiar, deve-se evidenciar que

Distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. (LAMARCHE, 1993, p. 18).

Além disso, algo que se deve levar em consideração na análise da produção familiar é a diversidade dos graus de integração desta na economia de mercado. Obviamente, uma maior ou menor integração determinará diversos modos de vida e de representação.

Na análise das estratégias dos produtores não se pode deixar de salientar que no funcionamento das explorações ocorre a influência, de um lado, do “patrimônio sociocultural

que cada explorador e sua família dispõem e, de outro, as escolhas políticas que lhes dizem respeito, efetuadas pela Sociedade Global” (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Dessa forma, nota-se que ao tomarem determinadas decisões, com relação à produção familiar, duas forças juntam-se no sentido de influenciar os produtores: o peso do passado e da tradição e a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão posteriormente.

Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. (Idem, 1993).

A partir da década de 1990, o meio rural brasileiro passou a diversificar suas funções mediante o aparecimento de novas formas de produção agrícola e de práticas não agrícolas. A agroecologia entra nesse cenário como um novo modelo de produção agrícola, que possibilita a reprodução socioeconômica da agricultura familiar no meio rural brasileiro. A agroecologia apresenta-se como uma alternativa ao modelo tradicional de produção.

Nesse sentido, o PRONAF, que foi criado em 1996, torna-se o primeiro programa de iniciativa de política pública, portanto de ação do governo federal, direcionado ao segmento social de pequena produção rural.

De acordo com a Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e atenda os seguintes requisitos: não detenha área maior que quatro (04) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra familiar, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades do estabelecimento rural e dirija o estabelecimento com sua família.

Apesar de se utilizar do conceito de “agricultura familiar”, enfatiza-se que esta é uma terminologia recente, ou seja, somente na década de 1990, com as discussões acadêmicas e dos movimentos sociais e com a criação do PRONAF, ocorreu o reconhecimento e a legitimação desta categoria social.

Autores como Lamarche (1993) e Wanderley (2001) reiteram que a agricultura familiar corresponda a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão ligados à família. Assim, a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho na unidade produtiva. Contudo, percebe-se que essas características, normativa ou analítica, permitem dar sentido singular e também definir algumas tipologias, para essa categoria que apresenta uma diversidade de situações, fazendo com que essa versatilidade da agricultura camponesa seja condicionada por fatores naturais, sociais, econômicos e culturais.

É interessante lembrar que o município de Silvânia foi onde constituiu-se o recorte espacial da pesquisa. O camponês adota várias estratégias para geração de renda e segurança alimentar como a criação de animais, a diversificação de produtos agrícolas, a produção de frutas, a produção de hortaliças e em especial a de produtos orgânicos. Verifica-se, ainda, que as políticas públicas como o PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também, contribuem de forma significativa para a reprodução social do grupo. Salienta-se, inclusive, outras fontes de rendimentos que possibilitam a reprodução do segmento como renda não agrícola, tais como benefício da Previdência Social Rural (PSR), trabalho externo à propriedade em atividades agrícolas e não agrícolas, participação em feiras livres para venda da produção, entre outros.

Além das estratégias de reprodução social, o sentimento de pertencimento ao lugar, os laços sanguíneos e os vínculos de amizade e vizinhança, em alguns casos, fortalecem e viabilizam a permanência dos camponeses no lugar.

Observa-se, também, que nas comunidades rurais do Município de Silvânia, os eventos culturais peculiares, como a realização de festas em homenagem a padroeiros e padroeiras, Folia de Reis, terços religiosos e novenas, são cultuados com bases no catolicismo histórico tradicional do lugar, não negando a presença de outras religiões cristãs presentes no Município.

Embora os agricultores camponeses possuam uma identidade dinâmica, eles recebem influências externas às comunidades rurais, elas contribuem de forma significativa para o processo de identificação individual e coletiva dos indivíduos.

É importante mencionar que todo agricultor familiar do Município de Silvânia, enfrenta diversos problemas relacionados ao campo, independentemente da região onde vivem, tais como, estradas precárias, dificuldade no transporte da produção e sua colocação no mercado, acesso à saúde e à educação, além da dificuldade em se dirigir até a sede do município em função de sua grande extensão territorial.

Passo, na sequência, ao segundo capítulo desta tese que trará um panorama acerca da modernização da agricultura no Estado de Goiás.

CAPÍTULO 2

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS



Horta Orgânica em Silvânia – GO. Foto: CAIXETA, J. C. (2018).

CAPÍTULO II

No segundo capítulo, apresento a modernização da agricultura em Goiás, que tem sua origem nas intervenções realizadas pelos Governos Federal e Estadual na implantação de políticas para o desenvolvimento do interior do Brasil, como a construção de Goiânia e Brasília, com isso chegando toda uma infraestrutura que possibilitou o crescimento da agropecuária no Estado de Goiás. Este crescimento, principalmente da agricultura, está intimamente ligado aos grandes projetos de desenvolvimento do Centro-Oeste e do Cerrado brasileiro como um todo, a saber o POLOCENTRO e o PRODECER, que promoveram uma modernização conservadora e excludente no interior do Brasil.

2. A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

A modernização do Brasil Central está pautada em uma questão muito importante e que diretamente influencia de modo fundamental o seu desenvolvimento regional, ou seja, é a sua localização (FREITAS, 2011).

A localização passa a ser um dos principais elementos ligados ao processo de ocupação e conseqüentemente de desenvolvimento econômico, uma vez que a ocupação do Brasil teve início na costa Leste, onde estão registrados os principais centros urbanos e industriais do País. Pela dificuldade de acesso ao interior, essas áreas localizadas a oeste do litoral só foram incorporadas pela economia brasileira no início do século XX com atuação efetiva de políticas públicas no sentido de desenvolver o interior do Brasil, (FREITAS, 2011).

O Movimento Federalista de 1930, chefiado por Vargas, plantou no Brasil uma política nacionalista, implantando ações visando uma integração territorial ampla. A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve como objetivo principal o conhecimento do território brasileiro em toda sua amplitude física e social para efetivamente proporcionar maior conhecimento do território e melhor integrá-lo com a intenção de explorá-lo.

Essa incursão rumo ao oeste brasileiro ficou conhecida como “Marcha Para o Oeste” e Goiás era, então, estratégico, pois com a população concentrada no litoral brasileiro para se integrar o Leste com o Oeste, desenvolver o Centro era uma etapa fundamental nessa política nacionalista.

A nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal no Estado foi o marco que rompeu com as antigas políticas coronelistas. Ao nomear o interventor e este mudar a Capital do Estado de Goiás, em 1935 da cidade de Vila Boa, hoje Cidade Goiás, para Goiânia, a mudança da capital afastava o poder do território “Caiadista” abrindo espaço para o crescimento de um novo poder político liderado regionalmente por Pedro Ludovico Teixeira apoiado nacionalmente pelo presidente Getúlio Vargas. Esse alinhamento político regional aos interesses nacionais rendeu grandes benefícios ao Estado e deu um novo rumo a Goiás.

O discurso nacionalista materializou-se através da “Marcha para Oeste”, que expressa, na verdade, a necessidade do sistema econômico nacional de integrar novas regiões à dinâmica de produção e reprodução do capital. O Governo Federal preocupava-se em garantir o controle efetivo do território, procurando homogeneizar a distribuição da população no espaço. A ocupação da região Centro-Oeste, com destaque para o Estado de Goiás, serviria de etapa preliminar para o avanço posterior da nação para o norte amazônico. (ASSIS, 2005, p. 112, grifo do autor).

O Estado passa a ser visto pelas elites do Sudeste brasileiro como sendo integrado aos planos nacionais de modernização ao criar estabelecimentos que possibilitassem a acumulação, principalmente, por meio da agroindústria.

A partir de então, o Brasil passa por um ligeiro surto de industrialização, principalmente a Região Sudeste. De acordo com Bezerra e Cleps Junior (2004, p. 31), com o aumento de trabalhadores na indústria paulista e mineira, seria necessário baratear o custo de vida com a oferta de bens primários essenciais. Isso quer dizer que era preciso baratear a alimentação com mais oferta de produtos essenciais.

Assim, Goiás insere-se no processo como fornecedor de produtos básicos, participando do desenvolvimento industrial brasileiro como fornecedor desses produtos primários, tão importantes para o desenvolvimento do País e assim, também ao seu modo, desenvolver-se aproveitando as características naturais e as condições de desenvolvimento no contexto do momento.

Neste novo contexto espacial, Goiás também sofre alterações, pois Goiânia foi um marco no projeto nacionalista de povoamento, exploração e expansão de mercado. Conforme salienta Assis (2005, p. 116),

Getúlio e Ludovico atribuíram ao empreendimento um significado político, econômico e simbólico. Politicamente a nova capital representava a derrota da oligarquia Caiado, que tinha em Goiás seu principal núcleo de poder. Na

esfera econômica, a nova cidade expressava o avanço das forças capitalistas e a integração definitiva de Goiás no sistema produtivo nacional. No plano simbólico, Goiânia representava a nação brasileira, que se erguia de seu marasmo histórico, para dar um passo efetivo na conquista do território e na afirmação de sua soberania. A civilização chegava ao sertão indômito, consolidado a hegemonia de novo grupo político que assumia as rédeas da região e da nação.

A construção de Goiânia, na década de 1930, pela mão do interventor federal, tornou-se um marco no desenvolvimento do Centro-Oeste e caracteriza-se como uma demonstração de uma política de Estado que foi denominada de “Marcha Para o Oeste”, que teve na construção de Brasília sua significação máxima.

A mudança da capital federal para o Centro-Oeste força o governo federal a construir várias rodovias para interligar a nova capital às demais regiões do País. Isso facilita o escoamento da produção primária, bem como a chegada de novos moradores atraídos em um primeiro momento pelas construções de Goiânia e de Brasília, concomitantemente pelos projetos agrícolas implantados na região. Assim, Pessoa (1997) explica que a Marcha Para o Oeste deixou bem clara qual era a função de Goiás dentro dessa política nacional, ou seja, fornecer produtos alimentícios e matéria prima, absorver excedente populacional de outras regiões, evitando conflitos por terra e trabalho. Assim temos em suas palavras:

[...] as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto à criação das colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país [...]. Portanto, com a Marcha Para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. (PESSOA, 1997, p. 36-37).

Ao longo desse período, a conjuntura política juntamente com implantação de uma infraestrutura de vias de comunicação e transporte foi fundamental para a integração econômica, social e cultural do estado de Goiás com a parte dinâmica do país. Na parte sul do estado onde existia já existia a estrada de ferro e algumas estradas rodoviárias, a economia era mais dinâmica, superior à dinamicidade da região norte. A estrada de ferro possibilitava o trânsito de produtos manufaturados indo de Goiás para Minas Gerais e São Paulo e voltando com produtos manufaturados. Além da sua importância cultural, Borges (2000, p. 36), salienta que

A ferrovia tornou-se não só a principal artéria de exploração de bens primários e de importação de manufaturados, como também a principal via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna, portanto, um instrumento do capital no processo de dominação econômica e cultural.

No processo de modernização do território goiano, esta integração pós-1930 coloca Goiânia e Anápolis como os dois principais centros comerciais de Goiás, atuando na intermediação da produção local e na transação de produtos do Sudeste brasileiro. Conforme Estevam (1998, p. 134), “Os maiores parceiros comerciais de Goiás foram respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”.

Ainda neste contexto, pode-se dizer que

[...] os comerciantes de Anápolis e Goiânia consolidaram-se enquanto “classe mercantil” atuando principalmente em dois ramos: agropecuária – no financiamento, compra, armazenagem e beneficiamento de arroz – e na revenda de produtos industrializados, principalmente veículos e auto-peças, modalidade esta que regularmente esteve “na mão dos mesmos comerciantes que exportavam cereais e importavam manufaturados”. (ESTEVAM, 1998, p. 134, grifo do autor).

Assim, a integração de Goiás com o Sudeste brasileiro teve dois momentos distintos, o primeiro momento foi marcado pelas transformações envolvendo o território goiano entre as décadas de 1930 e 1970 ocorrida onde chamamos de Mato Grosso Goiano e impulsionada pela intervenção do poder público criando Goiânia e implantando projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG e outros; o segundo momento, marcado pelas transformações a partir das décadas de 1960 e 1970, também impulsionado por políticas públicas, teve como exemplos a criação de Brasília, a implantação de rodovias e de programas como o Polocentro e Prodecer, vindo a culminar com a superação da população das cidades sobre a população residente no campo.

Essa modernização dá-se principalmente na agricultura, onde foram implantadas políticas públicas direcionadas exclusivamente para esta finalidade. O Quadro 1 mostra bem os momentos em que as políticas públicas influenciaram na modernização do território goiano.

Quadro 1. Períodos e Políticas públicas que influenciaram na modernização do território goiano.

Período	Evento	Função
1930-1945	Estado Nacionalista	Finca as bases para a inserção capitalista no interior do país a fim de promover o desenvolvimento
1941-1959	CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás	Ocupação do Oeste do Brasil, dentro da política da “Marcha para Oeste”
1955-1960	Estado Nacional Desenvolvimentista	- Há uma aproximação do governo com o capital externo, por contração de dívida prioritariamente; - Construção de Brasília e o aumento da malha viária para integrar a nova capital.
1964	Ditadura	Intervenção estatal no setor agrário
1965	SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural)	Financia o setor agrícola exportador e produtos que substituem as exportações
1967	Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste)	Consolidar a ocupação da porção central do país, a partir da moderna agropecuária.
1970	PCI (Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados)	Superar o latifúndio improdutivo; por fim a agricultura atrasada.
1972-1974	PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília)	Controlar a migração para Brasília.
1972	Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)	Planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, viabilizando o desenvolvimento da agricultura nacional.
1974	Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)	Garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
1974	POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado)	- Destinar recursos para infraestrutura como armazenagem, estradas e energia; - Pesquisa agropecuária no sul e sudoeste goiano e no oeste de Minas Gerais.
1975	CPAC (Centro de Pesquisa agropecuária do Cerrado)	- Vinculado a Embrater e a Embrapa; - Função de detectar e aproveitar as potencialidades do Cerrado.
1978	PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados)	- Incentivos financeiros para intensificar sua mecanização com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Fonte: ESTEVAM (1998); BORGES (2007); ARRAIS (2007) apud. Freitas e Chaveiro (2009).

Conforme Chaveiro, Calaça e Rezende (2009, p. 18-19), “para compreender a relação das mudanças demográficas com as transformações territoriais é necessário olhar Goiás em dois períodos: de 1930 até 1970 e outro a partir de 1970”. O primeiro é chamado pelos autores de antecipação da modernização conservadora, e o segundo (a partir da década de 1970), de limiar da modernização conservadora. E acrescentam:

O primeiro período se refere ao Goiás das políticas expansionistas (Construção de Goiânia, Marcha para Oeste, CANG, os Planos Rodoviários, etc.) que se delineia dos anos trinta até final de sessenta, do século XX. Esse período pode ser alcunhado de antecipação da modernização conservadora. Já o segundo período, principalmente após setenta, representa outro Goiás, amparado por uma infra-estrutura consolidada (rodovias, energia elétrica, comunicação) mas cindido (separação de Tocantins); um Goiás que sofre influência da construção de Brasília; um território com uma modernização conservadora que se articula à economia nacional e se prepara para, posteriormente, se aglutinar à economia internacional. (CHAVEIRO; CALAÇA; REZENDE, 2009, p. 18-19).

O meio rural brasileiro, a partir da década de 1970, passou por intensas transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura. Tal processo engloba as transformações do lugar no sentido de implantar a reprodução ampliada do capital, ou seja, a produção tem uma única finalidade que é a de gerar mais capital e, com isso, no mesmo pacote, nós temos os impactos sociais e ambientais.

Conforme Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005), além de compreender uma grande área do território goiano (quase se confundindo com a atual Mesorregião Centro Goiano), o Mato Grosso Goiano é a região mais dinâmica, povoada e rica de Goiás. E acrescentam:

Ao utilizar o nome Mato Grosso Goiano para designar a região mais central de Goiás – atualmente desdobrada, com algumas modificações, em cinco microrregiões, o fizemos levando em conta tanto o seu caráter histórico (ela é assim chamada desde a chegada dos primeiros bandeirantes que descobriram Goiás) como a presença da grande floresta estacional decidual (floresta tropical) que a cobria originalmente [...] No século XX ela foi objeto de uma política de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica adotada por Getúlio Vargas nos anos revolucionários de 30 – a Marcha para o Oeste. (GOMES; TEIXEIRA NETO; BARBOSA, 2005, p. 125).

Segundo Castilho (2010), as transformações que ocorreram no território goiano a partir da década de 1930, evidenciam que a intenção daquele processo era de criar uma estrutura no território goiano para sua urbanização e trazer para Goiás as condições de reprodução ampliada

do capital que naquele momento estava se estabelecendo no Brasil, principalmente no Sudeste com a industrialização do Estado de São Paulo.

As frentes de expansão que existiam até então caracterizavam-se pela abertura de novas áreas de plantio assim que a área atual tornava-se fraca para a produção agrícola. Eram frentes dinâmicas e estavam sempre em movimento, desse modo sucessivas áreas eram abertas. Segundo Martins (1977), essas frentes localizavam-se em uma zona intermediária entre a fronteira demográfica e a fronteira agrícola e que, com a chegada da fronteira econômica, resultou no encontro da frente de expansão com a frente pioneira.

Essa colocação vem ao encontro da seguinte afirmação:

A chegada da fronteira econômica, impulsionada pelos processos de modernização por intermédio da ferrovia anapolina, da abertura de estradas, da chegada de um grande número de camponeses em busca de terra e de novas forças econômicas interessadas nas possibilidades advindas com o desenvolvimento regional. Segue-se a isso uma valorização da região em termos econômicos. É esta a dinâmica da chegada da frente pioneira. (SILVA, 2004, p. 72).

A modernização agrícola em Goiás teve por intuito aumentar a produção e a produtividade agrícola da região. Para isso acontecer, fez-se necessária a utilização de insumos, máquinas e implementos modernos. Desse modo, o Estado fez investimentos em infraestrutura, criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e pesquisas por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros.

Todavia, foi na década de 1980, que as áreas do cerrado, particularmente, o Estado de Goiás e o Município de Silvânia, foram incorporadas ao processo de expansão da modernização da agricultura. A partir desse período, os governos federal, estaduais e municipais instauraram medidas de incentivo para essas áreas. Vale salientar o papel da pesquisa agrônoma e do crédito rural.

Em Goiás, os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura se fundamentaram na construção de Goiânia (Capital do Estado) na década de 1930. Além disso, houve forte impacto, tanto no meio rural quanto no urbano, a construção de Brasília na década de 1960 (Capital Federal) e o desenvolvimento de infraestrutura, como o sistema rodoviário. Cumpre mencionar a importância dos bens naturais como a presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícios à mecanização e à disponibilidade pluviométrica. Associam-se a esses elementos, o baixo preço e a disponibilidade de grandes extensões rurais.

Em geral, o processo de modernização da agricultura ocorrido em Goiás foi um processo heterogêneo e não linear e privilegiou alguns cultivos, em especial, aqueles direcionados à exportação e à produção de biocombustíveis, como a cana-de-açúcar. Assim, os investimentos foram canalizados para os grandes e médios produtores, principalmente àqueles que produziam soja, milho e cana-de-açúcar, concentrando-se na porção Sul do Estado. Dessa forma, os agricultores camponeses, produtores ou proprietários de pequenos estabelecimentos rurais, ficaram à margem dos incentivos, das políticas públicas e dos investimentos direcionados para a modernização da agricultura.

2.1. Goiás, a nova fronteira agrícola

Segundo Martins (1997), o Estado de Goiás, a partir da década de 1930, começa a se estabelecer como área de fronteira agrícola ou frente de expansão agrícola. Neste período contextualizado, ele se encontra como uma área de fronteira agrícola, ou seja, como uma área que está sendo ocupada em processo de povoamento. Esta frente denominada fronteira agrícola está sempre à frente da fronteira demográfica ou fronteira econômica. Esta lacuna formada entre estes dois momentos é denominada, então, de frente de expansão agrícola.

Nesse momento, as terras têm pouco ou nenhum valor comercial, sendo terras ocupadas, geralmente terras do Estado chamadas devolutas, a ocupação se dá pela posse, surgindo daí a figura do posseiro. Produzem para o sustento do núcleo familiar, o pouco excedente é destinado ao mercado com a finalidade de suprir a carência do que não é produzido, (BEZERRA; CLEPS JUNIOR, 2004).

Os agentes que fazem essa primeira ocupação são aqueles que chegam para preparar a área para a segunda ocupação, ou seja, não são ainda os agentes que vão se estabelecer como encarregados da produção capitalista representantes do moderno, do novo, de novos paradigmas sociais e econômicos.

Diante disso, Goiás esteve à margem do desenvolvimento industrial brasileiro até a década de 1930, principalmente pela ausência de infraestrutura de transportes, que era condição determinante para o desenvolvimento do Estado. Então, a partir daí, com a crescente industrialização do sudeste brasileiro, houve a necessidade de barateamento do custo industrial.

Para isso acontecer, o desenvolvimento da agropecuária no Centro-Oeste tinha que ser mais eficiente no sentido de oferecer produtos agropecuários com preços mais acessíveis, buscando no aumento da produção e na redução do preço de produção soluções para as indústrias do Sudeste baseado na maior oferta das mercadorias.

De fato, com a participação de Goiás no processo produtivo, a partir da década de 1930, em nada mudou o cenário social existente, pois conservaram-se as relações tradicionais de produção com o elevado nível de exploração da mão de obra e a extrema concentração fundiária excludente, que impunha baixa remuneração à força de trabalho, baixando, com isso, o preço das mercadorias.

Com a construção de Goiânia, na década de 1930 e, conseqüentemente, com a construção da Ferrovia Goiás, que fazia a ligação com o Sudeste brasileiro, houve mais agilidade no escoamento de mercadorias, iniciou-se um comércio bilateral entre Goiás e a região Sudeste. Importavam-se produtos industrializados e exportava-se a produção agropecuária; naquele momento, a ferrovia era o principal meio de ligação entre Goiás e o Sudeste brasileiro.

As rodovias goianas só foram implantadas nas décadas de 1950/60 junto com a construção de Brasília. A Capital Federal exigia uma malha viária que a colocasse próxima de todas as capitais federais, com isso o território goiano foi altamente beneficiado com infraestrutura de vias. Pode-se, a partir de então, efetivar-se como um dos principais fornecedores de produtos agropecuários do Brasil, negociando até para mercados externos, apresentando-se também como importante entreposto comercial das indústrias, fazendo a distribuição para o Norte do Estado e para outros estados do Brasil, via rodovia Belém/Brasília e outras.

Segundo Bezerra e Cleps Junior (2004), esse período foi de fundamental importância para Goiás, pois marca a inserção do Estado no processo da modernização da agricultura. A construção de Brasília fez movimentar uma imensa massa de brasileiros para o centro do país, chegando, primeiramente, para trabalhar na construção e posteriormente fixando-se na região. Outros, vieram em busca do descobrimento de novos territórios e novas possibilidades. Desse modo, Goiás foi um dos atores principais da importante “Marcha Para o Oeste”.

Nesse contexto, Goiás foi contemplado com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no Município de Ceres, que veio a ter grande importância na modernização da agricultura goiana.

A modernização da agricultura no Estado nada mais foi que a mudança de uma agricultura de subsistência com pecuária extensiva para uma agricultura altamente tecnificada e moderna, onde não houve transição, o sujeito não era o mesmo, nem a agricultura nem a pecuária eram as mesmas.

Com a exclusão da maioria dos trabalhadores locais que vendiam suas terras por bons preços, em relação ao valor local, o que de fato aconteceu foi uma substituição do agricultor local praticante da agricultura de subsistência por um outro quase sempre vindo do Sul do País com o domínio das novas práticas agrícolas.

Segundo Bezerra e Cleps Júnior (2004), a chegada de novos habitantes e a infraestrutura implantada fizeram com que o preço da terra disparasse, fazendo da terra um referencial de *status* social. A abertura de crédito somente acessível ao grande proprietário de terra corroborou no processo de concentração fundiária.

A política agrícola praticada pelo governo manteve a estrutura fundiária do país, justificando ser esta denominada de conservadora e excludente, onde mantinha a concentração fundiária ao possibilitar que apenas o grande possuidor de terras tivesse condições de substituir o modelo de produção agrícola de subsistência pelo modelo da agricultura comercial (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Pode-se dizer que a expansão da agricultura moderna no cerrado teve início a partir da década de 1970, quando foram criados programas especiais de incentivo à agricultura. Esses projetos de colonização aceleraram o processo de inserção do cerrado no desenvolvimento agrícola brasileiro.

O Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foi criado em 1975 com o objetivo de desenvolver e modernizar atividades agropecuárias no Centro-Oeste, mediante ocupação de áreas de cerrado. Ao mesmo tempo, selecionou áreas específicas para participar desse projeto, forneceu crédito agrícola subsidiado e assistência técnica a todos os produtores que desejassem investir na expansão agropecuária.

O Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) é um Projeto Nipo-brasileiro criado em 1980, com o objetivo de promover a expansão da agricultura no cerrado, ampliando sua atuação além do Centro-Oeste brasileiro. Ele tinha como alvo as propriedades consideradas de médio porte, ou seja, de 250 hectares até 500 hectares, com aptidão, principalmente, à produção de grãos destinados à indústria.

Esta opção pelo tamanho das propriedades a serem beneficiadas pelo Programa, evidencia a preferência por um padrão produtivo de elevado custo, pois a implantação do pacote tecnológico imposto aos agricultores para, então, atender a todos os segmentos industriais envolvidos no processo (química, mecânica, biotecnologia, financeiro) tem custo elevado e precisa de garantias de pagamento dos investimentos, no caso a garantia era a própria terra.

Quando o programa (PRODECER) passa a direcionar o crédito para um determinado perfil de produtores, naturalmente passa a ter uma segregação social no campo, onde os médios e grandes são beneficiados com políticas públicas de incentivo à produção, enquanto o pequeno produtor fica à margem dessas políticas de desenvolvimento.

De acordo com Estevam (2000), essa produção agrícola do Estado, subordinada à indústria, resultaria em pouco tempo na canalização dos lucros da agricultura para outros setores distantes da propriedade, ou seja, para as grandes indústrias no sudeste do País.

Os incentivos fiscais generosos na década de 1980 serviram de estímulos para o crescimento da área na indústria, tornando cada vez mais concentrada a posse da terra e cada vez mais apartando o pequeno produtor rural, levando-o a ficar à margem de toda essa política de desenvolvimento.

A partir da década de 1980, a região do Sudeste goiano, terra de cerrado, passou por intensas modificações ou inovações com a expansão do meio técnico-científico-informacional e explicitava novas realidades socioeconômicas no campo e na cidade. A sua consolidação só foi possível pela articulação com as políticas públicas, direcionando-os para o desenvolvimento agropecuário do país, por meio da implantação de infraestrutura, pesquisas e programas de desenvolvimento. Ao analisar o projeto do Estado para consolidar a modernização agrícola no país, Martine (1987, p. 261) ressalta que

No caso brasileiro, não há dúvida de que os resultados obtidos pela modernização conservadora no campo refletem perfeitamente o modelo de sociedade que estava sendo proposta. Um modelo no qual a industrialização, concentração e tecnificação eram sinônimos de progresso e, paralelamente, participação, desconcentração e igualdade eram muitas vezes, sinônimos de subversão.

Desse modo, se de um lado a modernização possibilitou a adoção das inovações tecnológicas e a elevação da produção e da produtividade, por outro, serviu, também, para fortalecer a concentração fundiária e de renda, ocasionando diferenças regionais, responsáveis pela expulsão de milhares de famílias do campo.

Tal processo reproduziu graves problemas sociais nas relações de trabalho, uma vez que essas inovações tecnológicas substituem cada vez mais o trabalho humano em detrimento das máquinas e do uso de mão de obra especializada e da precarização do trabalho do homem.

Ao promover a modernização da agricultura, o Estado assim agiu com base na técnica e na tecnificação da mão de obra, excluindo uma quantidade significativa de moradores e produtores rurais responsáveis, até então, pela produção da maioria dos alimentos consumidos pela população brasileira (THOMAZ Jr., 2002).

Ianni (1997) deixa claro que a apropriação das técnicas nos processos de trabalho, invariavelmente conduz a um novo “adestramento” da mão de obra, isso significa treinar,

capacitar e substituir mão de obra no campo. Essas formas de adestramento também acontecem nos trabalhos realizados na cidade.

A disseminação das técnicas e tecnologias não chegam para todos os produtores, mas é facilmente percebida no Sudeste de Goiás nas médias e nas grandes propriedades, criando, então, novas formas e funções no meio rural brasileiro.

Assim, Bezerra e Cleps Júnior (2004, p. 47) citam que

[a] incorporação das terras de Goiás no processo de modernização agrícola resultou em duas situações, de um lado, uma grande propriedade produtiva e competitiva nacionalmente e do outro, uma agricultura familiar sem competitividade.

A agricultura familiar sem competitividade tenta, por meio das associações e cooperativas, romper com esta hierarquia rural, apresentando inovações, e com a união de forças buscou novas alternativas de mercado que atendam aqueles excluídos pelo agronegócio, onde com pouca extensão de terra, ele possa produzir e comercializar sua produção, gerando renda e dignidade para a família trabalhadora. Daí, a produção agroecológica orgânica representa uma nova possibilidade de melhoria de qualidade de vida para as famílias que praticam a agricultura de base familiar como meio de vida.

2.2. Os Planos Para o Desenvolvimento do Cerrado

O desenvolvimento territorial do Brasil, a partir de 1930, passa por diversas ações de políticas públicas que ao longo do tempo influenciaram na sua configuração territorial. Entre essas ações de planejamento econômico e territorial cabe destacar a “Marcha para o Oeste” do Governo de Getúlio Vargas que teve como objetivo estimular a ocupação territorial do Centro-Oeste, na década de 1930, interligando a Região Sudeste com o Centro-Oeste e o Norte; o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubistcheck, na década de 1950 e as ações do Regime Militar, na década de 1960. Em comum, todos os governos tinham a intensão de ocupar e integrar o território nacional.

A construção de Goiânia e de Brasília com a transferência da capital federal para o planalto central em muito contribuiu, pois exigiu a construção de uma malha rodoviária pelo interior do País (BECKER; EGLER, 1994).

A mudança da Capital Federal para o Centro-Oeste tira do eixo Rio-São Paulo o centro de tomada das decisões, fazendo do planalto central o novo locus do poder e insere o Planalto Central no circuito produtivo com a instalação da infraestrutura no interior do Brasil.

Na década de 1960, o governo cria em 1963 e em 1964 o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, respectivamente. A partir daí, com o poder centralizado, o Estado adotou políticas de desenvolvimento regional priorizando os Programas de Integração Nacional (PIN), criaram as Superintendências de Desenvolvimento Regional como a SUDENE, SUDAM e SUDECO (CAVALCANTI, 2009).

O Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como objetivo financiar as obras de infraestrutura para o desenvolvimento regional com a promoção da integração territorial e econômica das mesmas, teve continuidade com os Programas Nacionais de Desenvolvimento, os PNDs.

O PND tinha como objetivo alterar o desempenho do setor agropecuário com o aumento da produção e da produtividade, com incentivos de crédito, assistência técnica e preços favoráveis. Segundo SALIM (1986, p. 304),

Isso significará, principalmente, dotar a Agricultura brasileira de um sistema de apoio, creditício e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços; realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste.

A implantação do I PND (1972-1974) tem como objetivo a execução de obras de infraestrutura ligadas ao transporte, corredores de exportação e telecomunicações, incluem-se no I PND, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que era justamente a criação dos corredores de exportação criado pelo Governo Federal. Ao longo desse plano, foram criados, entre outros órgãos, as Secretarias de Estado do Centro-Oeste que passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e à viabilização da moderna agricultura no Cerrado (HESPANHOL, 2000).

O desenvolvimento tecnológico começa efetivamente a acontecer quando o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária é reformulado e surge, a partir dele, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o objetivo de criar e difundir tecnologia e aumentar a produção e a produtividade agropecuária por meio da aplicação das novas tecnologias. Para atingir esse objetivo, a EMBRAPA atuou junto com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (PIRES, 2000).

A assistência técnica nesse momento de mudança nos paradigmas da produção foi elemento central na difusão e na implantação dos novos conceitos produtivos.

Com a criação da EMBRAPA, foram criadas também as empresas regionais para pesquisa dirigida, mantendo intercâmbio e cooperação com a EMBRAPA e também com a

EMBRATER. Assim, surgem: a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA); a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA); a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA). Dessa forma, os estados que estavam envolvidos com a expansão agrícola no cerrado estavam assistidos por empresas de pesquisa e de assistência técnica.

A intenção do Governo de incorporar efetivamente os cerrados no circuito produtivo nacional já estava acontecendo desde o início da década de 1970. Porém, somente a partir da implantação do II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/1979), é que surgiram efetivamente as medidas para essa incorporação, que começa no ano de 1975.

De acordo com Salim (1986), para atingir as metas do Programa seriam usadas as seguintes estratégias: expandir a fronteira agrícola em direção a regiões pioneiras e incorporar novas áreas nas regiões produtoras tradicionais; estimular a especialização da produção, visando aumentar a eficiência global da agricultura; utilizar intensamente os instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico, visando a maior produtividade dos recursos básicos.

No conjunto dos Programa de Desenvolvimento Nacional, havia também programas de desenvolvimento regionais, onde se destaca o Programa de Credito Integrado (PCI), criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1971. Esse programa, segundo Salim (1986), abrangeu em princípio o Triângulo Mineiro e, posteriormente, outras áreas foram incorporadas ao programa como as áreas do Alto Paranaíba, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Metalúrgica.

Para Pessôa (1988), o PCI serviu para o setor industrial, uma vez que modernizou a agricultura das médias e das grandes propriedades, porém não foi capaz de uma total transformação tecnológica na sua área de atuação.

Para colocar em prática esta expansão foi implantado em 1973 o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Taquari, conhecido como PADAP.

De acordo com Silva (2000), esse programa desenvolveu-se simultaneamente ao PCI e foi o primeiro programa direcionado a uma exploração intensiva no cerrado. Esse programa contava com área de aproximadamente 60.000 hectares formando 4 núcleos de colonização, abrangendo os municípios do Alto Paranaíba.

O sucesso obtido com o PCI em Minas Gerais, por meio do PADAP, foi grandioso, destacando-se tanto que serviu de piloto, preparando a base para outros dois novos grandes programas, o POLOCENTRO e posteriormente o PRODECER.

Com exceção dos municípios das zonas Metalúrgicas e do Alto São Francisco, todas as outras áreas citadas foram incorporadas ao POLOCENTRO a partir de 1975.

Esses dois programas extrapolaram as divisas do Estado de Minas Gerais, avançando em direção ao Centro-Oeste, e, posteriormente, entrando nos Estados do Norte e do Nordeste Brasileiro.

2.2.1. POLOCENTRO

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto 75.320 de 29/01/1975. O POLOCENTRO deu continuidade aos programas desenvolvidos no I e II PND com políticas específicas para o desenvolvimento dos cerrados. Nesse Plano, a estratégia prevista para a política agrícola consistia em promover a ocupação produtiva de vasta área com características de cerrado existente na região Centro-Oeste, a qual representa cerca de 75% do total das áreas de cerrado em território brasileiro (Fundação IBGE 1977:69).

Entre os objetivos elencados pelo POLOCENTRO, o principal era a “ocupação racional e ordenada dos cerrados”, de modo que os sistemas de manejo mais primitivos fossem gradativamente sendo substituídos por uma agricultura mais arrojada com intensa utilização de insumos modernos, ou seja a utilização de adubos, calcário, fertilizantes e maquinários, insumos que demandariam grandes investimentos financeiro.

O fato de o programa selecionar áreas estratégicas, e nessas áreas demonstrarem os resultados na prática, estimulou os demais produtores rurais, baseado nos resultados obtidos dentro do Programa, a adotar as inovações tecnológicas propostas visando melhoramento do resultado econômico em suas propriedades.

Inicialmente, o programa selecionou doze áreas específicas distribuídas estrategicamente nas zonas de interesse, assim as áreas foram distribuídas: três áreas em Minas Gerais iniciando no Triângulo Mineiro (ao longo da BR-365, entre Patrocínio e Canápolis); Alto Médio São Francisco (limitada pelos rios Paraopeba, São Francisco e o Rio das Velhas, de Sete Lagoas até Pirapora) e Vão do Paracatu (localizada entre a cidade de Paracatu e a BR-365, tendo como eixo a BR-040); duas áreas no Mato Grosso e duas no Mato Grosso do Sul abrangendo de Campo Grande - Três Lagoas (ao longo da Estrada de Ferro Noroeste, entre Campo Grande e Três Lagoas); Bodoquena (ao longo da rodovia de ligação entre Aquidauana e Bonito); Xavantina (delimitada pelo rio Cristalino e ribeirão Água Preta) e Parecis (localizada ao longo da BR-364, entre os ribeirões Sumidouro e Sacré) e cinco áreas no Estado de Goiás Estado de Goiás (que foi dividido em 1988 com a criação do Estado do Tocantins): Gurupi (ao longo da BR-153, entre as localidades de Gurupi e Porangatu); Paranã (ao longo da BR-020, entre o rio

Paraim e a cidade de Posse); Pirineus (ao longo da BR-080, entre a divisa do Distrito Federal com Goiás e Rio das Almas); Piranhas (ao longo da BR-158, entre os rios Verde Grande e Rio Claro e o eixo da BR-060) (BRASIL, 1975, p. 18).

O Programa, gigantesco para a época, com 3,7 milhões de hectares sendo incorporados ao novo sistema agropecuário, contava com grandioso orçamento previsto para uma série de aplicações que dariam viabilidade técnica para se atingirem as metas propostas, (FERREIRA,1985).

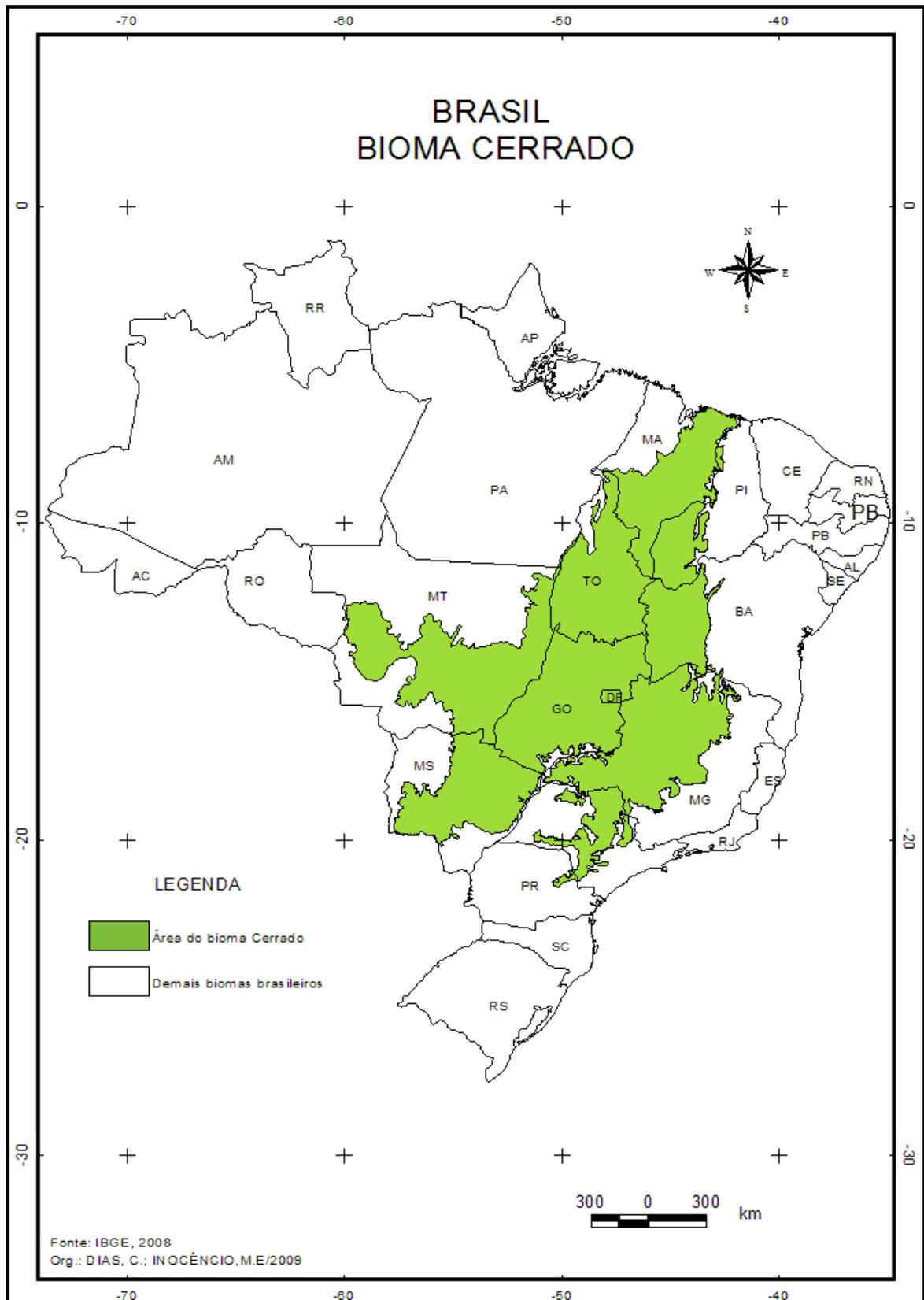
Esses recursos seriam destinados entre outras coisas para as pesquisas de experimentação e promoção agropecuária, construção e melhoramento de estradas, eletrificação rural, armazenamento de grãos e, principalmente, como apoio creditício aos projetos integrados, tais como desmatamento e conservação do solo, aplicação de corretivos e fertilizantes e aquisição de maquinarias (PESSÔA, 1988).

Com todos os investimentos do POLOCENTRO aplicados nas várias modalidades de melhoramento, sem nenhuma dúvida a modalidade crédito foi o diferencial do Programa. Salim (1986, p. 319) deixa claro que os financiamentos eram altamente atrativos e “contavam com prazos de até doze anos, com seis anos de carência incluídos e juros de 14% ao ano”.

As condições favoráveis de crédito estimularam não apenas os produtores da região, mas foram também um dos principais atrativos para os capitalistas de outras regiões, ávidos para investirem no cerrado, onde teriam garantia de financiamento integral dos projetos e o preço da terra, bem melhor que os preços praticados no Centro-sul do País.

Nos locais onde o POLOCENTRO instalou-se, houve uma valorização de 30% em três meses, mesmo assim o preço ainda era altamente atrativo pois ainda era inferior ao praticado em outras localidades melhor localizadas e mais férteis (SORJ,1981). Conforme apresentado no **Error! Reference source not found.**, verifica-se a vastidão do bioma Cerrado existente no território brasileiro.

Mapa 1. Brasil: Bioma Cerrado.



Fonte: IBGE (2008).

Até 1978, o programa conseguiu realizar quase todas as metas programadas e em alguns casos ultrapassando os objetivos. Nesse período, foram aprovados 2.319 projetos de desenvolvimento agrário com previsão de uso para 1.517.000 ha, sendo 1.878 projetos efetivados com uma real ocupação de 1.183.000 ha de cerrado, cuja área foi incorporada ao novo sistema produtivo.

É interessante observar que a área média dos projetos implantados foi de aproximadamente 630 ha por lote, demonstrando claramente que a intenção do programa era acolher um perfil específico fazendo valer a máxima popular “terra para quem tem terra”, acolhendo, então, somente médios e grandes proprietários, quase sempre migrantes, em detrimento do médio-pequeno produtor local.

2.2.2. PRODECER

No II PND (1975-1979), foi elaborado o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura na região do cerrado brasileiro. O PRODECER é o resultado do acordo de cooperação firmado em 1976 entre os governos brasileiro e japonês; em sua proposta inicial estava prevista a ocupação de imensas áreas de cerrado, terras consideradas disponíveis para a criação deste grande projeto agrícola.

A cobiça dos japoneses pelos cerrados brasileiros vem desde os primeiros contatos estabelecidos no ano de 1961, quando foi discutida, entre os dois países, a possibilidade de juntos estudarem uma maneira para executarem um projeto de colonização e aproveitamento dos cerrados primeiramente do Estado de Minas Gerais. A ideia era criar grandes unidades agrícolas ao lado de fazendas de pequeno e médio porte com efetivo apoio empresarial e fundamentados no sistema de operação cooperativista.

Tanto nas grandes fazendas como nas pequenas e médias, o emprego das novas tecnologias era condição de existência, pois só assim se poderia atingir um quantitativo suficientemente grande de produção, visando o mercado externo e também obter um ganho qualitativo, aumentando assim a competitividade no mercado externo. Assim como investiu-se em tecnologia produtiva para a agropecuária, estavam previstos também investimentos em infraestrutura, tais como: ferrovias, rodovias, armazéns, silos e portos, objetivando facilitar, a médio e a longo prazo, o escoamento da produção para o mercado internacional.

De acordo com Salim (1986), para coordenar o PRODECER, foi criada a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), uma empresa com 51% do capital nacional, onde a Companhia

Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO) seria uma *holding* composta por 44 acionistas nacionais, entre elas o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (BNCC), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e empresas produtoras de insumos e maquinaria agrícola; a outra parte do capital compondo 49% pertenceriam à *Japan Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO), *holding* japonesa composta por 49 acionistas, sendo capitaneados pela *Japan International Corporation Agency* (JICA), com participação de empresas como a Mitsui, Mitsubishi, Banco de Tóquio e outras.

A CAMPO ficou responsável pela implantação do PRODECER I, também chamado de projeto piloto. Esse projeto foi implantado em três núcleos em Minas Gerais com abrangência de quase 60.000 mil hectares distribuídos em núcleos:

- Núcleo I, teve como sede o município de Iraí de Minas, e contava ainda com a participação dos municípios de Iraí de Minas, Nova Ponte e Romaria;
- O núcleo II teve como sede o município de Coromandel, abrangendo também os municípios de Patrocínio, Guimarães e Patos de Minas;
- O terceiro núcleo abrange o município de Paracatu, entre a fronteira com o estado de Goiás e uma pequena área no município de Unaí, em tempo, todas essas áreas faziam parte do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados o POLOCENTRO (SALIM, 1981).

Esses três núcleos que compõem o projeto piloto juntos atingiram uma área de 59 mil hectares no estado de Minas gerais. Nessa etapa, incluía-se a observação de dois modelos de gestão: um modelo estabelecia a exploração via assentamento dirigido, com produtores organizados em cooperativas e associações agrícolas; e o outro modelo era via grandes empresas agrícolas.

Desse total de 59 mil hectares, 38 mil hectares foram destinados a 92 assentados, indicados por cooperativas ou associações participantes do programa, que receberam lotes que variavam entre 250 e 500 hectares. Os outros 21 mil hectares foram direcionados para grandes empresas agrícolas, conforme **Error! Reference source not found.**, incluindo aí a CAMPO que explorava uma área de 5 mil hectares nos municípios de Paracatu e Unaí, destinada a produzir sementes.

Quadro 2. PRODECER I: Projeto Piloto.

Localização	Gestão	Nº Produtores	Área (Ha)
Iraí De Minas – MG	Cosuel	26	9.000
Coromandel – MG	Ass. Prod.	18	6.000
Coromandel – MG	Emp. Rural	-	6.000
Paracatu – MG	Cotia	48	23.000
Paracatu – MG	Emp.Rural	-	10.000
Paracatu/Unai – MG	Campo	Produção Semente	5.000
Total	-	92	59.000

Fonte: BRASIL, 2002.

Adaptado por CAIXÊTA, J.C. (2019).

Diante dos resultados obtidos nos dois modelos de colonização propostos, um baseado em assentamentos com práticas cooperativistas e o outro baseado nos grandes estabelecimentos, concluiu-se que a colonização via assentamento com os produtores organizados em associações e cooperativas mostrou-se mais indicada para a continuidade do Programa, com isso nas fases seguintes foram priorizados os assentamentos dirigidos como modelo de colonização.

A segunda fase do PRODECER, ou PRODECER II, iniciou-se em 1985, com previsão de conclusão em 1990, porém esse período foi dilatado para 1993 com o nome de PRODECER Expansão. Nesta segunda etapa, o programa incorporou áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, conforme apresenta **Error! Reference source not found.** Com essa incorporação, a Região Centro-Oeste é inserida ao processo produtivo de grãos, conforme previsto no II PND.

Quadro 3. PRODECER II (1985 a 1993).

Projeto	Localidade	Gestão	Nº Produtores	Área (Ha)
PC Entre Ribeiros II	Paracatu – MG	COOPERVAP	28	10.843
PC Entre Ribeiros III	Paracatu – MG	COOPERVAP	20	5.953
PC Entre Ribeiros IV	Paracatu – MG	COOPERVAP	10	3.984
PC Bonfinópolis	Bonfinópolis – MG	FEMECAP	49	16.588
PC Piratinga	Formoso – MG	COOPERTINGA	53	20.643
PC Buritis	Buritis – MG	COOPAGO	42	17.004

Fonte: BRASIL, 2002.

Adaptado por CAIXÊTA, J.C. (2019).

O PRODECER II foi realizado tendo como parâmetro o desempenho apresentado pelo PRODECER I, “Embora sendo bem mais ambicioso do que o PRODECER I no tocante à incorporação de terras, encontrou um contexto mais desfavorável no que diz respeito ao crédito agrícola e aos preços de grãos” (NABUCO *et al.*, 1993, p. 69).

Nesta segunda fase, o programa foi dividido em duas etapas. A primeira, considerada como etapa piloto, em espaços de cerrados com condições naturais distintas, nos Estados de Mato Grosso e Bahia, sendo implementada em quatro projetos com assentamentos coordenados por diferentes cooperativas, conforme Quadro 4.

Quadro 4. PRODECER II - Etapa Piloto: 1985 a 1990.

Projeto	Localidade	Gestão	Nº Produtores	Área (Ha)
PC Ouro	Formosa do Rio Preto – BA	COTIA	48	16.404
PC Brasil	Formosa do Rio Preto – BA	COACERAL	38	15.028
PC Piúva	Lucas do Rio Verde – MT	COOPERLU	39	16.717
PC Ana Terra	Tapurah – MT	COOPERCA	40	18.600

Fonte: BRASIL, 2002.

Adaptado por CAIXÊTA, J.C. (2019).

O PRODECER atinge dimensão nacional e para melhorar a eficiência administrativa duas alterações são processadas: a primeira mudança foi a transferência da CAMPO, originalmente com sede em Belo Horizonte, para Brasília, posicionanda estrategicamente na Capital Federal e diminuindo as pressões sofridas pelo programa; a segunda mudança foi no sentido da aquisição das terras e da seleção dos assentados, bem como prestar assistência técnica, atribuição até então da CAMPO, que passa a ser exercida pelas cooperativas que começaram a fazer parte do programa.

A segunda etapa do PRODECER II, denominada Expansão, foi executada em concomitância com a primeira etapa, no período compreendido entre 1985 a 1993, em uma área de aproximadamente 139.000 hectares localizados nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, discriminadas conforme Quadro 5.

Quadro 5. PRODECER II - Etapa Expansão: 1985 a 1993.

Projeto	Localidade	Gestão	Nº Produtores	Área (Ha)
PC Entre Ribeiros II	Paracatu – MG	COOPERVAP	28	10.843
PC Entre Ribeiros III	Paracatu – MG	COOPERVAP	20	5.953
PC Entre Ribeiros IV	Paracatu – MG	COOPERVAP	10	3.984
PC Bonfinópolis	Bonfinópolis – MG	FEMECAP	49	16.588
PC Piratinga	Formoso – MG	COOPERTINGA	53	20.643
PC Buritis	Buritis – MG	COOPAGO	42	17.004
PC Guarda Mor	Guarda Mor –MG	COOPSUBRA	37	11.916
PC Paineiras	Ipameri – GO	COCARI	29	8.274
PC Cristalina	Cristalina – GO	COCARI	16	6.115
PC Buriti Alto	Alto Paraíso – GO	COPACEN	40	15.615
PC Alvorada	Água Clara – MS	CAMAS	56	22.001
Total			380	138.936

Fonte: BRASIL, 2002.

Adaptado por CAIXÊTA, J.C. (2019).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Relatório Final de Avaliação (Brasília: IPEA 1993), destaca a importância do PRODECER como programa pioneiro de fundamental importância para a implantação da agricultura com novo padrão tecnológico e fundiário e a seleção das áreas, dos colonos, e das operações de implantação como fatores essenciais para a expansão da cultura da soja em áreas de ocupação de cerrado.

Como já indicava desde o PRODECER I, a tendência foi de ocupação do Cerrado brasileiro na direção setentrional, ocupação que se confirma nesta terceira fase do PRODECER.

Neste sentido, o PRODECER III tem sua implantação iniciada no ano de 1995 com duração até o ano de 2001, com a ocupação das áreas de cerrado nos Estados de Tocantins e Maranhão, partindo de acordo firmado entre os governos do Japão e do Brasil no início da década de 1990. O projeto piloto foi executado nos municípios de Balsas no Maranhão e em Pedro Afonso no Tocantins, como mostra o Quadro 6.

Essa nova fase foi a sequência de um programa que objetivava a incorporação de novas áreas de cerrados fora do Centro-Oeste à moderna atividade produtiva. Para a sequência da etapa III do PRODECER, foram destinados em cada um dos Municípios citados uma área de 40.000 hectares onde foram assentados 40 produtores em cada município.

Quadro 6. PRODECER III (1995 até 2001).

Localidade	Gestão	Nº Produtores	Área (Ha)	Área TOTAL
Pedro Afonso – TO	COOP	40	1.000	40.000
Balsas – MA	COOP	40	1.000	40.000

Fonte: BRASIL, 2002.

Adaptado por CAIXÊTA, J.C. (2019).

Assim como ocorreu nas etapas anteriores, pequenas alterações aconteciam e para essa etapa houve mudança no tamanho dos lotes, que nos programas anteriores variavam de 350 a 420 hectares; nessa etapa os lotes passaram a ter exatos 1.000 hectares cada.

Essa decisão por aumentar o tamanho dos lotes escancara o caráter excludente do PRODECER, que privilegiou os trabalhadores com mais prática e com perfil pré-determinado para absorver os novos modelos produtivos desse novo cenário agrícola, quase sempre com importação dos colonos das Regiões Sul e Sudeste, em detrimento do produtor local que à sua maneira sempre extraiu sua sobrevivência da terra sem ter as mesmas oportunidades que agora oferecidas aos novos colonos da terra.

Essa fase tinha como objetivos a consolidação das tecnologias e dos modelos de administração rural, além de introduzir nas áreas do programa a prática da irrigação. Durante os anos de negociação e implantação dessas três fases as relações comerciais entre Brasil e Japão se expandiram.

Santos (2016, p. 406-407) deixa claro que

[...] a ação do PRODECER foi significativa não pelo tamanho da área ocupada pelos produtores selecionados pelo projeto, mas sim porque, a partir de uma estratégia bem delineada, teve um grande potencial em proporcionar um efeito demonstrativo e multiplicador de um novo modelo agrícola de ocupação dos cerrados, contribuindo de forma significativa nos últimos 30 anos pelas mudanças introduzidas nesses espaços, criando fazendas de grande porte, articulando agricultores vinculados às cooperativas, oferecendo suporte empresarial e capacitando os mesmos na perspectiva da utilização das novas tecnologias intensivas em capital, a fim de alcançar o aumento da produção agrícola.

O aumento na produção agropecuária é inquestionável, assim como as transformações ocorridas no campo, que passam a ter um modelo produtivo baseado no uso de tecnologia e pautado por um modelo de estabelecimento de grande porte com agricultores importados de outras regiões com conhecimento suficiente para absorver as novas propostas produtivas.

Desde o início dos estudos para a implantação do PRODECER, o Estado apresentava o cerrado brasileiro como uma região vazia, despovoada e improdutivo, desconsiderando toda

uma população. A tática utilizada inclusive foi valorizar a baixa densidade populacional do cerrado para justificar a concentração desse novo modelo agrícola baseado em estabelecimentos de grande porte.

O argumento do despovoamento territorial apregoado pelo governo serviu de justificativa para validar as ações de intervenção estatal com uma proposta de redefinição territorial que passou a ter características industriais a partir de ações de financiamento e investimento do Estado para o surgimento de novos segmentos sociais, criando, para isso, uma funcionalidade diferente daquela existente no local até então (SANTOS, 2016).

CAPÍTULO 3

SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS



Horta Orgânica em Silvânia – GO. Foto: CAIXETA, J. C. (2018).

CAPÍTULO III

No terceiro capítulo discorro sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura brasileira, o qual, encampando o pacote tecnológico da revolução verde, aplica muitas vezes sem orientação e treinamento a aplicação de agrotóxicos prejudiciais à própria saúde e à saúde dos consumidores. Também estão inseridas neste capítulo as políticas públicas de promoção da segurança alimentar, bem como alguns programas de democratização de acesso ao alimento como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas redes de construção social.

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. Brasil campeão mundial no uso de agrotóxico

A cultura agrícola do Brasil ainda é baseada na utilização de agrotóxicos e pesticidas, o que o leva a ser o maior consumidor dessas substâncias. Os trabalhadores são os que mais sofrem com o uso intensivo desses produtos, pois, muitas vezes, não existem nas lavouras equipamentos de proteção. E o mais grave é que muitas vezes os agricultores utilizam de maneira irregular os agentes proibidos na maior parte do mundo.

Segundo André Burigo (2016), pesquisador e professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Estima-se que cada brasileiro ingira uma média de 5,2 litros de venenos por ano, o equivalente a duas garrafas e meia de refrigerante ou a 14 latas de cerveja. Importante ressaltar que muitos venenos utilizados no país já foram banidos em outros países devido à comprovação de seus efeitos nocivos.

Logo após a Segunda Grande Guerra, as indústrias químicas fabricantes de venenos usados como armas químicas durante os conflitos encontraram na agricultura um novo mercado para seus produtos químicos, empregando-os para o controle de pragas e doenças nas culturas.

Assim, essas indústrias logo iniciaram uma agressiva campanha mundial para disseminar o uso de agrotóxicos. Receptivo a essa pressão, o Estado brasileiro contribuiu para que os produtores passassem a incorporar os agrotóxicos no cultivo, vinculando a concessão de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de agrotóxicos pelos agricultores e direcionando um percentual do valor de empréstimos de custeio para aquisição desses produtos.

Outro grande impulso ao uso de agrotóxicos foi dado pelo Programa Nacional dos Defensivos Agrícolas, instituído em 1975, que levou à instalação de indústrias químicas com o

objetivo de produzi-los no país. Desde então, o Estado vem concedendo diversas isenções fiscais e tributárias aos fabricantes de agrotóxicos e promovendo reduções de alíquotas de impostos, simultaneamente há uma flexibilização no registro desses produtos.

Na década de 1960, produtos que requeriam a aplicação de menores quantidades por área cultivada e menor toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente começaram a surgir, representando uma modernização na produção dos defensivos agrícolas.

A política governamental não apenas estimulou o uso de agrotóxicos, como incentivou os agricultores familiares a trocarem a semente tradicional, que eles mesmos selecionavam e plantavam, por sementes híbridas, sob alegação de que era mais produtiva.

Nesses anos, o crescimento do setor apoiou-se na expansão da utilização de herbicidas e fungicidas, assim como na ampliação do mercado latino americano, cuja participação nas vendas mundiais se elevou de 12% em 1997 para 20% em 2009 (CROPLIFE, 2010), quando a participação das vendas no Brasil em relação à América Latina foi de 85%.

Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos, posição que mantém até hoje (MCDOUGALL, 2010).

A produção de pesticidas, de maneira semelhante a outros insumos da agricultura, depende da demanda das lavouras agrícolas, que, por sua vez, depende de seus preços e das condições de crédito para o plantio, visto que esse setor é muito dependente de financiamentos e de políticas públicas para a garantia de preços mínimos.

Conforme os dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná (UFP), apresentados no 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, DF, em abril de 2012, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, nos últimos dez anos, enquanto o mercado brasileiro apresentou um crescimento de 190%.

O governo incentivou o uso de agrotóxicos, porém não acompanhou com cuidado o intensivo uso desses produtos. Os produtores rurais não foram treinados e não receberam orientação quanto à manipulação e à aplicação desses produtos. Com isso, o país tem registrado muitos agravos à saúde dos trabalhadores e convivido com uma oferta crescente de alimentos contaminados.

Segundo o Dossiê Abrasco, 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 28% contêm substâncias não autorizadas.

Nota-se que o consumo médio de agrotóxicos vem aumentando em relação à área plantada, ou seja, passou-se de 10,5 litros por hectare (l/ha) em 2002 para 12 l/ha em 2011. Tal

aumento está relacionado a vários fatores, como a expansão do plantio da soja transgênica, que amplia o consumo de glifosato, a crescente resistência das ervas “daninhas”, dos fungos e dos insetos demandando maior consumo de agrotóxicos e/ou o aumento de doenças nas lavouras, como a ferrugem asiática na soja, o que aumenta o consumo de fungicidas. Importante estímulo ao consumo advém da diminuição dos preços e da absurda isenção de impostos dos agrotóxicos, fazendo com que os agricultores utilizem maior quantidade por hectare (PIGNATI; MACHADO, 2011). Quanto aos fertilizantes químicos, a média de consumo por hectare continuou no mesmo nível no período.

Os defensores do uso de agrotóxicos alegam que sem eles não é possível produzir alimentos em grande escala e que o uso desses produtos no país é indispensável ao desenvolvimento da agricultura em virtude de termos um clima tropical, mais favorável à proliferação de pragas.

Se, por um lado, o uso de pesticidas aumenta a eficiência do campo, conferindo ao Brasil a liderança na produção de importantes culturas agrícolas, por outro gera preocupação pelos prejuízos que podem causar ao ambiente, em função dos riscos de contaminação do solo e de mananciais, e à saúde da população, notadamente a dos trabalhadores.

O relatório divulgado no ano passado por especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que cerca de 200 mil pessoas morrem anualmente no mundo vítimas de envenenamento agudo por pesticidas, basicamente trabalhadores rurais e moradores do campo. Entre aqueles que lidam com essas substâncias e o número de comunidades rurais situadas próximas às plantações, no Brasil, 84,2 mil pessoas sofreram intoxicação após exposição a defensivos agrícolas entre 2007 e 2015, uma média de 25 intoxicações por dia, conforme dados do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos 2018 elaborado pelo Ministério da Saúde. Pesquisas sugerem que a exposição de trabalhadores rurais a defensivos agrícolas aumenta o risco do surgimento de diversas formas de câncer, além de distúrbios hormonais e má formações gestacionais. Já estudos associando ao consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos ao câncer e a outras doenças são menos conclusivos.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário mostram que a quantidade de propriedades rurais que usam essas substâncias aumentou, garantindo o posto isolado de maior consumidor de venenos. Comparada com a edição anterior da pesquisa, de 2006, a cifra cresceu em 20,4% no levantamento realizado ao longo de 2017.

Para o engenheiro-agrônomo e estudioso do tema Eivaldo Domingues Velini, professor da Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista (FCA-Unesp), *campus* de Botucatu, o problema não são os agroquímicos em si, mas, em algumas

situações, a quantidade usada e a forma de aplicação. “O uso adequado e fundamentado no conhecimento é eficaz em reduzir os riscos associados aos agrotóxicos”. Afirmar ainda “o consumo de defensivos agrícolas no Brasil é compatível com o que é praticado em países que usamos como modelo de desenvolvimento e de segurança alimentar”.

Os defensores da mudança na legislação, entre eles fabricantes de pesticidas, associações ligadas ao agronegócio e o próprio Ministério da Agricultura, apontam que é preciso modernizar a Lei nº 7.802, que regulamenta o uso de agroquímicos no Brasil. Datada de 1989, essa legislação, segundo eles, impede que produtos mais avançados e seguros cheguem ao mercado e estejam rapidamente à disposição dos produtores rurais.

Para o engenheiro agrônomo Mário Von Zuben, diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEV), o processo de registro de novas moléculas de defensivos agrícolas no Brasil é muito lento, chegando a inviabilizar algumas tecnologias, pois quando é aprovada, já foi superada por outra mais eficiente. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também se mostrou favorável às novas mudanças na lei para reformular o sistema de registro de novos defensivos.

Do outro lado da trincheira, organizações ligadas à saúde, entre elas a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde, do Ibama, além de entidades ambientalistas, como o Greenpeace, opõem-se ao projeto, batizado por eles de “Pacote do Veneno”. Alegam que vai flexibilizar ainda mais o mercado de pesticidas no país, que já seria bastante permissivo, possibilitando a entrada de produtos que poderiam elevar os riscos à saúde e agravar o quadro de contaminação ambiental.

Segundo CARNEIRO (2012), a aprovação do “Pacote do Veneno” causaria um retrocesso de trinta anos e, ao contrário da proposta, irá aumentar o risco, permitindo que mais agrotóxicos entrem no mercado brasileiro. A Anvisa também se manifestou contra a mudança da lei, destacando que ela não contribui com a oferta de alimentos mais seguros ou com novas tecnologias para o agricultor e nem fortalece o sistema regulatório dos agrotóxicos.

O uso excessivo de agrotóxicos está diretamente relacionado à atual política agrícola do país, que privilegia o chamado agronegócio em detrimento da agricultura familiar e ecológica. Assim, mais de 823.226 toneladas de venenos foram jogadas nas lavouras somente em 2012, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, num mercado que movimentou US\$ 9,71 bilhões no mesmo ano. Os impactos na saúde e no meio ambiente têm sido cada vez mais graves, e estudos científicos têm avançado no sentido de

comprovar a ligação entre o uso de agrotóxicos e doenças como câncer, má-formação fetal e depressão, que em muitos casos podem levar ao suicídio (CARNEIRO *et al.*, 2012).

Um estudo feito pela Universidade Estadual de Washington, EUA, mostrou que a agricultura orgânica pode ser usada para alimentar de maneira eficiente toda a população mundial, com rendimentos suficientes para os produtores. Por sua vez, pesquisadores nacionais alegam que o país dispõe de tecnologia para produzir frutas, verduras e legumes de forma ecológica, mas, para isso, é preciso que o país mude seu modelo de produção.

3.2. Políticas públicas e a promoção da segurança alimentar

A herança latifundiária e excludente que assombra a agricultura brasileira é uma das características que fomenta a necessidade de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, visto que a marginalização social dos agricultores familiares se faz presente na sociedade moderna. Além disso, o descaso e a ausência governamental corroboram para o agravamento de tal quadro, o que amplifica os problemas sociais do campo, que tem como uma das consequências mais perversas a emergência da fome e da insegurança alimentar.

Ao caminhar pela cronologia temporal é possível trilhar a história das carências nutricionais, alimentares e da fome na sociedade brasileira. Os índios, enquanto escravizados morriam com a recusa da alimentação. Já os negros, segundo Fausto (2002, p. 26), tinham a expectativa de vida em torno de 25 anos, dado que a ingestão alimentar era deficiente tanto qualitativa quanto quantitativamente. Ao se prolongar a linha temporal e atracar na República, os problemas agora assolam de forma cruel o meio rural. Ao longo dos anos e com a constante migração e modernização rural, a situação agravou-se.

O Brasil está familiarizado com a ocorrência de enfermidades associadas tanto à exclusão quanto à pobreza, tais como a fome e a desnutrição, seja ela associada a hábitos alimentares ou à insuficiência alimentar, o que afeta mais gravemente as populações carentes. Contudo, a sociedade brasileira tem uma tendência em tratar a luta contra a fome, a miséria e a insegurança alimentar sob o prisma da marginalização social que atinge essas parcelas da sociedade. Valente (2002, p. 39) afirma ainda que toda a população está suscetível às distorções impostas pelos paradigmas do desenvolvimento dominante.

Em relação a isso, é possível observar que os quadros de miséria e de desigualdades, presentes em grande número no meio rural, são derivados da trajetória de exclusão, clientelismo e autoritarismo que marcou a nação e foi responsável pela baixa eficácia simbólica da linguagem dos direitos de cidadania (TELLES apud RAMALHO; MARTINS, 1994, p.73).

Os debates acerca desse tema iniciaram-se em meados dos anos 1930 com Josué de Castro denunciando a fome e o silêncio da elite em relação a ela. Anos mais tarde, Castro ponderava sobre o fato de que o Brasil estava em amplo desenvolvimento e não se preocupava com a miséria que aumentava progressivamente.

A grande crítica desse autor girou em torno da má aplicação financeira, resultando na composição de uma dieta alimentar imprópria. Além de defender que o desenvolvimento econômico tanto em seu desenho como no seu modo de implementação não é capaz de atender as necessidades de todos (TELLES apud RAMALHO; MARTINS, 1994, p. 73).

Portanto, para que haja uma completa análise do tema, nesta seção, a abordagem deve se dar de maneira humanística, incorporando as referências dos Direitos Humanos com o propósito de mostrar as origens da segurança alimentar e as mudanças no foco dos conceitos a ela relacionadas.

Para tanto, além de estudar a participação da agricultura familiar e de políticas públicas de inserção desse grupo na produção alimentícia que garanta o abastecimento local e regional, acarretando, dessa forma, questões quanto à segurança alimentar, são apresentadas, também as políticas agrícolas ao longo tempo, e como a segurança alimentar as desafia, exigindo do poder público mudanças nessas políticas e o fortalecimento dessa área.

Ademais, busca-se inserir neste contexto a agroecologia, apresentando-a tanto dentro da proposta das políticas públicas agrícolas quanto da melhoria nutricional adequada às populações que sofrem com insegurança alimentar.

3.2.1. Promoção da segurança alimentar

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia da segurança alimentar, tentando reverter um processo negligenciado por anos e ainda de pouca tradição e buscando a incorporação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que, outrora, mostrava-se mais ligado às organizações não governamentais de combate à miséria e à fome.

A partir de 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação (FAO-ONU) finalmente conseguiu produzir um consenso sobre o conceito de segurança alimentar suficientemente amplo para subsidiar políticas públicas aplicáveis aos mais diversos países, alguns programas começaram a ser executados no Brasil.

A partir dos anos 2000, um conjunto de ações governamentais para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) começou a ser introduzido no Brasil, como, por

exemplo, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse programa consiste na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para a composição da merenda escolar, bancos de alimentos, restaurantes populares, hortas comunitárias, mercados populares, entre outros.

Segundo Paulillo e Pessanha (2002), tal acontecimento mostrou-se a mola propulsora para desencadear esforços de vários governos, nas diversas esferas de poder e na efetivação de políticas de promoção da segurança alimentar.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 6.047/2006), em seu artigo 3º, estabelece o conceito utilizado neste trabalho:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Uma pesquisa realizada no ano de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou que o número de domicílios brasileiros que se encontravam em insegurança alimentar era de 65,6 milhões de pessoas, residentes em 17,7 milhões de domicílios, que apresentavam alguma restrição alimentar ou, pelo menos, alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição devido à falta de recursos para adquirir alimentos.

Diante da quantidade de interfaces que gira em torno da segurança alimentar ela deve ser vista tanto sob o prisma econômico, quanto alimentar e biológico. Isso porque, segundo Valente (2002, p. 272), a alimentação é uma das relações sociais mais antigas que solidifica a base cultural de cada povo.

Somente a partir da Constituição de 88, advinda do clamor dos movimentos sociais, foi que a luta pela segurança alimentar emergiu junto às políticas públicas, embora a preocupação com a fome e a alimentação já tivessem sido tratadas em tantas outras pautas.

Para Paulillo e Pessanha (2002), as políticas de segurança alimentar encontram seu conceito mais amplo na pauta de projetos destinados à redução da fome e também ao aumento de ações solidárias para as pessoas incluídas em faixas marginalizadas da sociedade, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc. Nesse ambiente, os governos, nas esferas locais, estaduais e federais, têm realizado políticas de segurança alimentar sob as mais diversas formas.

Almeida (2006) considera que a política pública de segurança alimentar deve responder pela produção, comércio, distribuição, acesso e consumo de alimentos, relacionando-se, ainda, aos valores socialmente construídos e fundamentalmente necessários à população, representada pelos beneficiários, tais como saúde, educação, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade. Todos esses valores compõem bases para as redes de políticas focadas na funcionalidade e na adaptação de um padrão alimentar com equidade para uma população que acumula deficit nutricional.

Um exemplo a ser mencionado é a questão da produção para o autoconsumo, existente na agricultura familiar. Primordialmente, o beneficiário da política agrícola, por exemplo, ao produzir alimentos ou qualquer gênero de primeira necessidade, certamente destinará primeiramente uma parcela ao consumo de sua própria família; o excedente, se houver, será vendido ou trocado por outros produtos a fim de compor sua cesta básica de mantimentos.

Em alguns casos, observa-se que em condições precárias de renda, que normalmente implicariam em constrangimento e insegurança alimentar, são compensadas pelo abastecimento de produtos oriundos da própria produção e que garantem para a família o suprimento da alimentação da alimentação ao longo do ano.

Ao analisar os resultados por condição de domicílio, chega-se a um resultado preocupante: aproximadamente 35% dos brasileiros domiciliados no meio rural encontram-se em situação de insegurança alimentar, indicando que a superação da miséria e da fome no Brasil precisa passar por uma contundente transformação das relações sociais no campo.

Em contraponto a isso, a produção agrícola, que sempre foi dominada pela elite agrária, aumentou a sua produção exponencialmente. Conquanto, a produção em grande quantidade de alimentos em um país desigual como o Brasil, não é condição suficiente, nem necessária, para evitar que a parte da população esteja sujeita à insegurança alimentar, chegando a casos extremos de fome.

O problema nutricional deveria ser uma atribuição coletiva e não individual. O obstáculo na capacidade de produção já foi solucionado, o que nos resta é buscar a solidariedade para a solução da fome. Esta, que é resultante de um processo complexo de exclusão social, logo é uma questão de democracia social, política e econômica ou a falta dela.

Considera-se, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, (SOFI), que em 2018, a nível mundial, aproximadamente 821 milhões de pessoas foram expostas a situação de vulnerabilidade alimentar, ou seja, não conseguiram suprir suas necessidades básicas nutricionais adequadamente e foram vítimas da fome. Esses dados

correspondem a cerca de um a cada nove indivíduos e um aumento de aproximadamente 17 milhões de pessoas em relação ao ano anterior.

Além do tradicional indicador de fome relatado pelo SOFI (subalimentação), este ano o relatório apresenta um indicador de insegurança alimentar grave, elaborado com pesquisas em domicílios. De acordo com essa medição, a grave insegurança alimentar em 2017 é maior do que em 2014 em todas as regiões, exceto na América do Norte e na Europa, com notáveis aumentos na África e na América Latina. Na América Latina, o grave índice de insegurança alimentar saltou de 7,6% em 2016 para 9,8% em 2017. (FAO, 2018).

Portanto, promover a segurança alimentar é instigar o desejo de mudança desse cenário mundial que infringe a dignidade humana. Essa dignidade pode ser compreendida por meio do acesso amplo e universal a uma alimentação básica e segura no que diz respeito à qualidade, à quantidade nutricional e à regularidade no acesso à alimentação para o desenvolvimento humano.

O aspecto da qualidade é importante visando que a alimentação disponível não pode estar exposta a nenhum outro tipo de contaminação, apodrecimento ou outros problemas do gênero. Em relação à qualidade, faz-se referência também à dignidade na hora de consumir o alimento, e, por dignidade, entende-se, também, seguir as normas tradicionais de higiene. Ainda dentro desse aspecto, é condenável administrar rações ou misturas com a finalidade de combater a desnutrição, além do uso dos alimentos transgênicos.

Já em relação ao último elemento da definição citada anteriormente - a regularidade - faz referência à constância do acesso à alimentação, o que significa ter acesso a no mínimo três refeições diárias.

Diante desse quadro, foi que no século XX os caminhos para a segurança alimentar foram trilhados. Inicialmente na Europa, no pós-primeira grande guerra, a sua origem é ligada à ideia de segurança nacional e como forma de produção de alimentos para a prevenção a boicotes ou embargos por motivações políticas.

Inicialmente, esse conceito era compreendido como uma política estratégica de armazenamento e de oferta de alimentos e não com o conceito atual. O enfoque era o alimento e não o ser humano em si. Somente a partir da década de 1970, com a superprodução alimentar é que o problema da fome e da má nutrição passaram a ser encarados como uma deficiência no acesso e não na demanda de alimentos.

Desse modo, em 1983, a FAO apresentou o novo conceito de segurança alimentar, baseado em três pontos, descritos anteriormente. Já em 1986, o Banco Mundial o definiu como

“o acesso por parte de todos, todo o tempo, em quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável”.

Somente a partir dos anos 1990, com o advento da sustentabilidade é que modificações no conceito de segurança alimentar foram feitas. As noções de alimento seguro, balanceamento da dieta, hábitos de vida foram inseridas na definição. A Conferência Internacional de Nutrição, ocorrida no ano de 1992 e promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em conjunto com a FAO, conferiu um conceito humanístico à segurança alimentar, estimulando a assistência ao uso adequado da água, saneamento e saúde pública no preparo dos alimentos. Somente após a Conferência de Roma é que esse conceito passou a ser entendido como um direito humano básico e, como tal, garantido por políticas públicas.

3.2.2. Políticas Públicas

Nesse sentido, esse é um problema social suscetível de converter-se em problema político no Brasil, passo fundamental para a criação de políticas que destinem a atender aos interesses de uma necessidade pública. Na evolução da sociedade capitalista não existe um consenso literário sobre o conceito de políticas públicas, que pode ser entendida e alicerçada na responsabilização de todo e qualquer ato estatal que intermedeie os interesses sociais ante as pastas onde as políticas são operacionalizadas. Com base nisso, e oriundo do termo “*public policy*”, Lima (2007, p. 4) conceitua o termo supracitado como

[...] o conjunto de ações governamentais ou de intervenção estatal, articuladas a interesses coletivos e voltadas para atender as demandas sociais e a garantia do exercício do poder político, configurando um compromisso público que visa dar conta de questões sociais e políticas em diversas áreas. [...] processos políticos onde se dá a negociação de atores institucionais e sujeitos políticos diversos em momentos e circunstâncias diferentes.

A noção de política pública passa pela omissão estatal, e neste caso fere não só os Direitos Humanos como também o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Contudo, os trabalhos acadêmicos que estudam a segurança alimentar não brotam nessa ciência, e sim na Economia, na Medicina e na Sociologia, que estudam com afinco esse quadro lamentável.

Ao adentrar no cenário brasileiro, é preciso inseri-lo em um contexto mais amplo, em que o modelo econômico atue diretamente na construção da segurança alimentar.

É notório que a inexistência de uma legislação agrária que fortalecesse o pequeno produtor rural, e até mesmo de uma reforma agrária associada a um favorecimento do latifúndio

agroexportador, foi uma das maiores causas da falta de segurança alimentar. E, de certa forma, a lógica interna capitalista amplia a produtividade de alimentos ao mesmo tempo em que aprofunda as desigualdades sociais relacionadas ao acesso de alimentos.

No Brasil, a terra foi considerada um benefício para poucos, visando a monocultura de exportação, com destaque aos latifúndios e às políticas agrícolas de grande porte, deixando à deriva exatamente os que alimentam o país, ou seja, os pequenos e os médios produtores.

Junto a isso, tem-se a modernização da agricultura associada ao pouco investimento estatal e a concorrência do agronegócio fez com que a agricultura familiar ficasse debilitada, impactando de forma direta na capacidade de subsistência dessa classe. A marginalização social e econômica dos agricultores familiares tirara do campo o substrato da sua sobrevivência e reprodução, o que tem por consequência mais presente a insegurança alimentar e, conseqüentemente, a fome.

O campesinato brasileiro foi fundado na era colonial, originou-se da mescla de diversas culturas, o que acarretou na origem de uma cultura agrícola com influências indígena, europeia e africana. Segundo Wanderley (1995, p. 37-57), esse tipo de agricultura foi negligenciado, ou como a própria autora designa “bloqueada”. Isso decorre do pouco ou quase nenhum interesse econômico por parte do Estado em relação a essa classe, que apesar dos percalços deu início à trajetória da agricultura familiar brasileira.

Em vista disso, é necessário que se tenha pleno entendimento acerca da trajetória trilhada pela agricultura brasileira para que se entendam os rumos tomados pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a real necessidade do fortalecimento de programas do tipo.

O termo agricultura familiar propõe particularidades na sua definição. Para Altafin (2005, p. 18), a expressão anteriormente citada é um conceito em evolução, que mantém raízes históricas ligadas à produção camponesa tradicional. A autora defende que as transformações vivenciadas pelo agricultor moderno não representam uma ruptura histórica com o tradicional, ao contrário, fortalecem sua capacidade de adaptação às novas exigências impostas pela sociedade moderna.

De acordo com Guerra (2007), muitas terminologias têm sido empregadas para designar aqueles que combinam a posse dos meios de produção e a realização do trabalho. Ao longo da linha temporal, a referencia é feita ao mesmo sujeito como: pequeno produtor, lavrador, agricultor familiar, de subsistência. Em todos os casos não havia a separação entre a gestão da propriedade e a execução do trabalho, estando todos sob a tutela de uma mesma família.

A história e o desenvolvimento da agricultura brasileira nos mostram que a política agrícola nacional foi a responsável por proporcionar a marginalização de uma estrutura social

no campo, causando a expropriação camponesa de suas formas de reprodução e sobrevivência. Isso decorre do fato de que a política agrícola nacional favoreceu o latifúndio, além de negligenciar e dificultar o desenvolvimento da agricultura camponesa. Desse modo, Wanderley (1995 apud WANDERLEY, 1996, p. 8) afirma que

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. “Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. Grifo do autor.

Políticas agrícolas, desse modo, e segundo Lamounier (1994, p. 58), são o seguimento tomado pelas políticas em que se direcionam a dar suporte às atividades do campo, a partir das quais podem se destacar as ações de pesquisa, extensão e infraestrutura. Assim, é possível afirmar que, por meio dessas políticas, o Estado brasileiro fomentou a elite agrária em detrimento dos agricultores familiares, já que os investimentos públicos e créditos governamentais prioritariamente eram voltados à atividade agroexportadora.

No Brasil, conforme defende Reis (2017, p. 48), a agricultura familiar não está vinculada a uma acumulação de bens e capital, além de não se ligar a uma lógica produtivista, o que é característica desse sistema econômico. Isso cooperou para que esses indivíduos fossem usados como mão de obra ante ao desenvolvimento nacional, o que contribuiu e amplificou o êxodo rural característico do final do século XX. Tais fatores associados a outros tantos, interligados pela evolução urbano-industrial, corroboram para uma associação de grandes problemas sociais, envolvendo campo-cidade. Desse modo, Couto Filho (2007, p. 20) afirma que

[...] industrialização provocou um grande desequilíbrio entre a agricultura e a indústria. Isto ocorreu por causa do direcionamento da agricultura, que visou suprir o setor industrial, trazendo com isso, grandes consequências, como uma urbanização caótica, êxodo rural, graves problemas de abastecimento.

Todavia, esse processo de dominação não se deu de maneira pacífica. Houve resistência por parte dos agricultores que, por meio de movimentos sociais, buscaram suavizar as desigualdades sociais da classe. Ademais, com a perspectiva de atingir esses indivíduos que outrora foram marginalizados pelo Estado, o poder público criou políticas públicas mais democráticas buscando amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais do campo.

O surgimento de políticas públicas voltadas a esse grupo advém em um contexto de redemocratização brasileira associada a uma luta pelos direitos humanos e pela preservação ambiental. Desse modo, o Estado cria tais políticas tendo como embasamento os princípios supracitados, viabilizando aos pequenos empreendimentos produtivos a fixação do agricultor no campo, o que evita uma nova onda de imigração campo-cidade, o êxodo rural, e auxilia no desenvolvimento regional. Assim, tem-se um projeto de desenvolvimento para esse segmento rural, que atende as especificidades da classe agricultora brasileira.

Tais políticas têm como objetivo a diminuição de dificuldades históricas que levaram o setor a se desenvolver tardiamente. Superadas tais dificuldades o setor se insere de forma adequada e é mais uma peça na engrenagem econômica da sociedade, como já discutido. O primeiro passo para que se construa essas políticas é a identificação das necessidades específicas do setor de produção, para que assim construa-se um projeto de desenvolvimento que abarque tais políticas. Desse modo, tem-se a Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura familiar, em que as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares são estabelecidas.

3.3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo decreto presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, é seguramente a primeira política voltada para a agricultura familiar brasileira e, com a sua criação, segundo Alves e Rocha (2007, p. 3), “ganha espaço o debate sobre a importância da agricultura familiar”.

Em seus artigos, o PRONAF define suas ações e o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, o aprimoramento profissional e a participação em organizações, enfim surge um programa e voltado aos pequenos produtores, que a partir de agora são enxergados como uma nova categoria social.

Com o fim do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), os assentados passam a ter acesso aos benefícios do PRONAF e são distribuídos em quatro grupos: A, B, C e D conforme sua condição econômica e capacidade de crédito.

Em 14 de janeiro de 2000, o decreto no. 3.338 cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que cria a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a qual, dentro dessa estrutura, cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem como princípio básico “melhorar os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores” (POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO FAMILIAR, 2013).

A inclusão da assistência técnica como forma de melhorar a produção, bem como implantar o conceito de desenvolvimento rural sustentável e a extensão rural, fazia parte de um projeto maior que era a inserção da produção familiar no mercado local, além de incentivar os cursos de extensão, principalmente aqueles que agregam valores aos produtos ou aqueles que maximizam o aproveitamento da matéria prima; tudo isso representou uma forma de aumentar a renda do trabalhador.

De acordo com Dias (2007, p. 11), a busca por um novo modelo de políticas públicas como este não é novidade, pois se considera que

[...] a extensão rural no Brasil passa por um momento de redefinições. Em sua trajetória histórica não é a primeira vez que isto acontece. Desde sua origem oficial, no final dos anos 1940, este serviço, predominantemente público, já passou por crises, reorientações teóricas e institucionais e reposicionamentos políticos diversos.

Portando, o debate sobre o ATER está intimamente ligado ao PRONAF, e para que se tenha acesso ao crédito oferecido do programa a regulamentação prevê a necessidade de elaboração por parte do requerente de um projeto técnico sobre a atividade que será desenvolvida e vinculada ao projeto.

Nesse sentido, deu-se início, no início dos anos 2000, ao debate político em torno do desenvolvimento rural brasileiro, que trouxe consigo novamente esses ideais além de mudar ideologicamente os atores envolvidos nas políticas públicas agrícolas, incorporando o que se pensava sobre desenvolvimento sustentável e sobre conceitos de agroecologia buscando aplicar o conhecimento e a tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda da população rural brasileira, respeitando as diversidades econômicas, étnicas, culturais e ambientais brasileiras.

Em relação ao desenvolvimento sustentável no meio rural, embasado pela agroecologia gerido de maneira democrática e social, esta sim, constitui-se em uma ruptura abrupta com o paradigma anterior. De acordo com Castro (2014, p. 55),

[...] a política que a antecedia promovia basicamente o aumento quantitativo da produção agropecuária, o que era prejudicial. Já com as novas alternativas tecnológicas vigentes e inclusas no programa, como por exemplo, a agricultura orgânica, que adota todos os preceitos da agroecologia, ocorre

um estímulo para as tecnologias de viés sustentável, e para o caso da agricultura familiar, bastante sensato.

A produção agroecológica demanda maior intensidade de mão de obra. Em compensação, a lucratividade é maior em relação aos produtos não orgânicos. Essas características tornam esse tipo de produção adequada à agricultura familiar, visto que a disponibilidade de mão de obra por unidade familiar é abundante, além de contar com o apoio de políticas públicas que dão suporte tanto no que diz respeito à assistência técnica quanto ao acesso do mercado consumidor.

3.3.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

De acordo com a Constituição da República de 1988, a alimentação escolar é um direito estudantil e dever do Estado. Desse modo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi estabelecido pela Lei nº 11.947/09 com o intuito de “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábito alimentar e nutricional e da oferta de refeição que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”. Segundo Peixinho (2013, p. 909), o programa ganha destaque mundial ao abranger a alimentação em âmbito escolar contemplando o acesso à segurança alimentar.

O PNAE propõe a realização de ações de educação alimentar e nutricional, além da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo, o que garante alimento fresco e de qualidade na alimentação desses indivíduos. Ademais, o programa movimenta a agricultura familiar, visto que é desse setor social que provêm os insumos utilizados na alimentação escolar.

Como consequência, a manutenção do programa é garantia de geração de renda não só para os agricultores como para o município, o que dinamiza a economia local. A compra dos alimentos é feita por dispensa de licitação, na modalidade de chamadas públicas.

3.3.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, lei 12512 de 2011 e Decreto 7.115 pela lei de 2012 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a

agricultura familiar, promovendo a segurança alimentar dos agricultores e também dos beneficiários do programa.

A comercialização de alimentos, ou seja, da produção agrícola, sempre esteve fora da pauta das políticas públicas, o que gerava frustração e desestímulo à classe. Contudo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/03 e atualizado pela Lei nº 12.512/11 muda esse paradigma. O programa é uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, e visa garantir que populações em situações de insegurança alimentar tenham acesso à alimentação e à nutrição adequada, além de promover inclusão social no campo. É de suma importância salientar que a partir do ano de 2012, o programa passou a integrar o eixo “Inclusão Produtiva” do Plano Brasil sem Miséria, cujo objetivo é a erradicação da pobreza extrema e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O Programa é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios. (POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO FAMILIAR, 2013). Os produtos que forem adquiridos pela Conab são destinados, a princípio, a uma formação de estoque ou para o suprimento nutricional de uma população em situação de vulnerabilidade alimentar. Os projetos de compra com doação simultânea são distribuídos para programas sociais públicos, que fornecem refeições regularmente, como restaurantes populares, escolares, creches. Desse modo, o padrão nutricional dessas refeições é amplificado e constroem-se vínculos sociais e de solidariedade entre os indivíduos da comunidade.

A compra de alimentos por parte dos órgãos públicos sejam eles federais, estaduais ou municipais pelo programa se dá diretamente com o produtor, mediante dispensa de licitação, por preço de referência, que não pode ser inferior ou superior praticado pelos mercados regionais. Contudo, produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobrepreço de até 30%.

Por conseguinte, o PAA beneficia tanto os agricultores, que outrora poderiam encontrar algum tipo de dificuldade em drenar o contingente produtivo, como garante que sua produção seja inserida no mercado local. Guerra (2007) defende ainda que o programa aquece a economia dos municípios e fortalece o mercado interno. Os projetos desse programa têm a participação dos agricultores, que, por muitas vezes, formam associações ou até mesmo cooperativas, que contam com o apoio estatal, por intermédio das prefeituras, que possuem os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar.

De acordo com Mattei (2005, p. 136), o programa por ora estudado é capaz de aumentar a renda dessa classe social, além de proporcionar uma melhora significativa na qualidade

nutricional da alimentação a que estão sujeitos os indivíduos da comunidade, tirando-os da situação de vulnerabilidade alimentar. Assim sendo, há uma associação entre a política de segurança alimentar e a de promoção da agricultura familiar, segundo o referido autor.

É fato que esse programa valoriza e intervém no meio rural. Para alcançar suas finalidades, o programa compra os alimentos, como já descrito anteriormente e os destinam às mais diversas situações de insegurança alimentar. Desse modo, o estado modifica a relação entre produtor, consumidor e mercado local. Abramovay (1999, p. 16) defende que

Até recentemente os agricultores eram profissionais da produção, mas não da venda – da qual se encarregavam grandes organizações, como as cooperativas e as agências públicas às quais, com frequência, destinavam seus produtos. Hoje ao contrário, os agricultores – e suas organizações, bem entendido – cada vez mais precisam saber qual é o seu cliente, em que nicho de mercado vão inserir seus produtos, a que demanda da sociedade serão capazes de responder. Em suma, sua afirmação econômica não está mais apenas da porteira para dentro, mas supõe um profundo conhecimento do mercado como o qual se relacionam. A ideia de que os agricultores produzem e os mecanismos da política agrícola garantem sua renda – tão arraigada até hoje na consciência das lideranças rurais brasileiras – está definitivamente ultrapassada.

O Programa de Aquisição de Alimentos é praticado entre uma convenção dos estados e municípios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O programa é estruturado em cinco modalidades, sendo elas: compra com doação simultânea; incentivo à produção e ao consumo de leite; compra direta; apoio à formação de estoques e compra institucional.

O PAA é um programa que visa o benefício da comunidade local. Desse modo, a prioridade são os agricultores familiares e o público da região. Contudo, em casos excepcionais, em casos em que não há demanda da produção de alimentos no município é possível que haja a efetivação da compra de alimentos de comunidades vizinhas.

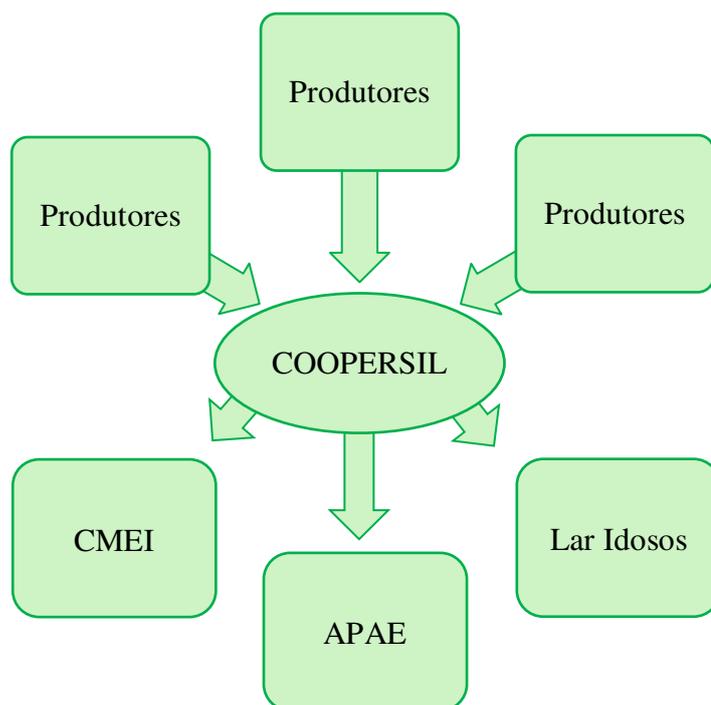
O Programa de Aquisição de Alimentos tem entre suas finalidades a estruturação da produção familiar como garantia de soberania alimentar e introduz uma nova etapa ao processo produtivo: a comercialização. Essa nova etapa é fomentada pela compra institucional realizada pela CONAB em uma de suas modalidades de aquisição, neste caso específico, a compra com doação simultânea, e os produtos adquiridos são doados para instituições previamente cadastradas no PAA.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje absorvido pelo Ministério da Agricultura, foi o promotor dessa iniciativa de melhoramento da produção no meio rural, visando promover o desenvolvimento da agricultura familiar, integrando espaços e fomentando a economia, a partir das políticas públicas implantadas no Município.

O PAA foi introduzido no município de Silvânia no ano de 2007, mediante da parceria firmada entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL). O governo federal por meio do PRONAF estabelece a CONAB como executora do programa e esta, juntamente com as unidades gestoras locais, no caso de Silvânia a Cooperativa; no entanto, poderia ser uma associação de produtores cadastrada na CONAB.

O Organograma 2 ilustra como funciona essa trama em que os produtores cadastrados no programa entregam sua produção na entidade indicada pela cooperativa e recebe, mensalmente, pelo volume entregue, girando uma rede de confiança e solidariedade, pois governo, cooperativa, produtores e instituições beneficiadas formam uma só rede onde todas as partes envolvidas ficam felizes.

Organograma 2. Instituições beneficiadas.



Organização CAIXÊTA, J. C. (2019).

Para participar do PAA, os produtores devem procurar suas entidades (cooperativas, sindicatos ou associações), solicitar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e de posse da DAP aguardar as chamadas públicas (algo parecido com uma licitação) para construção do contrato. Na sequência, é preciso aguardar as reuniões realizadas na COOPERSIL para saber o

quantitativo de produtos a serem entregues para a doação nas entidades participantes do programa.

A cooperativa recebe a produção de todos os produtores envolvidos no programa, em dias e horários predefinidos, recolhe toda a produção, faz as anotações de controle de entrada e controla a distribuição enviando os quantitativos para cada uma das entidades receptoras dos alimentos. Essa distribuição acontece duas vezes por semana, tempo que se ajusta o consumo com a produção das hortaliças. Na Tabela 1 está a relação das instituições beneficiárias do PAA, com classificação etária da clientela beneficiada; todas já previamente cadastradas no Programa.

Tabela 1. Silvânia – GO: Instituições beneficiárias do PAA por faixa etária.

Nome da Instituição Receptora	Nº de Beneficiários por Faixa Etária					Total
	0-6	7-14	15-23	24-65	+ 65	
Asilo São Vicente de Paulo				50	41	91
APAE - Silvania	10	19	9	27	0	65
Associação EMAUS de Amparo ao Idoso	0	0	0	17	21	38
Escola Prof. José Arnaldo Batista	0	390	48	5	0	443
CEMEI – Pe. Januário Goulart	86	0	0	30	0	116
CEMEI – Valéria Perillo	76	0	0	25	0	101
Centro Social Don Emanoel	25	20	25	5	5	80
Conselho Esc. Alexandrina P. dos Santos	30	158	14	25	0	227
Conselho Escolar Benedito Lobo	0	15	115	23	0	153
Conselho Esc. Celia Abadia Machado	63	300	0	12	0	375
Conselho Escolar Escola Est. Dom Emanoel	0	284	40	66	0	390
Conselho Esc. Col. Est. Prof. José Paschoal da Silva	0	0	499	101	0	600
Conselho Esc. D. Odete Correa Tavares	0	105	31	46	0	182
Conselho Esc. Educando para a Vida	0	102	110	5	0	217
Conselho Esc. Fleuri Adrião de Siqueira	44	180	9	40	0	273
Conselho Escolar Hilda Bueno	125	0	0	29	0	154
Conselho Esc. José Eduardo Mendonça	25	118	18	4	0	165
Conselho Esc. Manoel Caetano do Nascimento	16	114	0	18	0	148
Conselho Esc. M ^a das Graças S. Abreu	46	106	17	34	0	203
Conselho Esc. M ^a Madalena Moreira	95	0	0	23	0	118
Conselho Escolar Padre Lancisio	160	300	10	110	2	582
Creche Mun. José Calixto de Carvalho	42	0	0	0	0	42
Escola Dulce Alves Ferreira	50	0	0	401	0	451
Escola Mun. Comecinho de Vida	176	0	0	0	0	176
Escola Municipal Maria Luiza	40	0	0	4	0	44
Escola de Convivência (Peti)	5	35	15	0	0	55
Fundação Hospitalar de Silvânia	10	10	50	30	20	180
Fundo Mun. De Assist. Social Silvania	0	20	80	20	220	340
Fundo Mun. De Assist. Social Gameleira	5	65	56	15	28	169
Hospital Mun. Sto. Antônio	4	2	5	9	6	26
Inspetoria São João Bosco	0	175	86	0	0	261
Instituto Auxiliadora	45	700	297	0	0	1042
Núcleo Educacional União	20	47	5	10	0	82
Oratório Festivo Sto. Antônio	10	30	10	12	0	62
Oratório Festivo São Sebastião	5	25	10	0	0	40
Oratório Padre Januário	9	48	4	7	2	70
Pastoral Carcerária	0	0	15	45	0	60
Pastoral da Criança Com. Sto. Antônio	34	0	0	110	0	144
Pastoral da Criança M ^a de Lourdes	43	0	0	23	0	66
Pastoral da Criança São Sebastião	50	0	0	0	0	50
Projeto Resgate	0	0	33	5	8	46
N ^{os} Totais	5551	3687	1621	1457	353	12669

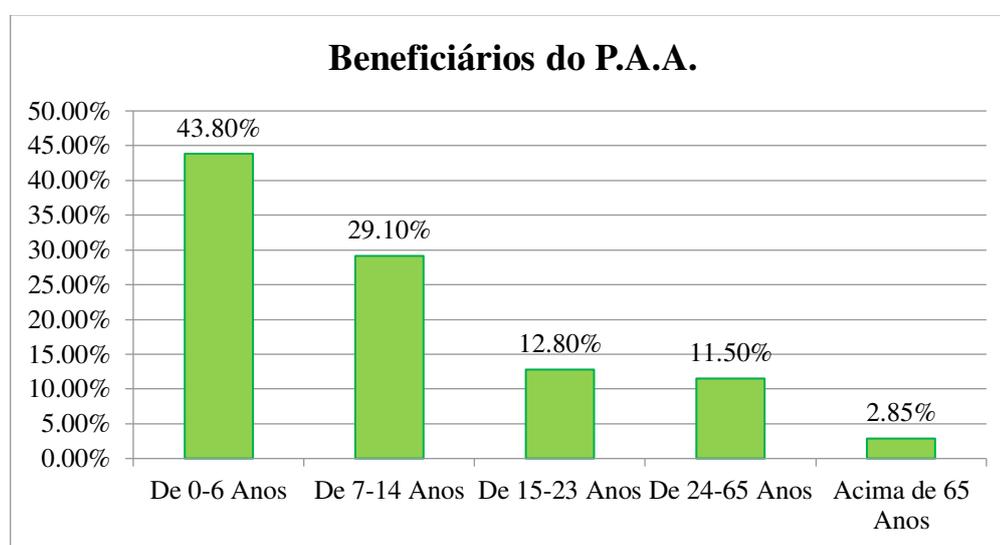
Fonte: Arquivo COOPERSIL.
Adaptado por Caixeta, J.C. (2019).

Cada instituição atende a uma parcela da população considerada como estando em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, recebendo os insumos e fornecendo uma

quantidade variável de refeições diárias, chegando nos casos de instituições como creches e hospitais fornecerem até cinco refeições ao dia.

Quando transformamos tudo isso em números, observa-se que existem 41 instituições beneficiárias cadastradas no programa, atendendo diariamente 12.669 (doze mil seiscentos e sessenta e nove) pessoas nos municípios de Silvânia, Gameleira e São Miguel do Passa Quatro; esses municípios também participam da COOPERSIL. O Gráfico 1 mostra a distribuição por faixa etária dos beneficiários do programa.

Gráfico 1. Silvânia – GO: Beneficiários do P.A.A por faixa etária.



Fonte: Arquivo COOPERSIL.
Adaptado por Caixeta, J.C. (2019).

De acordo com o Gráfico 1, as crianças de zero a seis anos, que formam a maioria dos atendidos estão nas creches e CMEIs e recebem cinco refeições diariamente. Esse fato tem impacto direto no crescimento e na formação da cognitiva da criança, afinal uma criança bem alimentada será um adulto saudável e apto cognitivamente, colocando-o em igualdade de possibilidades com todas as outras crianças criadas em um ambiente com dietas nutricionais adequadas.

O depoimento da coordenadora da Escola Infantil Maria Luiza, hoje renomeada para Ana Caixeta Ramos, uma das entidades beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade compra com doação simultânea dá a dimensão desse programa. Em destaque, apresenta-se sua fala:

[o] que eu tenho pra falar do PAA, enquanto o PAA durou em nossa escola a gente via que era, foi um período muito farto, porque enriquecia a nossa

alimentação, que nos servimos aqui na nossa unidade, 4 refeições por dia, café da manhã, colação, almoço e lanche da tarde, então isso trazia pra gente uma grande alegria, na hora da refeição por vê o prato todo colorido. (TRA. 08).

Mediante suas palavras, fica a preocupação também com as famílias que produziam essas hortaliças, pois, segundo a coordenadora, os benefícios são amplos:

Não só pra escola, não só o benéfico pra escola, mas para o Município em termos financeiros, mas também para os produtores eles já produziam já destinados, cada produto tinha uma destinação certa, e mais ainda para as crianças né, que eram alimentação nutricional equilibrada e bem valorizada, então a gente ficava perguntando né, por que que terminou?, e não que a gente achou resposta, deveria continuar porque ganha todo mundo, é uma cadeia né, então a família da agricultura familiar fica lá, trabalha, produz renda e enriquece tudo lá, melhor, melhoria de vida. (TRA. 08).

O segundo grupo de beneficiários encontra-se na faixa etária de sete a quatorze anos, presente nas escolas de formação básica, sendo algumas de tempo integral. A maioria dessas crianças tem na escola a sua melhor refeição, com o cardápio enriquecido pelos produtos recebidos do PAA. O lanche pode ser diversificado e mais nutritivo e chama-se de lanche em virtude da cultura de se denominar a refeição servida na escola como “lanche”, mas as crianças recebem refeições, conforme reportado:

Na época que o PAA fornecia os produtos para cá eu era diretora, no momento eu não estou, no momento só estou na coordenação, mas na época eu era diretora. Esses produtos, eles eram oferecidos pra cá e enriqueciam muito nosso cardápio né, complementava, era os produtos de ótima qualidade e complementava bastante a nossa, o nosso cardápio e a gente recebia com muito agrado e infelizmente esse programa foi tirado e a gente fica ansiosa por receber de novo esses produtos que complementava e ajudava muito no nosso cardápio, agente atende 90 crianças e com 4 refeições diárias, então esses produtos vem pra ajudar muito no nosso cardápio e enriquecer e complementar mesmo nosso cardápio. (TRA. 09).

A partir daí, tem-se os grupos com faixa etária intermediária, dividida em dois: o primeiro de beneficiários cuja idade varia de quinze a vinte e três anos, em sua maioria estudantes, mas há, também, instituições de apoio à recuperação de menores infratores e usuários de entorpecentes; o segundo grupo vai atender ao formato descrito anteriormente e também parte da rede hospitalar, além de presidiários e alguns idosos que frequentam os Centros de Convivência. Para falar sobre a importância do PAA, solicitei o depoimento da diretora do Colégio Estadual Professor João Pascoal da Silva, de Silvânia, apresentado a seguir:

O PAA é de extrema relevância pra nossa escola né, era um programa que tinha todo um processo de doação de alimentos, “in natura”, alimentos orgânicos e que pra gente isso era muito importante. Por que? Porque aonde a gente tem o programa da secretaria de educação, em que a gente tem a merenda escolar, só que a gente sabe que o valor que vem não é satisfatório pra gente ter uma qualidade ao nível do que aluno necessita, porque a gente percebe a importância de uma merenda com qualidade, que tenha nutrientes pra que o aluno possa usufruir disso e isso beneficiar e ter um retorno em sala de aula, porque isso é muito importante, uma boa alimentação faz com que o aluno tenha um rendimento acadêmico melhor e esses alimentos que a gente recebia era de extrema importância né, porque vinham verduras, frutas iogurtes que incrementavam muito a merenda escolar, então foi uma perda muito grande que a gente vê essa relevância desse problema. (TRA. 10).

Por último, encontram-se os beneficiários com mais de sessenta e cinco anos, que são os idosos frequentadores dos centros de convivência, os internos do hospital e os que são atendidos no Lar dos Idosos de Silvânia, antigo Asilo São Vicente de Paula e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

No lar dos Idosos de Silvânia conversei com sua presidente que relatou acerca das dificuldades e do apoio recebido, uma vez que a entidade funciona apenas com donativos, e que a doação de frutas e legumes além de outros itens faz muita falta. Observa-se a preocupação em sua fala:

[e]u sou a presidente do Lar de Idosos de Silvânia, antigo Asilo São Vicente de Paula, é então a gente recebia esses produtos aqui e eram importante pra gente, principalmente as frutas, vinham biscoitos, tinha uma diversidade né e as frutas a gente, hoje a gente tem o consumo né, nós temos que oferecer esses produtos, só porque isso se torna muito temeroso pra instituição, porque aqui a gente sobrevive de doações né, e não vem aquele, vinha né sempre certinho em todo mês vinha, então a gente confiava no produto, hoje a gente recebe uma doação aqui outra ali, não tem uma, assim não dá pra confiar nessa frequência e hoje a gente desloca pra conseguir preço melhor porque nós supermercados se torna muito caro, a gente se desloca pro Ceasa, é a parte de biscoito também que vinham era muito bom né, esse lanche era oferecido na época a gente tinha mais ou menos 65 internos né, moradores, todos de baixa renda, situações de abandono, e isso pra instituição é, a perda disso gente teve que investir dinheiro né, e dinheiro pra gente aqui e material é escasso, é tudo muito difícil, foi uma perda, muito ruim, tá fazendo falta. (TRA. 11).

Na APAE, fui recebido pelo seu diretor de patrimônio, que em brincadeira diz que cuida do que é mais importante na APAE, “a alma e a pureza das pessoas que ali frequentam”. Com muita emoção de minha parte, fui apresentado a várias pessoas que ali trabalham algumas horas por semana voluntariamente; fui também apresentado a alguns jovens que estavam curiosos com a presença de alguém novo no ambiente. Ensaiei a dança de quadrilha, pois minha visita

ocorreu no período dos ensaios para as festas juninas, ouvi histórias contadas por eles, entre outras coisas, admito que saí uma pessoa diferente daquela que lá adentrou. Na APAE também ouvi do seu diretor o que significou o PAA para a entidade:

Sou diretor de patrimônio da APAE de Silvânia, aonde nós atendemos 65 crianças diárias, sendo da cidade de Silvânia e Gameleira. Nós usufruímos muito dessa doação de legumes e verduras que é distribuído pela cooperativa, COOPERSIL, de Silvânia e o benefício que ela faz, ela alimenta todas essas crianças nossas, que nós damos almoço pra elas e como nós dependemos de doações isso vem a muito nos ajudar e por outro lado alimentamos 20 funcionários que almoçam aqui e isso nos favorece muito, porque na hora do almoço os funcionários estão almoçando, mas está do lado da criança almoçando também, que é para a criança se sentir mais social. As doações que nós recebemos é de super importância porque nós não temos renda, nós temos doações, e sem essas doações aí sem estas participações disso seria difícil a alimentação pra nossas crianças aqui na APAE, já sabemos e sempre contamos com isso, sabemos o dia que chega, sabemos o tanto que é importante, principalmente na qualidade dos produtos que chegam a nós. Nossas cozinheiras já conhecem que é às vezes melhores que em certos comércios da cidade, porque nós sabemos que são produzidos na região e se conhecemos muito dos produtores da nossa cidade. (TRA. 12).

Para colocar os alimentos nas unidades beneficiárias do Programa, de maneira simplificada, estabeleceu-se uma rede local, onde os produtores entregam seus produtos na Cooperativa. Esta recebe o produto e o direciona aos beneficiários, que os recebem e atestam a qualidade e a quantidade de produtos recebidos.

A COOPERSIL, por sua vez, faz o gerenciamento da distribuição, e quando a CONAB libera o recurso financeiro, é feito o acerto com os produtores, que já entregaram seus produtos. Estabelece-se, então, uma rede de confiança, onde os produtores acreditam que podem entregar seus produtos e que os receberão em poucos dias. As entidades receptoras acreditam que os alimentos chegarão em quantidade e em qualidade satisfatória, as pessoas diretamente beneficiadas com os alimentos acatam que suas respectivas entidades terão esse alimento no momento adequado. Por sua vez, a COOPERSIL acredita que a CONAB vai liberar os recursos financeiros para a quitação dos fornecedores no momento adequado; portanto, todos creem que o programa será sempre renovado.

3.3.3. A formação de uma rede local

As redes sociais vêm ganhando destaque nas pesquisas, assim, busca-se verificar como e de que maneira fundamenta-se essa rede. Esta análise permite observar de forma mais ampla e intensa as relações sociais, dando ênfase na formação do capital social. Analisar essas redes sociais é de suma importância, visto que constitui um conjunto de atores sociais e suas relações. Tais atores (sindicatos, autarquias, indivíduos, empresas, entre outros) são ligados uns aos outros por intermédio de laços sociais. Contudo, a capacidade de se analisar uma rede vai além da intervenção na conexão entre os indivíduos.

Granovetter (1973) afirma que tais redes podem ser analisadas por meios estruturais ou pela relação que um indivíduo tem com o outro. A segunda perspectiva adotada por esse autor é atribuída à dependência comportamental de cada indivíduo ante ao grupo, podendo se basear em mútuas expectativas.

Ao se fazer uma análise sobre essas redes, é possível notar a especificidade do foco na relação entre o indivíduo e o meio que o permeia. Assim, é importante que se recorra a Durkheim (1999), cuja obra intercepta o indivíduo biológico, transformando-o em indivíduo social. Esse processo o insere na sociedade e lhe dá sentido. A relação do pensamento de Durkheim com este estudo demonstra justamente esse ponto ao tratar de divisão social, uma vez que

[...] cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada. (DURKHEIN, 1999, p. 108).

Assim, a existência de confiança e reciprocidade se dá por heranças da solidariedade, onde o indivíduo inserido em uma rede carrega valores intrinsecamente ligados à existência de costumes oriundos de uma sociedade anterior a sua existência.

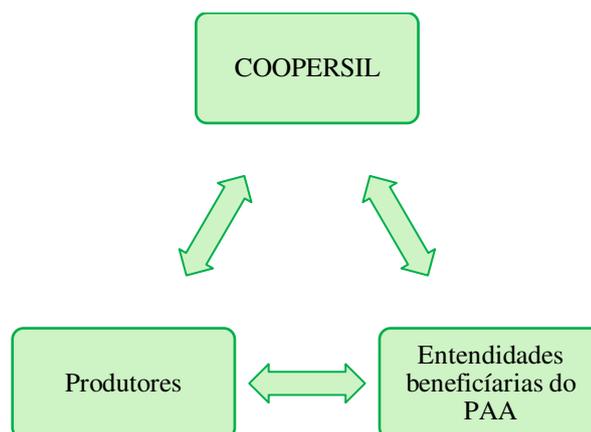
Então, as redes podem se originar de forma orgânica de solidariedade, porém sem desconsiderar a interferência mecânica do capital social. Portanto, entende-se que

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). (CASTELLS, 1999, p. 498).

Partindo dessa colocação, Inojosa (1999) apresenta uma segmentação para rede colocando a ideia de solidariedade orgânica ao mesmo nível de especialização das funções, podendo variar quanto ao foco da atuação, ou seja, pode ser rede de mercado ou rede de

compromisso social. As redes de mercado têm como função a produção ou a apropriação de bens e serviços e visam a potencialização frente ao mercado. Por sua vez, as redes de compromisso social têm como foco as ações sociais e visam complementar as ações do Estado. Um exemplo de rede pode ser observado no Organograma 3.

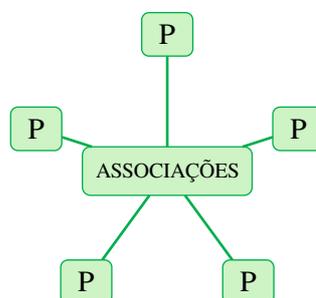
Organograma 3. Redes PAA.



Organização CAIXÊTA, J. C. (2019).

Em Silvânia, a formação das redes de compromisso social, iniciam-se em 1989 com a formação das primeiras Associações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Silvânia com o objetivo de se fortalecerem para fazer valer o direito de acesso ao crédito, às melhores condições de compra e venda e à assistência técnica por parte do poder público (conforme Organograma 4), sendo P = Produtor(es).

Organograma 4. Formação das primeiras associações de Pequenos Produtores Rurais.



Organização CAIXÊTA, J. C. (2019).

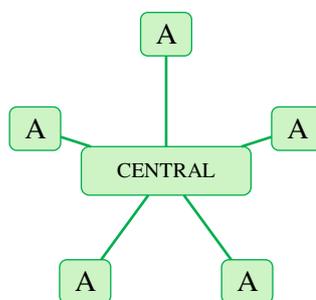
Desse modo, o movimento associativista fortalece-se rapidamente em função dos benefícios conseguidos coletivamente, e essa percepção de resultados positivos materializa-se

na compra de equipamentos agrícolas, no melhoramento do gado de leite, na aquisição conjunta de tanques resfriadores de leite, em cursos de inseminação, entre outros.

Cada associação tinha de dez a quinze pequenos produtores, agrupados por critérios entendidos somente por eles, separados por fronteiras invisíveis, impossível de ser entendido por alguém externo à comunidade local. Por vezes, uma associação era definida por sua geografia ou por membros de uma determinada família, e assim foram constituindo-se várias pequenas associações, independentes, porém com os mesmos objetivos.

O Organograma 5 representa o modelo de rede que se estabelece em que uma associação é constituída. Sendo, A = Associações.

Organograma 5. Redes de associações.



Organização CAIXÊTA, J. C. (2019).

Com a multiplicação das associações, chegando em seu ápice ao total de 32 associações, fez-se necessária a criação de uma organização que contemplasse os interesses de todos os associados e de todas as associações, para isso foi criada a Central das Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Silvânia ou simplesmente a CENTRAL.

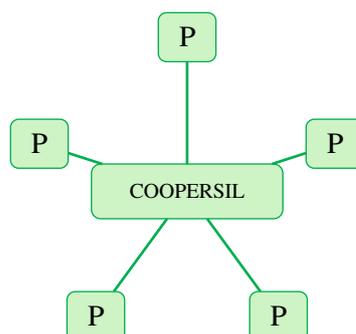
A CENTRAL passou a defender os interesses das associações, junto ao Governo Estadual e Municipal, na busca por apoio ao pequeno produtor. Na prática, ela fazia a mesma coisa que a associação já fazia, porém, agora, a dimensão política e social havia mudado em escala. A CENTRAL falava por trinta associações e quase quinhentos associados, sua voz ficou tão forte que, em pouco tempo, os membros da CENTRAL enxergaram a necessidade da criação de uma cooperativa, principalmente para atender a um braço comercial das associações.

Por fim, com a criação da Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia, a rede completa-se; em parte ela substitui a CENTRAL, mas ambas coexistem irmanamente, pois a cooperativa expande a atuação das associações conforme relato de um de seus dirigentes:

[...] é, eu fiz parte da Associação dos Pequenos Produtores do Entorno de Silvânia na época do forte movimento associativista de Silvânia, fui presidente dela um certo período, depois fui secretário da Central das Associações na sua formação quando formou a Central de Associações que coordenou todo o processo associativista em Silvânia, aí da Central de Associações foi necessário criar o braço comercial das associações da Central, porque a Central ela não tinha, assim, esse poder comercial; aí então, criou então, a COOPERSIL. E a COOPERSIL ela foi criada e posteriormente eu acabei exercendo o cargo de Presidente da COOPERSIL, me parece que por 6 ou 8 anos. A COOPERSIL ela trabalhava inicialmente apenas coletando leite e repassando aí para os laticínios, o foco dela era leite, aí depois nós vimos a necessidade de ampliar esse foco, criando fábrica de ração, fábrica de sal mineral e abrimos a pequena loja de produtos agropecuários para expandir também o fator comercial. (TRA. 01).

Em último e atual momento, os produtores se organizaram em torno da cooperativa, conforme Organograma 6.

Organograma 6. Rede de produtores.



Organização CAIXÊTA, J. C. (2019).

A COOPERSIL passa ter mais importância que a CENTRAL, pois, juridicamente, uma cooperativa participa de comercialização, podendo participar dos programas e políticas públicas de geração de emprego e renda no campo, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, com doação simultânea de alimentos produzidos pela agricultura familiar e doados e instituições de assistência social.

Na sequência, apresenta-se o quarto capítulo desta tese, por meio do qual pretendo mostrar detalhadamente a saga dos produtores de hortaliças orgânicas, que se iniciou em 2005 e teve uma pequena história, de sucessos e fracassos, e de muita luta.

CAPÍTULO 4

SILVÂNIA E A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS



Trabalhador em atividade na horta orgânica de Silvânia – GO.

Foto: CAIXETA, J. C. (2018).

CAPÍTULO IV

Neste capítulo, discorro sobre o grupo de interesse denominado de horta orgânica, que surgiu dentro da COOPERSIL em 2005. Esse grupo nasceu como uma produção alternativa para aqueles cooperarados que tinham pouco gado de leite e viam seus ganhos diminuir no período de seca, significando, ainda, uma alternativa de renda para as mulheres e uma forma de inserção no mercado para os jovens, os quais, sem alternativa no campo, buscam a cidade em procura de emprego e renda.

4. SILVÂNIA E A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS

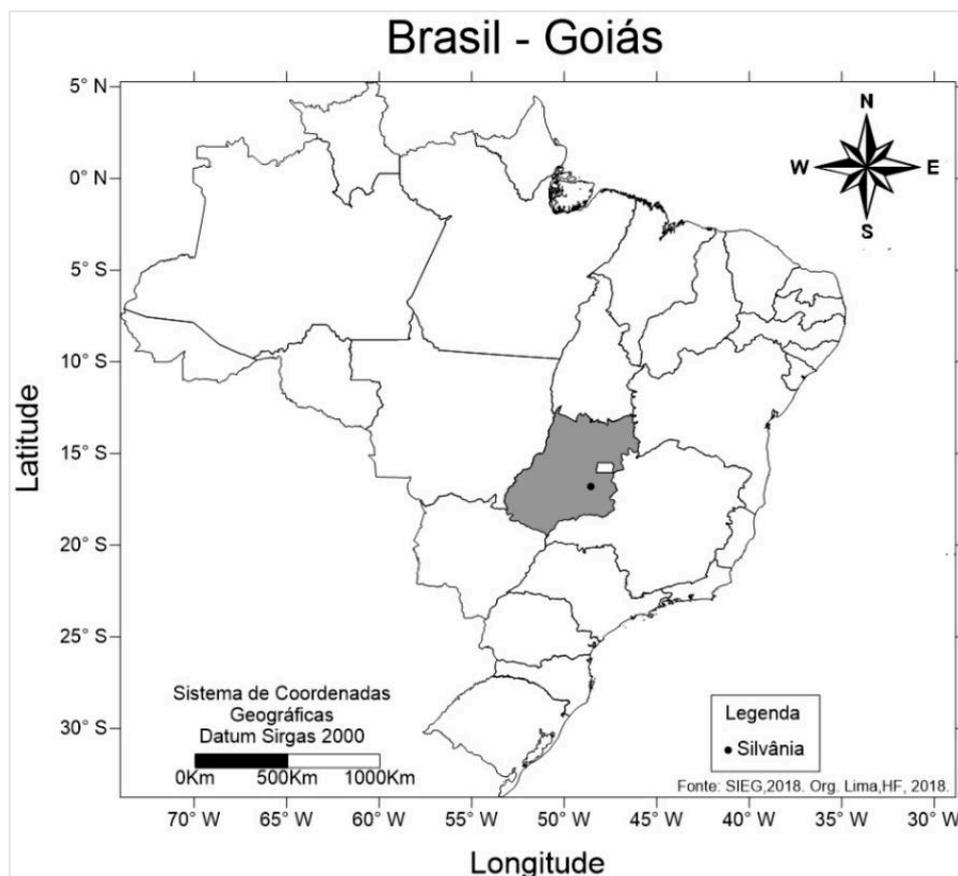
4.1. Caracterização do local (Município de Silvânia)

O atual Município de Silvânia-GO foi fundado provavelmente em 1774, data contestada, porém aceita como data de sua fundação, como Arraial do Bonfim, durante o período aurífero na localidade conforme trecho a seguir:

[...] diante das vastas e profundas escavações existentes, adivinhamos logo ter sido a mineração a causa da origem do arraial do Senhor do Bom Fim, ocorrida por volta de 1774, na lúcida administração do capitão-general José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho. (BORGES, 1981, p. 13).

Pelo censo de 2010, o Município de Silvânia possui uma superfície de 2.870 Km² e uma população de 19.089 habitantes, dos quais 62% vivem no meio rural. Está situado na região Leste do Estado de Goiás, distante 80 Km de Goiânia e a 180 Km de Brasília, conforme Mapas 2, 3 e 4 apresentados na sequência.

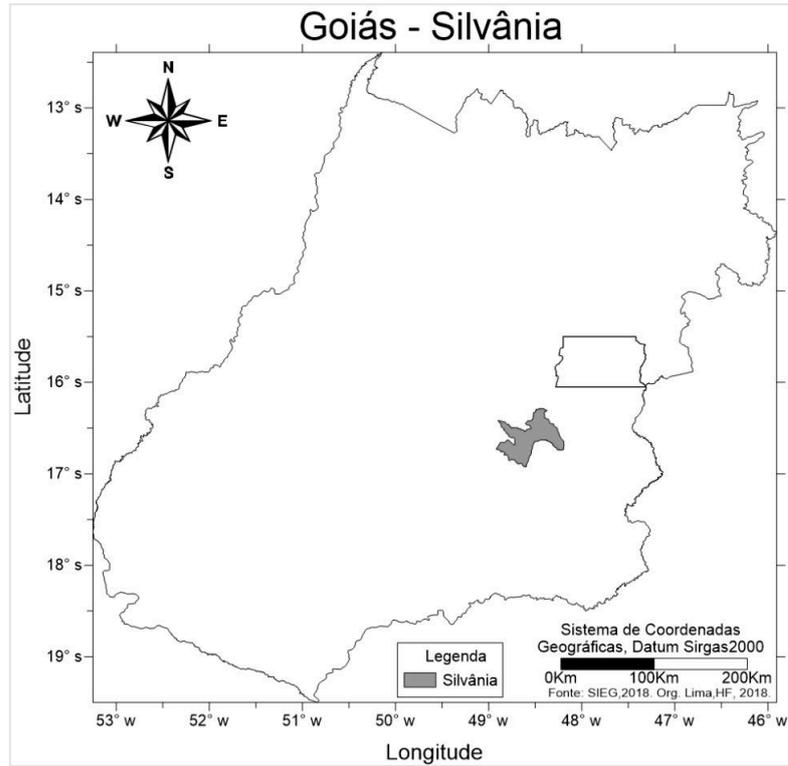
Mapa 2. Silvânia – GO: Localização do município em relação ao Brasil.



Organização: LIMA, 2018.

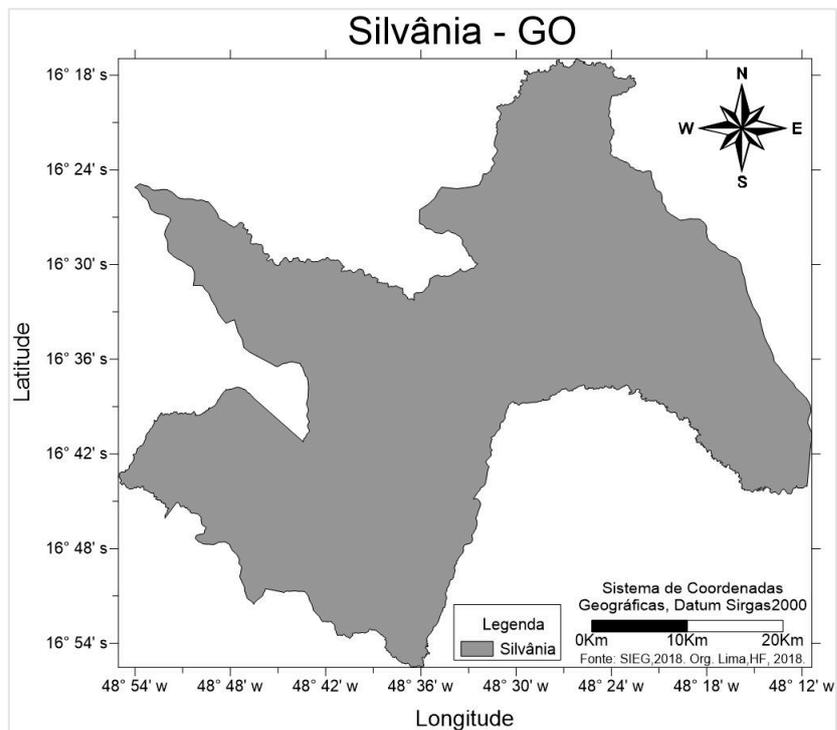
O fato de estar localizado na junção das estradas que ligam as principais cidades do Estado de Goiás (Goiânia e Anápolis), situar-se entre duas rodovias que levam ao Sul (BR 040 e BR 153) e pertencer à Região da Estrada de Ferro, prerrogativa que no passado lhe conferiu algumas vantagens locais, destaca o privilégio de sua localização, fato mencionado por Rodrigues (1998). Outra característica digna de nota, refere-se ao fato de a área estar inserida na bacia hidrográfica dos rios Corumbá e Meia Ponte, contribuintes da bacia do rio Paranaíba.

Mapa 3. Silvânia – GO: Localização do município em relação a Goiás.



Organização: LIMA, 2018.

Mapa 4. Silvânia – GO: Localização do município.



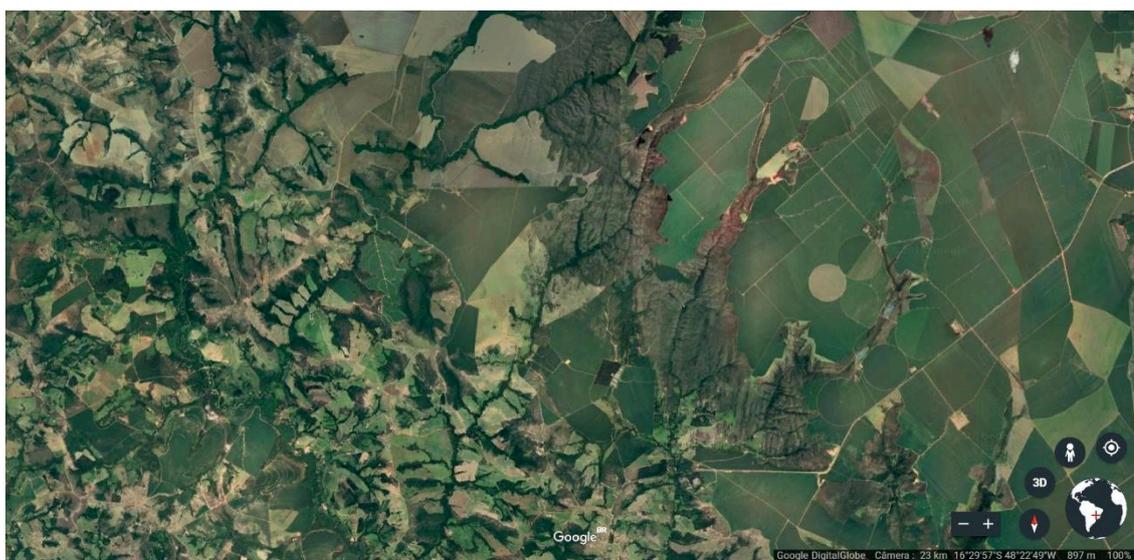
Organização: LIMA, 2018.

Silvânia apresenta características típicas das grandes áreas dos cerrados brasileiros; está em uma região de planalto com altitude de aproximadamente 900m. Seu relevo ondulado apresenta algumas elevações e também algumas regiões caracterizadas pela presença de extensas chapadas, serras e colinas, podendo classificar tudo isso em 20% plana, 25% montanhosa e 55% ondulada (RODRIGUES, 1998).

Os Cambissolos prevalecem no Município e são ocupados em sua maioria pelos agricultores familiares. Os Cambissolos Eutróficos apresentam média fertilidade e, por sua vez, os Podzólicos Vermelho, Amarelo, Eutrófico e os Podzólicos Vermelho Escuro Eutrófico de boa fertilidade são ocupados por gado e lavoura (RODRIGUES, 1998).

Observando essa distribuição de terras, percebe-se que as melhores, onde a topografia é suave e elas são facilmente mecanizáveis, estão apropriadas pelos grandes produtores de cereais e pela pecuária. Esses aspectos podem ser vistos na Figura 2, vista aérea da Região do Cedro, destacando-se o lado Leste da imagem totalmente dominado pelo capital agropecuário com grandes fazendas de gado e, também, com agricultura comercial; por sua vez, o lado Oeste apresenta topografia bastante acidentada e, conseqüentemente, terras de menor interesse comercial, ainda não apropriadas pelo capital e distribuídas pelos pequenos proprietários de terras, que são os principais produtores com características de produção familiar, perfil típico do produtor de hortaliças, utilizando as áreas renegadas pelo agronegócio.

Figura 2. Silvânia – GO: Ocupação das terras na Região do Cedro.



Fonte: Google Maps (2018).

A média anual de chuva é de 1.450 mm/ano, concentrados nos meses de outubro a abril. Nesse período chuvoso, a umidade relativa do ar fica acima de 70%, já nos meses considerados

“de seca”, praticamente não chove e a umidade relativa do ar fica abaixo dos 40%, deixando a vegetação muito seca (RODRIGUES, 1998).

Ainda, segundo o autor, a formação fitofisionômica tem o cerrado como característica predominante na região, estando ainda presente, as matas ciliares e de galeria. O cerrado coexiste com a pecuária e com a agricultura no Município de Silvânia (RODRIGUES, 1998).

Na Figura 3 (Comunidade da Barrinha), observa-se uma típica caracterização do município: ao Norte e à Nordeste há uma área plana dominada pelo agronegócio, totalmente preparada para o plantio; essa área é plana e totalmente mecanizada, contrastando com as demais áreas da região, que possuem topografia que variam de ondulada à levemente ondulada, o que permite uma mecanização rústica (trator), e onde prevalecem as pequenas e médias propriedades que subsistem com o policultivo de gêneros alimentícios e a pecuária.

Figura 3. Silvânia – GO: Comunidade da Barrinha.



Fonte: Google Maps (2018).

Na parte sul da Figura 3, destaca-se uma região que foi ampliada para melhorar as observações e possibilitar melhor visualização dos fatos descritos pelo pesquisador quando da análise do local pesquisado, conforme demonstrado na Figura 4, apresentado na página a seguir.

Partindo da ampliação do detalhe da imagem, e considerando agora o detalhe maior como referencial, temos três áreas selecionadas e posicionadas em Sudoeste, Nordeste e para o Noroeste. Nas amostras selecionadas, encontram-se pequenas áreas altamente acidentadas, com pouca viabilidade para mecanização, onde se localizam as pequenas propriedades, é também onde o Município mantém as características originais de fitofisionomia.

Existem várias drenagens naturais de pequeno porte e isso, segundo o costume antigo, faz com que os proprietários construam suas casas próximas do acesso à água; também era nas baixadas onde se realizava a agricultura das gerações pretéritas. Então, a imagem circulada, que foi ampliada, mostra muitos detalhes representativos do local.

Figura 4 . Silvânia – GO: Comunidade da Barrinha (ampliação do detalhe).



Fonte: Google Maps (2018).

Nesta demarcação ampliada, percebe-se com facilidade a presença de pequenas drenagens naturais utilizadas para construção de reservatórios de água (represamento) multifuncionais, e servem como reservatório de água para o gado, para criatórios de peixe ou para abastecer outros lugares, dentro da propriedade.

No centro da imagem, visualizam-se dois destaques, o maior e o menor, os quais estão dentro de uma propriedade pesquisada. Esta propriedade tem 7,87 hectares e está na família há mais de sessenta anos; já foi bem maior, porém, hoje, a única parte remanescente e que pertence à família é esta, que é compartilhada (existe uma divisão não formal, cada um sabe onde é a sua parte), entre a matriarca e um casal de filhos. A filha tem sua sede mais ao norte da imagem, é o destaque menor; o filho tem sua sede no destaque maior, junto à sede da mãe; ao sul do destaque maior, pode-se identificar a área destinada à Horta Orgânica, essa área é de 1,5 hectares, no momento não está certificada, porém está produzindo, conforme pode ser verificado na Figura 5, e relatado em um dos depoimentos transcritos para esta pesquisa.

Então, isso aqui é a área que eu trabalho é uma hectare e meia, a gente trabalha, eu trabalho aqui nesse período da seca, eu trabalho com os

canteiros aí molho por micro-aspersor e também por gotejo e essa área no momento é uma área que já era certificada já alguns anos, aí no momento tá em processo certificação. (TRA. 02).

4.2. Ocupação do Município de Silvânia

Com a descoberta de ouro, onde hoje localiza-se Silvânia, em 1774, o povoamento aconteceu de forma muito desorganizada e aleatória. O ouro era descoberto naturalmente, surgia um núcleo de povoamento e invariavelmente uma igreja nessas localidades. Em Silvânia, foi construída a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim (Figura 5) e à medida que se aumentava ou diminuía a produção de ouro, esse núcleo também se modificava, podendo ser efêmero ou evoluir para uma vila. Assim, sucessivamente iam surgindo ou desaparecendo garimpos e núcleos de povoamento em várias localidades.

Figura 5. Silvânia – GO: Igreja Nosso Senhor do Bonfim.



Foto: CAIXÊTA, J. C. (2019).

O ciclo do ouro em Goiás foi bem limitado, iniciando-se por volta de 1726, tendo seu apogeu por volta de 1750 e, nesse curto espaço de tempo, Goiás foi o destino das principais migrações no Brasil, conforme relata Chaul.

A mineração propriamente dita teve vida breve em Goiás. Tem início em 1726, declinando após a década de 1750, que marca o apogeu da mineração em Goiás. O declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823. (CHAUL, 1997, p. 28).

Pela rápida queda na quantidade de ouro encontrado nos garimpos de Goiás, em menos de um século, a mineração perdeu sua hegemonia e a redução dessa atividade econômica acaba produzindo transformações na região. Várias famílias mudaram-se para outras capitâneas, outras tantas se embrenharam cerrado adentro, em busca de terras não demarcadas, ou foram viver em fazendas estabelecidas nas proximidades dos antigos garimpos, para garantir o sustento familiar na produção agrícola.

De maneira concomitante à mineração, a agropecuária também foi implantada nos arredores dos diversos garimpos de Goiás, sendo uma atividade secundária que servia de apoio ao serviço de mineração, que era mais lucrativo e importante, não tendo o mesmo impacto econômico. Por outro lado, com o fim do ciclo do ouro, foi talvez a única forma de produção que pudesse produzir uma ocupação e fixação das famílias.

Para Estevam (1997, p. 12), em Goiás não existia a tradição agropecuária e o foco nela e na agricultura só tiveram início após o ciclo do ouro, ou seja:

Antes do descobrimento de ouro em Goiás inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos. Mesmo as pequenas pastagens extensivas de gado surgiram com a mineração nos primeiros núcleos de assentamento.

Essa posição de Estevam, em relação à agropecuária, teve opiniões divergentes. Bertrand (2011) afirma que a pecuária já se fazia presente quando Bartolomeu Bueno chegou em Goiás em 1722, tendo inclusive encontrado vestígios de gado em Goiás, na região onde hoje é o Tocantins.

Outro autor que corrobora essa corrente de pensamento é Chaul (1997), ao afirmar que

Dentro da expansão pecuarista Goiana, é importante destacar que a agropecuária, como um todo, sempre existiu em Goiás, mesmo preterida em detrimento do ouro por ser considerada como atividade econômica complementar ou secundária. Desenvolveu-se longe ou perto das minas, sendo na maior parte do período aurífero, como era natural, uma atividade subsidiária da mineração. Não lhe era dada a atenção merecida, pois o ouro ofuscava qualquer outra atividade. (CHAUL, 1997, p. 87).

Segundo essas informações, o escasseamento das minas de ouro em Goiás direcionou naturalmente as atividades produtivas para a agropecuária. Essa transição da economia mineradora para a agropecuária, com predominância para a pecuária, deu-se por haver grandes vazios desabitados e cobertos por vegetação nativa característica do lugar, o que exigia apenas o investimento inicial com a aquisição dos primeiros animais. A mão de obra braçal poderia ser suprida pelos membros da família, situação diferente das atividades

auríferas, que exigia muita mão de obra, elevando os custos e era uma atividade rodeada de riscos de insucesso, sendo altamente tributado pelo governo com o pagamento do “quinto”, o que tornava a atividade com alto custo operacional, comparada à pecuária, que possuía um investimento muito baixo. Salles (1992, p. 69) conclui que “a vida pastoril camponesa era mais viável que a escassa produção de ouro”.

É importante ressaltar que a pecuária era praticada em larga escala e realizada por fazendeiros que, pouco tempo antes, eram os mesmos mineradores donos de garimpos, concorrentes com os altos funcionários públicos que ocupavam as melhores áreas de terras.

De acordo com Chaul (1997, p. 86),

Os administradores provinciais já haviam ocupado, desde o auge da mineração, as melhores terras, deixando aos migrantes a opção de se estabelecerem nas proximidades dos caminhos que ligavam Vila Boa a Minas e/ou Bahia.

Durante o ciclo do ouro em Goiás, a ocupação das terras acontecia livremente, e com a decadência da mineração o interesse pela terra aumenta, e muitos posseiros passam a requerer o registro de suas propriedades. Contudo, nem todos tinham condições ou interesses em legalizá-las. De acordo com Salles (1992, p. 63), o lavrador e o criador assumiram o domínio da terra sem legalizá-las a não ser que tivesse *veio de ouro*, assim a figura do lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, sem recursos para construir engenhos, apoderava-se das terras à margem da lei.

Durante o século XVIII, Goiás foi ocupado por grandes fazendas e também por pequenos sítios. As fazendas tinham seu foco na produção da pecuária bovina e os pequenos sítios objetivavam a produção agrícola. As grandes fazendas dispunham de recursos oriundos da mineração para tocarem suas terras com escravos, enquanto os pequenos sítios eram camponeses que dispunham da força de trabalho familiar para produção de autoconsumo, o excedente servia para adquirir bens essenciais não produzidos internamente.

Chaul (1997) a agricultura presente desde o início da colonização em Goiás, não chegou a contribuir com as exportações, servindo basicamente ao consumo interno e durante o período de decadência da mineração, ao autoconsumo das famílias. Nos pequenos sítios, além de serem plantados gêneros alimentícios básicos, também eram criadas poucas cabeças de gado, o que marcou Goiás, constituindo, possivelmente, a origem de dois sistemas sociais bem distintos ao longo do século XIX: as grandes propriedades e os camponeses.

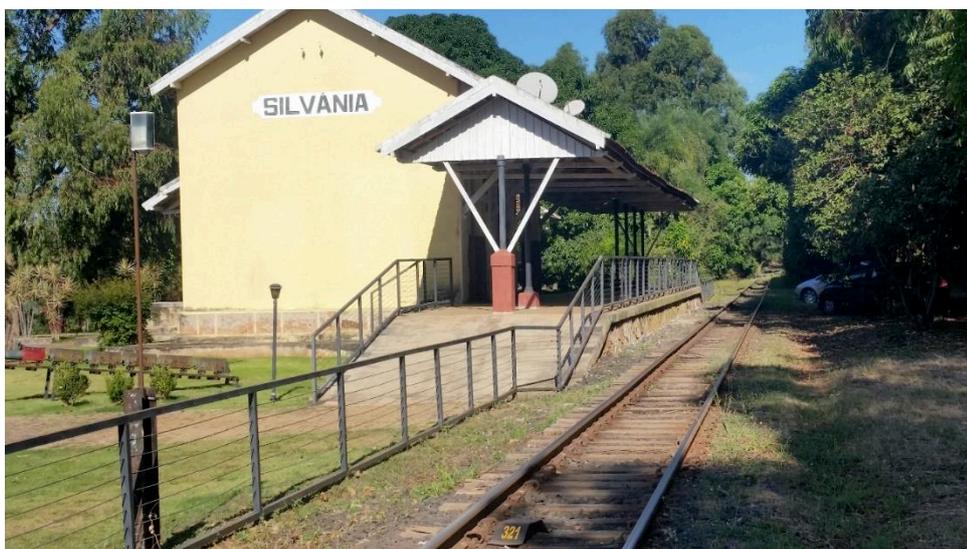
Se, por um lado, a ocupação dos pequenos sítios por camponeses era uma forma de extrair da terra o seu sustento e manter uma vida digna à família, com o declínio do ouro, os antigos

donos das lavras viam nas grandes fazendas uma boa opção para investimento e acumulação. A partir de então, a terra passa a ser um balizador social, mensurador de poder, principalmente a partir do século XX, com a chegada da estrada de ferro e a possibilidade de comercialização da produção agropecuária principalmente com o Sudeste brasileiro.

4.2.1. Estrada de ferro chega ao Município de Silvânia

Após o declínio da produção de ouro, Goiás passa um século produzindo sem registros de acontecimentos marcantes, tendo uma ausência de informações sobre a história do Estado, reaparecendo em relatos sobre a importância da pecuária goiana e já se adentrando para o período da construção da estrada de ferro no sudeste goiano, no século XX. Na **Error! Reference source not found.**6 observa-se a fotografia da Estação Ferroviária de Silvânia inaugurada em 1930, atualmente Museu da Estrada de Ferro.

Figura 6. Silvânia – GO: Estação Ferroviária.



Fonte: CAIXÊTA, J. C. (2019).

Nesse sentido, entende-se que essa latência se refere ao principal período da formação do campesinato goiano, pois as terras eram ocupadas por famílias que se constituíam numericamente grande para tocar a terra e dela extrair os recursos necessários à sua reprodução social e econômica.

As dificuldades de locomoção eram o principal entrave às exportações goianas, ainda assim exportavam gado para o sudeste, por ser um produto que se autotransportava, mas as

viagens eram muito longas, o que debilitava o rebanho e baixava o preço final, tornando essa atividade muito trabalhosa e pouco lucrativa, desestimulando essa prática. Assim,

Criado extensivamente e nas pastagens naturais do cerrado, o gado, por ser uma mercadoria que se autotransporta, foi a única mercadoria regional exportadora em escala considerável para outros Estados. Além da baixa qualidade do rebanho, as boiadas sofriam grandes perdas nas longas caminhadas e muitas vezes o boi só podia ser vendido magro, uma vez que na viagem perdia parte do peso e tinha de ser invernado antes de ser abatido, reduzindo ainda mais, sua competitividade do mercado. (BORGES, 2000, p. 51).

Com a construção da estrada de ferro em 1913, o sudeste goiano passa por grandes transformações, pois o cenário produtivo, antes da produção agrícola, era inexistente e passa a interagir com outros mercados, possibilitando a ampliação da sua produção. Matos (2012) relata as transformações agrárias da região Sudeste de Goiás no século XX, em que:

A paisagem do Sudeste Goiano teve grandes mudanças com a presença de quilômetros de trilhos cortando o Cerrado, promovendo maior fluxo de pessoas e mercadorias. As tropas e carros-de-boi, principais meios de transporte da época, que não foram radicalmente extintos com a chegada da ferrovia, aos poucos, foram lhe cedendo lugar. A paisagem também foi modificada por meio da expansão de lavouras, porque, com a chegada do sistema ferroviário, ocorreu o aumento da produção, tornando essa região a maior produtora de grãos do estado de Goiás (p. 189).

A Estrada de Ferro Goiás, embora estivesse estabelecida no Sudeste do Estado, impactou toda a economia goiana ao possibilitar o escoamento da produção agrícola com a diminuição do tempo de transporte e, conseqüentemente, do seu custo. O transporte em lombo de animais ou em carro de boi, considerado muito lento, elevava os custos e desestimulava uma produção agrícola com intenção de conseguir mercados de outras regiões, limitando essa produção a atender tão somente as necessidades de consumo e, eventualmente, o mercado local com o excedente produtivo. Silva (2005) relata como era a situação da economia agropecuária goiana, naquele momento:

Até o ano de 1911, para vencer as longas distâncias, Goiás contava com dois meios de transporte: a tropa, com capacidade de carga limitada por volumes, e o carro de bois. [...] O transporte de bens perecíveis tornava-se praticamente impossível. O preço dos fretes, pela demora da viagem e pelos custos de alimentação do pessoal e dos animais, tornava-se extremamente alto, colocando os produtos goianos em situação desfavorável nos mercados consumidores. O lucro dos produtores goianos era tão reduzido que praticamente não valia a pena exportar produtos agrícolas (p. 94).

O isolamento vivido por Goiás, antes da construção da Estrada de Ferro Goiás, inviabilizava toda e qualquer tentativa de inserção no mercado nacional. Pelas razões já mencionadas, a estrada de ferro contribuiu para consolidar a produção e para o autossustento, abriu a porta para a inserção da economia agrária com outros mercados, aumentando as possibilidades e diminuindo os custos, ou seja:

Com o advento da ferrovia, em se tratando da economia, o estado de Goiás elevou a produção agrícola, tendo o arroz como principal produto. Os municípios do Sudeste Goiano, assim como os municípios próximos aos mercados consumidores do Triângulo Mineiro, tiveram a maior participação na produção agrícola do estado. (MATOS, 2012, p. 195).

Conseqüentemente, nota-se que a Estrada de Ferro Goiás teve papel fundamental para o crescimento do Estado, abrindo possibilidade de se industrializar e criando uma via de transporte de produtos e pessoas com outras regiões brasileiras, alargando seus horizontes comerciais e culturais, interligando Goiás não só com Araguari-MG, mas com o Brasil, tamanha foi sua importância para a época. Nesse período, o território goiano começa a se inserir em um processo de industrialização, tendo seus produtos agropecuários comercializados no sul e sudeste do país (ESTEVAM, 1997).

4.2.2. Organização social dos produtores de Silvânia

A origem das Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Silvânia-GO dá-se a partir de um projeto de desenvolvimento em conjunto com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e suas sucursais estaduais. O Projeto é denominado “Projeto de Ação Integrada da Pesquisa/Extensão Rural nos Cerrados Brasileiros”, conhecido nacionalmente como “Convivência com o Cerrado” (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS 1997, p. 31).

O bom desempenho do “Convivência com o Cerrado” possibilitou a sua aplicabilidade pelas agências estaduais, no caso específico a EMATER-GO, a desenvolver o trabalho em cinco municípios goianos: Abadiânia, Alexânia, Leopoldo de Bulhões, Silvânia e Vianópolis, todos relativamente próximos a Brasília e todos próximo a um escritório da EMATER localizado em Silvânia.

Segundo Xavier (2000), esse projeto foi recebendo vários nomes ao longo dos anos e um deles foi “Uso do enfoque de P&D para o desenvolvimento da pequena agricultura na região de Silvânia-GO”, mais conhecido como “Projeto Silvânia”. Ele teve início em 1987, e foi

desenvolvido pela EMBRAPA Cerrados e com participação do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), pela Empresa Goiana de Pesquisa e Agropecuária (Emgopa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO).

Esse projeto político foi desenvolvido em diferentes esferas, porém articulado no sentido de buscar o desenvolvimento para propriedades de pequeno porte, assemelhando-se ao PRODECER. No entanto, esse projeto atuava com propriedades maiores e o Projeto Silvânia tinha por objetivo promover o desenvolvimento rural mediante a inserção dos pequenos produtores, suas associações e a Central de Associações de Pequenos Produtores de Silvânia, às novas propostas de trabalho.

Segundo Bonnal (1994), para implantar o Projeto Silvânia “foram escolhidas 28 fazendas, pertencentes às nove classes da tipologia, distribuídas em cinco grandes tipos de solo”. Essas fazendas foram chamadas de “Rede de Fazendas de Referência” e tinham entre si características intrínsecas que as tornavam propositalmente diferentes umas das outras. As fazendas estavam distribuídas por todas as regiões do município com a finalidade de garantir a participação de toda a variedade edafológica nas observações.

Para Zoby (2003, p. 19),

A escolha das fazendas foi um processo de diálogo e negociação com os produtores. As informações sobre a diversidade dos sistemas, a necessidade de se conhecer seu funcionamento, os objetivos e os resultados que a rede deveria gerar para beneficiar os agricultores, a importância da representatividade da rede e o perfil necessário aos seus integrantes foram novamente discutidas com os produtores. Essa estratégia permitiu que a escolha das fazendas fosse, em grande parte, feita pelos produtores, gerando maior comprometimento entre os integrantes da rede, os técnicos e o grupo (p. 121).

O acompanhamento dessas fazendas era realizado pelos técnicos envolvidos, os quais acompanhavam as práticas dos produtores e as inovações técnicas inseridas nas fazendas, o que gerou, ao longo do tempo, um grande conjunto de informações que deram suporte ao processo de mudança tecnológica dos produtores.

Ao analisar a Rede, a busca pela heterogeneidade tinha a intenção de criar vários cenários, e a partir daí criar um raciocínio coletivo partindo das análises individuais. Isso porque as fazendas, ao serem a referência, naturalmente influenciariam os produtores das adjacências e reforçariam esse intuito durante as reuniões realizadas em outros locais quando também seria

feita a exposição dos bons resultados, os quais, pela lógica do projeto, seriam replicados em outras propriedades.

Para que o máximo de propriedades pudesse se inserir nessa onda de modernização, seriam necessários alguns gastos na aquisição principalmente de maquinários como trator, triturador, conjunto de irrigação, além de insumos e sementes para o solo. Essas aquisições, considerando que estamos nos referindo a pequenos produtores, individualmente, seriam praticamente impossíveis, por isso, dentro do Projeto, existia o incentivo à formação de associações de pequenos produtores rurais. Dessa forma, em conjunto, teoricamente seria mais fácil o processo de aquisição.

Por outro lado, em 1988, foi criado o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), por meio de recursos públicos destinados aos pequenos agricultores de zonas desfavorecidas. Esse fundo foi criado pelo Banco Central com juros subsidiados e destinado prioritariamente aos agricultores organizados em associações (BAINVILLE, 2005).

As comunidades rurais existentes em Silvânia serviram de base para a organização dos trabalhadores rurais em pequenas associações de produtores. Essas comunidades já existentes podem ser definidas como um espaço geográfico específico, onde os contatos sociais desenvolvem-se principalmente por meio de relações de vizinhança, parentesco e em alguns casos por relação de trabalho (TENÓRIO, 1995).

Esta forma de organização em associações foi resultado de uma ação política externa à comunidade, não foi uma iniciativa espontânea dos agricultores. Ela aconteceu por influência política de seus articuladores, tanto em Silvânia, por influência do então Secretário municipal da Agricultura, o Sr. Euter Paniago Júnior, e pelo então Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Sr. Durval Mota, que trouxeram para o município esse experimento.

Os inúmeros programas implementados, tais como os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (FNO, FNE, FCO), o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (Fundec), o Programa de Viabilização dos Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (Prorenda) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) apresentam como características comuns o fato de serem concedidos prioritariamente para os agricultores organizados (LUNARDI, 1999).

A conjuntura socioeconômica desfavorável ao pequeno agricultor frente à necessidade de modernização e a inserção junto aos mercados estimulou o surgimento das associações, que foram constituídas com a finalidade de ultrapassar determinados entraves inerentes ao pequeno

produtor em especial aqueles vinculados à obtenção de crédito, à comercialização e ao acesso às inovações tecnológicas. De acordo com Pinheiro,

[...] boa parte não possuía recursos suficientes para promover melhorias técnicas nos seus cultivos, nem dispunha de capacidade para a colocação de seus produtos no mercado. (PINHEIRO, 1999, p. 347).

Dessa forma, as associações preencheram as expectativas dos associados, pois eram um tipo de organização que combinava participação democrática em suas instâncias, com os benefícios de uma coletividade organizada; uma iniciativa que uniu os interesses dos produtores, dos técnicos envolvidos e do Governo, pois essa ação facilita a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar.

A primeira associação de produtores rurais a ser criada em Silvânia foi a Associação no Projeto de Assentamento – PA João de Deus do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, criada em 1988 com 19 famílias. Em 1989, foram criadas mais três: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região da Limeira, a Associação da Região do Quilombo e a Associação da Região do Variado. Em 1991 e 1992, surgiram mais oito associações e, em 1997, elas eram 27, agrupando 600 associados.

Juntamente com a criação das primeiras associações, foi estimulada a criação do Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações (CAMPPO), que incentivou a luta das primeiras associações para terem acesso ao crédito oferecido pelo recém criado Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

A CAMPPO foi criada em 1991, com sede em Goiânia e representava os associados e, posteriormente, também, a Central de Produtores de cada município. Seu objetivo era promover melhorias na produção e na comercialização, atuando de forma a fazer a ligação entre os produtores e os agentes externos, (SOUZA, 2002).

O FCO foi criado pela lei n. 7.827, em 27 de setembro de 1989, sendo alterado pela lei n. 10 de novembro de 1995, criado com o objetivo de alocar recursos financeiros para o setor primário com os seguintes objetivos de diminuir as desigualdades regionais e acelerar o processo de desenvolvimento, mediante a abertura de crédito fixo para culturas de longa duração, reformas e benfeitorias, aquisição de animais, veículos e máquinas (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS 1997).

Em um primeiro momento, apenas os médios e grandes produtores foram atendidos pelos recursos FCO. Para que os pequenos e mini produtores fossem atendidos, era necessário que eles estivessem organizados em associações. Então, os primeiros financiamentos do FCO, para

a agricultura familiar beneficiou, justamente, as primeiras associações constituídas no Município, a saber: Associação da Região da Limeira, do Quilombo e do Variado, criadas respectivamente em 06/10/1989; 19/10/1989; e 28/07/1989 (SOUZA, 2002).

Conforme Xavier (2000), com essas associações beneficiando-se do crédito, e a eminente possibilidade de crédito para as novas associações, houve um período de muita efervescência entre os pequenos produtores de Silvânia e várias outras associações rapidamente foram formadas. Em 1989, eram quatro associações com 60 associados; em 1992, eram 12 associações; em 1993, já eram 25 associações; e em 1999, contavam com 32 associações e agrupando mais de 600 propriedades familiares (BAINVILLE, 2005).

O crédito obtido por meio do FCO vai financiar equipamentos coletivos e individuais, a saber: os coletivos seguramente serviriam para financiar aqueles de maior valor, como tratores, colheitadeira, plantadeira, ensiladora e outros; e, individualmente seriam usadas na aquisição de novilhas holandesas, trituradores e conjunto de irrigação.

A associação, mediante compras coletivas, vai assumir também a aquisição de adubos e corretivos para o solo, principalmente calcário e sementes para o plantio, além de sal mineral e farelo de soja para o gado. Com tudo isso posto, concordamos com a afirmação que “A organização da força de trabalho da agricultura familiar é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento” (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1997, p. 20).

Com o número cada vez maior de associações no município de Silvânia, veio a necessidade da criação de uma entidade que aglutinasse essas Associações e fortalecesse a representatividade do pequeno e mini produtor associado. Assim, em 17 de junho de 1992, foi fundada pelas associações a Central das Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Silvânia, assim como já existia em Orizona, Formosa e Porangatu. Todos os municípios goianos haviam criado as suas Centrais com o interesse em “estudar, coordenar, defender e proteger os interesses dos pequenos produtores em regime de liberdade, democracia cooperação e ajuda mútua” (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1997, p. 20).

Em sede própria, a Central, como ficou conhecida, passou a realizar reuniões periódicas onde eram discutidas ações individuais envolvendo especificamente uma ou outra associação, ou ações coletivas onde eram discutidas ações que envolviam várias ou todas as associações. Dessa maneira, a Central objetivava atender a todas as associações dentro dos objetivos inscritos em seu estatuto, a saber:

[...] congregar e representar as associações, defendendo direitos e deveres dos sócios; estimular atividades de produção, comercialização, transporte, armazenagem, beneficiamento, industrialização; produção de sementes e mudas; inseminação artificial e mecanização; firmar convênios com entidades

públicas e privadas; promover a educação associativista e conhecimento profissional dos sócios; promover o planejamento conjunto das atividades de produção agropecuária dos associados; promover o crescimento profissional, agroindustrial e tecnológico dos associados; custear atividades; promover campanha, congressos e cursos; promover compras e vendas conjuntas. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1997, p. 48).

A Central, criada pelas associações de Silvânia, atua como um fórum de discussões e também como representante e defensora dos interesses dos associados. Apesar das dificuldades e até mesmo da limitação financeira, a Central tem conseguido atender a maior parte dos objetivos propostos em seu estatuto.

Cada associação participa no conselho da Central, com até cinco delegados, que zelam pelo bom funcionamento da entidade, e pelo patrimônio coletivo. A Central oferece apoio técnico aos associados com a disponibilização de um engenheiro agrônomo, que é remunerado com uma bolsa do CIRAD. Posteriormente, esse profissional passou a ser remunerado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, desenvolvendo o Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo junto à Central.

De acordo com Sperry (1997), em Silvânia, as associações surgiram a partir de 1989 e a Central foi criada em 1991. Rapidamente, alcançou uma posição de respeito junto a seus pares e simultaneamente as fragilidades também foram expostas. Conscientes da situação e preocupados com o futuro, o Conselho de Representantes lidera um processo de discussão para melhorar a eficiência da Central no trato interno junto a seus associados e, também externamente, junto a empresas e órgãos públicos.

Diante disso, a Central estreitou relacionamento com a CAMPPPO, com a EMBRAPA e com a EMATER, ouviu mais seus associados e criou os cursos desejados, viabilizando novos projetos de produção, acompanhando e orientando a constituição de grupos de interesse.

O grupo de interesse nada mais era do que um certo número de associados interessados em desenvolver alguma atividade produtiva, então se reuniam e estudavam toda a logística; da produção ao mercado, para que a Central pudesse contribuir com cursos e treinamentos específicos na melhoria do processo produtivo. Foi assim com o grupo de criação de pequenos animais, administração e organização de associações, planejamento de indústrias artesanais, irrigação, culturas anuais, e comercialização e pecuária.

4.3. Formação do grupo dos produtores orgânicos

A Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), localizada nesta cidade, tem como principal atividade a agropecuária, destacando a produção de leite, soja, milho, mandioca e maracujá.

A COOPERSIL é uma cooperativa que nasceu da necessidade de se criar um braço comercial para atender às demandas da Central de Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Silvânia, conhecida popularmente por “Central”. Silvânia chegou a ter 32 associações de produtores na década de 1980, quando o movimento associativista brasileiro esteve em franco crescimento, sendo, naquele momento, a principal forma de organização de pequenos produtores.

No final de 2005, a COOPERSIL apresentou um projeto de Agroecologia ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, (MDA), o qual foi contemplado com duzentos mil reais para formação de parte dos seus associados em Agricultura e Pecuária Orgânicos.

Esse projeto tinha como objetivo principal gerar renda para os menores produtores de leite, principal produto da Cooperativa naquela época, e que diminuía muito sua produção no período de estiagem, deixando em dificuldade econômica as famílias dos pequenos produtores de leite. Afinal, na estiagem a produção diminui e aumenta-se o custo de produção, uma vez que a alimentação do gado tem que ser complementada com ração, silo ou algo similar.

Para despertar o interesse da comunidade para o “grupo da Horta Orgânica”, a COOPERSIL fez ampla divulgação, pelo rádio, usando carro de som nas ruas e nas igrejas. Os próprios associados da Central convidavam todos os interessados em conhecer e participar desse projeto agroecológico, que era uma novidade e, também, uma possibilidade de geração de renda e uma nova maneira de se produzir com possibilidade de geração de renda, inclusive para as mulheres, como relata um dos ex-presidentes da COOPERSIL, iniciador do projeto e também produtor:

[a] gente viu a necessidade também de criar alternativas dentro da pequena propriedade para não ficar só no leite, porque tinha muitas mulheres de pequenos produtores que a renda deles era muito restrita ao leite e tinha mulher que era totalmente dependente do marido, do esposo, às vezes não tinha dinheiro nem para comprar o pano de vestir, aquele, o sonho de qualquer mulher no meio rural, aí nós resolvemos, a gente sempre tinha isso de dar a renda para quem morava no campo. E, nisso tinha um projeto de frango caipira aqui no município que nós começamos a desenvolver junto com uma turma justamente pra criar mais alternativas, aí nós temos o grupo de frango caipira da COOPERSIL, nós começamos a direcionar a cooperativa em grupos de produção, tem o grupo de leite, criamos o grupo de frango caipira,

posteriormente veio o grupo de produtores de maracujá, justamente pra abrir o leque pra aquelas pessoas que não tinham uma vocação ou a propriedade dela não absorvia a produção de leite, ela tem a opção de produção e participar da renda dentro da propriedade e ela ter a sua própria renda, foi assim que a gente imaginou que a gente podia fortalecer toda a cadeia do pequeno produtor; e o grupo de produtores de frango caipira, ele começou a trabalhar e, aí veio a história de um abatedouro, que é uma outra história, mas desse meio apareceu também um cidadão pra nos ajudar que chama Hélio Mauro, que na época trabalhava numa empresa do Governo do Estado, a GDS se não to enganado, e ele veio pra nos auxiliar na produção do frango caipira, porém o Governo Federal através do MDA, ele lançou um projeto de duzentos e poucos mil reais pra expandir na área agroecológica, na área orgânica e ele acreditou que esse projeto poderia dar certo pra gente aqui na produção orgânica de frutas e verduras, porque, através duma pesquisa ele viu que essa seria uma tendência muito forte na produção orgânica, não só no Brasil, mas mundial e que a gente seria possível desenvolver aqui pelo potencial social que a gente tinha de organização. Ele então, ele trouxe a ideia nós entendemos que seria uma ideia interessante, poderia agregar com o frango, produto orgânico, fortalecendo essa cadeia. Nós apresentamos o projeto, o projeto foi aprovado e a partir desse projeto aprovado, com esse valor, aí nós traçamos toda uma metodologia de implantar a produção aqui em Silvânia. (TRA. 01).

Na condição de presidente da cooperativa e entusiasmado com a formação do grupo da horta, a proposta foi apresentada na cooperativa e aprovada em reunião. O projeto chegava com recursos para implantação e com estudo de viabilidade realizado pelo MDA, com indicação para grupos organizados em associações, como em Silvânia, já existia esta organização desde bem antes, tudo se encaminhou com agilidade, e em poucos dias o grupo já estava sendo formado, sob a orientação do Sr. Helio Mauro.

Ele (Hélio Mauro), apresentou o projeto e nós questionamos muito ele, e o próprio grupo questionou se, a gente entrando nesse projeto, a gente teria a comercialização do produto orgânico garantida, porque a gente já viu muito curso que veio pra Silvânia, produção de doce, produção disso, produção daquilo, ensinam a fazer muito bem, mas na hora de vender, o produtor não tem a mínima condição de vender, ele não sabe pra onde vai vender, ele não tem certificado, ele não tem registro e morre ali, nós questionamos isso com ele, muito forte, mas ele é um rapaz inteligente também. A primeira coisa que o projeto fez, foi é trabalhar com a comercialização, e ele antes de desenvolver o projeto na totalidade, ele fez um pré-contrato com o pão de açúcar pra pegar toda nossa produção orgânica, se houvesse a produção de escala que eles necessitavam, a partir desse contrato, o cidadão veio aqui na Cooperativa, assinou o contrato, na COOPERSIL, com a gente, aí o projeto começou a desenvolver e nós buscamos nesse projeto o que tinha de melhor no Brasil, na produção orgânica que era a Horta e Arte de São Paulo, não sei se o Sr. conhece? [...] (TRA. 01).

Com o recurso em mãos, a COOPERSIL procurou fazer as melhores parcerias no sentido de proporcionar treinamento ao grupo. No início do projeto, foi feita uma parceria com a Horta

& Arte e com a Simbiose Consultores Associados, que prestava consultoria para a Horta & Arte, para orientação técnica geral do projeto, capacitação da equipe técnica local, (composta por um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola), e parceria na comercialização da produção com a Horta & Arte em São Paulo e Brasília.

O projeto iniciou em dezembro de 2005, e logo nos primeiros meses foram feitos vários cursos técnicos, visitas técnicas e dias de campo, para capacitação básica em Agricultura Orgânica (AO), onde foi feito um diagnóstico de todas as propriedades dos produtores interessados em participar do grupo da agroecologia.

Cursos, muitos cursos, nós tivemos muito curso, teve esses projetos aí que gerou esses recursos que conseguiram esses recursos aí pra esses cursos, veio muita gente de São Paulo aí, do interior de São Paulo, tivemos muito curso com pessoas que vieram de lá, pessoas assim, muito capacitada né? E aí o pessoal foi motivando mesmo né? (TRA. 02).

Com o recurso inicial para implantação do projeto da horta orgânica o presidente da COOPERSIL não economizou em informação e na formação dos futuros produtores orgânicos, muitos cursos e muita visitação para que os produtores conhecessem o sistema orgânico de produção e também o local da venda desses produtos, como relata o ex-presidente da cooperativa:

E o projeto começou com cursos e mais cursos, produção de adubos orgânicos, plantio orgânico, aula de, específica de produção de vagens, de tomate, de alface semi-orgânico, tudo o que envolve uma produção orgânica, muitos cursos intensivos, depois nós fizemos uma viagem pra São Paulo, todo o grupo, dois ônibus cheio, para visitar a Horta e Arte, visitar o Pão de Açúcar em São Paulo, visitar produtores também que já produziam orgânicos em São Paulo para que o produtor pudesse ver ali como é que funcionava a coisa, se compensava ou se não. (TRA. 01).

Desde o primeiro dia do curso, em janeiro de 2006, os participantes receberam um manual com as Diretrizes de Certificação Orgânica, da empresa certificadora, no qual foram apresentadas todas as normatizações e leis referentes à produção de hortaliças orgânica. Desde então, os produtores vêm recebendo consultoria, participando de cursos, visitas, dia de campo e recebendo orientação técnica da equipe.

Não tenho mais lembrança, mas foram muitas reuniões aí que a gente fez sabe, mais de dez com certeza, umas 20 pra mais reuniões aí que a gente foi, até a gente decidir que ia encarar o projeto. (TRA. 02).

No início do projeto, veio uma engenheira agrônoma para formar a equipe técnica local, e sob comando de uma engenheira agrônoma e um técnico agrícola, capacitados pela empresa certificadora, realizavam visitas de inspeção nas propriedades e orientava as ações dos produtores, seguindo os padrões para a obtenção da certificação orgânica, como é relatado a seguir:

Eu, eu trabalhei, comecei a trabalhar aqui no projeto de orgânico da Cooperativa no ano de 2006, eu era responsável pela Assistência Técnica, né, então era o início, entrei junto com a equipe da Horta e Arte, é que tinha um projeto, um recurso do MDA, que bancou tanto a minha contratação como também o trabalho realizado com o grupo de orgânico da COOPERSIL. É, no início, a gente, eu fui responsável de, de tá fazendo todo o diagnóstico das propriedades, nós iniciamos com 78 propriedades e nesse tempo nós fizemos várias oficinas né, de formação de hortaliças, eram oficinas bem interessantes porque eram práticas, né, tinha a parte teórica, mas a prática, ela era muito forte, sempre a gente fazia dia de campo, e aí a gente teve participação até de pessoas fora da, do nosso Município, vieram de vários Municípios, então foi assim um recurso muito bem aplicado, e, e, e já nessa formação, a gente incentivou que os produtores já definissem uma área, eles passaram já, definiram, era na época 78, então que se identificaram e a gente foi fazer essa parte da certificação do IBD, é, e nós orientamos como teria que, que tinha que melhorar o, as terras, porque era tudo mais pastagem né, e aí a gente foi fazer fosfatagem, calagem, melhorar até pra fazer a adubação verde, então muitos produtores plantaram e aí os cursos vindo junto [...] aí é nós pegamos e certificamos é 51 produtores. (TRA. 03).

As áreas a serem certificadas foram isoladas com cercamento físico (cerca de arame), para impedir a entrada e a circulação de animais no local, havia também necessidade da construção de uma cerca verde ou cerca viva para impedir a entrada de algum contaminante pelo ar, como observa-se na Figura 7. Foi recomendado também que todos os participantes plantassem dentro da área a ser certificada algum tipo de volumoso (leguminosa e em seguida palhada), com a finalidade de produzir adubação verde, melhorando a textura e a qualidade do solo. Essa incorporação de matéria orgânica no solo é muito importante, pois, ao mesmo tempo, essa ação é considerada como fator de descontaminação e também de melhoramento do solo.

Figura 7. Silvânia – GO: Cerca viva.



Fonte: Caixeta, J.C. (2018)

Na corrida em busca da certificação e com o apoio de assistência técnica sempre presente, os produtores aprenderam rapidamente várias técnicas aplicadas em produção orgânica, com o objetivo de maximizar a produção e minimizar a dependência externa por insumos. Então, objetivando controlar insetos e pragas, o produtor fazia uso de produtos naturais, (caldas e compostos naturais), produzidos dentro da propriedade para combater insetos e pequenos animais nocivos à produção.

A gente procura fazer, tem algumas caldas que a gente usa para inibir e acaba que a formiga tem as dificuldades, né, porque às vezes a gente é mesmo pela questão de inibir ela, porque matar não mata, né, também controla né, e a gente pulveriza com os preparados que a gente tem também para tá inibindo, controlar os insetos né, e de repente algum produto que é permitido no orgânico e que a gente compra também né, pra tá ajudando na hora dos ataques mais fortes, mas tudo produto que é permitido, secante nem pensar né, isso a gente não usa aqui, nem lá no quintal a gente num usa. (TRA. 02).

Para viabilizar a produção, o grupo de produtores certificados teria que produzir as próprias sementes e/ou mudas dentro da propriedade, ou consegui-las com algum vizinho. Boa parte das mudas era produzida internamente em viveiros improvisados, usando sementes certificadas ou sementes sem certificação adquiridas pela cooperativa e com autorização da certificadora. A Figura 8, apresentada a seguir, apresenta as mudas, já no canteiro da horta.

Figura 8. Silvânia – GO: Mudas produzidas na propriedade.



Fonte: Caixeta, J. C. (2018).

Em caso de compra de mudas ou sementes, esta era realizada por meio da COOPERSIL, que realizava uma compra coletiva, em um estabelecimento autorizado. A compra via cooperativa sempre apresenta vantagens, pois, adquirindo esses insumos coletivamente, economizava-se na compra, além de o cooperado pagar para a cooperativa em condições favoráveis de preço e prazo.

Dentro do grupo da Horta Orgânica, todas as aquisições de insumos davam-se de forma coletiva, via cooperativa, por segurança de procedência das sementes e outros insumos e também por questões de preço.

O cuidado com a saúde do solo e sua melhoria contínua representam uma preocupação que tanto a assistência técnica, quanto os produtores tinham, de forma que em todos os momentos, a busca por melhoramento da fertilidade do solo é desejada, e para isso acontecer vários detalhes foram observados e praticados diariamente.

Assim, dentro do plano de fertilidade dos solos e das culturas, faz-se uso de várias estratégias, como a prática de melhoramento das condições de fertilidade do solo, entre elas a rotação de culturas, a incorporação de coberturas vegetal, consorciação de culturas, incorporação de restos de culturas ou palhada, pousio e, principalmente, a produção da compostagem com esterco de animais, sendo produzido dentro da propriedade ou trazido de propriedades vizinhas.

Para aqueles produtores que produziam a compostagem dentro da propriedade, a assistência técnica indicava uma receita com as quantidades e proporcionalidades adequadas para se produzir um composto orgânico rico em carbono e nitrogênio. Para isso, exigia-se que o processo de compostagem obedecesse a uma relação Carbono/Nitrogênio na proporcionalidade, variando entre vinte e cinco por um (25:1) quarenta por um (40:1), ou seja, uma relação que varia de vinte e cinco a quarenta partes de Carbono por uma parte de Nitrogênio.

Os associados da cooperativa que usam a compostagem, o fazem com base nas seguintes proporções: três partes de vegetal (palha, grama, descartes de outras culturas) por uma parte de detritos de animal (estercos), isso resultará em um composto na proporção de 30/1, na relação de Carbono/Nitrogênio.

[...] Então, naquela época, é igual esterco naquela época era fácil da gente conseguir nas propriedades, cada um, cada um recolhia o esterco que tinha na propriedade, conseguia com os vizinhos nas fazendas né... é no estrume da vaca e aí esses outros, tipo assim, os outros preparados assim, fazia também, mas um complemento assim, e com muita dificuldade [...] (TRA. 02)

O resultado final dessa compostagem pode ser visto na Figura 9. Essa compostagem vai ser distribuída pelos canteiros como forma de fertilizar naturalmente o solo, tornando-o mais completo, utilizando somente produtos naturais.

Figura 9. Silvânia – GO: Compostagem produzida na propriedade.



Fonte: Caixeta, J. C. (2018).

[...] e assim, então a gente tá, vai tocando aí vai, a gente procura trabalhar os plantios fazer, não plantar a mesma coisa muitas vezes, sempre fazendo uma rotação de Cultura, às vezes meio na, meio que sem técnica, meio que na ideia da gente mesmo, mas assim sempre, sempre fazendo a rotação de Cultura e a gente procura tá fazendo roçada, a gente não deixa a terra descoberta, a gente está sempre procurando manter a terra ou com o plantio ou a que não tá plantada com uma palhada pra tá ajudando no melhoramento do solo [...]. (TRA. 02).

Em sua rotina de trabalho, o produtor rural pode monitorar a fertilidade do solo pela observação diária e contínua, fazendo comparação de produtividade, pela observação direta do solo, pois a cor e a textura são indicadores de qualidade do solo e, se necessário, para melhor acompanhamento da saúde da planta e do solo, realizando periodicamente, uma análise dos mesmos. Essa análise pode ser executada por uma das parcerias que a COOPERSIL estabeleceu para dar suporte na implantação das hortaliças orgânicas.

Em 2007, a Universidade Federal de Goiás (UFG), uma das parceiras, empreendeu cursos de Planta Medicinal Orgânica (PMO), fez análise dos solos para verificação de traços de substâncias não permitidas, elaborou, também, análise da qualidade da água e iniciou o segundo semestre com a integração dos alunos com os produtores, introduzindo a prestação de assistência técnica.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) também participou, ministrando cursos relevantes de controle e noções administrativas, estimulando o empreendedorismo e a administração da propriedade rural, cursos muito importantes, pois, as propriedades eram administradas apenas com base no empirismo, não sendo realizado nenhum controle de despesas e receitas. Apenas o leite tinha algum controle, quase sempre feito pela cooperativa que recebia esse produto, para o posterior acerto. O SEBRAE também participou da adequação da sala de embalamento, da averbação das reservas legais, da outorga da água e do apoio na certificação por meio do programa Goiás Orgânico. A COOPERSIL bancava, então, as despesas de certificação por meio das parcerias e do recurso inicial do projeto.

Para o segundo semestre de 2007, iniciou-se um novo projeto junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria Especial da Agricultura Familiar (MDA – SAF) sobre certificação e agroindústria. Esse projeto consistiu na aquisição de equipamentos, tais como caixas padronizadas, uma embaladora à vácuo, uma câmara fria, conjunto de irrigação, um caminhão e a climatização da sala de processamento. Com isso, a intenção era agregar valor ao produto com o processamento básico e também minimizar as perdas das mercadorias fora de conformidade comercial. Alguns benefícios demoraram muito para chegar aos interessados, como a câmara fria, o caminhão e o mini trator, adquiridos com recursos do MDA-SAF, porém a tramitação legal atrasou em mais de três anos a chegada desses benefícios aos cooperados.

Após o produtor ultrapassar o período de conversão ou transição agroecológica, realizando cursos de noções administrativas, manejo orgânico e todo o treinamento exigido, então, é concedido a ele a certificação de uma determinada área, ou seja, ele recebe uma autorização para que produza nela e, durante um ano, período da validade da certificação, os produtos recebem o selo, com a indicação de produto orgânico e podem, enfim, ser comercializados como tal.

Essas parcerias foram muito importantes no período de implantação do projeto da Horta Orgânica, acelerando o processo de transição da produção convencional para a produção orgânica, facilitando na resolução dos problemas inerentes às exigências para certificação e no melhoramento das condições de trabalho da produção na cooperativa.

4.3.1. Perfil dos produtores de hortaliças orgânicas

Para que todos tenham um melhor entendimento do contexto que será apresentado nas páginas subsequentes, é de suma importância o entendimento dos atores envolvidos no Projeto Horta Orgânica, desenvolvido pela COOPERSIL na região de Silvânia.

A proposta inicial era criar uma alternativa de renda para os cooperados com menor capacidade produtiva de leite e que nos meses de estiagem tinham sua renda comprometida em função da natural diminuição da produção leiteira. Entendam o termo “capacidade produtiva de leite” como representativo de pessoas possuidoras de pequenas glebas, ou mesmo pessoas desprovidas de propriedade rural, uma vez que a produção de hortaliça demanda pequenas áreas e estes produtores poderiam produzir em terras arrendadas ou em parceria.

Apresentamos, a seguir, alguns gráficos, tabelas e quadros, que podem ajudar no entendimento dos acontecimentos. Para a construção desses gráficos, tabelas e quadros, foi tomada como base a ficha cadastral das propriedades e dos produtores de hortaliças orgânica no ano de 2011, produtores que estavam em atividade no ano 2011. A ficha foi atualizada pelo pesquisador em 2017/18, em trabalho de campo, com visitas nas propriedades rurais ou em suas residências urbanas, ou ainda, em último por contato telefônico.

Inicialmente, o cadastro da Cooperativa contava com 27 (vinte sete) produtores, dos quais apenas 3 (três) não responderam ao questionário de atualização cadastral proposto pelo pesquisador. Então, para efeitos estatísticos, contarei com a efetiva participação de 24 (vinte e quatro) produtores que atualizaram o cadastro.

A Tabela 2. Silvânia – GO: Características das Propriedades.

apresenta as características das propriedades, ou seja, o nome da propriedade, a área total e a área certificada ou em processo de certificação, a natureza da mão de obra utilizada, e a diversificação da produção.

Tabela 2. Silvânia – GO: Características das Propriedades.

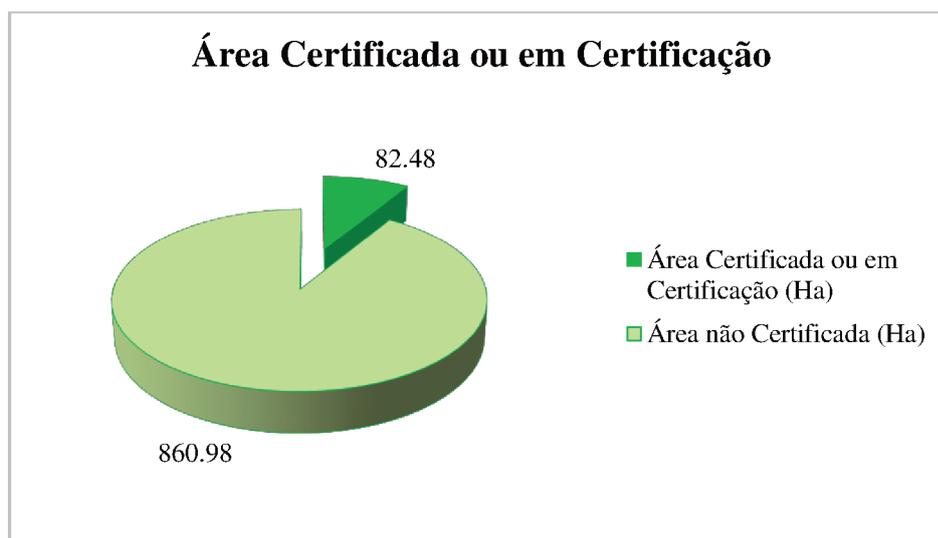
N.	Nome das Propriedades	Área (Ha)		Mão de obra utilizada			Variedades Cultivadas
		Certificado ou transição	Total	Familiar	Diária	Contrato CLT	
01	Faz. Barrinha	2,07	7,87	3	-	-	+ de 10
02	Sítio São Jorge	3,50	48,38	4	-	-	+ de 10
03	Faz. Piracanjuba e Picada	5,00	35,74	2	1	-	Até 5
04	Faz. Bom Jardim	8,0	53,02	2	-	-	+ de 10
05	Faz. Tainakan	7,30	212,18	2	-	-	+ de 10
06	Faz. Nova Era	6,30	167,72	2	-	2	+ de 10
07	Faz. Engenho Velho	2,30	7,80	4	-	-	6 a 10
08	Faz. Engenho Velho	3,80	40,00	1	-	3	6 a 10
09	Faz. Serrinha	1,77	7,09	1	-	-	Até 5
10	Faz. Panela	2,00	22,00	2	-	-	Até 5
11	Faz. Futurosa	4,00	44,88	2	-	2	Até 5
12	Faz. Variado	1,50	9,60	3	-	-	+ de 10
13	Faz. Piracanjuba	9,50	25,34	2	-	-	Até 5
14	Sítio Paraíso	2,35	11,81	2	-	-	+ de 10
15	Faz. João de Deus	1,00	21,00	3	-	-	6 a 10
16	Faz. Nossa terrinha	1,30	11,20	4	-	-	Até 5
17	Ch. Retiro	1,00	29,00	2	-	-	Até 5
18	Ch. L.S. 29	3,00	15,25	2	-	1	+ de 10
19	Faz. Boa Vista dos Macacos	2,00	7,50	2	-	1	+ de 10
20	Faz. Paineira do Variado	5,00	32,00	2	-	-	+ de 10
21	Sítio S. Francisco	1,30	35,00	3	-	-	Até 5
22	Faz. Funil	1,00	65,00	1	-	-	Até 5
23	Faz. Ponte Alta	5,50	5,50	2	-	2	+ de 10
24	Ch. Yuri	2,00	28,59	2	-	-	+ de 10

Fonte: Arquivo da COOPERSIL adaptado por Caixeta, J.C.

Analisarei, primeiramente, o tamanho das propriedades envolvidas com o plantio de hortaliças orgânicas, uma vez que a proposta original era contemplar os pequenos produtores vinculados à Cooperativa. Assim, das 24 (vinte e quatro) propriedades estudadas, foi encontrada uma área total de 943,47 hectares (ha), das quais apenas 8,47%, ou seja, 82,49 hectares

possuíam certificação orgânica ou estavam em processo de certificação, conforme o indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Silvânia – GO: Área certificada ou em certificação.



Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

Enfatizando que nem todas as áreas em processo de certificação foram efetivamente certificadas em sua totalidade. Desse modo, o produtor eventualmente poderia ter 5,0 ha de área em certificação e, no final, certificar apenas 2,0 ha. Para efeito ilustrativo, um hectare tem 10.000m² e pode ser representado por um quadrado de 100 metros de lado.

Nos estabelecimentos pesquisados um total de cinco propriedades declararam o uso do mensalista e apenas um produtor revelou ter participação eventual do diarista. Em pesquisa que envolve valores financeiros e direitos trabalhistas as informações são sempre truncadas e, ocasionalmente, a resposta oficial não condiz com a realidade de campo. Isso pode ser percebido durante a pesquisa ao verificarmos que a presença do trabalhador diarista é bem maior que o revelado no questionário. Parte desses pequenos trabalhadores rurais conciliam as atividades em sua propriedade, com diárias em outras localidades, complementando, assim, sua renda, trabalhando inclusive aos sábados e domingos ou em horas fracionadas, acertando o serviço como uma empreitada.

Existe, também, troca de dias de serviço, onde dois ou mais vizinhos juntam-se para resolver o problema de uma propriedade e logo em seguida vão atacar a outra, pagando, dessa forma, um ou mais dias de serviço.

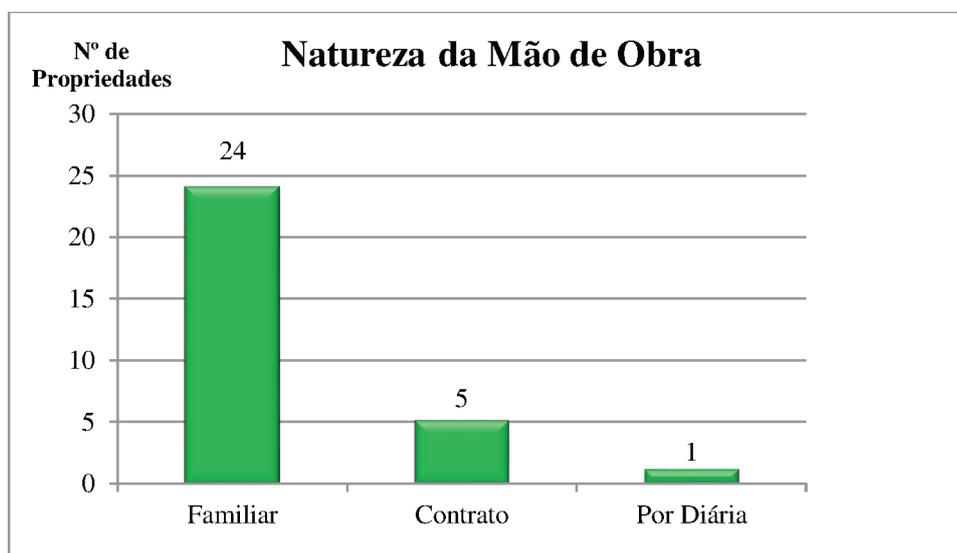
Em todos os estabelecimentos pesquisados, foi unanimidade a participação da mão de obra familiar composta pelo casal e os filhos que atuam na produção de hortaliça orgânica.

O casal, formador principal da mão de obra, conta com a participação dos filhos e, eventualmente, com mão de obra contratada, obedecendo às leis trabalhistas vigentes, fazendo uso de contratação eventual representada pelo diarista.

Nos estabelecimentos pesquisados, um total de cinco propriedades declararam o uso do mensalista e apenas um produtor revelou ter participação eventual do diarista. Em pesquisa que envolve valores financeiros e direitos trabalhistas as informações são sempre truncadas e, ocasionalmente, a resposta oficial não condiz com a realidade de campo. Isso pode ser percebido durante a pesquisa ao verificarmos que a presença do trabalhador diarista é bem maior que o revelado no questionário. Parte desses pequenos trabalhadores rurais conciliam as atividades em sua propriedade, com diárias em outras localidades, complementando sua renda, trabalhando inclusive aos sábados e domingos ou em horas fracionadas, acertando o serviço como uma empreitada.

Existe, também, troca de dias de serviço, onde dois ou mais vizinhos aliam-se para resolver o problema de uma propriedade e logo em seguida vão atacar a outra, pagando, desse modo, um ou mais dias de serviço. O Gráfico 3, a seguir, apresenta a condição aqui descrita.

Gráfico 3 . Silvânia – GO: Natureza da mão de obra.



Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

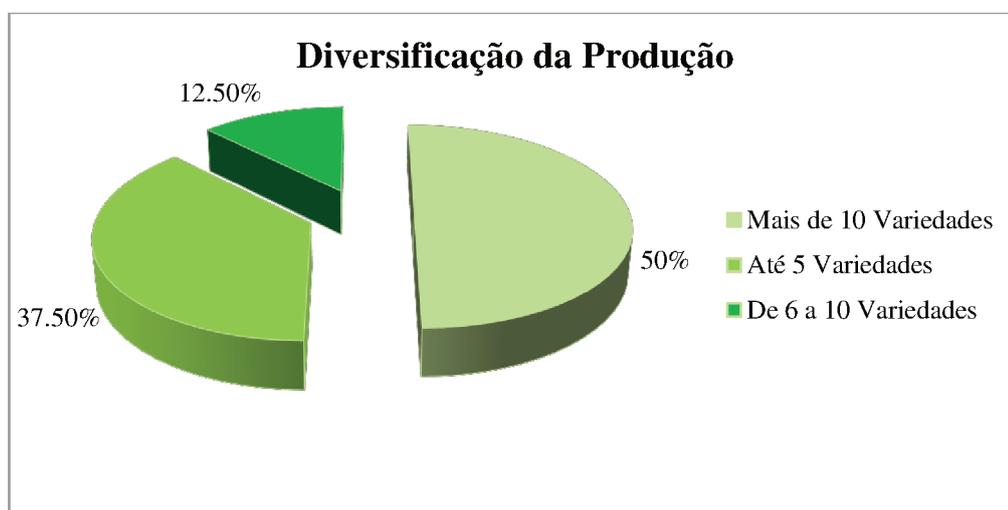
Quanto à variedade da produção, o Gráfico 4 apresentada na sequência, apenas 9 (nove) produtores, que representam 37,5%, declararam que cultivavam até 5 (cinco) variedades. Essa característica foi percebida pelo pesquisador ao notar que eles optavam por produzir variedades que demandavam pouco trabalho e pouco cuidado; assim, quase todos eles produziam milho, abóbora japonesa (kabotiá), batata doce, mandioca, cará e alguma outra variedade mais rústica.

Esses produtores plantavam para o autoconsumo, para a demanda interna da propriedade e o excedente, muito pouco por sinal, era entregue na cooperativa, alguns nem participavam da feira, estes já não estavam muito animados, como no início da produção.

Esses detalhes foram percebidos pelas “conversas informais”, realizadas sem nenhum equipamento, quase sempre no final da visita, quando a conversa fluía melhor, e a partir das análises da planilha de entrega de produtos na Cooperativa.

Outro grupo de produtores, 3 (três) ou 12,5%, produziam entre 6 e 10 variedades, este sim tinha horta para produção e se dedicavam com afinco, em busca do sucesso e da evolução do projeto da agricultura orgânica. O mesmo foi percebido com o terceiro grupo de produtores constituído por 12 (doze) ou 50% do total dos produtores, que praticavam efetivamente o policultivo, com mais de 10 (dez) variedades produzindo ao mesmo tempo. Além de enriquecer sua base alimentar e nutricional, esse grupo sempre estaria com boa variedade para ofertar ao mercado e seguindo um dos preceitos norteadores da agricultura orgânica, onde o policultivo, além de garantir a soberania alimentar, serve para compor o sistema produtivo, regenerando e fortalecendo as atividades biológicas do ambiente, revitalizando a microbiologia e ativando o solo.

Gráfico 4. Silvânia – GO: Diversificação da produção.



Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

O Quadro 7 apresenta características como idade, sexo, formação escolar, estado civil, número de filhos que atuam na produção e o local da residência dos produtores que estavam em atividade no ano de 2011.

A partir desses dados podem-se extrair valiosas informações que serão utilizadas na construção dos gráficos e que auxiliam no entendimento dos acontecimentos.

Quadro 7. Silvânia – GO: Características dos proprietários.

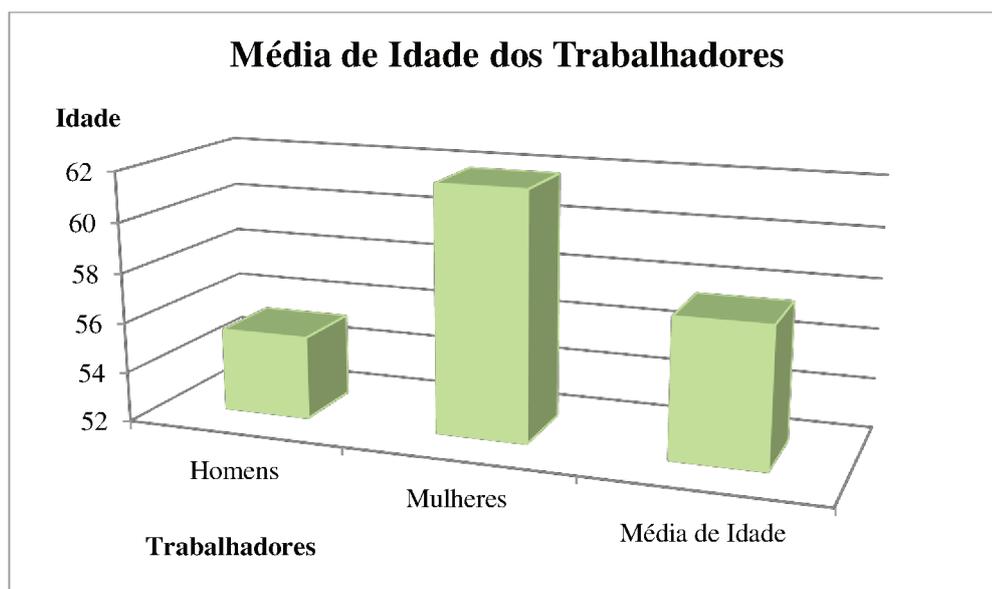
Nº.	Nome das propriedades	Idade	Sexo	Formação escolar	Estado civil	Nº. Filhos propriedade	Local da Residência
1	Faz. Barrinha	50	M	E. F.	casado	1	Rural
2	Sítio São Jorge	64	M	E. M.	casado	4	Rural/Urb.
3	Faz. Piracanjuba e Picada	71	F	E. F.	Viúva	3	Rural
4	Faz. Bom Jardim	71	M	E. F.	casado	-	Rural
5	Faz. Tainakan	60	M	E. M.	casado	-	Rural/Urb.
6	Faz. Nova Era	54	M	E. M.	casado	-	Rural
7	Faz. Engenho Velho	54	M	Sup.	casado	2	Rural/Urb.
8	Faz. Engenho Velho	53	F	E. F.	casado	2	Rural
9	Faz. Serrinha	65	M	E. F.	casado	3	Rural
10	Faz. Panela	62	F	Sup.	casado	-	Rural
11	Faz. Futurosa	40	M	E. F.	casado	2	Rural/Urb.
12	Faz. Variado	61	F	Sup.	casado	-	Rural
13	Faz. Piracanjuba	61	F	E. M.	casado	2	Rural
14	Sítio Paraíso	68	M	E. F.	casado	1	Rural
15	Faz. João de Deus	51	M	E. M.	casado	2	Rural/Urb.
16	Faz. Nossa terrinha	68	F	E. F.	casado	2	Rural
17	Ch. Retiro	48	M	E. M.	casado	2	Urbano
18	Ch. L.S. 29	75	M	E. F.	casado	-	Rural
19	Faz. Boa Vista dos Macacos	39	M	E. M.	casado	1	Rural
20	Faz. Paineira do Variado	48	M	E. F.	casado	1	Rural
21	Sítio S. Francisco	57	F	E. S.		1	Rural
22	Faz. Funil	45	M	E. M.	casado	-	Rural
23	Faz. Ponte Alta	-	F	-	casado	-	Rural

Fonte: Arquivo da COOPERSIL adaptado por Caixeta, J.C.

A participação da comunidade no projeto da Horta Orgânica foi bem heterogênea e não obedeceu a um perfil etário específico. Como a produção orgânica é uma atividade

relativamente nova no Brasil, podia-se imaginar que a adesão dos jovens produtores rurais fosse dominante, fato que não aconteceu. Conforme os dados apontam, os produtores envolvidos têm idade média de 57,5 anos; as mulheres que se apresentam como as responsáveis pela produção são mais longevas que os homens, com idade média de 61,9 anos e os homens com 55,5 anos. O Gráfico 5 mostra a média das idades por gênero.

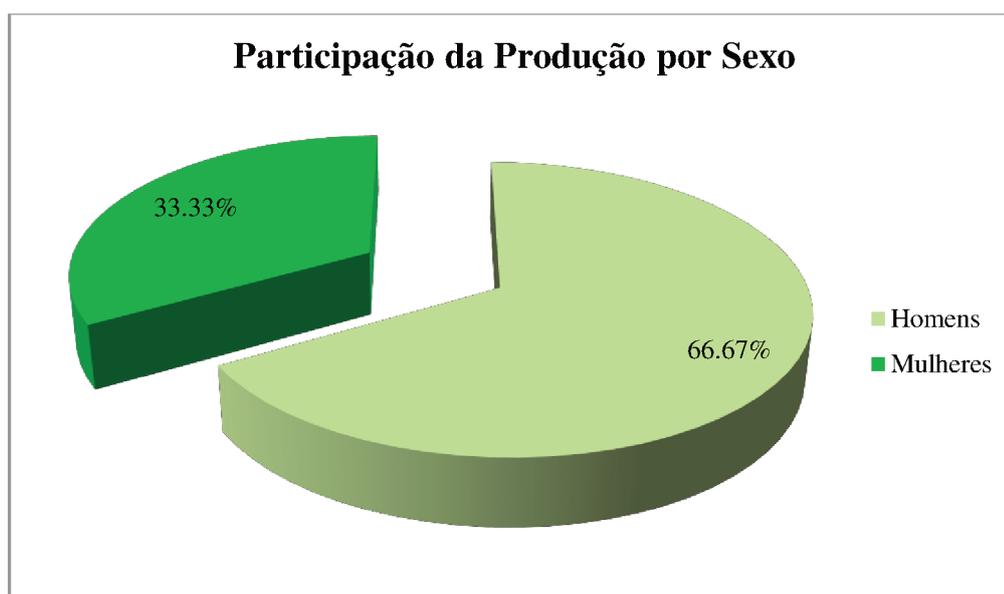
Gráfico 5. Silvânia – GO: Média de idade dos trabalhadores.



Fonte: CAIXETA, J. C. (2019).

A mulher é indicada como a responsável principal pela produção de hortaliças em um terço dos estabelecimentos, conforme o Gráfico 6. Contudo, apenas uma entrevistada está na condição de viúva e uma outra entrevistada deixou este campo sem resposta, confirmando a expectativa da Cooperativa de incluir a mulher na produção de hortaliças orgânicas com possibilidade de renda também para as mulheres. Esse fator pode contribuir positivamente para elevar a autoestima da mulher do campo e proporcionar um pouco de independência financeira dentro do lar; apesar de essa renda ser revertida para o lar, a mulher se sente forte, empoderada.

Gráfico 6. Silvânia – GO: Participação da produção por sexo.



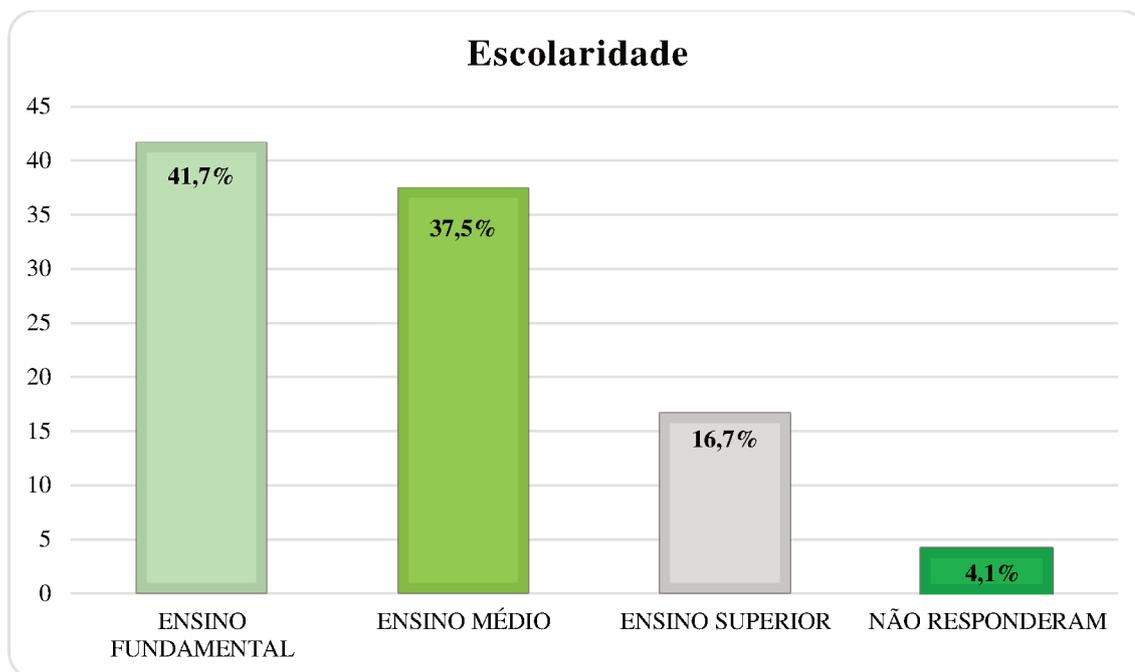
Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

É interessante observar a escolaridade do grupo de produtores de hortaliças, pois 41,7% desses produtores declararam ter apenas o ensino fundamental e logo em seguida temos 37,5% de produtores com o ensino médio. Olhando mais profundamente esses números, pode-se atribuir ao grupo com menor graduação escolar uma idade mais avançada, e ao grupo que tem o ensino médio uma faixa etária relativamente mais jovem, ou seja, as novas gerações estão estudando mais. Dentro desse contexto, afirmamos, com toda certeza que as mulheres estão buscando mais escolaridade, pois dos 4 (quatro) produtores com formação superior, 3 (três) são mulheres, o que vem corroborar uma tendência percebida há vários anos: a presença maior das mulheres nas universidades. Tal fato não quer dizer que o homem do campo não estude, porém é fato que recai sobre ele a responsabilidade da sucessão na propriedade, no primeiro momento ajudando o pai nos afazeres e, posteriormente, tomando conta da propriedade. O meio rural ainda é bem tradicional, poder-se-ia dizer até machista, e quase sempre recai sobre os filhos a carga de suceder o pai. Então, abre-se espaço para que as irmãs possam estudar um pouco mais, quase sempre antes do casamento.

Se, por um lado, as mulheres buscam o acesso às universidades, os filhos, que têm naturalmente a missão da sucessão na propriedade, procuram a formação técnica. Muitos desses proprietários, que têm como formação o ensino médio, fizeram o Curso Técnico em Agropecuária, na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, hoje denominada de Instituto Federal Goiano, onde receberam formação nas diversas atividades direcionadas para a boa condução de

uma propriedade rural. O Gráfico 7 apresenta o perfil educacional dos produtores do município de Silvânia.

Gráfico 7. Silvânia – GO: Escolaridade dos produtores.



Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

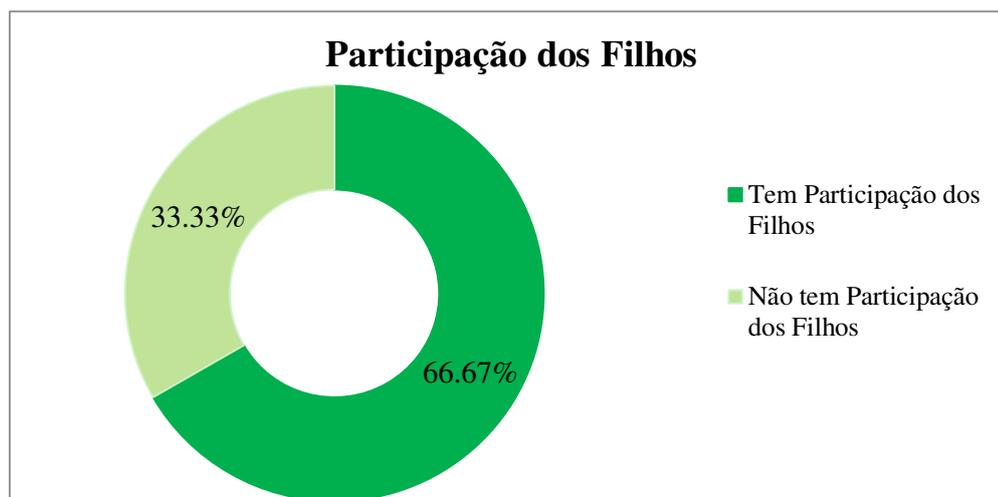
A presença da família dentro do estabelecimento, participando das atividades, é total. Por vezes, observa-se a participação do casal, e ocasionalmente a participação dos filhos, como veremos no Gráfico 8. A participação dos filhos está presente na maioria das glebas pesquisadas. Essa participação é mais efetiva ou menos efetiva, estando condicionada a algumas peculiaridades das famílias. Dessa forma, encontramos situações onde os filhos participam da atividade produtiva com algumas horas semanais.

Em uma das propriedades pesquisadas, os dois filhos eram os responsáveis pela produção e pelo resultado dessa produção, sendo a primeira atividade econômica desenvolvida pelos “meninos”. Toda a parte legal da produção estava sob a responsabilidade dos pais; aos filhos recaíam a efetiva participação produtiva.

Em outra propriedade, o filho, já adulto e casado, tocava a horta juntamente com a esposa e os pais sem distinção de propriedade; a horta era comum às duas famílias. Outras atividades geradoras de renda, no entanto, eram individualizadas, como a venda do leite (proporcional ao número de vacas em lactação), venda de frangos e suínos.

Outra situação encontrada foi a presença de filhos que participam da produção com poucas horas de trabalho por semana, muito em função de estarem em idade escolar e serem obrigados a se deslocar da propriedade até suas escolas, na cidade. Isso diminui muito sua participação, mas não o impede de exercer algumas horas de trabalho por dia na horta.

Gráfico 8. Silvânia – GO: Participação dos filhos.



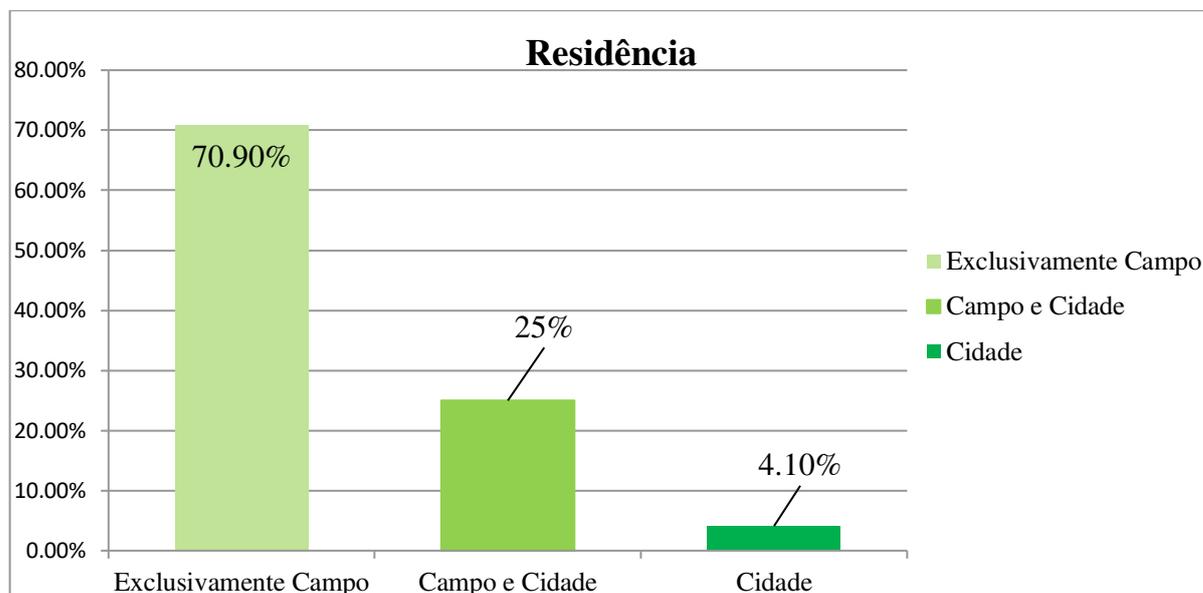
Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

O trabalho realizado em uma horta é diferente das outras atividades no campo, exigindo do produtor alguns conhecimentos como as características do cultivar, suas preferências, como, por exemplo, mais água ou menos água, se produz melhor exposto ao sol ou no sombreado, o tempo entre o plantio e o início da colheita, o momento ideal de se realizar a colheita, como acondicionar o produto pós colheita, como transportar este produto até o ponto de recebimento (Cooperativa). Todo esse conhecimento era transmitido pela assistência técnica prestada ao grupo e como resultado dos vários cursos ministrados pela Cooperativa no início do projeto.

É interessante relatar que apenas 1 (um) produtor, ou seja, 4,1%, dos produtores reside na cidade, mas ele se justifica alegando que a esposa trabalha e as duas filhas estudam na cidade e que seu sítio fica a apenas 3 km do núcleo urbano. Ele vai todos os dias cuidar da produção, tem funcionário fixo e nos finais de semana recebe auxílio da família nos afazeres da horta.

Um segundo grupo, conforme apresentado no Gráfico 9, formado por 6 (seis) famílias, ou 25% do grupo pesquisado, mantém casa na cidade e declara residir em ambos os lugares, ficando a maior parte do tempo no campo. A casa na cidade funciona como um apoio logístico, atendendo a necessidade de manter os filhos estudando na cidade. Um terceiro grupo, este majoritário 70,9% ou seja 17 famílias, declara residir exclusivamente no campo.

Gráfico 9. Silvânia – GO: Residência dos proprietários.



Fonte: CAIXETA, J.C. (2019).

Assim, por tradição familiar e também pela formação técnica de alguns produtores, a proposta para a formação do grupo de agricultura orgânica, mais especificamente de hortaliças orgânicas, foi apresentado pela direção da Cooperativa com grande aceitação pela comunidade local. Em poucos dias, eram iniciadas as reuniões na Cooperativa para a efetiva formação do grupo de produtores de hortaliças orgânicas.

4.3.2. Produção de hortaliças orgânicas em Silvânia

Em Silvânia, considerando que muitos produtores haviam participado de todas as etapas necessárias para a produção das hortaliças orgânicas em áreas que eram de pastagens nativas e que nunca haviam recebido nenhuma substância química no solo, as análises laboratoriais realizadas, comprovaram a ausência de tais substâncias. Em 1º de setembro de 2006, 21 (vinte e um) agricultores familiares da COOPERSIL foram certificados, recebendo o selo que dá autorização para plantio e comercialização em pequena escala, para atender mercado local, e outros 14 (quatorze) produtores estavam em processo de conversão, estavam apenas aguardando o dia da próxima inspeção da Certificadora para, também, começarem a produção orgânica.

As primeiras cargas da produção foram adquiridas pela empresa Horta e Arte, essa produção era entregue em São Paulo, porém esta empresa passava por problemas financeiros e o contrato logo foi encerrado, ficando tal empresa inadimplente com duas ou três cargas sem

realizar o acerto financeiro com os produtores. Após um certo tempo, a COOPERSIL fez um acordo com os produtores, pagando 50% do valor de contrato, conforme relato:

[...] nós junto com a Horta e Arte eles nos incentivaram a produzir pra gente tá comercializando lá em São Paulo e, e nós conseguimos mandar a produção pra lá, nós mandamos, assim, mandamos uns dois, três caminhões pra lá, só que a gente teve dificuldade nesse meio tempo porque eles faliram e não pagaram a gente, a gente passou muitos meses sem receber, a COOPERSIL pra não deixar o grupo em dificuldade, até mesmo né, acabar o trabalho, a COOPERSIL ela pagou o custo, pelo menos pagou o custo do produtor né, e isso foi interessante nesse momento... (TRA. 01).

Esse pagamento, realizado por parte da COOPERSIL, foi muito importante para os produtores, levando em consideração o momento inicial das atividades produtivas e do novo modelo de relação comercial que estava se iniciando

Do ponto de vista social, a COOPERSIL, ao assumir o pagamento de metade do valor devido aos produtores agiu corretamente. Contudo, a cooperativa não atua somente com o grupo da horta, e isso causou constrangimento entre os Cooperados, que não estavam participando do projeto da produção orgânica.

Ao perceberem a situação econômica da empresa compradora da produção (falência), a Cooperativa direcionou as mercadorias para Brasília, pois desde o início já existia um contrato com o grupo Pão de Açúcar. Naquele momento, a produção atingia um volume considerado o mínimo necessário para ter viabilidade econômica e, a partir daí, inicia-se o fornecimento com essa grande rede de supermercados.

Com o contrato assinado com essa rede de supermercados que tem em Brasília-DF sua Central de Distribuição (CD), começa o fornecimento e a ascensão dos produtores e da produção de hortaliças orgânicas. Portanto, toda a produção era destinada para Rede de Supermercados Pão de Açúcar.

Para dinamizar essa logística, os produtores, nos dias e horários previamente determinados pela Cooperativa, entregavam sua produção na sede da cooperativa, onde era recebida por um funcionário que fazia a inspeção de qualidade, a pesagem da mercadoria e a direcionava para a sala de embalagem, onde o produto passava por uma higienização primária: os produtos eram lavados, minimamente selecionados, embandejados (alguns), colocados nas caixas plásticas, pesados novamente e transportados para Brasília.

Uma parte da produção era descartada no momento da lavagem e embalagem, neste momento, porém havia muitos desencontros ou falhas na comunicação entre os produtores, a cooperativa e o comprador, pois o comprador queria um determinado produto em quantidade

específica e com padrão de qualidade elevado. As quantidades e a variedade dos produtos no pedido de compra variavam muito.

A produção já tinha alcançado um volume satisfatório, mas ainda falhava na continuidade, volume e qualidade; às vezes, chegava o pedido de uma quantidade de produto para uma determinada semana, mas os produtores só teriam aquele volume em alguns dias ou semanas, daí aumentavam a produção; quando chegava o momento da colheita, ou o produto chegava todo de uma vez, e não sequencial, gerando excedente, ou o comprador diminuía o volume solicitado deixando o prejuízo com o produtor. Acompanhemos o relato:

Então acabou que os produtores eles não tavam assim bem transparentes e eles mandavam um volume alto e no final eles não recebiam tudo devido mesmo a qualidade né?, e até no processo também de transporte, momentos que a gente fazia até um compromisso, o pão de açúcar ele exigia a quantidade que queria: não eu quero 300 bandejas de tomate, a gente, no momento a gente não era capaz de produzir a quantidade que eles queriam, depois vinha um excedente de tomate, na outra vez já tinha muito tomate e aí a gente tinha dificuldade. (TRA. 01).

O Pão de Açúcar recusava, em função do padrão de qualidade, aproximadamente 30% de toda mercadoria enviada para Brasília, sem contar o descarte inicial realizado na própria cooperativa; isso tudo era prejuízo assumido pelo produtor, que ainda pagava o frete para Brasília e a mão de obra na preparação desses produtos, dentro da COOPERSIL.

[...] no Pão de Açúcar a gente foi mandando bastante produção pra eles, só que a qualidade não foi, eles foi devolvendo bandejas aí a gente foi ficando com essa dificuldade até passar isso pro produtor e aí foi deixando de pagar, o que, ele falava: (o produtor) uai mas eu entreguei lá tantas caixas de cenoura, mas tá aparecendo aqui nem a metade, né? (TRA. 03).

Com tudo isso acontecendo e a produção aumentando continuamente, alguma coisa deveria ser realizada para dar vazão a essa produção emergente e, assim, os produtores poderiam lucrar mais com o trabalho realizado.

Para solucionar o problema dos produtos recusados pelo grupo Pão de Açúcar, a Cooperativa organizou uma feira em frente à sua sede, em Silvânia. Os produtos saudáveis, porém com pouca aparência comercial, eram destinados para a feira, que ganhou notoriedade na cidade, sendo aguardada por clientes que entendiam os benefícios dos produtos orgânicos e davam preferência para os produtos da feira agroecológica que era realizada na frente da COOPERSIL, minimizando o descarte de mercadoria, aumentando a renda dos participantes e popularizando os produtos orgânicos. Isso aconteceu, em parte, graças ao trabalho de

divulgação realizado entre outros veículos de comunicação, como a divulgação feita pela Rádio Rio Vermelho FM.

A feira foi sucesso e, em seus melhores momentos, teve entre dez e quinze bancas, que vendiam as hortaliças orgânicas e outros não certificados, mas produzidos pelos pequenos produtores, como: ovo caipira, frango, galinha, carne na lata (carne suína frita, colocada na lata junto com a gordura), doces em geral, bolo, torta e outros produtos por eles colhidos ou produzidos. Atualmente, a feira é composta por apenas dois produtores, os quais produzem e comercializam sem certificação, conforme visualiza-se na Figura 20.

Segundo os produtores que participavam da feira, ela foi sucesso, conforme nos relata uma das lideranças da Cooperativa e também produtora:

[...] outra saída que nós temos também é a feira em frente a Coopersil, é uma feira que já teve uns 20 produtor, hoje tá eu e a Albina, é tão bom que chega lá já vem uns, as pessoas já tão lá esperando, acreditam tanto na gente que já fica lá esperando pra fazer as compras e a gente leva couve, alface, o tomate, tomatim cereja, jiló, então as pessoas já fica lá esperando já, aguardando a chegada nossa lá, aí é muito bom porque a gente já faz aí cem reais, cento e cinquenta, já é um acréscimo a mais pra nossa conta [...] Os próprios vizim aqui (da propriedade) também já vem procurar, as vezes a gente indo pra feira já para a gente lá na estrada, é banana, essas coisa tudo a gente leva, de tudo um pouquim a gente vende. (TRA. 04).

Na Figura 10 – em destaque – observa-se a comercialização de produtos na feira realizada semanalmente na porta da COOPERSIL. A fala da produtora (TRA. 04) e a Figura 11 traduzem bem a situação do momento, vivida pelos produtores.

Figura 10. Silvânia – GO: Feira na porta da COOPERSIL.



Fonte: Caixeta, J.C. (2018)

Em outra ação de venda, a Cooperativa construiu vários pequenos expositores de mercadorias e passou a colocá-los nos mercados da cidade, a rádio local fazia a divulgação dos pontos de venda (PV), mas logo houve desacordo entre as partes envolvendo o acerto financeiro conforme segue:

[...] aí nós passamos pro Pão de Açúcar, só que a gente não tinha a qualidade que eles exigiam né, na, pra fazer as embalagens, e a seleção, assim, tava, é, fazendo bastante descarte de produtos né, e começamos também a vender nos nossos supermercados aqui na, na, em Silvânia, nós fazíamos assim uns estande e embalávamos e punha lá pra vender só que os supermercados começaram a cobrar mais de 30% de nós, aí o que não conseguia vender a gente ficava com esse descarte (TRA. 01).

Simultaneamente à realização da feira e da criação dos PVs nos mercados da cidade, a Cooperativa conseguiu um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade doação direta. Essa modalidade representa a compra feita pelo Governo Federal por meio da CONAB, onde o produtor vinculado a uma entidade, no caso específico associações e cooperativas, cadastrado junto ao PRONAF, pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e coordenada pela Cooperativa, entrega sua cota da produção na COOPERSIL, a qual faz o repasse nas instituições previamente cadastradas para receber esta doação de alimentos, geralmente são escolas, creches, hospitais, asilos ou outras entidades parceiras.

A venda nos mercados locais no início foi boa, porém durou pouco tempo, pois eles queriam que os produtores assumissem as perdas dos produtos, fazendo o acerto apenas dos produtos vendidos. Em outras palavras, os mercados locais queriam trabalhar com as hortaliças orgânicas de forma consignada: caso a mercadoria fosse vendida, fazia-se o acerto; do contrário, o produtor assumiria a perda.

O contrato firmado entre a COOPERSIL e a CONAB/PAA, para compra e doação de alimentos teve início no mês de julho de 2007, com término em novembro de 2008. O valor estipulado foi de R\$ 202.959,59 (duzentos e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), conforme consta na Cédula de Produto Rural (CPR), CPR-Doação N. 52.1.020, assinado em 20 de novembro de 2007 com validade até novembro de 2008. Esse contrato beneficia todos os produtores cadastrados na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) vinculados à COOPERSIL.

O contrato com a CONAB/PAA não se limita ao fornecimento de hortaliças orgânicas, contempla o fornecimento de vários tipos de alimentos, mas foi, indubitavelmente, o melhor

canal de comercialização para os produtores de hortaliças orgânica, levando em consideração que a CONAB/PAA paga um adicional de 30% a mais para os produtos orgânicos.

No período 2007/2008, a COOPERSIL comercializou com a CONAB/PAA, com o grupo Pão de Açúcar e nos PVs em Silvânia, levando os produtores a realizar vendas diretas na feira realizada em frente à COOPERSIL. Essa ascensão do comércio de hortaliças orgânicas fez com que a produção no Município aumentasse muito nos anos subsequentes.

Mesmo demandando muito trabalho de pesquisa, não foi possível quantificar o volume de produtos comercializados na feira ou entregues nos PVs, não foi encontrado nenhum registro de entrega desses produtos nos PVs, sendo possível o detalhamento apenas da comercialização do volume contratado pela CONAB/PAA e pelo grupo Pão de Açúcar. A Tabela 3 apresenta os dados de comercialização de produtos orgânicos entre a COOPERSIL e a CONAB/PAA dos anos de 2008/2009.

Tabela 3. Silvânea – GO: Comercialização de produtos orgânicos entre a COOPERSIL e CONAB/PAA no período de jul. 2008 a nov. 2009.

Produto	Unidade	Peso (Kg)	Valor (R\$)
Abobora Japonês Orgânica (Kg)	810	810,00	981,00
Abobrinha Brasileira Orgânica (Kg)	2416	2416,00	3141,00
Abobrinha Italiana Orgânica (Kg)	1057	1057,00	1939,00
Alface Orgânica (Pé)	6440	1288,00	6554,00
Acelga Orgânica (Maço)	50	10,00	50,00
Banana Maçã Orgânica (Kg)	2934	2934,00	4694,00
Banana Marmelo Orgânica (Kg)	700	700,00	878,00
Batata Doce Orgânica (Kg)	1421	1421,00	2299,00
Batata Salsa Orgânica (Kg)	68	68,00	100,00
Berinjela Orgânica (Kg)	4474	4474,00	8286,00
Beterraba Orgânica (Kg)	137	137,00	127,00
Cará Orgânico (Kg)	262	262,00	389,00
Cebola Orgânica (Kg)	280	280,00	402,00
Cebolinha Orgânica (Maço)	5578	837,00	4351,00
Cenoura Orgânica (Kg)	793	793,00	793,00
Chuchu Orgânico (Kg)	381	381,00	343,00
Couve Orgânica (Maço)	4857	874,00	3157,00
Espinafre Orgânico (Maço)	30	5,40	40,00
Jiló Orgânico (Kg)	4197	4197,00	9532,00
Mandioca in natura Orgânica (Kg)	9859	9859,00	6177,00
Maracujá Orgânico (Kg)	2030	2030,00	3167,00
Maxixe Orgânico (Kg)	107	107,00	327,00
Milho Verde Orgânico (Kg)	25412	25412,00	39643,00
Pepino Caipira Orgânico (Kg)	2517	2517,00	4679,00
Pepino Japonês Orgânico (Kg)	173	173,00	291,00
Pimenta Cambuci Orgânica (Kg)	552	552,00	3201,00
Pimenta de Cheiro Orgânica (Kg)	77	77,00	446,00
Pimentão Colorido Orgânico (Kg)	207	207,00	519,00
Pimentão Verde Orgânico (Kg)	537	537,00	1120,00
Polpa de Maracujá Orgânica (Kg)	56	56,00	840,00
Quiabo Orgânico (Kg)	1547	1547,00	3016,00
Rabanete Orgânico (Kg)	138	138,00	232,00
Repolho Orgânico (Kg)	1675	1675,00	1088,00
Rúcula Orgânica (Maço)	19	3,00	13,00
Salsa Orgânica (Maço)	40	6,00	29,00
Tomate Cereja Orgânico (Kg)	105	105,00	292,00
Tomate Italiano Orgânico (Kg)	2435	2435,00	6287,00
Tomate Salada Orgânico (Kg)	2729	2729,00	6536,00
Vagem Orgânica (Kg)	569	569,00	1678,00
TOTAL	87407	73416,40	127248,00

Fonte: Arquivo COOPERSIL.
Adaptado por Caixeta, J.C. (2019).

Observa-se, na Tabela 3, os excelentes resultados no comércio para o período supracitado entre a COOPERSIL e a CONAB/PAA, neste momento ainda considerado inicial, os resultados eram promissores, tanto com a CONAB quanto com o Pão de Açúcar. Na sequência, apresenta-se na Tabela 4 os resultados do comércio entre a COOPERSIL e a empresa Pão de Açúcar para o mesmo período.

Tabela 4. Silvânia – GO: Volume comercializado de produtos orgânicos entre a COOPERSIL e o Pão de Açúcar no período de jul. 2008 a nov. 2009.

Produto	Unidade	Peso (Kg)	Valor (R\$)
Abóbora Japonês Orgânica (600 g)	1146	687,60	2406,00
Abóbora Orgânica (500 g)	18	9,00	27,00
Abobrinha Brasileira Orgânica (650 g)	1794	1166,10	4417,00
Abobrinha Italiana Orgânica (600 g)	973	584,00	2432,50
Alho Orgânico (Unidade)	155	31,00	387,50
Banana Maçã Orgânica (600 g)	676	405,60	1688,40
Batata Doce Orgânica (600 g)	2329	1397,00	6409,34
Berinjela Orgânica (600 g)	3800	2280,00	11221,72
Beterraba Orgânica (600 g)	709	425,00	1481,81
Cebola Orgânica (600 g)	261	157,00	589,86
Cenoura Orgânica (600 g)	1683	1009,80	3490,31
Chuchu Orgânico (600 g)	2402	1441,00	4782,00
Couve Flor Orgânica (Unidade)	52	20,80	52,00
Inhame Orgânico (600 g)	79	47,40	213,30
Jiló Orgânico (400 g)	4936	1974,00	11961,00
Maracujá Orgânico (500 g)	998	499,00	2245,50
Maxixe Orgânico (250 g)	314	78,50	486,70
Milho Verde Orgânico (700 g)	19141	13399,00	42969,00
Pepino Caipira Orgânico (400 g)	1062	425,00	1852,00
Pepino Japonês Orgânico (400 g)	1087	435,00	2951,00
Pimenta Cambuci Orgânica (250 g)	1374	343,00	5083,80
Pimenta de Cheiro Orgânica (150g)	680	102,00	1674,50
Pimentão Verde Orgânico (400 g)	909	363,60	2078,34
Quiabo Orgânico (400 g)	5294	2118,00	12242,80
Rabanete Orgânico (400 g)	364	146,00	843,75
Repolho Orgânico (Unidade)	1478	1478,00	2793,42
Tomate Italiano Orgânico (500 g)	3507	1753,50	13326,60
Tomate Salada Orgânico (500 g)	1498	749,00	5124,85
Vagem Orgânica (350 g)	2462	861,70	7834,40
TOTAL	61181	34386,60	153066,40

Fonte: Arquivo COOPERSIL.
Adaptado por Caixeta, J.C. (2019).

Para a maioria dos envolvidos no projeto Horta Orgânica, a produção continuou aumentando, e o Pão de Açúcar e a CONAB/PAA compraram muito, segundo os volumes

comercializados, e que podem ser observados nas Tabelas 3 e 4. Nelas, pode-se verificar os volumes comercializados e os valores recebidos em cada um dos canais de comercialização, evidenciando que embora o Pão de Açúcar pague um valor médio (VM) bem mais elevado, sendo este VM de R\$4,41/Kg pago por quilo de hortaliça orgânica, ainda assim os produtores preferiram negociar com a CONAB/PAA, recebendo um VM de R\$ 1,74/kg. Isso se justifica pelo volume do descarte efetuado pelo controle de qualidade do Pão de Açúcar e dos custos operacionais para a realização dessa venda.

Portanto, o Pão de Açúcar continua exigindo melhoria na qualidade dos produtos e aumentando a quantidade de descarte; conseqüentemente, o prejuízo dos produtores é ainda maior, não realizando o acerto financeiro com periodicidade regular, deixando, com isso, alguns deles em situação de dificuldade para honrarem os compromissos assumidos.

As reclamações entre os cooperados eram frequentes e se transformaram em um dos grandes problemas na parceria, pois com a exigência em qualidade sendo muito alta, muitos produtores não concordavam com este critério de seleção.

Como os produtores não estavam conseguindo atingir essa qualidade, com a entrada da CONAB/PAA no circuito comercial da Cooperativa, a cada chamada pública, mais verbas são destinadas para aquisição de alimentos na modalidade Doação Simultânea (DS).

Desse modo, rapidamente, os produtores estavam produzindo, preferencialmente, para comercializar com a CONAB/PAA ou diretamente na feira, em detrimento do comércio com o Pão de Açúcar, por seu rigor considerado excessivo na qualidade e demora no pagamento. O relato de um dos produtores deixa bem evidente a preferência dos produtores:

Aí a gente ia receber era de 40 dias para frente, as vezes até 60 dias que a gente recebia. E aí muitos achava que, foi achando que, o lucro tava pequeno e que demorava muito a receber. Foi criado aqui lá na porta da cooperativa uma feira [...] então aí, essa feira quando começou tinha muito produto, ela até foi uma feira que chegou a ficar, assim, cresceu, eu até vendia muito produto lá, aí o que que acontece foi um dos fatores também que, por que a feira foi criada pra, tipo assim, aqueles produtos que num, que num tinha um bom padrão para ir para o Pão de Açúcar, era para ser consumida nessa feira, mas como a feira, o recebimento ali na hora né?, lá a grana entra na hora, muitos foram preferindo a feira e foi diminuindo a produção pro Pão de Açúcar. E aí chegou o ponto que já não compensava mais essa, essa entrega lá no Pão de Açúcar com tanto custo e pouca mercadoria, pouco produto pra ir pra lá. (TRA. 02).

Alguns produtores que não se adaptaram às novas mudanças e às rotinas exigidas pela recente atividade agrícola solicitaram seu descredenciamento junto à certificadora. O grupo dos produtores de hortaliça orgânica começa, então, a apresentar as primeiras baixas, mas também

ainda existiam os novos entrantes no grupo de produtores, pois nos anos iniciais sempre existiu um rodízio, um entra e sai de produtores.

A Cooperativa, mediante alguns projetos anteriormente aprovados, conseguiu melhorias operacionais com a aquisição de equipamentos, tais como: caixas padronizadas, balança de precisão, uma embaladora a vácuo, uma câmara fria, climatização da sala de processamento e um caminhão para realizar o transporte até Brasília-DF.

Os custos da produção e comercialização considerados altos, desde o início, e alguns produtores que mantêm em sua propriedade outras fontes de receita, menos trabalhosa que a hortaliça orgânica, saem do projeto, outros entram, atraídos pelo resultado satisfatório de alguns companheiros.

Continuava em 2009/2010, a venda garantida para o Pão de Açúcar, e novamente a Cooperativa teve aprovado novo contrato com a CONAB/PAA na modalidade Doação Simultânea. O valor desse atual contrato foi de R\$ 517.862,80 (quinhentos e dezessete mil oitocentos sessenta e dois reais e oitenta centavos), tendo início em junho de 2009 e término previsto para 30 de setembro de 2010, porém foi prorrogado até em março de 2011. Ele teve particularidades em relação aos demais, pois foi mais longo, a CPR dele era orientada pelo N. 52.1.047.

Em matéria publicada no dia 23/02/2011, pela Agência Sebrae de Notícias (ASN/GO), (www.sebrae.com.br) para o ano de 2011, a COOPERSIL esperava uma colheita de 160 toneladas de hortaliças orgânicas.

Se, por um lado, o aumento da produção garantia a oferta de produtos aos consumidores, aos produtores estava gerando problemas que não foram solucionados internamente pelo grupo. Os produtos se acumulavam na câmara fria da Cooperativa, a produção não estava sincronizada com os pedidos do Pão de açúcar, e a deterioração da mercadoria aumentava o volume do descarte, chegando ao ponto de os produtores questionarem a lisura das pessoas envolvidas no processo de comercialização com o Pão de Açúcar, pois entregavam um volume de mercadoria e quando vinha o acerto financeiro, o valor chegava muito abaixo do esperado. Ficava constatado que o volume do descarte era muito elevado, e muitos não concordavam com esta justificativa, mesmo todos os produtores tendo aumentado sua produção, sem terem aumentado a demanda pelos produtos na mesma proporção. Naturalmente, esse problema de excesso de produção para uma demanda incipiente, iria aparecer como problema em algum momento do processo.

Como a insatisfação comercial com o grupo Pão de Açúcar ia crescendo dia a dia, a comercialização direta na feira e a venda para a CONAB/PAA conquistam a preferência do

produtor, que vê na feira um resultado econômico imediato, ou seja, vendeu, recebeu; e na entrega no Programa de Aquisição de Alimentos que tem na doação de alimentos para instituições cadastradas um rigor comercial menor e um recebimento mais regular a garantia de comercialização de um valor mínimo.

Nos anos de 2011/2012, novo contrato é firmado com a CONAB para atender ao PAA com valor de R\$ 598.148,41 (quinhentos noventa e oito mil, cento quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), recebendo, posteriormente, um pequeno aditivo e atingindo, então, R\$ 616.130,00 (seiscentos e dezesseis mil e cento e trinta reais). Foi alterado também o período do contrato com início em 30 de maio de 2011 e término em 30 de maio de 2013, tendo a CPR N. 52.1.091 como registro.

Nesse interstício, aconteceram vários fatos que vão mudar os rumos da produção de hortaliça orgânica no Município de Silvânia, como a decisão tomada em assembleia pelos produtores ao resolverem interromper o fornecimento para o grupo Pão de Açúcar. Os custos continuavam altos e a quantidade de produtos destinados a essa empresa foram gradativamente sendo diminuídos elevando conseqüentemente o custo, fazendo com que os outros canais de comercialização, principalmente a feira e o PAA, apresentassem resultados mais satisfatórios e rápidos incorrendo em um período de euforia comercial, seguida por uma crise que ao final de 2013, praticamente selava o fim do projeto Horta Orgânica.

Enfrentando oposição dentro da cooperativa, o grupo de produtores de hortaliça orgânica perdia volume e força, uma vez que a cooperativa subsidiava parte dos custos de produção, fato que não agradava a todos os cooperados e, então, nesse período, a cooperativa passa a ser apenas um agente facilitador, auxiliando com sua estrutura e logística, apoiando os produtores, porém sem assumir custos. Esses custos então passaram a ser responsabilidade unicamente do produtor, e este ao assumir todos os gastos e diante das exigências inerentes à produção orgânica, em sua avaliação, deixou de ser uma atividade atrativa sob o ponto de vista econômico.

[...] no início do projeto era o MDA que pagou a certificação, a COPERSIL também ajudou e depois eles (os produtores) tiveram que tirar dinheiro do bolso e eles não tinham esse dinheiro assim porque a produção deles não compensava pagar o certificado, então era isso. (TRA. O3)

Por motivos diversos, muitos produtores de hortaliças orgânicas deixaram o projeto, quais sejam: o custo da certificação e baixa lucratividade, dificuldades em colocar a produção no mercado, dificuldades em trabalhar com horta, pois encontra-se com idade elevada e,

principalmente, dificuldade em conseguir companheiros para o trabalho, diaristas ou mensalistas. Considerando que a média de idade das pessoas envolvidas com a produção de hortaliças orgânica em Silvânia é de 57,5 anos, a condução da atividade sem o apoio de uma mão de obra torna-se muito difícil, quase inviável pelo esforço físico exigido.

Conforme depoimento do único produtor do grupo, que está produzindo atualmente, o uso de mão de obra externa é essencial para se ter volume e constância na produção, duas coisas muito exigidas pelo consumidor, assim se verifica:

[a] produção de toda forma precisa de ter mão de obra contratada pra poder ajudar, porque somente a mão de obra familiar somente dali, muita das vezes ela não dá realmente. (TRA. 05).

A mesma opinião encontra-se alinhada com a de um dos ex-presidentes da cooperativa, e atual tesoureiro, que também participou ativamente como produtor e como dirigente da cooperativa, conforme destaque:

É a gente teve algumas dificuldades aqui com orgânico, principalmente por causa da mão de obra, porque o pessoal já mais de idade então ficou com dificuldade na propriedade com mão de obra e consequentemente caiu o volume de produção e com a queda de volume de produção tivemos também dificuldade na comercialização. (TRA. 06).

Ainda descrevendo esse novo cenário, a Cooperativa, que participava ativamente do projeto, mesmo enfrentando oposição dos membros dos outros grupos de produção (leite, frango, ração, produtos veterinários), que alegavam que a produção de hortaliças orgânicas estava comprometendo o resultado da Cooperativa, já que ela também objetiva resultados positivos, finda por afastar-se, continuando, todavia, apoiando os cooperados apenas com a estrutura montada, sem participar dos resultados.

Os parceiros que ajudavam no barateamento da assistência técnica, na certificação, nas análises do solo e das plantas, das águas, nos custos da outorga de água e outras despesas, foram ao longo dos anos afastando-se do projeto, talvez entendendo que ele já poderia caminhar com suas forças. Isso jogou todos os custos sobre os produtores, fazendo com que muitos desistissem da produção orgânica. Para exemplificar isto, em 2011, de uma única vez, dezesseis produtores pediram desligamento do projeto da Horta Orgânica, por motivações diversas.

Em seu relato, um dos membros do projeto diz o seguinte:

[...] mas quando começou a chegar o momento que o próprio produtor tinha que bancar essa certificação, aí é que começou o pessoal a desistir, porque não

se prepararam né?, essa que é a verdade, o pessoal não investiu no negócio, ficava só esperando vir recurso do Governo pra poder tocar o negócio, né?, num começava a andar com as próprias pernas, e esse é que é um dos fatores, por isso que levou ao comodismo mesmo, que levou a pessoa a parar, a querer só receber, não querer se projetar melhor no negócio, então aí muito disso o pessoal fez sair, algumas pessoas já mais de idade que não tinha condições realmente de bancar um funcionário, alguma coisa, devido a área de produção ser pequena e alguns só trabalhava realmente com a produção pra atender PNAE e a Conab, né?, pra merenda escolar, não tinha aquele anseio realmente de aumentar, então logo depois ele foi ficando pra trás com o tempo. (TRA. 05).

Coincidências à parte, naquele momento, a política brasileira começa a perder vigor, e a dotação orçamentária destinada ao PRONAF começa a diminuir. Como consequência, a verba destinada ao PAA, que vinha em uma escala crescente nos últimos anos (até 2011/12), diminui drasticamente para os anos subsequentes (2013/14), como se verá nos próximos contratos da Cooperativa com a CONAB/PAA.

Em 2013, houve um distanciamento do grupo de produtores orgânicos com a Cooperativa, para muitos o grupo de orgânicos estava comprometendo os resultados dos outros grupos, esse distanciamento pode ter contribuído para que mais pessoas do grupo não renovasse o certificado de produtor orgânico. Observe-se o relato a seguir:

Ficamos talvez a cooperativa ajudando as vezes até bancando um pouco, mas chegou o momento que foi preciso que isso fosse retirado, porque como a cooperativa era de vários segmentos e como o ramo orgânico não tava viabilizado os outros segmentos começou a colocar dificuldade de tá bancando esse ramo (TRA. 06).

O contrato com o Instituto Biodinâmico (IBD) também foi finalizado. A certificação ficou totalmente por conta dos produtores, que com o apoio da COOPERSIL, procurou a também respeitada certificadora ECOCERT para acompanhamento da produção das hortaliças orgânicas, e, naquele momento, apenas onze membros estavam regularizados perante a certificadora; muitos continuavam a produção, porém entregavam seus produtos para a CONAB/PAA, como produção convencional, e mesmo sendo produzidos dentro dos preceitos orgânicos, eles entravam no mercado como produto convencional.

Essa prática já estava em curso desde anos anteriores, pois os custos envolvendo o processo de certificação estava muito elevado. Alguns produtores com baixa produção optavam, ideologicamente, por produzir dentro dos preceitos recomendados pelas certificadoras, e vendê-los como produto convencional.

Nascimento (2012, p. 46) depara-se com essa situação ao estudar “O MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM SILVÂNIA-GO: UM ESTUDO DE CASO”, assim o descrevendo:

Porém em uma verificação mais aprofundada percebe-se que este produto vendido como convencional na verdade é orgânico, sendo assim surgiu a seguinte pergunta: por que produtores venderiam um produto que tem um valor agregado maior como convencional? A explicação é que os custos para comercialização do produto orgânico são muito maiores, considerando custo fixo, custo variável, royalties, participação da cooperativa (SELO IBD), sem se falar que aqui devem ser computados também os custos de produção. Para o produtor isso representa cerca de 40% a menos de lucro, sendo que se o produto for vendido diretamente para a CONAB como convencional o produtor elimina todos estes custos acima mencionados gastando apenas com o transporte, fechando assim como uma margem de 60% de lucro mesmo vendendo o produto que tem um valor de mercado bem menor do que o orgânico, já entregando o produto orgânicos e assumindo os custos mencionados acima o produtor tem uma margem de 22% de lucro. Nesta situação conclui-se que o custo de comercialização é um dos empecilhos para a venda de produtos orgânicos.

Conforme mencionado anteriormente, a COOPERSIL firma mais um contrato com a CONAB/PAA para os anos de 2013/2014, com início em agosto de 2013 e término em agosto de 2014, com a CPR N. 52.1.192 com valor estipulado em R\$ 211.158,90 (duzentos e onze mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa centavos). A partir desse contrato, a CONAB começa a exigir que os fabricantes de queijo, iogurte, produtores de frango, produtores de bolos, doces ou qualquer outro produto transformado se adequasse conforme as exigências principalmente da vigilância sanitária, demandando, desses produtores, o alvará sanitário emitido pelo Município pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Essa exigência burocrática dificulta a participação daqueles produtores com menor capacidade de investimento e muitos produtores passam a ter restrição na comercialização, pois até para a produção de ovos era exigido o Registro no Serviço de Inspeção Municipal. Portanto, uma coisa vai puxando a outra, e nesse momento de muita dificuldade, o grupo enfraquece-se cada vez mais. O Quadro 8 caracteriza a verba destinada à parceria entre a CONAB/PAA e COOPERSIL para compra com doação simultânea (CDS).

Quadro 8. Compra com Doação Simultânea.

Nº CPR	Valor R\$	Início	Término
52.1.020	202.959,59	Jul./2007	Nov./2008
52.1.047	517.862,80	Jun./2009	Mar./2011
52.1.091	616.130,00	Mai./2011	Mai./2013
52.1.192	211.158,90	Ago./2013	Ago./2014
	87.987,80	Set./2014	Set./2015

Fonte: Arquivo COOPERSIL.
Adaptado por Caixeta, J.C. (2019).

Com isso, muitos produtores pararam de produzir, pois com a diminuição do valor do contrato com a CONAB/PAA, o pequeno montante financeiro teria que ser rateado por todos os participantes, pois muitos concluíram que não valeria a pena continuar produzindo, uma vez que o custo da produção e o transporte até a Cooperativa inviabilizava a atividade. Por ser um município de grandes dimensões territoriais, Silvânia torna a logística de transporte muito cara e somente os produtores mais próximos do centro urbano continuavam a produção; isso afetou a produção como um todo. Observe-se o depoimento de dois produtores a esse respeito:

Então é [...] o produtor ele foi tendo dificuldade assim, o recurso que eles tinham não era suficiente, num tinha uma logística, um transporte [...] Silvânia é um município grande, a gente tinha propriedades com 80 km, 70, 50 de distância (TRA. 03).

O difícil é a mão de obra, é produzir, porque não é fácil produzir o orgânico, mas assim, a gente tentou mas nós tivemos dificuldade e ainda tem porque mão de obra, pra vender, aí não tem mais a Conab e, mas vai levando (TRA. 04).

Chega, então, o ano de 2014, e Silvânia, com apenas 11 produtores certificados, ainda consegue seu último contrato com a CONAB/PAA para os anos de 2014/2015, de apenas 87.987,80 (oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos). Esse valor era específico para a produção de hortaliças orgânicas; com início em setembro de 2014 e término em setembro de 2015, mas durante esse período muitos desistiram. Quase todos desistiram de produzir orgânicos, e estava faltando os produtos para serem entregues nas instituições beneficiárias, então a cooperativa solicitou e conseguiu, junto à CONAB, autorização para substituir parte das hortaliças orgânicas por outros produtos alimentícios.

Então, em 09 de outubro de 2015, é finalizada a certificação com a ECOCERT BRASIL certificadora Ltda., mas o último contrato com a CONAB/PAA ainda não havia se encerrado, uma vez que as datas de encerramento eram bastante flexíveis, existindo ainda recursos

disponíveis. Contudo, o fornecimento foi interrompido assim que expirou o período da última certificação.

Muitos estavam produzindo sem certificação, mas continuavam na produção de hortaliças, visando o comércio com a CONAB/PAA e a feira. Com a sequência de cortes de verbas para o PAA, por parte do Governo Federal, interromperam provisoriamente a produção para fins comerciais e continuaram produzindo para sua subsistência, como diz esta produtora:

Eu to com 73 anos e ainda tô pensando em prantar, pelejano, prantano assim mesmo né, um ajuda daqui, outro ajuda dali... Um vem, outro vem e leva, as vezes manda pros fii, pros amigo né, que vem visitar a gente aí leva também, mas tô lá pelejano com esse cantinho lá né, pequena agora porque as coisas ta cara demais. (TRA. 07).

De acordo com os dados pesquisados, pode-se considerar que o ano de 2015 marcou o fim de um período que em poucos anos presenciou a ascensão e o declínio da produção de hortaliças orgânicas em Silvânia. De um início com quase 80 (oitenta) membros, dos quais 51 (cinquenta e um) obtiveram, por algum tempo, a certificação dos produtos, apenas 01 (um) produtor seguiu com sua atividade produtiva. Entre os vários motivos que acabaram por dizimar esse grupo de pequenos produtores, o principal foi a diminuição das verbas do PRONAF, destinada ao programa de aquisição de alimentos. Na sequência, apresento o relato desse único produtor que continuou com esse tipo de produção:

[...] nos dias de hoje, de Silvânia que fazia parte desse grupo só tem nós que continua produzindo e com certificação, hoje, como o grupo foi parando, a gente buscou novos mercados, o primeiro mercado que a buscou foi o mercado de Goiânia, a gente buscou filiação a uma nova associação que é a da ADAO (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica), de Goiânia juntamente com a Goiás Orgânico e a gente passou a fazer feira de venda direta pro consumidor, na feira do mercado da rua 74, e nessa época o pessoal daqui de Silvânia foi convidado a ir fazer essa feira também, só que ninguém quis, o único daqui do grupo que foi, foram nós que fomos e até hoje a gente tá, já tem, 6 anos, 7 anos que a gente ta fazendo essa feira lá, em Goiânia. Hoje a gente tem 3 feiras dentro de Goiânia, tudo pela Aassociação, a primeira foi pelo Mercado da rua 74 ali no Centro, a segunda no Mercado Municipal da Vila Nova, na praça Boa Ventura, na 5ª avenida e a 3ª hoje é no Espaço Manacá Esporte área no fundo do Alphaville Araguaia e tem a intenção de abrir novos pontos, a Associação pros produtores dentro de Goiânia. Além das feiras, a gente faz as vendas de, as entregas, os delivery, né, quando tem, a gente faz entrega pra algum mercado, algum empório, mas isso hoje mesmo não é o nosso forte, aí esse atendimento de lojas e mercado, mas é a venda direto pro consumidor, né? (TRA. 05).

Sobre os problemas enfrentados e a não continuidade do grupo de produtores de hortaliças orgânicas de Silvânia, esse produtor, sem titubear coloca o seguinte:

Do grupo de Silvânia que eu acredito que, o maior problema que teve pro grupo dissolver, acabar, é que o próprio pessoal não buscou novos mercados, eu vejo assim, que o povo acomodou, ficou sempre esperando que tivesse um projeto do Governo, que viesse algum dinheiro do Governo pra poder pagar certificação, pra poder custear alguma coisa, uma compra de insumo, sabe?, pessoal ficou acomodado, num buscou expandir mercado, buscar novos mercados fora de Silvânia, o que eu vejo é isso aí, pra aumentar, expandir o mercado [...] (TRA. 05).

Portanto, de 2005 até o final de 2018, momento em que se encerra a pesquisa, observou-se a discrepância entre o início do grupo, quando os produtores estavam animados e com produção em abundância para, em um período muito curto, optarem pelo encerramento das atividades produtivas.

O grupo, agora reduzido, tenta recuperar a certificação, mas a falta de recursos e a falta de um canal para comercialização tem sido o principal entrave nessa nova empreitada pela certificação orgânica.

A COOPERSIL continua tentando a contemplação nos projetos da CONAB/PAA para compra de alimentos com doação simultânea. Contudo, desde os anos 2014/2015, a Cooperativa não é contemplada com recursos financeiros, o que desorganiza o sistema produtivo local, a produção orgânica e/ou produção convencional, afetando a vida não só dos produtores, mas também das pessoas beneficiadas com os alimentos doados às instituições e que atenderiam principalmente aquela população que se encontrava em situação de vulnerabilidade nutricional e alimentar, como relata esta instituição:

Nós aqui da equipe do Maria Tereza, todos os funcionários, cozinheiros, como a direção, coordenação, a gente sente muito, vê muito a diferença de quando era servido, quando era complementado com esses produtos do que agora, caiu bastante a qualidade da alimentação sem esse programa os produtos do programa do PAA, então assim por isso que a gente anseia tanto que ele volte pra ficar bom como era antes mesmo.

Enquanto isso, muitos optam por ficar à espera de uma nova política pública que venha para, novamente, atender às necessidades do agricultor familiar, esse cidadão que carrega em seu rosto um olhar de esperança, que na terra vive para o trabalho e nela trabalha para viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as considerações apresentadas ao longo desses quatro capítulos, cuja proposta foi pesquisar a produção de hortaliças orgânicas no município de Silvânia, realizada por agricultores familiares organizados em uma cooperativa a COOPERSIL, passei a conhecer melhor a história desses agricultores antes da cooperativa. Em 1988, foi criada a primeira associação de pequenos produtores, ponto de partida para as demais associações, e para congregar as trinta e duas associações foi criada em 1991 a Central das Associações, que veio a ser o embrião para a constituição de uma cooperativa no ano de 1999, com o principal objetivo de sempre apoiar os pequenos produtores.

Constatei que as políticas públicas praticadas pelos governos federal e estadual, nas décadas de 1970 e 1980, mostraram-se altamente conservadoras e excludentes e abriram o cerrado brasileiro para a agricultura internacional, direcionando terras para um perfil específico de agricultores, quase sempre oriundos de outras regiões do Brasil, atraídos para as áreas de cerrado pelo baixo preço das terras e, principalmente, pela oferta de créditos vantajosos. Esta política fragilizou o pequeno produtor local, que vendeu suas terras a preço baixo ou as perdeu para os bancos, migrando para os centros urbanos com expectativas de melhoria na condição de vida. O camponês que resistiu a essa investida do capital passou a viver precarizado no campo, pois as políticas públicas não os viam como produtores, enxergando como tal somente aqueles que cultivavam para o mercado externo, não percebendo que o verdadeiro produtor de alimentos é aquele que abastece o mercado regional e coloca a comida nas mesas das famílias.

Constatei também que embora Silvânia contasse com associações massificadas na década de 1980/90, e apesar de o Estado, por meio da Embrapa, Emgopa e Emater implantar projetos de melhoramento da produção mediante cursos técnicos para capacitação e gestão da propriedade e extensão rural, não havia ainda uma política de Estado para o pequeno produtor rural. Somente a partir da criação do Programa Nacional Para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, é que pela primeira vez observou-se uma política de Estado para a agricultura familiar, surgindo, então, uma nova categoria social, até então ausente na pauta das políticas públicas.

O PRONAF é um programa que financia agricultura familiar com baixas taxas de juros e crédito para várias aplicações com o objetivo de melhorar a produção, e para abrir mercado para essa produção da agricultura familiar foi instituído, pela Lei 10.696 em 2 de julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como ação estruturante do programa Fome Zero (BRASIL, 2003). Tal programa prioriza a aquisição de alimentos da agricultura familiar com

preferência para assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais (MDA, 2012).

O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e tem como metas incentivar a agricultura familiar valorizando sua produção no sentido de promover a inclusão econômica e social. Desse modo, é garantido acesso em quantidade, qualidade e regularidade, principalmente para as pessoas desprovidas de recursos e em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar.

A agricultura familiar, a partir de então, passa a ter representatividade e a participar da agenda política, por vezes como política de Estado. Considero que o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é de extrema importância, pois, como mostram várias pesquisas, o potencial produtivo e o significado social dessa nova categoria, que ao retornar à forma tradicional de produção, paradoxalmente está avançando na produção agrícola e jamais deve ser colocada em patamares inferiores. Isso porque a agricultura familiar praticando os preceitos da agricultura orgânica conseguirá beneficiar a todos com uma produção socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável.

Nesta pesquisa, constatei que todas as propriedades envolvidas adequam-se às exigências para enquadramento na categoria de agricultura familiar, e setenta por cento dos membros têm residência exclusivamente no campo. Também percebi que em todas as propriedades pesquisadas foi unanimidade a participação da mão de obra familiar na condução das atividades. A participação das mulheres na produção de hortaliças orgânicas em Silvânia foi altamente efetiva, uma vez que 33% dos estabelecimentos, apresentavam como titular da matrícula a mulher, sendo, em apenas um caso, constatada a viuvez da titular. A ocupação de espaço produtivo pela mulher além de dar autonomia financeira, mesmo que limitada, promove uma considerável elevação na autoestima, o que alguns ousam chamar de empoderamento da mulher no campo.

Compreende-se que dentro da discussão sobre segurança alimentar parece razoável afirmar que, em um primeiro momento, a questão central seja a quantidade alimentos produzidos. Neste caso, os fins justificariam os meios, porém quando o Estado financia a implantação de um modelo produtivo sustentado por concentração de terras, uso intensivo de agrotóxicos e substituição da cobertura vegetal natural por uma monocultura, isso se mostra um modelo socialmente excludente e ambientalmente inviável; surgem, então, correntes sociais antagônicas exigindo práticas agrícolas socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente corretas. Esta necessidade é acolhida pelos movimentos sociais e pela agricultura familiar que se propõem a praticar a agroecologia como forma de atender a esta

nova proposta. A agricultura orgânica abarca, em seus princípios norteadores, toda essa condição e em Silvânia, onde os agricultores familiares estavam organizados em associações e cooperativas, não foi difícil formar um grupo de produtores de hortaliças orgânicas dentro da COOPERSIL.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que foi mediante uma política de Governo específica que se iniciou a produção de hortaliças orgânicas em Silvânia. Dessa forma, por meio de um recurso disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi que a COOPERSIL, em 2005, propôs a criação de um novo grupo de interesse com o objetivo de produzir hortaliças orgânicas para gerar renda para os pequenos produtores. Esse grupo de agricultores, por possuírem glebas muito pequenas, enfrentava uma grande perda na renda do leite, principal atividade da região no período de estiagem, e que também se configurava como fonte de geração de renda para as mulheres e até para agricultores desprovidos de terras próprias, uma vez que uma horta demanda uma área bem pequena em se comparando à produção leiteira. O projeto começou com um contrato de venda da produção já assinado com uma rede varejista. A capacitação dos agricultores foi realizada durante o período de transição agroecológica, período necessário para que o solo estivesse livre de traços indesejáveis na agricultura orgânica. Nesse período, foram realizados cursos, palestras, dias de campo, assim enquanto se trabalhava com a produção, os produtores aguardavam a certificação das hortaliças orgânicas para a comercialização.

Logo depois, a COOPERSIL conseguiu estabelecer comércio com a CONAB, por meio de chamada pública para aquisição dos produtos orgânicos, que representava a compra com doação simultânea dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa muito elogiado por todos os envolvidos nessa rede.

Por conseguinte, a cooperativa que tinha apenas um cliente para escoar sua produção passa a ter mais um canal de comercialização e cria, também, mais uma opção de comércio, que foi a feira agroecológica da cooperativa, realizada semanalmente na porta da COOPERSIL.

Foi constatado, mediante as declarações dos participantes, que por um período todos estavam satisfeitos com os resultados. Apesar de o grupo ter encontrado dificuldades para atingir o padrão de qualidade exigido pelo Grupo Pão de Açúcar, a produção crescia continuamente, até o momento que cada participante teve que arcar com os custos de produção que, até então, eram custeados em parte ou na totalidade pela cooperativa, por meio de parceiros e recursos dos governos estadual ou Federal.

Uma série de situações motivou a desistência de muitos produtores ao longo do percurso, os quais podemos enumerar:

- A percepção que não tinham vocação para o trabalho com horta;
- Custos muito elevados para manter a certificação; muitos consideram o período de certificação de um ano muito curto, pois, dependendo do que fosse plantado, existiria a necessidade de se certificar novamente em uma ou duas colheitas;
- Quantidade de descarte do produto após ser entregue na cooperativa: isso gerava uma diferença entre o volume entregue e o volume recebido (\$), por vezes gerando desconfiança;
- Muito trabalho para pouco lucro: deve-se salientar que o grupo era formado por pessoas com idade média de 55,5 anos para os homens e 61,9 anos para as mulheres;
- Dificuldade em realizar todas as tarefas inerentes à produção orgânica e a dificuldade em conseguir mão de obra para o auxílio com as tarefas;
- Pouca participação dos filhos: em apenas 1/3 das propriedades havia participação dos filhos na produção, e como a lucratividade era baixa, muitos filhos preferiam empregar-se como vaqueiro em outras propriedades, a trabalhar na horta e dividir os ganhos; alguns conciliavam as duas funções; e
- Dificuldade com o transporte para entregar o produto na cooperativa em função da distância a percorrer, das péssimas estradas rurais existentes e do pouco volume a ser entregue, já que havia uma cota previamente definida para cada produtor.

Com a desistência de alguns produtores, o contrato com o Grupo Pão de Açúcar foi encerrado. A produção era destinada para a CONAB via PAA e comercializada na feira que perdeu alguns produtores. Esta feira chegou a funcionar com quinze a vinte produtores.

Como o custo da certificação estava onerando muito o custo final, alguns produtores deixaram de certificar a produção, continuaram produzindo dentro dos preceitos da agricultura orgânica, tecnicamente produziam organicamente mas vendiam para a CONAB como produto convencional, mesmo os produtos orgânicos tendo um valor 30% superior.

No ano de 2013, houve um corte substancial nos recursos destinados ao PAA, e a CONAB destinou R\$ 211.158,90 (duzentos e onze mil, cento e cinquenta reais) para a compra direta com doação simultânea, e no ano seguinte (2014) apenas R\$ 87.987,80 (oitenta e sete mil, novecentos oitenta e sete reais). Com a diminuição dos recursos, diminui-se, também, a produção; e naquele ano, para cumprir o contrato, a COOPERSIL precisou substituir hortaliças orgânicas por outros produtos por não ter mais produção suficiente para cumprir o contrato.

A lição que fica é que uma política de governo deu origem à produção de hortaliças orgânicas em Silvânia, usufruindo de uma organização social já existente. No entanto, a mesma política pública decretou seu fim, pois estas medidas não se sustentam quando há mudanças no governo. Como consequência de tais alterações, as associações e as cooperativas de agricultores

familiares devem lutar por políticas de Estado para que possam dar continuidade a esse tipo de programas. O último ano que a COOPERSIL foi contemplada em uma chamada pública para o PAA foi em 2014, desde então, todos os anos ela participa das chamadas, porém, em virtude dos recursos reduzidos, ela não é contemplada.

hoje nós somos produtor de orgânico aqui de Silvânia, nós tinha as venda para a CONAB, que era muito bom e depois o contrato infelizmente não temos mais o contrato com a CONAB, era muito bom se voltasse, mas nem assim eu deixei de produzir, mesmo um pouco, porque eu sei a importância que tem o curso que nós fizemos e a importância que tem pra mim e pra minha família comer, usar esses alimentos limpos sem agrotóxicos, sem os veneno, aí eu tenho esperança de um dia esse grupo voltar a crescer e nós possamos produzir novamente. Estamos esperando a certificação que tá vencida mas um dia eu acho que a gente consegue de novo reunir o grupo e certificar. [...] coisa boa a gente tem que manter, que tentar a produzir, vê se reúne os produtor, faz reuniões, vê se vai continuar. (TRA. O4).

Concluo essas considerações espelhando-me na fala do ex-presidente da cooperativa na época da implantação do projeto horta orgânica, onde ele expressa o sentimento dos últimos produtores que muito se empenharam para o sucesso do projeto e que entenderam o sentido da produção orgânica, enxergando além do lucro, vendo todos os benefícios agregados na produção e no consumo de hortaliças orgânicas.

O que sobrou disso é que alguns produtos que participaram desse movimento aí dos orgânicos, eles criaram raízes agroecológicas de entendimento, assim, com menos, menos inseticidas, menos defensivos agrícolas, uma noção mais de consciência do cuidado da natureza, mas a produção em si mesmo hoje aqui é muito fragilizada, eu mesmo continuo produzindo meu maracujá, não de maneira orgânica, mas de uma maneira agroecológica, faço polpa de fruta disso e de outros produtos também continuo com a minha noção que eu adquiri. (TRA. 01).

Embora em Silvânia o resultado obtido pelos produtores não tenha sido o esperado, em outras localidades há exemplos de associações que foram bem-sucedidas desenvolvendo hortaliças orgânicas. Na Região Metropolitana de Goiânia, nos últimos cinco anos houve enorme crescimento na produção de hortaliças orgânicas, principalmente nos produtores filiados à Associação Para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (ADAO) e da Associação Vale Verde, que comercializam em Goiânia e Anápolis com resultados positivos a respeito de tudo que fora trabalhado nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 2019.
- _____. **Lei 10.696, de 02 de julho de 2003**. Disponível em: <http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Leis/2003/L10.696.Htm>. Acesso em: 2019.
- _____. **Lei 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Disponível em: <http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.Htm>. Acesso em: 2019.
- _____. **Lei 12.512, de 14 de Outubro de 2011**. Disponível em: <http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.Htm>. Acesso em: 2019.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Pelotas, v. 28, n. 1, 2, 3 e v. 29, nº1, p. 1 - 21, jan./dez., 1998 e jan./ago., 1999.
- _____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- AGROW. **Mixed results for top 20 companies**. n. 621, p.2, ago., 2011.
- AGUIAR, RONALDO. C. **Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. Brasília: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- ALMEIDA, L. M. M. C. et al. **Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para a construção de indicadores de eficácia**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2006.
- ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: editora UNESP, 2006, 377 p.
- ALTAFIN, I. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Brasília. 2005, 18 p. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/conceito%20de%20agricultura%20fam.pdf>>. Acesso em ago. 2019.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001.
- _____. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592 p.
- _____. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989, 240 p.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R. E, NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2007.

ASSIS, W. R. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

ASSUNÇÃO, H. F. da. **Agricultura auto-sustentável: uma proposta para o pequeno e o médio produtor**. Jataí: I SECITEJA, Campus Avançado de Jataí/UFG, 61 p., 1999.

BAINVILLE, S.; AFFHOLDER, F.; FIGUIÉ M.; MADEIRA NETTO, J. As transformações da agricultura familiar do município de Silvânia: uma pequena revolução agrícola nos cerrados brasileiros; **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 269-291, mai/ago. 2005.

BECKER; B. EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência na economia mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JUNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da Região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Revista Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v. 2, n. 9, p. 29 - 49, fev. 2004.

BONNAL, et al. **O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa - desenvolvimento: Projeto Silvânia**. Planaltina: EMBRAPA- CPAC, 1994. 31p.

BORGES, B. G. **Goiás nos Quadros da Economia Nacional 1930-1960**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BORGES, H. C. **História de Silvânia**. Goiânia: Cerne, 1981.

BURIGO, A. **Impacto dos Agrotóxicos na alimentação, saúde e meio ambiente**. Oficina “Agrotóxicos: impactos e alternativas”, 2006. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Cartilha-Agrotoxicos-final.pdf>>. Acesso em ago. 2019.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: BALESTRO, M. V.; SAUER, S. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 267-311.

_____. **La Extensión Agraria del Sector Público ante los Desafíos del Desarrollo Sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. Tese (doutorado) – Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A.; PAULUS, G. (Org). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009, 111 p.

CAPRA, F. **As conexõesocultas: Ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

CARNEIRO, F. F., et al. **DOSSIÊ ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança alimentar e Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015, 624 p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos Impactos Regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).** Brasília: IPEA, 2014.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** Goiânia: Editora UFG/ Editora UCG, 1997.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. **A Dinâmica Demográfica de Goiás.** Goiânia: Ellos, 2009.

CHAYANOV, A. V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: SILVA, J. G. da; S., V. (orgs). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

COUTO FILHO, V. A. **Agricultura familiar e Desenvolvimento territorial: um olhar da bahia sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: MDA, 2007.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos,** Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável** (origens, perspectivas de um novo paradigma). São Paulo: Livros da terra, 1996. 178 p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVAM, L. A. A economia política em Goiás. **Estudos:** Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 455-467, jul./set., 2000.

_____. **O Sul: caminho do roçado** – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT - CNpQ, 1989. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

_____. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERREIRA, R. J. F. **A atuação da POLICENTRO e o desenvolvimento regional.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 15, n. 5 e 6, p. 3-17, mai/jun/jul/ago. 1985.

FRADE, C. O. **A construção de um espaço para pensar e praticar a agroecologia na UFRRJ e seus arredores.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000.

FREITAS, W. D. CHAVEIRO, E. F. Cerrado: Modernização e ocupação a partir da localidade. **Revista Geográfica da América Central (On-Line)**, v. 02, p.1-16, 2011.

FREITAS, W. D.; CHAVEIRO, E. F. **Cerrado:** Modernização e ocupação a partir da localidade. *Revista Geográfica de América Central (On-line)* v.02, p.1-16, 2011.

GALETI, P. A. M. **Mecanização agrícola:** prepare do solo. Campinas: IAC, 1981.

GARCIA JR., AFRÂNIO R. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995, 109 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 3ª Ed. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia:** Goiás – Tocantins. 2ª wd. Ver. E ampl. Goiânia: UFG, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

GRANOVETTER, M. Economic Action And Social Structure: The Problem Of Embeddedness. **American Journal Of Sociology**, v. 91, Issue 3, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. A Modernização Conservadora dos anos 70. In: **Tecnologias e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora Da Universidade – UFRGS, 1999.

GUERRA, A.C.; TOLEDO, D. A.C.; CASTANHEIRA, L. F. M.; OLIVEIRA, B. A. M. Agricultura Familiar e Economia Solidária: o programa compra direta como política de inserção. In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Disponível Em: <http://Www.Cnpat.Embrapa.Br/Sbsp/Anais/Trab_Format_Pdf/139.Pdf>. Acesso em 2018.

HECHT, S. A evolução do pensamento ecológico. IN: ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

HESPANHOL, A. N. A Expansão da Agricultura Moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 22, 2000, p. 7-26.

HESS, C. S. Brasil o País Campeão no Uso de Agrotóxicos. In: **Ensaio Sobre a Poluição e Doenças no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Região Centro-Oeste. In: **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, SEPLAN, 1977, v. 4.

JESUS, E. L. **Histórico e filosofia da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: Ed. Proposta, v. 27, p. 34-40, 1985.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert S. A., 1968.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993, v. 1-2.

LAMOUNIER, B (Coord.). **Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão**. IPEA: Estudos de Política Agrícola, n. 9, 1994. 58 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, T. M. **Concepção e Processo de Políticas Públicas e Perspectiva de Gênero: diferentes enfoques de gênero em políticas públicas**. In: Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2007.

LUNARDI, V. L. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar: uma reflexão sobre Goiás**. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACHADO, L. C. P. As Necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. In: Balestro, Moisés V.; Sauer, Sérgio. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 235-266.

MARTINE, G; GARCIA, R. C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. O Tempo da Fronteira: Retorno à Controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

MARX, K. Gênese da Renda Fundiária Capitalista. In: **O Capital: crítica da economia**

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATOS, P. F. Estrada de Ferro: o anúncio das metamorfoses de modernização do território no sudeste goiano. **Ateliê Geográfico**. Goiânia – GO, v. 6, n. 1, p. 189-217, abr. 2012.
<https://doi.org/10.5216/ag.v6i1.18768>

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 136 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dossiê abراسco: um alerta sobre um impactos dos agrotóxicos na saúde**. Fundação Oswaldo Cruz: 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas Públicas para agricultura familiar**. Ascom: 2013.

MIRANDA, C. M. C. A disseminação de dados governamentais como serviço público – os dados abertos governamentais e a experiência brasileira dados abertos para a democracia na era digital. **Anais...** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em são paulo**, v. 51, p. 37-56, 2004.

NABUCO et al. **Avaliação do PRODECER II**. Relatório final, Brasília, IPEA, 1993.

NASCIMENTO, F. G. **O mercado de produtos orgânicos em Silvânia – GO: um estudo de caso**. 2012. 57f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012.

NORGAARD, R. B.; SIKOR, T. O. Metodologia e prática da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Seleções Cebrap 1, São Paulo: Brasiliense, 1975.

PESSOA, J. de M. A Revanche Camponesa: cotidiano e história em assentamento de Goiás. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Sociais (tese de doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.
<https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3682>

PESSÔA, V. L. S. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, ano 14, v. 1, n. 23, p. 4-18, 1º sem. 2012.
política. 2ª Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia: ecoesfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

RIBEIRO; FREITAS. Agroecologia: realidades e possibilidades produtivas. In: **Agroecologia Práticas e saberes**. Org. Mendonça, Marcelo Rodrigues, 2 ed., Catalão: Gráfica modelo, 2012.

RODRIGUES, W. P. **Silvânia 2000**: plano municipal de desenvolvimento sustentável. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. 108 p.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de Cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília: v.3, n.2, p. 297-334, mai/ago. 1986.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, M. L.; PYHN, E. G; **Idade biológica, comportamento humano e renovação celular**. São Paulo: SENAC, 2003.

SILVA, L. L **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone, 2001.

_____. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v.1, n. 2, p. 24-36, dez/2000.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SOUZA, E. M. L. **Estrutura X Ação**: a participação dos produtores familiares em associações no município de Silvânia. Goiânia, 2002. 100 f. Dissertação de mestrado em Sociologia – Faculdade de Ciências Sociais, História e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.

TENÓRIO, F. G. **Administração de projetos comunitários**: uma abordagem prática, São Paulo: FGV/Ed. Loyola, 1995, 75 p.

THOMAS JUNIOR, A. **Por tras dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo - RS: UPF, 2001, 405 p.

XAVIER, O. S. **A dimensão educativa nas relações entre pesquisa agropecuária – extensão rural-agricultura familiar**: o caso do projeto Silvânia. 2000. 345 f. Tese (Doutorado). Pontífica Universidade Católica, São Paulo.

ANEXOS

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com o entrevistado 01 (TRA. 01)

J.C.: Boa tarde! Hoje nós vamos ouvir o depoimento do Sr. que foi um dos presidentes da Cooperativa e participou do processo da implantação do grupo de orgânicos no Município. Então com vocês agora.

L.S.: Então, é, pra situar um pouquinho, é, eu fiz parte da Associação dos Pequenos Produtores do Entorno de Silvânia na época do forte movimento associativista de Silvânia, fui presidente dela um certo período, depois fui secretário da central das associações na sua formação, quando formou a central de associações que coordenou todo o processo associativista em Silvânia, aí da Central de Associações foi necessário criar o braço comercial das associações da central, porque a central ela não tinha, assim, esse poder comercial; aí então, criou então, a COOPERSIL. E a COOPERSIL ela foi criada e posteriormente eu acabei exercendo o cargo de Presidente da COOPERSIL, me parece que por 6 ou 8 anos. A COOPERSIL ela trabalhava inicialmente apenas coletando leite e repassando aí pra os laticínios, o foco dela era leite, aí depois nós vimos a necessidade de ampliar esse foco, criando fábrica de ração, fábrica de sal mineral e abrimos a pequena loja de produtos agropecuários pra expandir também o fator comercial. Mediante a isso, a gente viu a necessidade também de criar alternativas dentro da pequena propriedade pra não ficar só no leite porque tinha muitas mulheres de pequenos produtores que a renda deles era muito restrita ao leite e tinha mulher que era totalmente dependente do marido, do esposo, as vezes não tinha dinheiro nem pra comprar o pano de vestir, aquele, o sonho de qualquer mulher no meio rural, aí nós resolvemos, a gente sempre tinha isso de dar a renda pra quem morava no campo. E nisso tinha um projeto de frango caipira aqui no município que nós começamos a desenvolver junto com uma turma justamente pra criar mais alternativas, aí nós temos o grupo de frango caipira da COOPERSIL, nós começamos a direcionar a cooperativa em grupos de produção, tem o grupo de leite, criamos o grupo de frango caipira, posteriormente veio o grupo de produtores de maracujá, justamente pra abrir o leque pra aquelas pessoas que não tinham uma vocação ou a propriedade dela não absorvia a produção de leite, ela tem a opção de produção e participar da renda dentro da propriedade e ela ter a sua própria renda, foi assim que a gente imaginou que a gente podia fortalecer toda a cadeia do pequeno produtor; e o grupo de produtores de frango caipira, ele começou a trabalhar e, aí veio a história de um abatedouro, que é uma outra história, mas desse meio apareceu também um cidadão pra nos ajudar que chama Hélio Mauro, que na época trabalhava numa empresa do Governo do Estado, a GDS se não to enganado, e ele veio pra nos auxiliar na produção do frango caipira, porém o Governo Federal através do MDA, ele lançou um projeto de duzentos e poucos mil reais pra expandir na área agroecológica, na área orgânica e ele acreditou que esse projeto poderia dar certo pra gente aqui na produção orgânica de frutas e verduras, porque, através duma pesquisa ele viu que essa seria uma tendência muito forte na produção orgânica, não só no Brasil mas mundial e que a gente seria possível desenvolver aqui pelo potencial social que a gente tinha de organização. Ele então, ele trouxe a ideia nós entendemos que seria uma ideia interessante, poderia agregar com o frango, produto orgânico, fortalecendo essa cadeia. Nós apresentamos o projeto, o projeto foi aprovado e a partir desse projeto aprovado, com esse valor, aí nós traçamos toda uma metodologia de implantar a produção (inaudível 5'09) aqui em Silvânia. Ele apresentou o projeto e nós questionamos muito ele e o próprio grupo questionou se, a gente entrando nesse projeto, a gente teria a comercialização do produto orgânico garantida, porque a gente já viu muito curso que veio pra Silvânia, produção de doce, produção disso, produção daquilo, ensinam a fazer muito bem, mas na hora de vender, o produtor não tem a mínima condição de vender, ele não sabe pra onde vai vender, ele não tem certificado, ele não tem registro e morre ali, nós questionamos isso com ele, muito forte, mas ele é um rapaz inteligente também. A primeira coisa que o projeto fez, foi

é trabalhar com a comercialização e ele antes de desenvolver o projeto na totalidade, ele fez um pré-contrato com o pão de açúcar pra pegar toda nossa produção orgânica se houvesse a produção de escala que eles necessitavam, a partir desse contrato o cidadão veio aqui na Cooperativa, assinou o contrato, na COOPERSIL, com a gente, aí o projeto começou a desenvolver e nós buscamos nesse projeto o que tinha de melhor no Brasil na produção orgânica que era a horta e arte de São Paulo, não sei se o Sr. conhece? Que na época tinha a frente um cidadão que chamava Mussarela e ele foi um braço importante também pra introdução de orgânico. E nesse projeto ele nos apresentou e nós contratamos uma Engenheira Agrônoma que chama Luciana, ela ficou responsável de desenvolver todo esse projeto aqui em Silvânia. E o projeto começou com cursos e mais cursos, produção de adubos orgânicos, plantio orgânico, aula de, específica de produção de vagens, de tomate, de alface semi-orgânico, tudo o que envolve uma produção orgânica, muitos cursos intensivos, depois nós fizemos uma viagem pra São Paulo, todo o grupo, dois ônibus cheio, para visitar a Horta e Arte, visitar o Pão de Açúcar em São Paulo, visitar produtores também que já produziam orgânicos em São Paulo para que o produtor pudesse ver ali como é que funcionava a coisa, se compensava ou se não. Nós voltamos pra cá, estruturamos ainda mais o projeto e, aí começamos depois disso, contratamos uma Engenheira Agrônoma também pelo projeto, em parceria talvez pela Cooperativa, não me recordo, pra auxiliar mais de perto esse grupo de produtores orgânicos, que era numa faixa de 30 a 40 produtores. Aí nós começamos a deslanchar a produção. A produção chegou, como ela era pequena, nós não tínhamos como ainda vender essa produção e mandar pra Brasília e Pão de Açúcar, aí nós tínhamos que buscar uma solução pra fazer com que essa produção fosse escoada para que o produtor não ficasse naquela situação de, aí eu produzi, a produção é pequena ainda e não vendeu, aí nós criamos umas bancas de verduras, assim, vertical com umas prateleiras e veio a ideia também da gente embandeijar né, que naquela época os mercados não embandeijavam, nós embandeijamos, criamos o primeiro selo de orgânico (inaudível 8'42) da Cooperativa que talvez, se não jogaram fora deve tá na história da Cooperativa isso e começamos a embandeijar, colocava o selinho de orgânicos, fomos nos supermercados, propusemos a ideia de colocar a banca do orgânico, colocamos uma marca nossa, aí tinha um cidadão que era o Fernando que trabalha na Cooperativa até hoje, era o encarregado de pegar esse produto, embandeijar, colocar no supermercado. E começou a vender, começou a girar (inaudível 9'10) milho, abobrinha, tudo o que era produzido. Até que a produção chegou a um ponto que já dava pra Brasília e o contrato tava feito, aí nós começamos a negociar com o Pão de Açúcar e nisso o animal que tinha uma participação ainda no projeto, que vislumbrava também até mesmo a questão financeira futuramente porque tudo isso daí ele ganha, não ia fazer isso daí de graça, ele contratou um motorista que era um cidadão chamado Bigode, muito competente, aí ele vinha aqui, buscava toda essa produção que era toda empacotada aqui na Cooperativa, o produtor trazia a produção de manhã, aí o pessoal montava nas bandeijinha, punha nas caixa e levava numa vã pra Brasília e distribuía essa produção lá. Depois ela começou a deslanchar. Mas a produção orgânica ela tem também as suas dificuldades. E nisso nós fizemos também um projeto pra conseguir um micro trator, parece uma coisa simples (inaudível 10'19) que seria importantíssimo pro grupo na época, esse micro trator, depois a Cooperativa demorou tanto tempo, o governo também demorou tanto tempo pra deslanchar isso que ele chegou atrasado, que ele seria muito bom, que imagina aí o produtor fazendo canteiro na mão né, então esse micro trator demorou demais pra chegar, faltou um pouco de interesse de algumas pessoas até que ele chegou, acho que o grupo já tava em decadência naquela época porque era necessário e a coisa começou a girar Pão de Açúcar maxixe a 8 reais o kg, quiabo a 8 reais o kg é um preço extremamente bom, vantajoso pro produtor, muito interessante. Porém a Engenheira inicialmente, ela saiu e outras pessoas também passaram pela direção da cooperativa e começaram ver assim que o orgânico era bom porém dava muito trabalho porque ele necessita de material humano competente para buscar alternativas não é simplesmente um trieiro a seguir

ele tem que achar buscar comércio quando ele é necessário, ele tem que achar soluções produtor do campo tem dessa pessoa que que trabalha isso junto com o grupo com produtor. Começaram a arrumar empecilhos também, tipo assim, por exemplo, no Pão de Açúcar Às vezes você tem que dar uma gratificação para o repositor de mercadoria para que ele possa colocar sua mercadoria à vista então criar, começar achar, então esse valor está indo pra que, pra quem que é, tem que documentar isso, são pequenos detalhes assim que, ah o caminhão da cooperativa. Depois a gente continuou trabalhando muito forte com esse grupo, a gente conseguiu um caminhão para transportar orgânicos em vez de pagar frete, conseguiu uma câmara fria, conseguiu equipamento pra embalar, tudo através de projetos e muita luta em busca de alternativas para tentar resolver aquele problema. Eu já tinha saído da Cooperativa também, outras pessoas entraram na Cooperativa, lógico com outros ideais também e com essas dificuldades que foram encontrando e demorada, a Falta de rapidez nas decisões para enxergar o problema e tentar mudar isso, o produtor foi produzindo, a cooperativa teve dificuldade para comercializar e nisso foi enchendo a cooperativa produtores, o produtor via o produto dele se perdendo sem comercializar, uma, duas, três, quatro, cinco, dez vezes produto sendo jogado fora, e agora a gente sabe o tanto que é trabalhoso, aí o produtor é lógico que ele também, ele vai, a gente tinha que ser diferente. Alguns produtores também talvez faltaram o compromisso com a sequência de plantio ou talvez faltou também a orientação do produtor ou até mesmo daquilo que eu falei, de ter facilitado essa mão de obra pro produtor com relação ao micro trator, pra quem tá na roça sabe o tanto que ele é importante na propriedade e outras coisa mais. O povo foi entrando em decadência e começou a ter um atrito, pelo menos eu vi assim, entre o grupo de orgânicos e a direção da cooperativa, porque o grupo de orgânicos passou a ser um problema porque demandava ações rápidas de resolutividade para buscar soluções principalmente de venda e ela não foi aparecendo, aí começou a ter atrito, aí pensaram em formar uma associação dos orgânicos para sair da cooperativa que na minha opinião foi um erro também não tem necessidade disso, tinha que resolver o problema internamente e o grupo foi indo né, trabalhando. E chegou num ponto que a Cooperativa praticamente parou, ela não quis mais trabalhar com orgânico e também não tinha produção aí o grupo acabou enfraquecendo. O que sobrou disso é que alguns produtos que participaram desse movimento aí dos orgânicos, eles criaram raízes agroecológicas de entendimento, assim, com menos (inaudível 14'58), menos inseticidas, menos defensivos agrícolas, uma noção mais de consciência do cuidado da natureza, mas a produção em si mesmo hoje aqui é muito fragilizada, eu mesmo continuo produzindo meu maracujá, não de maneira orgânica, mas de uma maneira agroecológica, faço polpa de fruta disso e de outros produtos também continuo com a minha noção que eu adquiri, mas nessa parte de vendas ela houve um enfraquecimento muito grande, alguns produtores persistem nisso daí e eu acho que até dá uma renda pra quem continua persistindo, mas faltou esse aspecto na cooperativa, acho que a cooperativa focou naquilo que talvez dá mais lucratividade pra ela hoje, talvez, num sei se isso é correto ou se é o errado, mas ela foi feita de pequenos produtores pra arrumar soluções pra eles né?, pra quem não tem um caminho aberto aí pra melhorar a sua renda, então a loja era um fator muito bom, compra, vende, a fábrica de ração também a mesma coisa e o leite pega, entrega e tira uma porcentagem dele, é assim que funciona. Então a questão do orgânico aqui, eu vejo que, foi mais ou menos essa visão que eu tenho da história.

J.C.

L.S.: Olha é o seguinte, o Governo ele, através do MDA (16'42) ele facilitou o projeto inicial (inaudível 16'54) muito bem os projetos que eram apresentados posteriormente ao projeto inicial que seria um caminhão pra transporte de câmara fria, equipamentos pra embalar, o (inaudível 17') né?, ele enxergou isso, (inaudível 17'03) através do Governo. Talvez a burocracia do Governo que atrapalhou um pouco, que também fez parte do (inaudível 17'10) foi a questão que eu achei que era muito importante seria o microtrator e outras coisas que vem

depois, equipamentos de irrigação também através do Governo, é, foi burocrático, foi demorado um pouco, porque a licitação, e a licitação (inaudível 17'27) de repente coloca um, colocou um trator, microtrator, aí aparecem várias marcas e tem marca que não é boa também, entendeu?, inclusive o que foi adquirido foi uma marca que na minha opinião não é uma marca boa, não é uma marca confiável por aí, o microtrator pode ser que da mais problemas, mas essa burocracia aí atrapalhou um pouco. Mas eu não vejo problema do Governo não, eu acho que os próprios produtores mesmos que tinha que achar alternativas com suas entidades, resolverem. O grande detalhe que eu vejo nisso é porque cada dirigente ele tem uma motivação, ele enxerga de uma maneira diferente, entende?, então se o dirigente ele não tiver motivação pra ver isso de uma maneira positiva, ele passa a não enxergar e de repente isso fica de lado e as outras prioridades que avançam, eu vejo assim.

J.C:

L.S.: Esse programa de aquisição de alimentos, talvez nós fomos os primeiros a implantar aqui, inclusive na época eu chamei um companheiro pra nos auxiliar na cooperativa justamente só pra trabalhar com esse programa de aquisição de alimentos. Esse programa é espetacular, do Governo, esse programa ele, o que que ele faz esse programa?, ele ajuda a absorver de repente um excesso de produção num grupo como esse, ele ajuda a absorver produtos que de repente se perdiam na propriedade, né?, eu nem to falando só do orgânico, to falando até em outros produtos também, ele aumenta a renda do produtor e melhora também a alimentação pra onde ele vai. É um programa importantíssimo de aquisição de alimentos (inaudível 19'21).

J.C.:

L.S.: Esse PNAE eu trabalhei pouco com ele, não posso opinar sobre ele não.

J.C.:

L.S.: Esse PAA mais ou menos ele funciona o seguinte, existe uma demanda, um certo valor determinado, que o programa determina pro município, né?, aí é feito um levantamento nas escolas daquilo que é necessário, hospital, creche esse tipo de coisa, aí é feito um contrato, tipo um contrato com o produtor, com aqueles produtores que vão produzir, orgânico tem 30% a mais, se não estou enganado, é um bônus, e é feito isso naquilo que entrega, certo?, o produtor entrega a quota dele num certo período, tem alguns ajustes nisso daí, porque as vezes o produtor fala que vai plantar abóboras, aí tem que ajustar esse detalhe também, a produção de abobora dele é frustrada, então ele tem que dar essa abertura pra colocar outro produto aí, pra substituir isso aí pra num dar problema nem pro produtor nem pra escola, porque a produção rural, principalmente nessa área aí, ela tem os seus altos e baixos.

J.C:

L.S.: É uma quota específica pra cada produtor, é um valor específico pra cada produtor, hoje lá, a Lara deve saber disso mais do que eu, acho que é R\$ 8.000,00. Aí o produtor vai entregando o produto vai anotando e eles vão pagando por etapa e o produtor vai recebendo, as vezes demora um pouco mas sempre recebe, quando a coisa é feita da maneira correta, pelo menos na minha época recebia normal.

J.C:

L.S.: Em nível Brasil acho que o município e os produtores tiverem organizados, eu acho que é uma tendência muito boa de produção porque, se a gente imaginar assim, igual produção de feijão, eles batem no mínimo umas 10 bombadas de agrotóxico durante todo o plantio, você vai comer isso daí, aí na produção agroecológica, orgânica de repente o produtor não bate nenhuma, a mesma coisa uma polpa de fruta, de repente você pode ter uma polpa de fruta sem a possibilidade de ter agrotóxico nela (inaudível 22'35) então em questão do Brasil acho que quanto mais consciente e a melhora do poder aquisitivo da comunidade, ele vai optar pelo orgânico e o poder aquisitivo a tendência é melhorar, né?, pelo menos eu acredito assim. Agora em termos de Silvânia, tem que uma liderança que enxerga isso novamente e uma liderança competente porque ela tem que ter o braço, ela tem que ter a visão de ter alguém pra auxiliar o

produtor, resolver os problemas dele na área de irrigação, na área de plantio, porque o produtor tem muitas dificuldades nisso, na área de irrigação, montar sua irrigação da maneira correta pra organizar (inaudível 23'19) viabilizar ali o lucro produtivo e tem que ter alguém, um cidadão forte também pra enxergar a área comercial. Na verdade o grande entrave da produção (inaudível 23'29) é o seguinte, primeiro ele tem que organizar a área comercial dele, ele tem que vender o produto dele, se ele vender o produto dele ele vai produzir mais e mais porque ele sabe que vai ser bom, então esse é o fator, tem que vender, é igual uma loja de produto agropecuário, ela tem que vender lá, não pode ficar parada ou a produção do produtor tem que ter alguém de nível pra vender, pra buscar alternativa, pra criar, fazer um trabalho de marketing e a cooperativa na época fez um trabalho de marketing e é por isso aqui que o pessoal começou a adquirir muito orgânico, o trabalho na rádio foi forte, crio o (inaudível 23'59) montou a feira tudo organizadinho, entendeu?, em parceria com o sindicato dos trabalhadores forneceram as camisetas, cada produtor pagou sua barraca, as tendinhas todas de verde, criou toda uma expectativa, a feira toda quarta-feira, a partir das cinco horas, propaganda e isso daí foi ajudando, tem que ter essa visão se não tiver essa visão, vai morrendo, morrendo, morrendo e morre. Eu vejo assim.

J.C:

L.S.: Justamente, aí tem que ter pessoa competente pra isso.

J.C:

L.S.: O senhor tá certo nisso daí, inclusive teve um produtor aqui em Silvânia que começou a fazer carreira solo, entendeu?, tendo lucro e começou a fazer carreira solo dentro do próprio lucro. Eu acho que enquanto o grupo existia, acho que não foi uma alternativa interessante, eu acho que tinha que permanecer com o grupo, fornecer e ter organização, porque não é todo produtor, que a coisa funciona é o seguinte, o raciocínio que o senhor fez é correto, porque não é todo produtor que tem o tempo e tem habilidade de produzir, vincar, empacotar e (inaudível 26').

J.C.:

L.S: Justamente, então a cooperativa que é o braço comercial, ela tem que fazer esse trabalho de comercialização, o produtor produz de lá, (inaudível 26'12) o produtor produz lá, pega a produção e traz pro centro de embalagem aqui em Silvânia, onde tem câmara fria, embalador e a equipe pra preparar, limpar o produto caso necessário, embalar, colocar marca e deixar pronto pra comercializar, o cara pega o produto e leva para o ponto de venda, é essa que é a, na minha opinião, é o que tem que ser feito, aí a coisa deslança, feito da maneira correta, eu acho que é um excelente negócio e abre renda pra mulher, pro homem, pra várias pessoas.

J.C:

L.S: Também, porque dá dinheiro esse negócio, dá dinheiro quiabo, maxixe a oito reais o kg, entendeu?, aí vem jiló, tomate, rabanete e tal, só que aí tem que ser produto de qualidade, né?, aí essa comercialização tem que ser tão forte, tão eficiente, entendeu?, porque o que acontece, de repente você monta pro Pão de Açúcar, a exigência é uma, mas de repente tem um produto de segunda ali e cê tem que preparar ele e fazer com que ele saia também, cê tem que montar uma estratégia de venda pra ele, cê tem que fazer com que esse produto de segunda, ele saia nem que seja a dois, três reais, porque pra quem mora no meio rural, se o produtor de repente desse produto que sobrou, receber cem reais, dá dois dias de peão na fazenda, cê entendeu?, dois dias de peão meu amigo, dá pra fazer muita coisa lá, cara dá pra fazer canteiro, capinar, limpar, roçar e ajuda é muito o produtor lá, um dia de serviço se sobrar sessenta reais pra vender esse produto de segunda lá, sobrar sessenta reais dá um dia de peão, já é um avanço muito grande pro cara, então essa parte ela tem que ter pessoas eficientes e competentes.

J.C:

L.S: Eu acho que essa parte aí, ela é bastante democrática mesmo e um fator importante da entidade que coordena isso, ela tem que ver alguns aspectos, porque o produtor tem

dificuldade de organizar essa parte da produção dele lá, de irrigação, de ferramentas pra facilitar o serviço porque jovem nenhum também quer ficar o dia inteiro lá puxando enxadão não, entendeu?, uma enxada, tem que ser uma coisa que ele faz, né?, de maneira prática e a coisa desenvolva pra obter o resultado lá na frente, então tem essa visão aí. Onde é que tá a dificuldade do produtor lá? Por isso que eu falei do microtrator, é uma coisa simples, é, mas ajuda e quanto mais tiver, melhor, o trator tá ali na hora pra ele fazer a coisa dele, aí vem uma irrigação bem montada, qual aspersor comprar corretamente, o produtor é leigo nisso, entendeu?, aí tem que ter pessoas pra orientar, aqui você vai colocar uma tubulação tal, aspersor tal, montar desse jeito assim assim e tal, facilitando pra ele, pra ele não ir dando murro em ponta de faca.

J.C:

L.S: Eu acho que, é uma técnica na verdade, ela cobrava mais, ficava mais em cima, era entusiasmada com o projeto, inclusive ela chegou a fazer parte também como produtora, entusiasmada e tem essa outra parte também do lado que depois foi tirado, que é a parte de quem tá na ponta da comercialização, o cara da ponta da comercialização tem que ser um cara esperto, um cara que corre atrás, se não deu certo aqui, ele busca ali, pra coisa não perder o produto, então esse da produção aí..

J.C:

L.S: Que era o Hélio através do motorista chamado Bigode, ele que fazia as entregas, ele que ia no supermercado, entendeu?, dava um dinheirinho pro cara fazer a reposição, na época era cinquenta reais, então são esses pequenos detalhes aí que faz a cadeia aqui embaixo rodar, então são esses pequenos detalhes e também na eficiência na prestação de contas para o produtor, que também foi uma falha, o que que é essa eficiência? De repente o produtor que entregava, vamos colocar aqui setenta quilos de quiabo, certo?, mandava tantos quilos, cinquenta pra venda, e os vinte?, entendeu?, aí o produtor começava a questionar isso, e os vinte, onde tá e tal, aí esse tipo de coisa também é um fator importante pra não gerar a dúvida, pode até jogar fora, mas tem que tá numa planilha, oh esse daqui não prestou ou é o cabim do quiabo, então tá aqui oh, foi setenta Pão de Açúcar, dos setenta cinquenta foram, vinte aqui foi descartado e isso tem que ser bem explicado também porque é aquele caso da transparência, né?, que é importante.

J.C:

L.S: Então, não, no Pão de Açúcar não, aqui no comércio local quando montou as prateleirinhas isso tinha, mas o que eu tô falando mais é no produto que chega pra ser embalado, entendeu?, as vezes o produtor traz uma quantidade de cinquenta quilos de rabanete, embala quarenta, as vezes dez ele tem uma perda qualquer, então é bom aí, isso é um fator importante pro grupo desenvolver bem, essa planilha de prestação de contas, pra evitar dúvidas né.

J.C:

L.S: É vai juntando porque perdia muito, entendeu?, no final começou a perder muito.

J.C:

L.S: Não, daqui pra lá. Porque a exigência do Pão de Açúcar é forte, pensava que de repente não tava dando certo e como a produção aqui foi tendo problema também, faltou auxílio na base lá pro produtor, pra produzir. Então foi as duas coisas. O produtor também ele faltou alguém competente pra ajudar ele na sequência de produção, entende?, faltou alguém porque quem dava assistência foi substituída e a pessoa não tinha a mesma eficiência, aí meu amigo, se não tiver isso daí, uma planilha de produção, você vai plantar aqui rabanete hoje, semana que vem você vai plantar de novo e tal, se não tiver essa orientação aí pra ele, ele se perde, aí começa a faltar produção tbm, então essa pessoa tbm ela é importante.

J.C:

L.S: Justamente e tem que ser um profissional que, existe vários tipos de profissionais, né?, aquele profissional que faz acontecer, entendeu?, e aquele profissional que não faz acontecer, visita e tal, tá tudo bem, então tem esse detalhe aí. Aí cabe à liderança da entidade

perceber isso e ir trocando, entendeu?, oh tá dando esse problema aqui, vamos trocar imediatamente, senão vai furar lá na frente.

J.C: Ok, muito obrigado!

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com o entrevistado 02, produtor (TRA. 02)

A: Então, isso aqui é a área que eu trabalho é uma hectare e meia, a gente trabalha, eu trabalho aqui nesse período da seca, eu trabalho com os canteiros aí molho por micro-aspersor e também por gotejo e essa área no momento é uma área que já era certificada já alguns anos, aí no momento tá em processo certificação e estou trabalhando no momento uma parceria aí com o movimento camponês o MCP que tem apoiado dado um apoio aí, esse movimento tem a parceria com a Embrapa que também tá me acompanhando aqui dando um apoio pra gente e assim, então a gente tá, vai tocando aí vai, a gente procura trabalhar os plantios fazer, não plantar a mesma coisa muitas vezes sempre fazendo uma rotação de Cultura, as vezes meio na, meio que sem técnica, meio que na ideia da gente mesmo, mas assim sempre, sempre fazendo a rotação de Cultura e a gente procura tá fazendo roçada, a gente não deixa a terra descoberta a gente está sempre procurando manter a terra ou com o plantio ou a que não tá plantada com uma palhada pra tá ajudando no melhoramento do solo.

J.C:

A: Assoreamento, né? para tá segurando a água sem da erosão, né?, a gente procura trabalhar para evitar isso também. Em relação ao acompanhamento que eu tenho o apoio do MCP tem um Tobata que é do MCP que está aqui comigo por um tempo aí a gente tá, tá me ajudando também no preparo do solo.

J.C:

A: O conjunto de irrigação foi de um projeto aí da cooperativa que já tá um bom tempo comigo aí, certo?, que também vem sendo trabalhado ao longo dos anos essas Mangueiras de gotejo tudo foi desse projeto aí desse recurso que a cooperativa conseguiu para a gente na época.

J.C:

A: Então, a gente antes, a gente plantava, a gente comprava semente e fazia as mudas aqui mesmo, semeava e agora no momento eu tô tendo esse apoio aí, essa parceria da Embrapa, o que eu tenho plantado hoje de muda a Embrapa tem me fornecido essas mudas, uma cebola por exemplo lá foi, a gente fez a semeadura da semente aqui mesmo e agora já foi feito o transplante das mudas.

J.C:

A: A semente a Embrapa trouxe para a gente, agora eu num entrei nesse detalhe se a semente é certificada ou não, até porque a gente, a questão da semente aqui é permitido a gente comprar a semente, né?, porque tem dificuldade de ter a semente mesmo certificada, né?.

J.C:

A: Lembrando que, uma coisa aqui que não acontece aqui dentro da área da propriedade também é queimada, isso a gente não faz de forma nenhuma, a gente é inimigo de queimadas.

J.C:

A: A gente procura fazer, tem algumas caldas que a gente usa para inibir e acaba que a formiga tem as dificuldades, né?, porque às vezes a gente é mesmo pela questão de inibir ela, porque matar não mata, né?, também controla né?, e a gente pulveriza com os preparados que a gente tem também para tá inibindo, controlar os insetos né?, e de repente algum produto que é permitido no orgânico e que a gente compra também né?, pra tá ajudando na hora dos ataques mais fortes, mas tudo produto que é permitido, secante nem pensar né?, isso a gente não usa aqui, nem lá no quintal a gente num usa.

J.C:

A: E as vezes eles querem quantidades de coisinhas tão pequenas que não compensa o produtor deslocar daqui pra levar também né?, também acontece isso.

J.C:

A: Eu também assim, é porque a gente trabalhou mais foi com PAA, houve um começo aí do PNAE, mas aí assim, até desistiram por causa disso, porque as vezes era tão pouquinho coisa de várias variedades, assim, mas tudo muito pouquinho, não compensa o produtor sair daqui pra levar aquilo lá, o tempo que ele gasta de transporte, não compensa, mas isso foi só no início assim. Aí o que funcionou aqui assim um tempo e que foi bom e que ainda mantém a gente até hoje foi o PAA né .

J.C:

A: Tá parado também, inclusive eu to, um pouco de plantio que eu tenho aí é porque foi feito um projeto aí agora, a Cooperativa fez lá mas tá aguardando o, segundo eles é liberação de recursos que o Governo cortou né?, era pra gente tá entregando, inclusive eu tenho mandioca aí que eu tava entregando e que ficou parado muito tempo e aí agora houve essa, eles refizeram o projeto lá e gente tá com esperança, inclusive o que eu to plantando aí eu to acreditando que vai dar certo, mas não é uma coisa garantida também.

J.C:

A: As Associações elas foram, praticamente tudo, assim, as vezes ainda existe no papel mas na prática não tem Associação, assim, algumas muito pouquinho, a minoria, deve ter umas três, quatro aí, que às vezes ainda funciona o pessoal as vezes ainda reúne, ainda busca alguma coisa, mas o restante delas foram dispersando, não tem mais Associação organizada, as vezes lá no papel sim, mas movimentando não. Aí houve a, dessas associações criou a Central, aí com essa mudança ainda das associações que muita gente que era associado e que de repente foram surgindo outras oportunidades, tipo assim, emprego, foi aparecendo emprego nas fazendas muitos foram empregados, na nossa mesmo aqui aconteceu muito isso, aí as pessoas, apareceu emprego nas fazendas, aí as pessoas foi indo pras fazendas e aí as Associações foram dando pra trás, deixou de movimentar, aí criou uma, já tinha a Central que também em virtude dessa paralisada nas Associações ela foi ficando, veio a cooperativa pra trabalhar com o leite, inclusive o carro-chefe dela é leite até hoje, então a Cooperativa assim ela até assim, tá num patamar bom, assim até, mas o restante Central e as Associações tá (fez gesto com as mão indicando fim).

J.C:

A: Porque lá o terreno é da Central, tem a Central até hoje, mas assim, acaba que como o público praticamente era o mesmo né?, às vezes com umas poucas exceções aí, mas aí foi tudo pra cooperativa sabe?, aí então funciona cooperativa lá o espaço, o prédio é da Central, a cooperativa paga o aluguel para central onde a central vai investir lá né?, vai melhorando através desse aluguel e as cooperativas que.

J.C:

A: Então, a destinação desse dinheiro tá mais em melhoramento lá mesmo do espaço, do prédio que vem melhorando, que lá era bem, no princípio era muito diferente de hoje, hoje já melhorou, então ela vem investindo, esse recurso ela vem investindo lá mesmo no espaço lá.

J.C:

A: Assim um pouco né?, mas coisa muito pouca né?, (inaudível 6'55 áudio005) ela foca mais é o leite né?

J.C:

A: É a soja né, que também hoje trabalha com a soja, aí como a gente né?, que tá no, como diz o outro, é pequeno e mexe com as outras coisa, a gente sabe que o benefício que a gente tinha lá da Cooperativa era muito pouco né?

J.C:

A: Então, assim, o que eu lembro é que houve uma reunião numa Associação vizinha aqui e a gente foi e aí houve esse pessoal que passou pra gente a questão do orgânico como era sem veneno, essas coisas tudo, então o pessoal foi empolgando e por aí começou né?, foi aonde a gente foi reunindo, conversando, muitas reuniões aí.

J.C:

A: Não tenho mais lembrança, mas foram muitas reuniões aí que a gente fez sabe?, mais de dez com certeza, umas 20 pra mais reuniões aí que a gente foi, até a gente decidir que ia encarar o projeto, digamos assim né?, até então antes não tinha muita, aqui na região não tinha muita gente que trabalhava com hortaliças assim não sabe?, uns já plantavam, tipo assim, para consumo mesmo, às vezes um pouquinho a mais de milho, vendia um milhozim verde, assim, uma mandioca, uma coisa assim, mas mais era pra consumo mesmo, aí foi aonde houve esse interesse de plantar para comercializar mesmo para ajudar na, como se diz, na renda da gente né?, aí teve um período que funcionou, né?, que funcionou bem.

J.C:

A: Cursos, muitos curso, nós tivemos muito curso, teve esses projetos aí que gerou esses recursos que conseguiram esses recursos aí pra esses cursos, veio muita gente de São Paulo aí, do interior de São Paulo, tivemos muito curso com pessoas que vieram de lá, pessoas assim, muito capacitada né?, e aí o pessoal foi motivando mesmo né?, foi interessando e aí teve um período que a gente conseguiu ter uma, a gente entregava pra Brasília né?, teve uma época entregando produto pra Brasília, teve uma época até que boa.

J.C:

A: Foi um deles né?, eu acho que tem mais algumas coisinhas que foi ajudando depois né?, porque tipo assim quando, eu lembro bem que quando a gente entregava lá pro Pão de Açúcar, foi indo muita gente achava assim que o custo ficava alto, o transporte daqui pra lá e mais aquela questão de royalty que pagava lá, normalmente era de 40 dias a mais pra gente receber.

J.C:

A: Aí a gente ia receber era de 40 dias para frente, as vezes até 60 dias que a gente recebia. E aí muitos achava que, foi achando que, o lucro tava pequeno e que demorava muito a receber. Foi criado aqui lá na porta da cooperativa uma feira.

J.C:

A: Pois é, então aí, essa feira quando começou tinha muito produto, ela até foi uma feira que chegou a ficar, assim, cresceu, eu até vendia muito produto lá, aí o que que acontece foi um dos fatores também que, por que a feira foi criada pra, tipo assim, aqueles produtos que num, que num tinha um bom padrão para ir para o Pão de Açúcar, era para ser consumida nessa feira, mas como a feira, o recebimento ali na hora né?, lá a grana entra na hora, muitos foram preferindo a feira e foi diminuindo a produção pro Pão de Açúcar. E aí chegou o ponto que já não compensava mais essa, essa entrega lá no Pão de Açúcar com tanto custo e pouca mercadoria, pouco produto pra ir pra lá.

J.C:

A: Aí então eu acho que, outra coisa também, que que eu acredito que foi um motivo pra essa coisa despencar também porque a gente tinha uma agrônoma aí e ela era produtora também ela acompanhou a gente para quando a gente foi pra São Paulo nas visitas lá e ela e ela era contratada pela cooperativa e ela fazia um trabalho muito bom com a gente porque além dela ser uma agrônoma ela era produtora também e ela tinha uma experiência grande, muito interesse. Aí de repente ela, como ela tinha, ela casou e ela tinha um terreno, a área deles era grande, o marido já interessou foi pra plantar soja né?, eles tinha área boa para isso e ela no início que quando eles um pouco tempo de casado eles entregava muito produto lá só que muita mão-de-obra e ele trabalhando muito lá ele preferiu, não vamo partir para soja e aí ela saiu foi outro motivo que.

J.C:

A: Ela saiu de tudo, dos dois, deixou tudo para ir trabalhar lá no plantio de soja.

J.C:

A: É e o Jovane também, teve um período aí que ele era técnico agrícola, ele também acompanhava a gente aí.

J.C:

A: Ah com certeza influenciou.

J.C:

A: Então, naquela época é igual, esterco naquela época era fácil da gente conseguir nas propriedades, cada um, cada um recolhia o esterco que tinha na propriedade, conseguia com os vizinhos nas fazendas né

J.C:

A: É no estrume da vaca e aí esses outros, tipo assim, os outros preparados assim, fazia também, mas um complemento assim, e como muita dificuldade também aí queria os produto né, pra fazer esse preparado sempre tinha muita dificuldades, que as vezes é, a demanda pequena, a cooperativa às vezes num interessava adquirir aquele produto as vezes pra ficar com ele um tempo aí pra preparado, então a gente teve muita dificuldade nessa, nesse sentido aí também.

J.C:

A: Eu não tô bem lembrado se foi esse recurso do MDA, não tô lembrado se é um que adquiriu um caminhão, a câmara fria.

J.C:

A: Esse outro então que cê tá colocando, assim, eu sou meio, a gente as vezes não lembra direito como funcionava, até porque a gente ficava mais aqui na propriedade mesmo mas eu acho que quem administrou esse recurso ou foi a cooperativa a Coopersil ou a Central, porque na época a cooperativa ainda era nova, ainda tinha, a Central ainda tava mais forte também, então foi entre a Central e a Cooperativa, então eu acredito que foi a Cooperativa mesmo, porque parece que foi na época do Luciano.

J.C:

A: Foi exatamente isso, a gente entendia que precisava ter algo mais, um reforço mais assim, a cooperativa apoiava no que podia, mas não tava sendo o suficiente, a gente acreditou que se formasse uma associação, é, acrescentava algo mais, fortalecia e a gente podia de repente ir caminhando com as próprias pernas deixando né?, a cooperativa só mesmo pra aquilo que fosse, tipo assim, a comercialização né?

J.C:

A: Ela ta com 11 inscritos.

J.C:

A: Não, nós não temos certificação, estamos há um bom tempo sem certificação. Inclusive os últimos, as últimas produção nossa, nós entregamos produto orgânico como convencional pro PAA porque nós não tinha, não tava certificado, então assim, nós não temos certificado hoje, temos essa associação aí também que tá bem disperso, bem desmotivado e eu não sei nem como é que tá direito, tá com um bom tempo que eu não reúno, não sei como é que tá cada um, acho que tem muitos que não tá plantando nada, outros plantam um pouquinho lá mesmo só pro consumo as vezes um pouquinho mais ainda acreditando que de repente volta a funcionar o PAA e ele. Eu por exemplo eu to plantando aqui e eu, é mais porque a gente gosta do processo, sabe?, apesar de ser difícil de ser muito sofrido, mas a gente gosta, então, mas assim é, a gente planta com uma incerteza danada, a gente não sabe se vai ter como comercializar ou se não né?

J.C:

A: Assim, é feito um levantamento de uma pesquisa de preços no mercado e em cima dessa pesquisa eles fazem o valor que paga pro produtor né?

J.C:

A: Sim, eu acho que é um preço que compensa, é um preço bom, porque assim, até, igual na maioria a gente entrega o produto in natura, então assim, bruto lá né?, então assim, é um preço que satisfaz a gente sim, um preço justo.

J.C:

A: Tem alimentação sim, tem essa alimentação, a gente, quando faz lá, a gente tem uma conversa pra ver o que que gente quer entregar né?

J.C:

A: Mesmo assim as vezes ainda acontece de a pessoa as vezes ele planta um pouco mais e as vezes depois ele fica querendo entregar aquele fora da quantidade que foi prevista pra entregar, tem isso tudo.

J.C:

A: Uai, o tempo passa tão rápido que eu não sei falar precisamente, mas já tem, parece que é dois anos que a gente não ta entregando.

J.C:

A: Não, num to lembrado, eu teria que dar uma olhada né?

J.C:

A: É, ela tem essas informações lá, que a gente, tipo assim, os recibos que eles entregam, a gente vai guardando aí né?, o difícil é achar, assim, né?, teria que ter um tempo pra gente e ela tem essas coisas lá, arquivado lá.

J.C:

A: O próprio produtor também, igual aqui, uma coisa que eu observo isso, é porque assim, é o orgânico ele dá muita mão de obra e mais as pessoas já com uma certa idade, tem muitos aí que já aposentou e, tipo assim, faz parte da associação mas já aposentou e ele já num guenta o trabalho pesado mais e num encontra mais mão de obra no meio rural, cê num consegue arrumar pessoas pra te ajudar né?, mesmo que cê tiver o dinheiro, cê precisa de, pra pagar uma pessoa cê num encontra essa pessoa fácil é, então muitos também desanimou, foi desistindo por causa disso também, já num ta tendo condição, num ranja pessoa pra trabalhar, porque os novo num ta no, igual hoje nas pequenas propriedades aí, assim, é os dono mesmo que toca ali, pras pessoa nova se fala que é um mais pesado assim, num vai, ta tudo mais, né?, o povo já vai desacostumando desse serviço mais pesado né?, então esse também é um motivo que. Outras pessoas tava fazendo parte do processo mas a prioridade dele também num era, tipo assim, o plantio de hortaliça nada, as vezes já mexia com um gadim lá, entregava um leitim também, então tem um, disso tudo facilita pra coisa num funcionar, sabe?, as vezes, tipo assim, a cooperativa tinha que fazer um planejamento de plantio pra ela ter uma certeza do mercado, pra ela entregar o produto, as vezes o produtor não obedecia esse planejamento e a cooperativa ficava ali sem ter como buscar o mercado porque ela não tinha certeza do produto pra entregar, então assim uma série de coisas que foi contribuindo pra coisa não dar certo né?. Eu mesmo to encarando, o que eu planto é dentro do que eu aprendi mesmo do orgânico, seja pra mim ter que vender ele pra, de convencional, mas eu to aí pelo processo, porque eu acho bão, eu quero dessa forma, se for pra mim começar trabalhar e ter que virar pro lado do veneno eu prefiro fazer um pasto aí, mexer com uns bizerrim, umas coisa assim, umas vaquinha, do que encarar isso aí com veneno, porque eu num tenho animo pra mexer com isso, com esses, no sistema convencional não, sabe?, então, as vezes eu chego a pensar assim, ah eu tenho que ver se eu chego no ponto que eu caminho com as próprias pernas meio individual, porque essa coisa de associação e grupo as vezes é muito cansativo porque muitas, cada um tem uma cabeça, cê, uma coisa que, as vezes parece que vai funcionar, mas em virtude de opiniões que não bate, a coisa não anda também, sabe?, mas é um ponto que deixa gente numa situação difícil igual é a certificadora né, porque a certificado mesmo se tiver um grupo já é um custo alto, se for individual aí lascou mesmo né?

J.C:

A: E a certificadora é 1 ano só, certifica pra 1 ano só, cê num vê esse período de 1 ano, cê num vê o ano passar, cê começa trabalhar aqui, quando é fé, cê já tem que pagar pra certificadora de novo, o tempo ta corrido demais, as vezes cê planta, tem coisa que cê planta aí que é uma colheita né, duas, então, cê já tá chegando aí pra cê ter que certificar de novo, e aí se cê, aí venceu a certificação, cê já não pode entregar o produto como orgânico.

J.C:

A: Eu acho que seria uma coisa mais viável mesmo pra gente baratear.

J.C:

A: Entao, a gente achou que é essas questões, que ela seria menos rígida né, assim, uma coisa mais fácil pra gente, eu acho que foi levantado os custos também, ficava mais em conta, só que a gente ta com um tempo aí que a gente forneceu documentação pra essa certificação e ela num caminha também, ta parado, na verdade faz tempo que eu num procuro a Lara lá, num sei porque que isso num ta encaminhado, inclusive a análise de água eu corri atrás aí, eu fui na casa das pessoas pra fazer essa coleta e levei, mas assim, a coisa não ta andando, num sei se é lá mesmo na cooperativa, se, o que que tem que, a gente já era pra ta com esse certificado em mãos há muito tempo, num sei se tem alguma coisa amarrada entre produtor também que, porque a Lara que ta fazendo isso lá né?

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 03 (TRA. 03)

L.T: Sou, é, eu autorizo o uso dessa gravação. Eu, eu trabalhei, comecei a trabalhar aqui no projeto de orgânico da Cooperativa no ano de 2006, eu era responsável pela Assistência Técnica, né, então era o início, entrei junto com a equipe da Horta e Arte, é que tinha um projeto, um recurso do MDA, que bancou tanto a minha contratação como também o trabalho realizado com o grupo de orgânico da COOPERSIL. É, no início, a gente, eu fui responsável de, de tá fazendo todo o diagnóstico das propriedades, nós iniciamos com 78 propriedades e nesse tempo nós fizemos várias oficinas né, de formação de hortaliças, eram oficinas bem interessantes porque eram práticas, né, tinha a parte teórica, mas a prática, ela era muito forte, sempre a gente fazia dia de campo, e aí a gente teve participação até de pessoas fora da, do nosso Município, vieram de vários Municípios, então foi assim um recurso muito bem aplicado, e, e, e já nessa formação a gente incentivou que os produtores já definissem uma área, eles passaram já, definiram, era na época 78 então que se identificaram e a gente foi fazer essa parte da certificação do IBD, é, e nós orientamos como teria que, que tinha que melhorar o, as terras, porque era tudo mais pastagem né, e aí a gente foi fazer fosfatagem, calagem, melhorar até pra fazer a adubação verde, então muitos produtores plantaram e aí os cursos vindo junto, e nós junto com a Horta e Arte eles nos incentivaram a produzir pra gente tá comercializando lá em São Paulo e, e nós conseguimos mandar a produção pra lá, nós mandamos, assim, mandamos uns dois, três caminhões pra lá, só que a gente teve dificuldade nesse meio tempo porque eles faliram e não pagaram a gente, a gente passou muitos meses sem receber, a COPERSIL pra não deixar o grupo em dificuldade, até mesmo né, acabar o trabalho, a COPERSIL ela pagou o custo, pelo menos pagou o custo do produtor né, e isso foi interessante nesse momento, aí nós passamos pro pão de açúcar, só que a gente não tinha a qualidade que eles exigiam né, na, pra fazer as embalagens, e a seleção, assim, tava, é, fazendo bastante descarte de produtos né, e começamos também a vender nos nossos supermercados aqui na, na, em Silvânia, nós fazíamos assim uns estande e embalávamos e punha lá pra vender só que os supermercados começaram a cobrar mais de 30% de nós, aí o que não conseguia vender a gente ficava com esse descarte, então acabou que os produtores eles não tavam assim bem transparentes e eles mandavam um volume alto e no final eles não recebiam tudo devido mesmo a qualidade e né?, e até no processo também de transporte, momentos que a gente fazia até um compromisso, o pão de açúcar ele exigia a quantidade que queria, não eu quero 300 bandejas de tomate, a gente, no momento a gente não era capaz de produzir a quantidade que eles queriam, depois vinha um excedente de tomate, na outra vez já tinha muito tomate e aí a gente tinha dificuldade, houve algumas prejuízos aí pro produtor né, e aí é nós pagamos e certificamos é 51 produtores e aí esses produtores eles tiveram assim uma dificuldade até mesmo parte de, talvez faltou um recurso inicial pra dar uma incentivada, eles trabalharam com recurso próprio a COPERSIL tentou parcelar esses insumos pra eles, sabe, e alguns até não tinha, assim, afinidade mesmo com hortaliça, eles trabalharam aqui, a principal produção dos pequenos produtores é gado de leite, então eles trabalhar com as duas atividades, hortaliça e leite, a gente produzia também frutas, né, banana, maracujá, é, agora me fugiu da cabeça, e aí então a gente trabalhou e a gente teve dificuldade, a gente trabalhou até com banana maçã, aí a banana maçã devido o Mal do Panamá teve uma, não foi uma produção boa, então a gente não conseguiu, depois atingiu o nosso principal né, objetivo, que era pra tá atingindo, entregando nesses grandes supermercados. E o que que você precisa mais falar? Então é, o produtor ele foi tendo dificuldade assim, o recurso que eles tinham não era suficiente, num tinha uma logística, um transporte que trouxesse essa produção aqui pra cooperativa, ele foi, a gente não tinha como ajudar no início, a gente não tinha um caminhão pra buscar, né, as distância também das propriedades era muito grande porque aqui em Silvânia é um município grande, a gente tinha propriedades com 80 km, 70, 50

de distância sabe? Pequenos produtores, muitos até, andavam assim, de carona, uma moto, então não tinha um meio de transporte, né, e aí no início a gente não tinha nem como buscar também essa produção, então foi dificultando, né, e aí foi saindo pessoas do projeto, pessoas que até mesmo devido num ter na propriedade, talvez assim, faltou, num tinha a sucessão familiar, onde pessoas que não tinha como trabalhar, não tinha mão de obra na propriedade, então eles foram é trabalhando, as mulheres mesmo trabalhando sozinha, muitas vezes eu ia nas propriedade as mulheres tavam, elas trabalhando na horta, capinando, né, então era muito difícil pra elas, os maridos trabalhavam como diarista pra fora, não tinha como ajudar, então assim, vontade tinha, mas faltava realmente, eles não tinham recurso e pra, pra ta viabilizando esse tanta produção, né, e a gente foi perdendo também nesse processo algumas produção, a terra mesmo ela num tinha uma fertilidade necessária, a gente tinha que, a gente trabalhou fazendo fosfatase, adubação verde, mas pra gente ter um nível bom pra produção de hortaliça a gente teria que ficar investindo aí nessa terra uns 3 anos, aí não teve esse tempo, a gente já começou a produzir, já fez a primeira adubação verde, já começou a produzir, aí se a planta não ta saudável, num tem uma terra boa, começou a ter praga e doença, né, então a qualidade dos produtos já não foram os mesmos, né, é, aí depois no Pão de Açúcar a gente foi mandando bastante produção pra eles só que a qualidade não foi, eles foi devolvendo bandejas aí a gente foi ficando com essa dificuldade até passar isso pro produtor e aí foi deixando de pagar o que, ele falava uai mas eu entreguei lá tantas caixas de cenoura, mas tá aparecendo aqui nem a metade, né?, pagando pra ele, então era difícil de, aí no, depois passou a entregar pra CONAB, mas a CONAB também, ela num foi suficiente pra pegar toda essa produção, a gente tentava vender aqui na cidade mas não tinha também comércio na cidade, acabou descartando bastante produto, né?, é mas eu acho assim foi bem interessante esse projeto porque tantas pessoas que participaram que, que tiveram treinamento que hoje, até hoje todos ficam com saudade do projeto, porque muita coisa eles aprenderam, sabe, sempre eles tão falando bem, mas infelizmente a assistência técnica no momento ela não teve mais assistência técnica e eles sozinhos fica difícil sem assistência técnica trabalhar, e aí eles foram deixando de, e num tinha um planejamento de prantio também que era necessário, né?, tá sempre passando pra eles, o que eles tinham que produzir, prantar, é, num teve uma escala de produção correta, então foi finalizando, hoje nós temos uma feirinha em frente da COPERSIL umas duas bancas, antes era bem maior a gente vendia aqui, agora ta tendo pouca produção de hortaliça, né, mais é venda, produção deles mas eles vendem por conta própria mas assim diminuiu muito; quantos produtores tem, eles abriram uma associação de orgânicos, hoje na realidade eu não sei falar quantos produtores que estão certificados porque a certificação eles até teve dificuldade porque no início do projeto era o MDA que pagou a certificação, a COPERSIL também ajudou e depois eles tiveram que tirar dinheiro do bolso e eles não tinham esse dinheiro assim porque a produção deles não compensava pagar o certificado, então era isso.

J.C: Muito obrigado Leni.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 04, produtora (TRA. 04)

H.F: Eu autorizo essa entrevista, hoje nós somos produtor de orgânico aqui de Silvânia, nós tinha as venda para a Conab que era muito bom e depois o contrato infelizmente não temos mais o contrato com a Conab, era muito bom se voltasse, mas nem assim eu deixei de produzir, mesmo um pouco, porque eu sei a importância que tem o curso que nós fizemos e a importância que tem pra mim e pra minha família comer, usar esses alimentos limpos sem agrotóxicos, sem os veneno, aí eu tenho esperança de um dia esse grupo voltar a crescer e nós possamos produzir novamente. Estamos esperando a certificação que tá vencida mas um dia eu acho que a gente consegue de novo reunir o grupo e certificar porque é uma coisa assim que foi de muitos anos num pode acabar assim de uma hora pra outra, coisa boa a gente tem que manter, que tentar a produzir, vê se reúne os produtor, faz reuniões, vê se vai continuar.

J.C:

H.F: O difícil é a mão de obra, é produzir, porque não é fácil produzir o orgânico, mas assim, a gente tentou mas nós tivemos dificuldade e ainda tem porque mao de obra, pra vender, aí não tem mais a Conab e, mas vai levando.

J.C:

H.F: Outra saída que nós temos também é a feira em frente a Coopersil, é uma feira que já teve uns 20 produtor, hoje tá eu e a Albina, é tão bom que chega lá já vem uns, as pessoas já tão lá esperando, acreditam tanto na gente que já fica lá esperando pra fazer as compras e a gente leva couve, alface, o tomate, tomatim cereja, jiló, então as pessoas já fica lá esperando já, aguardando a chegada nossa lá, aí é muito bom porque a gente já faz aí cem reais, cento e cinquenta, já é um acréscimo a mais pra nossa conta.

J.C:

H.F: Os próprios vizim aqui (da propriedade) também já vem procurar, as vezes a gente indo pra feira já para a gente lá na estrada, é banana, essas coisa tudo a gente leva, de tudo um pouquim a gente vende.

J.C: Muito Obrigado!

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com o entrevistado 05 (TRA. 05)

E.P: (inaudível 6") dentro de Nova Era município de Gameleira de Goiás, fazemos registro da nossa experiência aqui na produção de hortaliças orgânicas e a gente autoriza a utilização dessas informações pra produção do trabalho. Bem, a gente começou com a produção de hortaliças orgânicas na época com o grupo da Coopersil, né? Isso em 2005, 2006, a gente começou com a entrega pra Horta e Arte, mandava pra São Paulo nessa época quando começou, depois a horta e arte parou de pegar esses produtos do grupo aqui aí a gente buscou um novo mercado pra rede do Pão de Açúcar, depois a rede do Pão de Açúcar começou a ficar muito oneroso para o grupo manter essa, levar esses produtos para rede do Pão de Açúcar em Brasília. Aí o grupo foi dando uma diminuída na produção, aí foi buscando ao menos atender a venda de produtos para merenda escolar e algumas pessoas foram deixando de produzir devido a isso, foi achando muito custoso ou uns num achou, viu que não era o que queria realmente né?, por causa da dificuldade, da questão de mão de obra, de manter o negócio, deu uma, parou de produzir. Bem aí, depois da rede do Pão de Açúcar quando parou ficou somente pra atender a PNAE e a Conab né?, PAA os projetos do governo para entrega de produtos para merenda escolar, alguns também se perdeu no caminho, tinha assim uma feira na, em Silvânia também, mas o movimento dela é muito, vamo falar assim, pequeno, fraco e também muita gente depois parou de produzir devido a isso. O grande problema é que o pessoal, assim, o que eu vejo é que muito não buscaram novos mercados, não buscaram aumentar produção, não buscaram ofertar produtos pra outros locais pra poder ter renda e na grande maioria muitos só ficavam esperando os recursos que vinham do Governo pra poder tocar o negócio e aí não dá pra se manter né?, ficava esperando os recursos do Governo, o cara tem que buscar novos mercados pra poder gerar renda né, eu acredito que hoje, nos dias de hoje, de Silvânia que fazia parte desse grupo só tem nós que continua produzindo e com certificação, hoje, como o grupo foi parando a gente buscou novos mercados, o primeiro mercado que a buscou foi o mercado de Goiânia, a gente buscou filiação a uma nova associação que é a da ADAO de Goiânia juntamente com a Goiás Orgânico e a gente passou a fazer feira de venda direta pro consumidor, na feira do mercado da rua 74 e nessa época o pessoal daqui de Silvânia foi convidado a ir fazer essa feira também, só que ninguém quis, o único daqui do grupo que foi, foram nós que fomos e até hoje a gente tá, já tem, 6 anos, 7 anos que a gente ta fazendo essa feira lá, em Goiânia. Hoje a gente tem 3 feiras dentro de Goiânia, tudo pela associação, a primeira foi pelo mercado da rua 74 ali no Centro, a segunda no mercado municipal da Vila Nova, na praça Boa Ventura, na 5ª avenida e a 3ª hoje é no Espaço Manacá Esporte área no fundo do Alphaville Araguaia e tem a intenção de abrir novos pontos a associação pros produtores dentro de Goiânia. Além das feiras a gente faz as vendas de, as entregas, os delivery, né?, quando tem, a gente faz entrega pra algum mercado, algum empório, mas nosso hoje mesmo não é o nosso forte aí esse atendimento de lojas e mercado, mas é a venda direto pro consumidor, né?.

J.C:

E.P: Do grupo de Silvânia que eu acredito que, o maior problema que teve pro grupo dissolver, acabar, é que o próprio pessoal não buscou novos mercados, eu vejo assim, que o povo acomodou, ficou sempre esperando que tivesse um projeto do Governo, que viesse algum dinheiro do Governo pra poder pagar certificação, pra poder custear alguma coisa, uma compra de insumo, sabe?, pessoal ficou acomodado, num buscou expandir mercado, buscar novos mercados fora de Silvânia, o que eu vejo é isso aí, pra aumentar, expandir o mercado, a produção de toda forma precisa de ter mão de obra contratada pra poder ajudar, porque somente a mão de obra familiar somente dali, muita das vezes ela não dá realmente, então as pessoas não buscaram realmente fazer essa melhoria, né?, esse investimento no negócio, né?.

J.C:

E.P: Ela financiou certificação, como no início, financiou a certificação, financiou os cursos do, de todo mundo, de todos os integrantes do grupo, que na época quando começou era uns 25 produtores se eu não me engano, na época, depois no ratear do negócio, no fechar do negócio ficou só uns 15, mas a verba do Governo ela veio pra fazer as visita lá em outras propriedades já que trabalhava com produção de orgânicos, se eu não tiver enganado, em São Paulo, Botucatu eles tiveram, fizeram visita em outros locais, veio pra poder custear toda essa certificação, veio verbas de dinheiro pra recurso de maquinários para poder embalar processar os produtos, têm recurso que veio, tem um caminhão refrigerado para transporte desses produto também tem, máquina de embalagem a vácuo de processamento de hortaliças pra picar, pra processar hortaliças e isso tá praticamente se perdendo com o tempo lá, parado, né?, veio os recursos dos kit de irrigação um dos primeiros projetos de quando começou o grupo ver as bomba com os cano, com o aspersores, mangueira de gotejo, né? na época.

J.C:

E.P: Olha, veio alguns recursos, não lembro quantas vezes que eles conseguiram os projetos para poder bancar a certificação, mas quando começou a chegar o momento que o próprio produtor tinha que bancar essa certificação, aí é que começou o pessoal a desistir porque não se prepararam né?, essa que é a verdade, o pessoal não investiu no negócio ficava só esperando vir recurso do Governo pra poder tocar o negócio, né?, num começava a andar com as próprias pernas e esse é que é um dos fatores, por isso que levou ao comodismo mesmo, que levou a pessoa a parar, a querer só receber, não querer se projetar melhor no negócio, então aí muito disso o pessoal fez sair, algumas pessoas já mais de idade que não tinha condições realmente de bancar um funcionário, alguma coisa, devido a área de produção ser pequena e alguns só trabalhava realmente com a produção pra atender PNAE e a Conab, né?, pra merenda escolar, não tinha aquele anseio realmente de aumentar, então logo depois ele foi ficando pra trás com o tempo. E a gente tem hoje em Silvânia, tem esses equipamentos, tem esse caminhão, tem essas coisas que estão paradas na cooperativa, né? Tinha um interesse esses tempo atrás de reativação dum grupo dumas oito, nove pessoas que tinham o interesse de voltar a produzir, mas tá, se parou justamente na questão do recurso quando tinha que tirar do bolso pra tocar o negócio. É aquele negócio, o pessoal se acomodou, né?, ficava esperando que viesse recurso do Governo pra poder tocar o negócio, aí que atrapalha, né?

J.C:

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com o entrevistado 06, ex-presidente da Cooperativa, atual tesoureiro (TRA. 06)

N.C: Sou ex-presidente da cooperativa, atual tesoureiro, vou tá falando aqui sobre a produção de orgânicos na cooperativa. É a gente teve algumas dificuldades aqui com orgânico, principalmente por causa da mão de obra, porque o pessoal já mais de idade então ficou com dificuldade na propriedade com mão de obra e conseqüentemente caiu o volume de produção e com a queda de volume de produção tivemos também dificuldade na comercialização. A gente tinha um contrato com o Pão de Açúcar, que a gente levava o produto pra Brasília, mas como o volume foi ficando pequeno, a gente não conseguiu mais atender esse contrato. Foi aonde é cooperativa foi obrigada a rescindir o contrato com o Pão de Açúcar, mas a gente tentou outros também ramo de negócio tipo Conab, tivemos contrato com a Conab, foi bom, mas infelizmente esse contrato a gente não conseguiu tá renovando ele e com essa dificuldade o produtor foi desistindo e chegou um ponto que inviabilizou mais o ramo orgânico dentro da COOPERSIL. Ficamos talvez a cooperativa ajudando as vezes até bancando um pouco, mas chegou o momento que foi preciso que isso fosse retirado, porque como a cooperativa era de vários segmentos e como o ramo orgânico não tava viabilizado os outros segmentos começou a colocar dificuldade de tá bancando esse ramo. Então basicamente a história nossa aqui do orgânico foi essa.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 07 (TRA. 07)

A: Eu sou da agricultura orgânica, eu participei de todos os encontros que tinha nas, nós foi até São Paulo fazer curso, mas aí aconteceu que agora o grupo não tá, não nem certificado mais, mas nós tá prantano assim mesmo, vendendo sem mesmo sem ter certificação mas aí a hora que vier a certificação a gente volta de novo porque é bom demais esse orgânico que a gente aprende muita coisa que a gente num sabia e a gente fica aprendendo que aquilo é bom pra saúde, é bom pra o povo, é bom pra todo mundo, c mas a gente vivia pelejando mas agora todo mundo descrençou não veio mais pra certificar, então a gente, mas gente continua prantano, pelejano.

J.C:

A.: Eu uso o esterco de vaca e a bosta de vaca pra gente jogar nos insetos que a gente joga sempre para defender uns inseto ou outro, a gente joga é os produto orgânico, primeiro a gente faz muitas coisas que a gente tem que tem jeito de fazer a gente faz e a gente vai mexendo assim mesmo mas tá muito difícil mexer mas nós vai pelejando, continuou pelejando a prantar o orgânico, até a mandioca eu prato no orgânico.

J.C:

A.: Uai, tem um senhor que vai lá me ajudar né, eu pago ele, eu pago por mês, por dia, aí ele vai me ajuda, é um senhor que mora lá perto de casa que ele vai me ajuda lá, é um que me ajuda eu fazer essas coisas e ele já sabe também que ele desde o começo ele me ajudava, tinha um vizinho lá perto também que prantava, ele ajudava lá também, então ele já tá pratico naquilo já.

J.C:

A.: Eu to com 73 anos e ainda to pensando em prantar, pelejano, prantano assim mesmo né, um ajuda daqui, outro ajuda dali.

J.C:

A.: Um vem, outro vem e leva, as vezes manda pros fii, pros amigo né, que vem visitar a gente aí leva também, mas tô lá pelejano com esse cantinho lá né, pequena agora porque as coisas ta cara demais.

J.C

A.: Fez desanimar porque nós pagou pra vir certificar e eles nunca veio e aí todo mundo descrençou e aí as coisa tá muito cara para a gente ter que pagar comissão, tem que pagar assim a gente vem nas reunião, tem que pagar por mês e aí as coisa ta muito difícil e ninguém ta tendo dinheiro mais pra pagar, a dificuldade foi essa, a falta do dinheiro.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 08 (TRA. 08)

Estou na coordenação de unidade escolar de educação infantil (Ana Caixeta Ramos), o que eu tenho pra falar do PAA, enquanto o PAA durou em nossa escola a gente via que era, foi um período muito farto, porque enriquecia a nossa alimentação, que nos servimos aqui na nossa unidade, 4 refeições por dia, café da manhã, almoço e lanche da tarde, então isso trazia pra gente uma grande alegria, na hora da refeição por vê o prato todo colorido, o lanche com iogurte, com frutas, então isso trouxe um benefício muito grande pra gente, sentimos quando acabou, eu acho que não deveria ter terminado. Porquê? Não só pra escola, não só o benéfico pra escola, mas para o Município em termos financeiros, mas também para os produtores eles já produziam já destinados, cada produto tinha uma destinação certa, e mais ainda para as crianças né, que eram alimentação nutricional equilibrada e bem valorizada, então a gente ficava perguntando né, "por que que terminou?", e não que a gente achou resposta, deveria continuar porque ganha todo mundo, é uma cadeia né, então a família da agricultura familiar fica lá, trabalha, produz renda e enriquece tudo lá, melhor, melhoria de vida, e a nossa unidade escolar, Maria Luiza, foi fechada e foi transferida pra Ana Caixeta Ramos, então nós recebemos os produtos graças da Maria Luiza, e quando foi pra fazer o novo convênio, o novo contrato com a CONAB nossa unidade nem não entrou, porque já tinha findado né, o programa, mas a gente, aguarda, quem sabe volta né, entra um governo que valorize o produtor rural, porque eu que isso aí é valorizar o produtor, o pequeno produtor, agricultura familiar.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 09 (TRA. 09)

Na época que o PAA fornecia os produtos para cá eu era diretora, no momento eu não estou, no momento só estou na coordenação, mas na época eu era diretora. Esses produtos, eles eram oferecidos pra cá e enriqueciam muito nosso cardápio né, complementava, era os produtos de ótima qualidade e complementava bastante a nossa, o nosso cardápio e a gente recebia com muito agrado e infelizmente esse programa foi tirado e a gente fica ansiosa por receber de novo esses produtos que complementava e ajudava muito no nosso cardápio, agente atende 90 crianças e com 4 refeições diárias, então esses produtos vem pra ajudar muito no nosso cardápio e enriquecer e complementar mesmo nosso cardápio.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 10 (TRA. 10)

Sou diretora do Colégio Estadual Professor João Pascoal da Silva, de Silvânia. Eu tô gravando esse depoimento e eu autorizo o uso dele para fins de pesquisa. Bom, pediram para que eu relatasse a importância do PAA pra escola pública, que no caso é a nossa, o PAA é de extrema relevância pra nossa escola né, era um programa que tinha todo um processo de doação de alimentos, “in natura”, alimentos orgânicos e que pra gente isso era muito importante. Por que? Porque aonde a gente tem o programa da secretaria de educação, em que a gente tem a merenda escolar, só que a gente sabe que o valor que vem não é satisfatório pra gente ter uma qualidade ao nível do que aluno necessita, porque a gente percebe a importância de uma merenda com qualidade, que tenha nutrientes pra que o aluno possa usufruir disso e isso beneficiar e ter um retorno em sala de aula, porque isso é muito importante, uma boa alimentação faz com que o aluno tenha um rendimento acadêmico melhor e esses alimentos que a gente recebia era de extrema importância né, porque vinham verduras, frutas iogurtes que incrementavam muito a merenda escolar, então foi uma perda muito grande que a gente vê essa relevância desse problema.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 11 (TRA. 11)

Eu sou a presidente do Lar de Idosos de Silvânia, antigo Asilo São Vicente de Paula, é então a gente recebia esses produtos aqui e eram importante pra gente, principalmente as frutas, vinham biscoitos, tinha uma diversidade né e as frutas a gente, hoje a gente tem o consumo né, nós temos que oferecer esses produtos, só porque isso se torna muito temeroso pra instituição , porque a aqui a gente sobrevive de doações né, e não vem aquele, vinha né sempre certinho em todo mês vinha, então a gente confiava no produto, hoje a gente recebe uma doação aqui outra ali, não tem uma, assim não dá pra confiar nessa frequência e hoje a gente desloca pra conseguir preço melhor porque nós supermercados se torna muito caro, a gente se desloca pro Ceasa, é a parte de biscoito também que vinham era muito bom né, esse lanche era oferecido na época a gente tinha mais ou menos 65 internos né, moradores, todos de baixa renda , situações de abandono, e isso pra instituição é, a perda disso gente teve que investir dinheiro né, e dinheiro pra gente aqui e material é escasso, é tudo muito difícil, foi uma perda, muito ruim, tá fazendo falta.

Transcrição do áudio da entrevista do Professor Júlio Caixeta com a entrevistada 12 (TRA. 12)

Sou diretor de patrimônio da APAE de Silvânia, aonde nós atendemos 65 crianças diárias, sendo da cidade de Silvânia e Gameleira. Nós usufruímos muito dessa doação de legumes e verduras que é distribuído pela cooperativa, COOPERSIL, de Silvânia e o benefício que ela faz, ela alimenta todas essas crianças nossas, que nós damos almoço pra elas e como nós dependemos de doações isso vem a muito nos ajudar e por outro lado alimentamos 20 funcionários que almoçam aqui e isso nos favorece muito, porque na hora do almoço os funcionários estão almoçando, mas está do lado da criança almoçando também, que é para a criança se sentir mais social. As doações que nós recebemos é de super importância porque nós não temos renda, nós temos doações, e sem essas doações aí sem estas participações disso seria difícil a alimentação pra nossas crianças aqui na APAE, já sabemos e sempre contamos com isso, sabemos o dia que chega, sabemos o tanto que é importante, principalmente na qualidade dos produtos que chegam a nós. Nossas cozinheiras já conhecem que é às vezes melhores que em certos comércio da cidade, porque nós sabemos que são produzidos na região e se conhecemos muito dos produtores da nossa cidade.